



Planejamento Estratégico 2016 - 2021

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

2º Trimestre de 2020

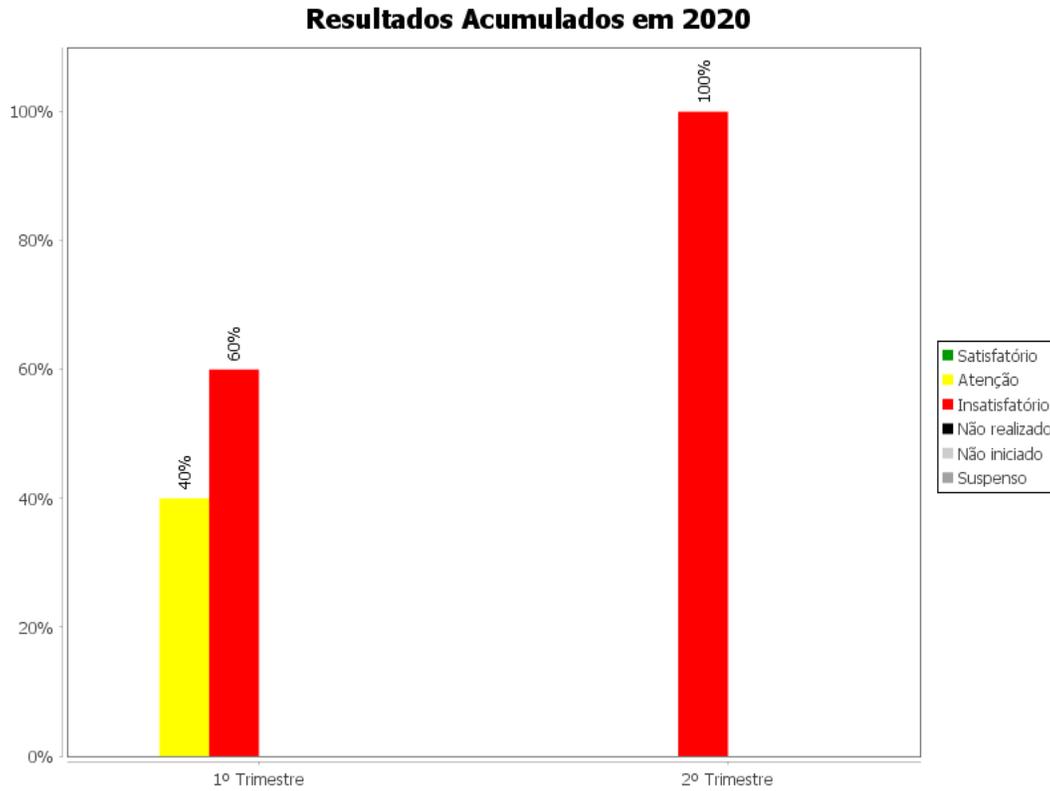
1. Mapa Geral

Insatisfatório Plano Estratégico 2016-2021

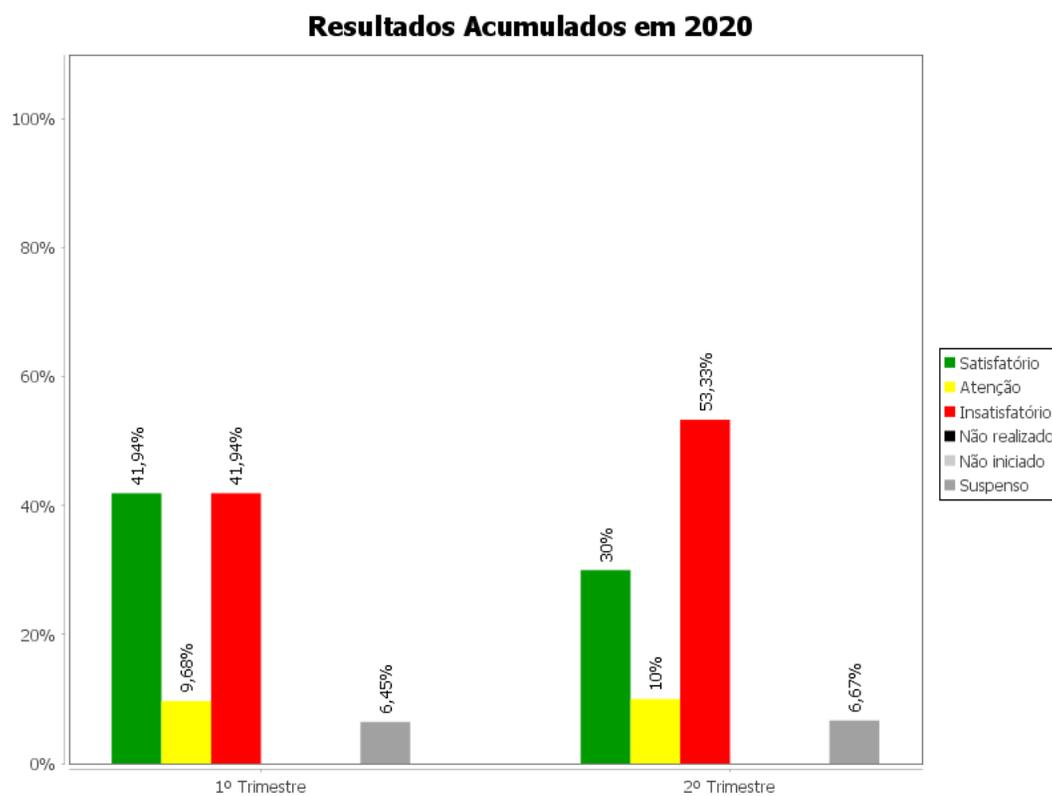
Sociedade	Garantir os Direitos da Cidadania				
	61,48%				
Processos Internos	Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional	Combater os ilícitos eleitorais	Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral	Aprimorar a comunicação com o público externo	Estimular o exercício consciente da cidadania
	56,13%	0,00%	72,30%	62,31%	70,00%
Recursos	Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas	Fortalecer a governança institucional	Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ	Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos
	64,63%	71,96%	73,74%	79,91%	63,87%

2. Evolução Qualitativa dos Desempenhos por Trimestre

2.1. Objetivos Estratégicos

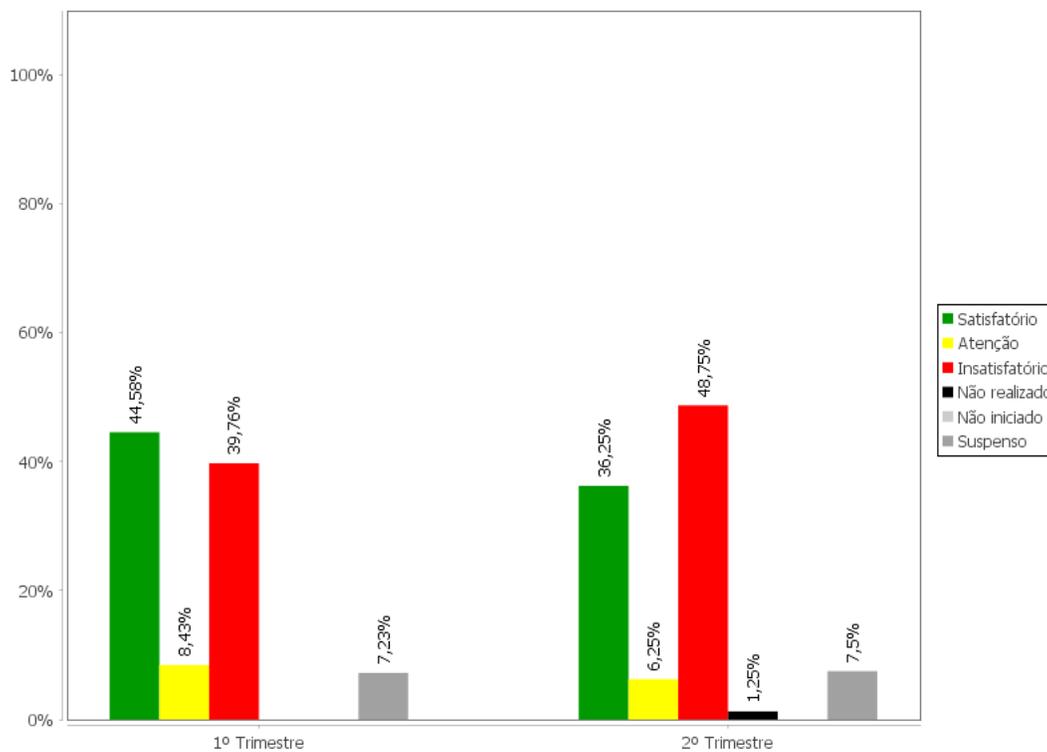


2.2. Indicadores Estratégicos



2.3. Indicadores de Apoio

Resultados Acumulados em 2020



3. Resultados 2º Trimestre de 2020.

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
Plano Estratégico 2016-2021				61,48%	Insatisfatório
OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional				56,13%	Insatisfatório
IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau			50	25,33%	Insatisfatório
IA 01 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau	78,21%	17,94%	1	-235,96%	Insatisfatório
IA 02 - Taxa de congestionamento de feitos administrativos - 1º grau					Suspensão
IA 03 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 1º grau	48,18%	95,08%	1	50,67%	Insatisfatório
IA 04 - Índice de agilidade no julgamento de feitos administrativos - 1º Grau					Suspensão
IA 05 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo 1º grau					Suspensão
IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau			50	86,93%	Atenção
IA 08 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 2º grau	50,46%	40,00%	1	73,86%	Atenção
IA 09 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau	199,08%	85,00%	1	234,21%	Satisfatório
IA 10 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo - 2º grau					Não realizado
OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais				0,00%	Insatisfatório
IE 07 - Índice de combate a ilícitos eleitorais			50		Suspensão
IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários			50	0,00%	Insatisfatório
IA 22 - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo	0,00%	80,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 23 - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo	0,00%	80,00%	1	0,00%	Insatisfatório
OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral				72,30%	Insatisfatório
IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição			20	44,26%	Insatisfatório
IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições	20,00%	30,00%	1	66,67%	Insatisfatório
IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições					Suspensão
IA 26 - Índice de aderência ao PIE	18,35%	84,00%	1	21,84%	Insatisfatório
IE 10 - Índice de segurança da votação			30	92,34%	Satisfatório
IA 27 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico	59,30%	68,48%	1	86,59%	Insatisfatório
IA 28 - Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	85,67%	93,50%	1	91,63%	Insatisfatório
IA 29 - Percentual de urnas não substituídas	97,52%	98,70%	1	98,81%	Insatisfatório
IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral			20	91,25%	Satisfatório
IA 30 - Percentual de mesários voluntários	48,32%	68,00%	1	71,06%	Insatisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 31 - Percentual de mesários capacitados	68,87%	73,30%	1	93,95%	Insatisfatório
IA 32 - Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral	50,00%	32,27%	1	154,94%	Satisfatório
IA 33 - Percentual de zonas eleitorais capacitadas em registro de candidatura, representações, fiscalização	98,65%	90,00%	1	109,61%	Satisfatório
IE 12 - Índice de promoção da transparência			30	58,33%	Insatisfatório
IA 34 - Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos	16,67%	100,00%	1	16,67%	Insatisfatório
IA 36 - Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos	100,00%	80,00%	1	125,00%	Satisfatório
OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo				62,31%	Insatisfatório
IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo			40	83,80%	Atenção
IA 37 - Índice de estruturação dos canais de comunicação	94,00%	100,00%	1	94,00%	Satisfatório
IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação	56,61%	95,00%	1	59,59%	Insatisfatório
IA 39 - Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação	96,83%	99,00%	1	97,80%	Satisfatório
IE 14 - Índice de gestão da comunicação			40	50,00%	Insatisfatório
IA 40 - Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo	0,00%	50,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 41 - Índice de inserções positivas na mídia	96,08%	95,00%	1	101,13%	Satisfatório
IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia			20	43,95%	Insatisfatório
IA 42 - Índice de estruturação da relação institucional com a mídia	66,67%	75,84%	1	87,90%	Insatisfatório
IA 43 - Índice de aderência ao plano de relacionamento com a mídia	0,00%	50,00%	1	0,00%	Insatisfatório
OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania				70,00%	Insatisfatório
IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania			60	50,00%	Insatisfatório
IA 44A - Taxa de Estudantes alcançados por ações socioeducativas conduzidas por magistrados e servidores	0,00	0,00	1	0,00%	Insatisfatório
IA 46A - Consultas realizadas e ações informativas sobre o processo e a memória eleitorais	15,93%	8,00%	1	199,13%	Satisfatório
IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania			40	100,00%	Satisfatório
IA 47 - Índice de aderência ao plano de ações socioeducativas	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IA 48 - Índice de aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas				64,63%	Insatisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências			20	3,70%	Insatisfatório
IA 49A - Índice de implantação da gestão por competências	0,00%	44,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 50 - Índice de aderência do PAC à estratégia	8,33%	75,00%	1	11,11%	Insatisfatório
IA 51 - Índice de conhecimento eleitoral básico	0,00%	30,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança			30	79,70%	Insatisfatório
IA 53 - Índice de capacitação na matriz gerencial	19,24%	32,39%	1	59,40%	Insatisfatório
IA 54A - Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais	20,00%	20,00%	1	100,00%	Satisfatório
IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional			30	90,17%	Satisfatório
IA 55 - Índice de satisfação dos servidores com o Clima Organizacional	62,71%	77,84%	1	80,57%	Insatisfatório
IA 56 - Índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional	66,67%	66,82%	1	99,77%	Satisfatório
IE 21 - Índice de gestão participativa			20		Suspenso
OE 08 - Fortalecer a governança institucional				71,96%	Insatisfatório
IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança			40	90,13%	Satisfatório
IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos	90,00%	94,79%	1	94,95%	Satisfatório
IA 61 - Índice de estruturação do sistema de governança	56,92%	66,73%	1	85,30%	Atenção
IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia			30	39,31%	Insatisfatório
IA 62 - Índice de execução das iniciativas estratégicas	10,00%	55,73%	1	17,94%	Insatisfatório
IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia	100,00%	100,00%	1	100,00%	Satisfatório
IA 64 - Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica	0,00%	60,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle			30	80,38%	Atenção
IA 65 - Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos	32,22%	33,00%	1	97,64%	Satisfatório
IA 66 - Índice de processos críticos monitorados	37,50%	61,19%	1	61,28%	Insatisfatório
IA 67 - Índice de aderência ao Plano Anual de Auditoria	100,00%	86,00%	1	116,28%	Satisfatório
IA 68A - Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria	50,00%	60,00%	1	83,33%	Atenção
IA 69A - Índice de conformidade dos cartórios	56,67%	95,00%	1	59,65%	Insatisfatório
OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ				73,74%	Insatisfatório
IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura			40	94,18%	Satisfatório
IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas	10,06%	12,53%	1	80,28%	Insatisfatório
IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis	23,67%	22,15%	1	106,86%	Satisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança	73,33%	60,00%	1	122,22%	Satisfatório
IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis	66,27%	70,64%	1	93,81%	Insatisfatório
IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados	42,60%	44,00%	1	96,82%	Atenção
IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária			30	55,44%	Insatisfatório
IA 76 - Índice de desenvolvimento do modelo de gestão imobiliária	70,00%	75,63%	1	92,56%	Insatisfatório
IA 77A - Índice de execução do plano de obras	0,00%	75,00%	1	0,00%	Insatisfatório
IA 78 - Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações	65,00%	88,13%	1	73,75%	Insatisfatório
IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços			30	64,78%	Insatisfatório
IA 79 - Índice de atendimento à demanda de manutenção da Sede	43,70%	98,00%	1	44,59%	Insatisfatório
IA 80 - Índice de atendimento à demanda de manutenção dos Cartórios	44,41%	89,27%	1	49,75%	Insatisfatório
IA 81 - Índice de atendimento à demanda de transporte	100,00%	96,50%	1	103,63%	Satisfatório
OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC				79,91%	Insatisfatório
IE 29 - Índice de governança em TIC			30	79,34%	Insatisfatório
IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC	81,25%	78,00%	1	104,17%	Satisfatório
IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação	61,50%	62,00%	1	99,19%	Satisfatório
IA 85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC	29,83%	76,85%	1	38,82%	Insatisfatório
IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos			20	73,35%	Insatisfatório
IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões	48,93%	99,00%	2	49,42%	Insatisfatório
IA 87 - Índice de satisfação com a quantidade de recursos tecnológicos	83,06%	80,00%	1	103,83%	Satisfatório
IA 88 - Índice de satisfação com o desempenho dos recursos tecnológicos	75,64%	80,00%	1	94,55%	Satisfatório
IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC			30	95,85%	Satisfatório
IA 89 - Índice de aderência a requisitos mínimos de nivelamento da infraestrutura de TIC	80,00%	91,39%	2	87,54%	Atenção
IA 90 - Índice de disponibilidade de sistemas e serviços essenciais de TIC	99,92%	99,67%	3	100,25%	Satisfatório
IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	97,51%	95,00%	1	102,64%	Satisfatório
IE 32 - Índice de modernização das soluções			20	63,42%	Insatisfatório
IA 92 - Índice de atendimento da demanda por sistemas e automação de rotinas	46,30%	73,00%	1	63,42%	Insatisfatório
OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos				63,87%	Insatisfatório
IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária			20	95,75%	Satisfatório

Nome	Resultado	Meta	Peso	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IA 93 - Índice de execução planejada do orçamento de custeio (exceto iniciativas estratégicas e despesas de pessoal)	78,08%	81,55%	1	95,75%	Insatisfatório
IE 34 - Custo de manutenção da estrutura			40	98,05%	Satisfatório
IA 95 - Custo de manutenção das instalações por eleitor	721,59	657,53	1	90,26%	Insatisfatório
IA 96 - Custo de serviços de comunicação por eleitor	109,38	162,72	1	132,78%	Satisfatório
IA 97 - Custo de material de consumo por eleitor	12,15	12,42	1	102,16%	Satisfatório
IA 98 - Custo de serviços de transporte por eleitor	84,45	104,20	1	118,95%	Satisfatório
IA 99 - Custo de apoio administrativo por eleitor	235,11	260,49	1	109,74%	Satisfatório
IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia			40	13,75%	Insatisfatório
IA 100 - Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas	5,91%	42,97%	1	13,75%	Insatisfatório

Obs: Os indicadores do tipo quanto menor melhor terão seus desempenhos limitados em 0 % e os do tipo quanto maior melhor em 100%, para efeito de cálculo dos IEs.

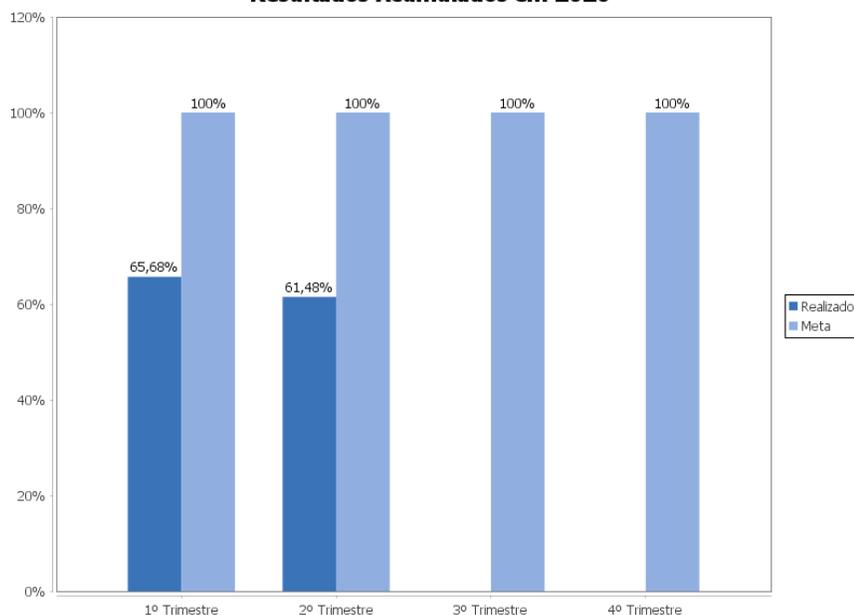
4. Resultados do Período

Plano Estratégico 2016-2021

Insatisfatório

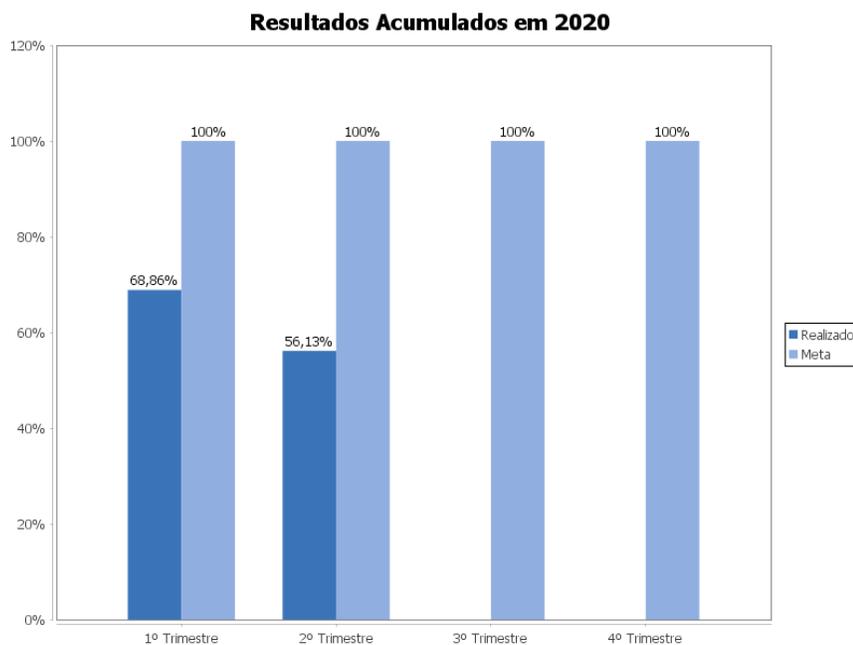
Desempenho do Período: 61,48%

Resultados Acumulados em 2020



Responsável: SEDEST.

Em razão de problemas técnicos as análises dos OEs previstas, originalmente, para se encerrarem no dia 27/07 tiveram o prazo dilatado para o dia 30/7. O fechamento do sistema que deveria ter ocorrido entre os dias 31/07 e 03/08 só está sendo possível na data de hoje, 04/08/2020, às 17 horas.

OE 02 - Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional**Insatisfatório****Desempenho do Período: 56,13%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

O objetivo apresentou desempenho de 68,86% no primeiro trimestre de 2020 e de 56,13% no segundo trimestre de 2020. A queda de desempenho foi bastante acentuada neste primeiro semestre do ano, considerando que ao final de 2019 o objetivo havia apresentado desempenho de 84,02%.

Como se verá mais adiante, o resultado do objetivo pode estar equivocado, em razão de inconsistência de dados identificada nos indicadores de apoio IA 03 e IA 09.

De toda sorte, vejamos.

O OE 02 é composto por dois indicadores estratégicos, isto é, IE 01 - Índice de agilidade no 1º grau e IE 02 - Índice de agilidade no 2º grau.

Nos dois primeiros trimestres deste ano verifica-se que o desempenho do OE 02 foi mais prejudicado pelos resultados do primeiro grau, aferidos pelo IE 01 (37,71% e 25,33%, respectivamente).

Já o desempenho no âmbito do segundo grau, aferido pelo IE 02, embora também tenha apresentado queda no segundo trimestre, tem se mostrado ao longo do ano bastante superior que o do primeiro grau (1º semestre de 2020 = 100%, 2º semestre de 2020 = 86,93%).

Insta salientar que nos dois graus de jurisdição as quedas de desempenho neste período devem-se, sobretudo, à alta taxa de congestionamento, conforme detalhado a seguir.

No âmbito do 1º grau a taxa de congestionamento acumulada ao final do segundo semestre é de 78,21%. No 2º grau, essa taxa é de 50,46%. Considerando as metas estabelecidas para o segundo trimestre, isto é, 17,94% e 40,00%, respectivamente, os desempenhos acumulados foram de -235,96% e 73,86%, gerando uma lacuna muito maior do que a observada em relação às taxas de congestionamento acumuladas propriamente ditas.

Chama atenção a diferença das metas definidas para os dois graus de jurisdição, assim como o impacto que isso causa sobre a interpretação dos desempenhos acumulados de cada um dos indicadores.

Além disso, as metas registradas no sistema GERIR para o terceiro trimestre deste ano parecem desproporcionais entre as duas instâncias: 13,66% para o primeiro grau e de 80% para o segundo grau.

A meta prevista para o primeiro grau mantém a tendência de aumentar o nível de desafio (22,36%, 17,94% e 13,66%, respectivamente para os primeiro, segundo e terceiro trimestres deste ano), ao passo que a meta estabelecida para o segundo grau vai em sentido contrário e reduz o desafio significativamente no terceiro trimestre (55%, 40% e 80% nos três primeiros meses de 2020). Tais índices mostram-se ainda mais díspares quando se trata de um ano de eleição municipal.

Além disso, o indicador atualmente adotado pelo Tribunal é a “taxa de congestionamento bruta”. O quantitativo de processos suspensos ou sobrestados no âmbito do primeiro grau é exponencialmente maior do que o de casos suspensos no segundo grau (450 x 0). Sabendo-se desde já que esses processos, por sua natureza, demoram muito a serem baixados, não parece razoável manter a meta do primeiro grau tão mais arrojada que a do segundo grau. Isto é, a meta deveria ser flexibilizada em razão dos processos suspensos que a integram.

Analisando o histórico do segundo grau, depreende-se que a meta estabelecida para a taxa de congestionamento daquela instância no ano de 2016 foi de 40%, tendo sido satisfatoriamente alcançada com percentual de desempenho de 97,66%. Embora o indicador tenha sido medido somente no segundo semestre daquele ano, observa-se a entrada de um considerável número de casos novos, sobretudo recursais, a partir de setembro, provavelmente derivados de registros de candidaturas, perfazendo ao final do exercício, consoante os dados registrados no GERIR, o total de 2.992 processos, aí incluídos 161 processos do passivo do final do semestre anterior.

Em 2019, ano posterior a uma eleição geral, em que o passivo herdado pelo segundo grau em 2020 foi de 4.125 processos, a meta anual foi de 25% e, mais uma vez alcançada satisfatoriamente, com desempenho de 101,85%.

O terceiro trimestre deste ano deve iniciar, no segundo grau, com um passivo aproximado de 650 processos, quantitativo maior do que o observado em outros anos, dada a considerável redução de casos baixados a contar do mês de abril, o que se pode atribuir aos efeitos da pandemia da covid-19.

Contudo, conforme consta da análise do IE 02, “a data final para apresentação de registros de candidatos escolhidos em convenções partidárias passou do dia 15 de agosto para o dia 26 de setembro”. Assim, estima-se que eventuais recursos ingressem no Tribunal já no quarto trimestre do ano, posto o adiamento do calendário eleitoral em 42 dias.

Assim, não parece razoável estabelecer uma meta de 80% de taxa de congestionamento para o período imediatamente anterior ao de maior ingresso de casos novos no segundo grau. Ademais, não se pode perder de vista que as Metas Nacionais do Poder Judiciário são monitoradas mensalmente e, quanto maior o acúmulo de casos pendentes de julgamento, maiores os desafios a serem enfrentados para o alcance daquelas metas.

Ao avaliar o desempenho dos indicadores de apoio IA 03 e IA 09, que medem a agilidade no julgamento dos feitos em 1º e 2º graus, respectivamente, observa-se o que segue.

Em relação ao primeiro grau, o percentual de baixas de processos com prazo de tramitação inferior a um ano reduziu (de 74,51% para 50,67%), seguindo a tendência de morosidade nos julgamentos revelada pelos resultados trimestrais da taxa de congestionamento (de 83,25% para 92,04%).

Por outro lado, verifica-se no âmbito do 2º grau movimento contrário, ou seja, o percentual de baixas de processos com prazo de tramitação inferior a um ano aumentou significativamente (de 184,87% para 234,21%), ao passo que os resultados trimestrais da taxa de congestionamento revelaram o contrário (de 45,43% para 92,24%).

Nesse contexto, verificados os dados registrados no sistema GERIR, depreende-se que há inconsistências em relação aos dados das variáveis de processos baixados com prazo de tramitação inferior a um ano. Tais processos devem compor o universo de processos baixados no mês, logo os quantitativos devem ser menores ou iguais ao total de baixados. Foram observadas distorções nos dois graus de jurisdição, de forma mais acentuada no segundo grau, a seguir destacadas:

1º grau:

Janeiro:

Baixados Criminais = 0

Baixados Criminais < 1 ano = 1

Fevereiro:

Baixados Execução = 0

Baixados Execução < 1 ano = 1

Março:

Baixados Criminais = 0

Baixados Criminais < 1 ano = 1

2º grau:

Janeiro:

Baixados Não Criminais = 190

Baixados Não Criminais < 1 ano = 234

Fevereiro:

Baixados Criminais = 0

Baixados Criminais < 1 ano = 1

Baixados Não Criminais = 106

Baixados Não Criminais < 1 ano = 194

Março:

Baixados Criminais = 1

Baixados Criminais < 1 ano = 2

Baixados Não Criminais = 80

Baixados Não Criminais < 1 ano = 162

Abril:

Baixados Não Criminais = 12

Baixados Não Criminais < 1 ano = 41

Maió:

Baixados Não Criminais = 23

Baixados Não Criminais < 1 ano = 106

Junho:

Baixados Não Criminais = 19

Baixados Não Criminais < 1 ano = 120

Considerando as divergências identificadas, fica prejudicada a análise desses indicadores de apoio, em especial, além de configurar-se a possível inconsistência do resultado do IE 01, do IE 02 e, via de consequência do OE 02.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em atenção à deliberação do CGE na II RAE de 2020, em 29/05, relativa à designação de grupo de trabalho com a finalidade de gerenciar os dados e as informações estatísticas referentes à prestação jurisdicional do Tribunal e de promover ações destinadas ao aprimoramento dos sistemas correlatos, foi instituída a “Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional do TRE-RJ”, por meio do Ato GP 185/2020. Os membros da comissão foram designados pela Portaria GP nº 06/2020 e a reunião de instalação da comissão foi realizada no dia 25/06/2020.

Conforme se depreende do art. 1º do mencionado Ato, a Comissão tem por objetivo fomentar a produção de dados estatísticos e informações que contribuam de forma efetiva para o aprimoramento da prestação jurisdicional no âmbito do TRE-RJ, por meio da agregação de conhecimentos multidisciplinares.

Devido à recente instalação da comissão, ainda não é possível avaliar os impactos da medida em relação ao objetivo em comento. No entanto, considerando as divergências apontadas no tópico anterior, já se pode antever o potencial benefício que os trabalhos da referida comissão podem trazer para a produção de dados e informações fidedignos e confiáveis.

Também em atenção a outra deliberação daquela RAE, foram iniciados os trabalhos de revisão das fichas dos indicadores de apoio de 1º e 2º grau que integram o objetivo OE 02, com a finalidade precípua de alinhá-las às Tabelas Processuais Unificadas aplicáveis à Justiça Eleitoral e reavaliá-las quanto à pertinência de adoção de taxa de congestionamento líquida, em substituição à taxa de congestionamento total, ora adotada, sem prejuízo do controle sobre os processos suspensos, sobrestados e em arquivo provisório.

As discussões iniciais contaram com a participação de representantes da Presidência e da Vice-Presidência e Corregedoria Eleitoral, em relação às fichas do 1º grau de jurisdição, não apenas pelo maior quantitativo, já que contemplam indicadores relativos a processos administrativos (ora suspensos), como também por ter sido a VPCRE a unidade que apontou em uma de suas análises sobre os impactos negativos da inclusão dos processos suspensos nos resultados apurados pelo Tribunal.

Feitas as considerações e propostas preliminares no âmbito do primeiro grau, o material foi encaminhado à Secretaria Judiciária para avaliação e alinhamentos necessários nas fichas dos indicadores vinculados ao IE 02.

Embora tenha sido estabelecido o prazo de 27 de julho para conclusão do trabalho, devido à complexidade decorrente do nível de detalhamento que deve ser considerado para evitar a reincidência de problemas relativos à medição dos dados e manter, na medida do possível, o máximo alinhamento às diretrizes do CNJ, prevê-se que tal prazo não será observado.

Ressalte-se, no entanto, que serão envidados todos os esforços para que as propostas de novas fichas estejam concluídas até a III RAE, prevista para o final do mês de agosto. Cabe observar, ainda, que a proposta em andamento prevê que eventual nova forma de medição, com parâmetros distintos dos atuais, somente seja realizada a partir de 2021, a fim de evitar a interrupção da série histórica atual. Dessa forma, busca-se, também, iniciar um novo ciclo de medição já alinhado às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a estratégia do Poder Judiciário para o ciclo 2021/2026, contribuindo-se antecipadamente para o processo de revisão do Plano Estratégico pelo qual passará o TRE-RJ no próximo exercício.

Quanto à terceira deliberação do CGE, relativa à análise dos relatórios apresentados pela SJD e pela VPCRE sobre as sazonalidades eleitorais e os impactos nas taxas de congestionamento, com o objetivo de identificar onde há maior taxa de congestionamento e os fatores que possam estar gerando o acúmulo dos processos, a fim de que seja estabelecidas as medidas necessárias para reduzir tais taxas, a ação ainda não foi iniciada.

Importa salientar que a medida é de suma importância, considerando, sobretudo, definições pouco claras sobre as metas. Ademais, com a iminência de revisão do plano estratégico, esta medida se mostra mais do que oportuna.

Muito embora a ação não relacionada diretamente ao objetivo em questão, vale destacar que neste período foi iniciado o trabalho de revisão da ficha do indicador IE 07, vinculado ao objetivo OE 03. Cabe destacar que a revisão da estrutura do IE 07 teve como premissa a estruturação de instrumentos e mecanismos para assegurar a melhor prestação jurisdicional dos processos prioritários (que possam importar em perda de mandato eletivo ou cassação de diploma), ações penais e processos de prestação de contas, o que, sem dúvida, guarda grande potencial para impactar o objetivo OE 02. O trabalho de revisão do IE 07 já está em fase final, estimando-se que seja levado à validação pelo CGE na próxima RAE.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

De acordo com a última análise realizada, o grande desafio que seria enfrentado no primeiro semestre deste ano dizia respeito ao potencial aumento de casos novos, que deveria ser combatido por esforços destinados a reduzir a taxa de congestionamento, como forma de evitar o acúmulo cada vez maior de processos.

Com certeza o advento da pandemia da covid-19 influenciou a capacidade do tribunal para impulsionar e dar mais celeridade aos julgamentos, sobretudo em razão da suspensão dos prazos processuais, potencializada no primeiro grau por ainda dispor de muitos processos tramitando em meio físico – os prazos processuais dos processos físicos e eletrônicos foi suspensa na segunda quinzena de março, sendo reativados tão somente para os processos eletrônicos a partir de 4 de maio.

Observa-se o aumento do número de casos novos nos dois graus de jurisdição, sobretudo a partir de maio de 2020. A persistir um cenário epidemiológico desfavorável, a tendência é que o desempenho não venha a melhorar, salvo se houver um esforço destinado a impulsionar os feitos eletrônicos. Não se pode perder de vista, no entanto, a necessidade de validação dos dados estatísticos, a fim que seja dado o correto direcionamento a eventuais ações destinadas a melhorar as taxas de congestionamento.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Primeiramente, é fundamental verificar a fidedignidade dos dados registrados no sistema GERIR, sobretudo os relativos aos indicadores de apoio IA 03 e IA 09, procedendo-se às devidas retificações, se cabíveis, inclusive dos dados pretéritos, a fim de que se tenha absoluta convicção sobre os resultados do objetivo.

Sugere-se, ainda, que o estudo sobre os relatórios apresentados pela SJD e pela VPCRE sobre as sazonalidades eleitorais e os impactos nas taxas de congestionamento seja cometido à recém criada Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional – CPEFJU, posto que tal análise deve ser realizada com apoio multidisciplinar, em consonância com as atribuições da referida comissão.

No escopo do estudo acima proposto, devem ser reavaliadas as metas estabelecidas para os indicadores de taxa de congestionamento definidas para os próximos trimestres deste ano.

Em virtude do potencial aumento do quantitativo de processos de prestações de contas de campanha, em decorrência da possibilidade de incremento dos registros de candidaturas devido, em parte, ao fim das coligações proporcionais (válido nas eleições vindouras para os vereadores), associado aos prazos de julgamento mais restritos em razão das mudanças do calendário eleitoral por conta da pandemia da covid-19, sugere-se que seja avaliada a pertinência de inclusão do tema em pauta da CPEFJU.

Em vista do risco associado ao baixo desenvolvimento das competências dos usuários do PJe, sobretudo no primeiro grau de jurisdição, para realização dos processos de registro de candidaturas e de análise de prestação de contas, mormente em razão da utilização paralela de outros sistemas de apoio, desenvolvidos pelo TSE, sugere-se que as unidades de formação informem se estão sendo adotadas as medidas pertinentes para evitar eventuais impactos sobre o julgamento desses feitos.

Sugere-se, por fim, cautela nas análises dos indicadores, a fim de que evitar conflitos de interpretação, posto que devem ser utilizadas as definições e parametrizações das fichas consignadas no Plano Estratégico. Quando necessárias eventuais comparações com outras variáveis porventura utilizadas no Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário, as distinções e devidos esclarecimentos precisam ser detalhados nas análises (ex.: casos novos x casos distribuídos).

Riscos associados ao objetivo

Dados das variáveis registrados com equívoco no sistema GERIR, impactando no resultado irreal do objetivo e na qualidade do processo decisório.

Metas desproporcionais aos desafios a serem enfrentados, impactando em piores resultados a médio e longo prazo.

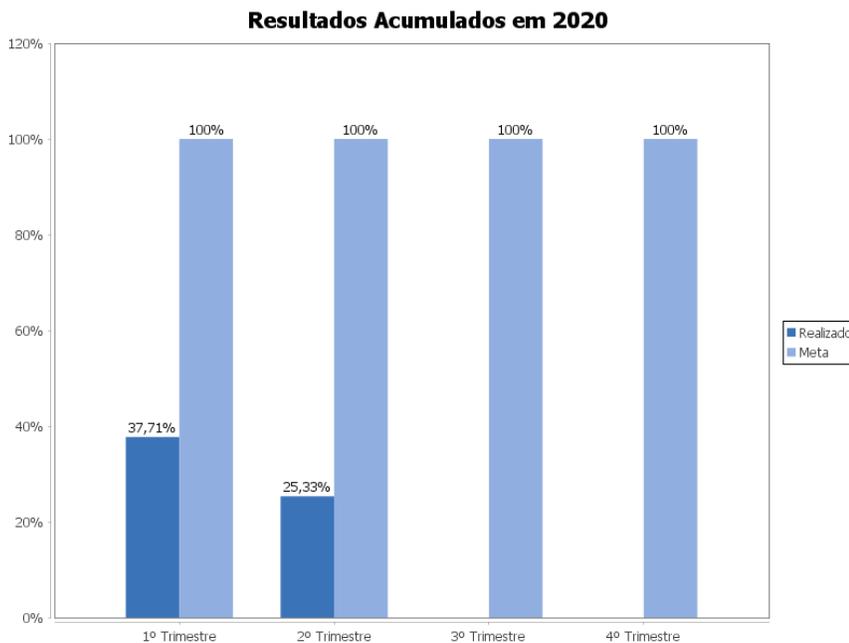
Aumento do quantitativo de processos de prestações de contas de campanha, em decorrência do potencial incremento dos registros de candidaturas devido, em parte, ao fim das coligações proporcionais (válido nas eleições vindouras para os vereadores), associado aos prazos de julgamento mais restritos em razão das mudanças do calendário eleitoral por conta da pandemia da covid-19, impactando na qualidade das análises.

Baixo desenvolvimento das competências dos usuários do PJe, sobretudo no primeiro grau de jurisdição, para realização dos processos de registro de candidaturas e de análise de prestação de contas, mormente em razão da utilização paralela de outros sistemas de apoio, desenvolvidos pelo TSE, com efeito sobre a morosidade dos respectivos processos.

IE 01 - Índice de agilidade - 1º grau

Insatisfatório

Desempenho do Período: 25,33%



Responsável: SVPCRE.

Análise de contextoTendo em vista a suspensão do expediente presencial (Atos Conjuntos PR-VPCRE n.º 04/2020 e 06/2020) e dos prazos processuais nos processos físicos (Resolução TSE 23.615/2020 e Portaria TSE 265/2020), e considerado o fato de que o Processo Judicial Eletrônico foi implantado escalonadamente, a partir de agosto de 2019 (Resolução TRE n.º 1.092/2020), de maneira que a Eleição de 2020 será a primeira a ser realizada com a utilização do novo sistema, é mister reconhecer que a medição da agilidade processual e produtividade dos processos judiciais (IA 01) restou prejudicada, vez que a maioria dos processos que tramita no 1º grau são físicos. Em relação à medição dos processos administrativos (IA 03), temos que a medição das variáveis TBAixCNCrim1º<1ano, TBAixExtFisc1º<1ano e TBAixCCrim1º<1ano não contribuem para a medição da agilidade dos feitos judiciais. No entanto, nos foi esclarecido, na 1ª RAE 2020, que a exclusão das três variáveis solicitadas pela COAJUR, quando da análise do IA 03, inviabilizaria a medição do indicador. (do IA 03, e, conseqüentemente do IE 01 e do OE 02).

Ações realizadas no último período e resultados obtidosQuanto ao IA 01, não foi possível realizar qualquer ação no período, em razão da já mencionada suspensão do expediente presencial em decorrência das restrições de ordem sanitária advindas da pandemia do COVID-19. Em relação ao IA 03, restou deliberado, na 1ª RAE de 2020, que a questão se resolveria na revisão das fichas dos indicadores de apoio que integram o OE 02 – Garantir a celeridade e a eficácia na prestação jurisdicional (1º e 2º graus de jurisdição) para alinhá-las às Tabelas Processuais Unificadas aplicáveis à Justiça Eleitoral e reavaliá-las quanto à pertinência de adoção de taxa de congestionamento líquida, em substituição à taxa de congestionamento total, ora adotada, sem prejuízo da manutenção do controle sobre os processos suspensos/ sobrestados/ em arquivo provisório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)A situação só poderá ser tratada a partir do retorno do expediente presencial em algum grau, e, com a oportuna migração desse acervo para o sistema eletrônico, restará equacionada quanto aos processos judiciais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasOutrossim, é forçoso salientar que os processos administrativos hoje tramitam no SEI ou no PJE das Zonas Eleitorais. E, nesse sentido, cresce a necessidade de atualização das fichas dos indicadores que compõem o OE 02, para retirar os tipos processuais que deixaram de ser classes processuais quando passaram a tramitar no SEI.

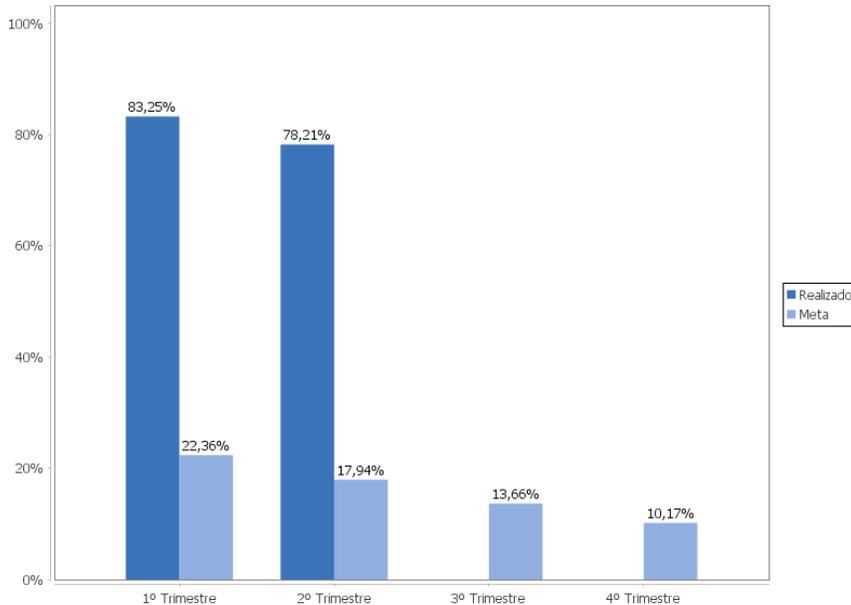
Riscos associados ao objetivo

IA 01 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 1º grau

Insatisfatório

Desempenho do Período: -235,96%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contexto A principal forma de monitorar o indicador e conseguir o seu cumprimento é através do acompanhamento da tramitação dos feitos, identificando possíveis entraves e, quando necessário, pedindo informações diretamente ao chefe de cartório e ao juiz competente. A depender da situação, também pode ser o caso de solicitar o comparecimento pessoal na VPCRE.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos A maioria dos processos que tramita no 1º grau são físicos. Devido à suspensão do expediente presencial (Atos Conjuntos PR-VPCRE n.º 04/2020 e n.º 06/2020) e dos prazos processuais nos processos físicos (Res. TSE 26.615/2020 e Ato Conjunto PR-VPCRE n.º 06/2020) não foi possível realizar qualquer ação no último período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) O principal desafio é manter o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mesmo sem a presença de servidores em cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, sem que seja possível impulsionar os processos físicos, não há o que fazer para reverter esse quadro a curto prazo.

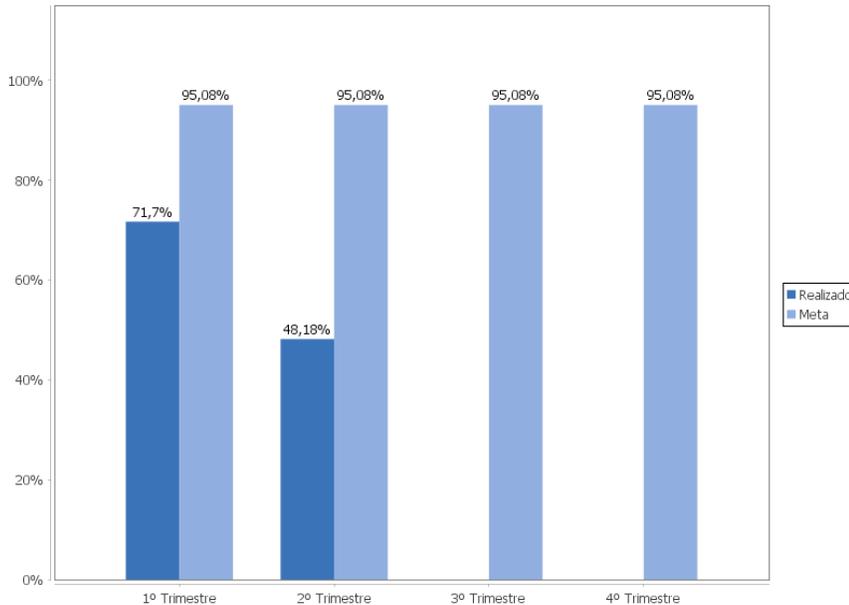
Riscos associados ao objetivo Prejuízo à celeridade na prestação jurisdicional.

IA 03 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 1º grau

Insatisfatório

Desempenho do Período: 50,67%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.

Análise de contextoA COAJUR, por ser a área que acompanha de perto o desenvolver de tais processos, mais do que ninguém, sabe que a medição das variáveis TBAixCNCrim1º

Muito pelo contrário, por serem informações inúteis, apenas destoam o real quadro de como anda a agilidade de tais feitos.

A questão foi levantada na última RAE, mas não tenho notícias de que tenha havido uma deliberação final sobre o tema.

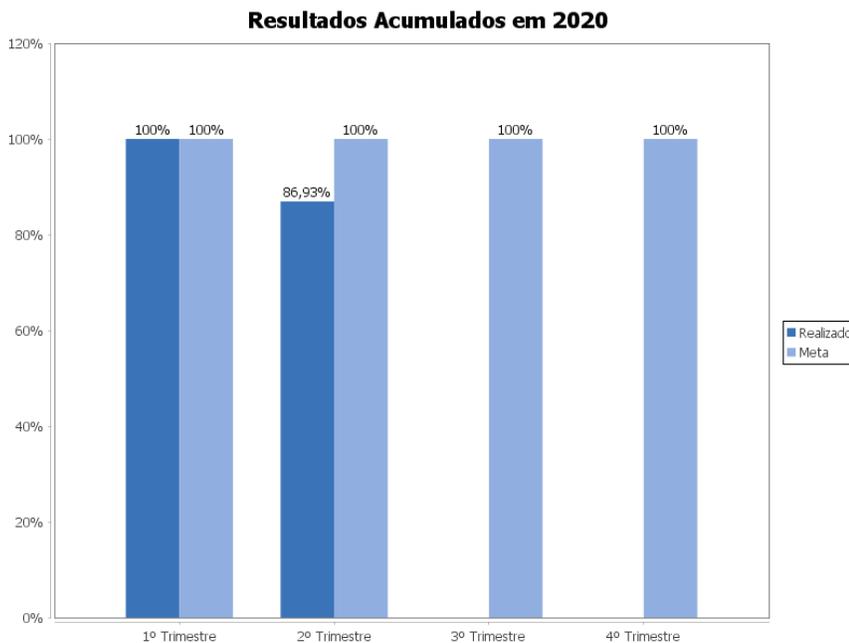
Diante disso, reporto-me às considerações feitas na análise do 4º trimestre de 2019.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosA maioria dos processos que tramita no 1º grau são físicos. Devido à suspensão do expediente presencial (Atos Conjuntos PR-VPCRE n.º 04/2020 e n.º 06/2020) e dos prazos processuais nos processos físicos (Res. TSE 26.615/2020 e Ato Conjunto PR-VPCRE n.º 06/2020) não foi possível realizar qualquer ação no último período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O principal desafio é manter o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mesmo sem a presença de servidores em cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasA curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, sem que seja possível impulsionar os processos físicos, não há o que fazer para reverter esse quadro a curto prazo.

Riscos associados ao objetivoReporto-me às considerações feitas na análise do 4º trimestre de 2019.

IE 02 - Índice de agilidade - 2º grau**Atenção****Desempenho do Período: 86,93%****Responsável: SJD.**

Análise de contextoO desempenho, apesar de satisfatório, requer cautela quanto à taxa de congestionamento que apresenta o status de atenção.Cumprir destacar que a Resolução TRE-RJ 1129/2020, de 16 de março, suspendeu os prazos de todos os processos físicos em tramitação neste Tribunal, que continuam suspensos até a presente data.Além dessa norma, o Ato Conjunto PR/VPCRE 06/2020, publicado em 23 de março, determinou a suspensão de prazos dos processos eletrônicos judiciais, nos termos do art. 5º da Resolução TSE 23.615/2020 e que vigorou até 4 de maio.Conforme adiantado, em 17 de abril, na análise do IA08 (Tx de congestionamento), que compõe este Indicador Estratégico 02, os impactos sobre a taxa de congestionamento, em virtude da suspensão dos prazos processuais judiciais mencionados acima, passariam a ser sentidos com mais intensidade a partir de abril.Após 4/5/2010, os prazos processuais (processos eletrônicos) voltaram a fluir normalmente, havendo um aumento significativo na quantidade de processos distribuídos a partir de então, conforme demonstrado abaixo:

Mês - Processos distribuídos
 Maio - 149
 Junho - 240

Tendo maio como mês base, junho respondeu por uma elevação de mais de 60%, o que contribuiu para a ampliação da taxa de congestionamento, já que não foi acompanhada pelas baixas processuais, conforme era de se esperar, visto que tal movimento, sabidamente, exige uma série de procedimentos legais/formais que demandam tempo de processamento.Esta SJD tem reportado, de modo oportuno, que a taxa de congestionamento poderá se elevar no segundo semestre com o advento das eleições municipais (ver riscos associados).Em que pese o IA08 ter apresentado um comportamento não desejado, a SJD manteve-se em pleno funcionamento, por meio do tele trabalho, promovendo todos os atos necessários à continuidade da prestação de serviços à sociedade (advogados, partes, eleitores, CNJ) e, também, atendendo a todas as demandas internas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosAcompanhamento sistemático dos processos em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos intenso monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

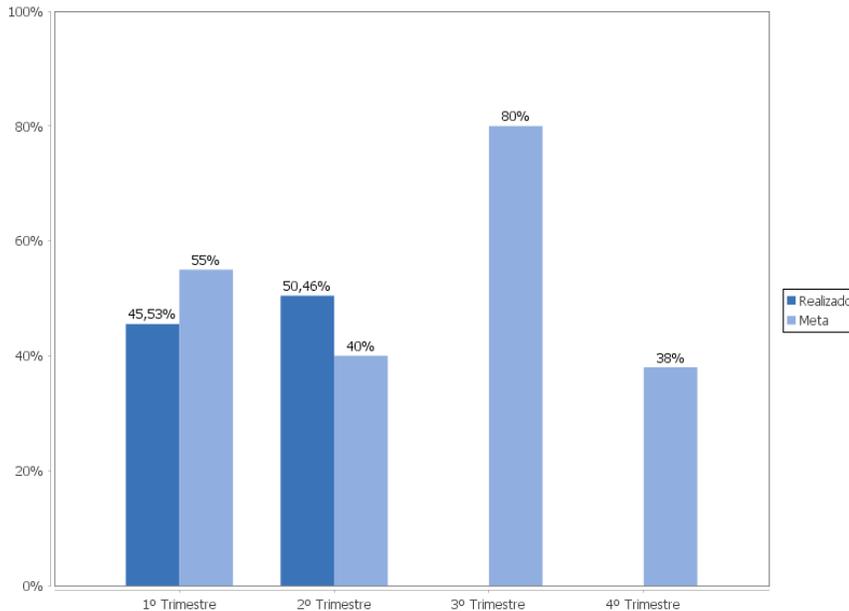
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O principal desafio para o segundo semestre será o comportamento da taxa de congestionamento que tem grande influência sobre este indicador. Apesar disso, em virtude das incertezas trazidas pela pandemia do Covid-19, não há meios para afirmar, neste momento, tendências pelos próximos meses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasAcompanhamento, nos mesmos moldes adotados por esta Secretaria quando do monitoramento das prestações de contas de campanha das eleições de 2018, adotando alertas semanais ou quinzenais para apoio ao processo decisório a fim de proporcionar de modo satisfatório o gerenciamento do indicador.

Riscos associados ao objetivoEm razão da pandemia provocada pelo Coronavírus, a Emenda Constitucional 107/2020, promulgada pelo Congresso Nacional em 2/7/2020, alterou a data das eleições deste ano, primeiro e segundo turnos,

respectivamente, para os dias 15 e 29 de novembro. Com a prorrogação do pleito, foram alteradas, também, as datas de outros marcos eleitorais, especialmente a data final para apresentação de registros dos candidatos escolhidos em convenções partidárias cujo prazo final passou do dia 15 de agosto para o dia 26 de setembro. Em caso de recursos, cujas repercussões seriam muito expressivas no 2º grau, há de observar se os processos serão remetidos das Zonas Eleitorais em tempo hábil para o cumprimento dos prazos para os seus julgamentos. Já com relação à prestação de contas de campanha dos candidatos eleitos (referentes ao primeiro e segundo turnos), outro marco de suma importância, teve o prazo alterado de encaminhamento para a Justiça Eleitoral para 15 de dezembro cujas decisões foram, também, prorrogadas para que até o dia 12 de fevereiro de 2021 sejam publicadas. Nesse sentido, importante registrar que em janeiro de todos os anos ocorre uma situação que exerce um grande impacto sobre o primeiro trimestre e, conseqüentemente, acaba gerando reflexos sobre o segundo trimestre (2T). Trata-se da suspensão do expediente forense, que vigora de 20 de dezembro a 6 de janeiro, cumulado com a suspensão da contagem dos prazos processuais, que vige de 20 de dezembro a 20 de janeiro, inclusive. Portanto, deve-se traçar, um paralelo entre a suspensão de prazos (prevista no art 220 do novo Código de Processo Civil) e o recesso forense (art 62, Lei 5.010/66), ressalvado no § 1º daquele preceito legal. Assim, durante esses períodos, os prazos processuais não fluem, não se realizam audiências nem sessões de julgamento, ocasionando uma elevação da taxa de congestionamento no primeiro trimestre e início do segundo. Com isso, espera-se que os impactos dessas alterações forcem a consagrada elevação da taxa de congestionamento, típica em anos eleitorais, mais para o final do ano, podendo inclusive, comprometer o objetivo e metas CNJ caso não haja tempo hábil para sua redução dentro deste exercício. Por conseguinte, em 2021, podemos inaugurar-lo com uma taxa mais elevada que a usual.

IA 08 - Taxa de congestionamento dos feitos judiciais - 2º grau

Atenção**Desempenho do Período: 73,86%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SJD.**

Análise de contexto: O desempenho moderado deve-se em parte à suspensão dos prazos processuais, o que foi reportado pela Secretária Judiciária na 2ª RAE de 2020, realizada em 29/05/2020. Conforme consta na análise do 1º trimestre, os impactos sobre a taxa de congestionamento seriam sentidos com mais intensidade a partir de abril, visto que somente a partir de 23/3, foi publicado o Ato Conjunto 06/2020 que suspendeu os prazos processuais judiciais1 nesse período. Com a retomada dos prazos processuais a partir de 4/5/2020, houve um aumento significativo, em junho, na quantidade de processos em tramitação da ordem de 18% em relação a maio. Dentro do período em análise verificamos que as baixas processuais acompanharam, igualmente, o mesmo ritmo das decisões terminativas proferidas no 2º grau, conforme parâmetros do CNJ. Em que pese essa queda no IA08, a SJD manteve-se em pleno funcionamento, por meio do tele trabalho, promovendo todos os atos necessários à continuidade da prestação de serviços à sociedade (advogados, partes, eleitores, CNJ) e, também, atendendo a todas as demandas internas.1 - Suspensão de prazos processuais nos termos do art 5º da Resolução TSE 23.615/2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos: Acompanhamento sistemático dos processos em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos intenso monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo): Em que pese acreditarmos na melhora desse quadro, em virtude das incertezas trazidas pela pandemia do Covid-19 não há meios para apontar tendências pelos próximos meses.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas: As consultas geradas pelos painéis do Bi, identificam, s.m.j., quais são os "gargalos" na tramitação dos processos que podem ensejar o aumento da taxa de congestionamento.

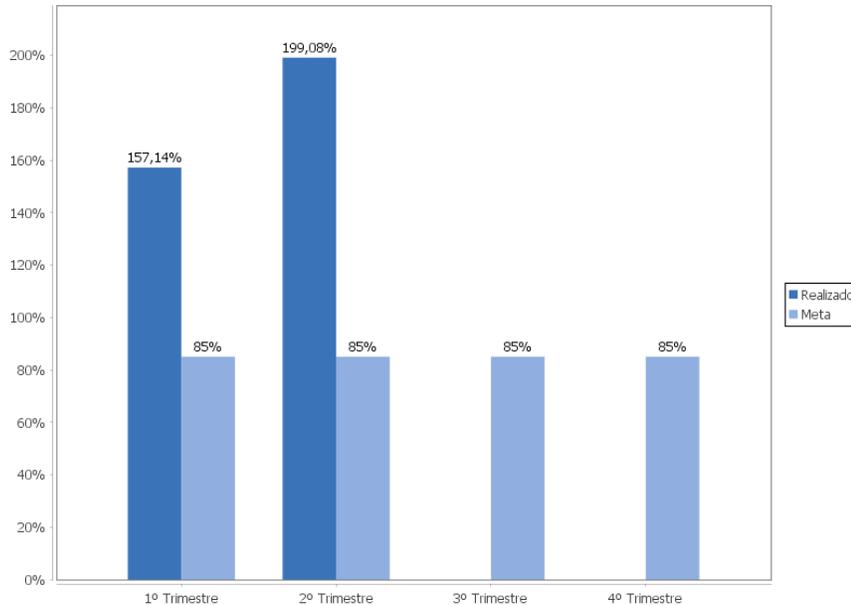
Riscos associados ao objetivo: A SJD tem apresentado um notável desempenho durante o trabalho remoto e, portanto, não vislumbra, dentro de suas competências, riscos que a Unidade poderia trazer ao objetivo.

IA 09 - Índice de agilidade no julgamento dos feitos judiciais - 2º grau

Satisfatório

Desempenho do Período: 234,21%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Análise de contexto Durante o período em análise, a produtividade jurisdicional se comportou da seguinte forma: PROCESSOS TERMINATIVAS 124 ACÓRDÃOS 103 TOTAL PROCESSOS BAIXADOS 135 * Dados gerenciais Considerando que neste segundo trimestre tivemos 58 dias úteis, houve, em média, 2,3 processos baixados/dia, 2,1 processos com decisões judiciais terminativas/dia e 1,8 Acórdãos/dia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Acompanhamento sistemático do processos em tramitação e no que diz respeito às questões de sua competência, realizamos intenso monitoramento de estatísticas processuais, bem como ações proativas na gestão de processos que tramitam no 2º grau.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Em que pese acreditarmos na melhora desse quadro, em virtude das incertezas trazidas pela pandemia do Covid-19 não há meios para apontar tendências pelos próximos meses.

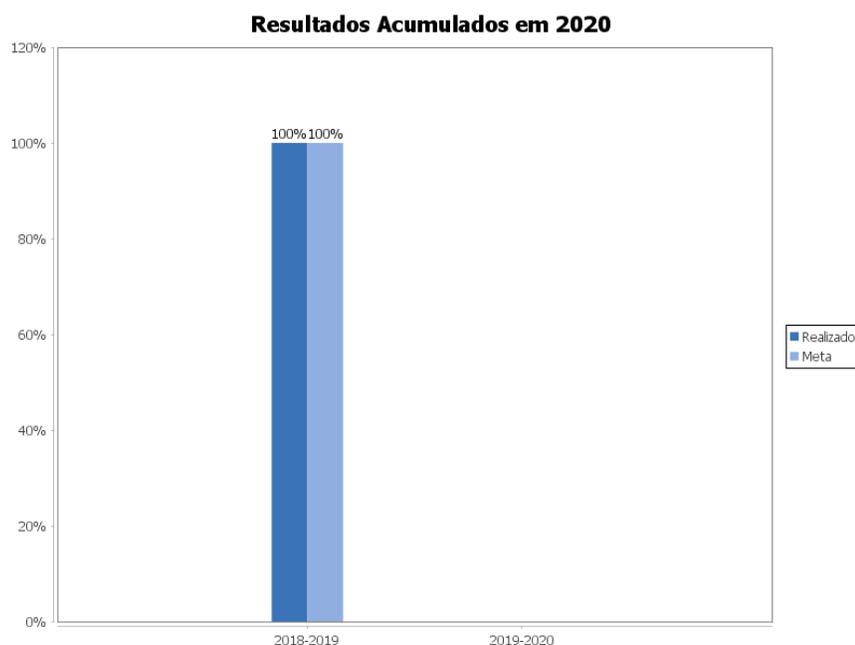
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas As consultas geradas pelos painéis do Bi, identificam, s.m.j., quais são os "gargalos" na tramitação dos processos que podem ensejar o aumento da taxa de congestionamento.

Riscos associados ao objetivo A SJD tem apresentado um notável desempenho durante o trabalho remoto e, portanto, não vislumbra, dentro de suas competências, riscos que a Unidade poderia trazer ao objetivo.

IA 10 - Índice de prestações de contas julgadas no prazo - 2º grau

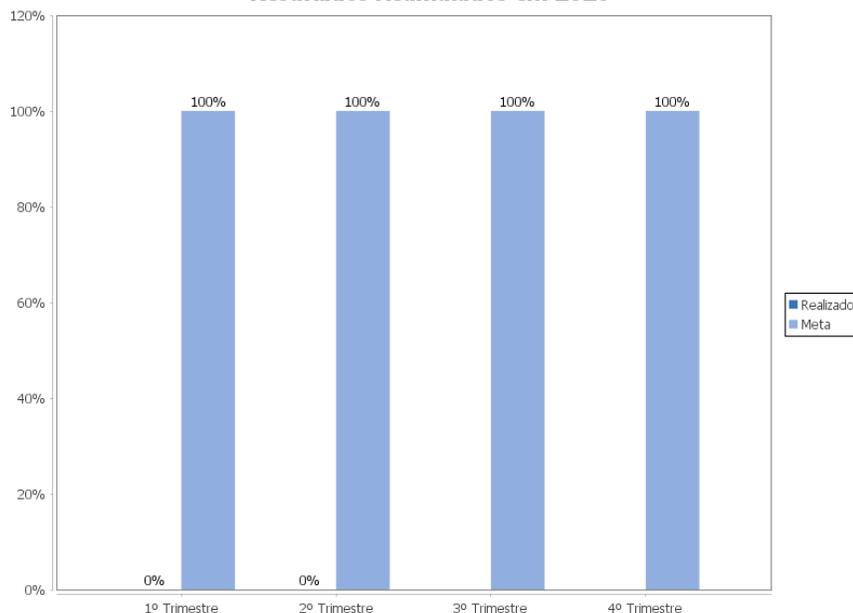
Não realizado

Desempenho do Período:



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SJD.

Os candidatos não eleitos que concorreram nas Eleições de 2018 tiveram suas prestações de contas julgadas por este TRE ao longo do ano de 2019, conforme determina a legislação. O prazo para a Justiça Eleitoral julgar as contas apresentadas por esses candidatos se encerrou no dia 29 de novembro de 2019, de acordo com o Calendário Eleitoral do pleito de 2018, sendo que a totalidade das PCs foram julgadas dentro do prazo estabelecido. Sendo assim, o índice atingiu 100% da meta.

OE 03 - Combater os ilícitos eleitorais**Insatisfatório****Desempenho do Período: 0,00%****Resultados Acumulados em 2020****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

Conforme consignado na última análise realizada, o IE 07 (Índice de combate a ilícitos eleitorais) foi suspenso no 4º trimestre de 2019. Assim, o objetivo OE 03 (Combater os ilícitos eleitorais) passou a refletir, tão somente, o desempenho do IE 08 (Índice de celeridade de processos prioritários), cujo desempenho no primeiro e no segundo trimestres de 2020 foi de 0%.

O IE 08 é integrado pelo IA 22 e pelo IA 23, que medem se os prazos estabelecidos para julgamento dos processos que possam resultar em perda de mandato eletivo, respectivamente em 1º e 2º grau, estão sendo observados.

Muito embora o resultado apresentado revele a total inobservância dos prazos acima nos dois graus de jurisdição, não é possível asseverar que isso tenha de fato ocorrido, em razão dos motivos a seguir apresentados, prejudicando uma análise consistente do objetivo.

No âmbito do 1º grau, a maioria dos processos ainda tramita em meio físico. Devido à suspensão do expediente presencial e dos prazos processuais nos processos físicos, por força da pandemia da covid-19, não houve registro na tramitação dos feitos analisados pelo indicador.

No que se refere ao 2º grau, a Assessoria Jurídica da Presidência, unidade responsável pela análise do IA 23, detectou distorção entre os dados registrados no sistema GERIR e o número de processos efetivamente julgados por esta Corte Eleitoral no último mês, isto é, 4 (quatro) AIJEs e 1 (um) Recursos Eleitoral em AIJE.

Conforme informação da SJD, unidade responsável pelo registro das variáveis do IA 23 no sistema GERIR, o sistema Portal BR não está gerando as informações relativas ao indicador, já que tais variáveis eram mensuradas de acordo com os parâmetros da extinta Meta Específica 1. A partir do momento que a referida meta deixou de existir, sendo substituída pela Meta Nacional 4, cuja forma de mensuração é diversa, o sistema deixou de gerar os dados da Meta Específica 1. A SJD esclareceu que providenciou “abertura de um chamado na TI para desenvolver uma consulta a fim de suprir essa lacuna e, assim, poder atender de melhor forma possível o plano estratégico deste TRE”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme deliberado pelo CGE na I RAE de 2020, realizada em 20 de março, proposta de nova ficha do IE 07 deveria ser apresentada até o dia 24/04, prazo posteriormente alterado para 27/07/2020, devido à pandemia da covid-19, conforme decidido na II RAE, realizada em 29/05.

Insta salientar que a deliberação acima está em consonância com a recomendação da SCA no Relatório de Auditoria nº 09/2019 (Auditoria Integrada na Justiça Eleitoral - Indicadores Estratégicos): "Priorizar a reformulação do IE 07 - Índice de combate a ilícitos eleitorais, como um todo, por meio da apresentação de nova ficha de indicador, integrada por indicadores de apoio que

expressem, de forma consistente, o desempenho do Tribunal quanto à finalidade pretendida pelo objetivo estratégico ao qual está vinculado".

O trabalho de revisão da ficha do IE 07 está sendo realizado por um grupo de servidores representantes da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral e Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias, conforme consta do Processo SEI nº 2020.0.000031407-0. Estima-se que o trabalho estará concluído na data prevista, quando será submetido à apreciação do CGE.

Cabe observar, conforme se depreende das informações registradas no referido processo, que a forma proposta para estruturação do IE 07 supre um dos principais desafios apontados na última análise deste objetivo, referente à definição de diretrizes a serem seguidas pelo Tribunal em relação ao combate a ilícitos eleitorais.

Outra ação implementada no primeiro semestre deste ano e que vai ao encontro das sugestões apresentadas por este Gabinete na última análise deste objetivo refere-se à instituição da Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional do TRE-RJ, por meio do Ato GP nº 185/2020, cujas atribuições preveem, dentre outras, "identificar e propor soluções tecnológicas adequadas para extrair, armazenar, produzir e disponibilizar informações estruturadas e confiáveis sobre os dados relacionados à produtividade e prestação jurisdicional no âmbito do TRE-RJ". O referido ato foi publicado no dia 18/06/2020 e a reunião de instalação dos trabalhos ocorreu no dia 03/07/2020, não sendo possível, por ora, aferir resultados dessa ação sobre o desempenho do objetivo.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Consoante a proposta do grupo de trabalho que está atuando na revisão da ficha do IE 07, a medição do "novo indicador" somente deverá ser iniciada em janeiro de 2021. Assim, caso acolhida a proposta do grupo, a aprovação do indicador não causará impacto sobre o desempenho do objetivo neste semestre.

Considerando a manutenção da medição apenas do IE 08, o desempenho do objetivo pode vir a ser alterado com o julgamento do saldo, ainda hoje existente no Tribunal, de processos de natureza afeta ao indicador – AIJEs de competência originária relativas a eleições pretéritas, AIJEs em trâmite no segundo grau e, ainda, AIJEs que eventualmente estejam tramitando em razão de eleições suplementares, seja no primeiro ou no segundo grau.

É certo que o distanciamento social derivado da pandemia da covid-19 consiste em um obstáculo a ser enfrentado, mesmo em relação a processos que tramitam eletronicamente, como na hipótese de exigência de cumprimento de diligências presenciais. Além disso, como já colocado anteriormente, muitos processos ainda tramitam em meio físico nos cartórios eleitorais, estando os respectivos prazos processuais ainda suspensos.

De toda sorte, apesar dos embaraços causados pelo atual cenário sanitário, para que se promova a celeridade do julgamento desse passivo é mister a identificação dos esforços a serem empreendidos pelo Tribunal.

Além disso, a pronta adequação do sistema PortalBR é fundamental para viabilizar o monitoramento e o impulsionamento desses processos, em associação às discussões e propostas que possam vir a ser identificadas pela CPEFJU.

Não se pode perder de vista que o julgamento desse passivo é fundamental para reduzir a taxa de congestionamento e viabilizar o atendimento à demanda de novos feitos dessa natureza, os quais têm grande impacto para a sociedade e sobre a imagem da Justiça Eleitoral, e que certamente aumentarão em razão do processo eleitoral que se avizinha.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

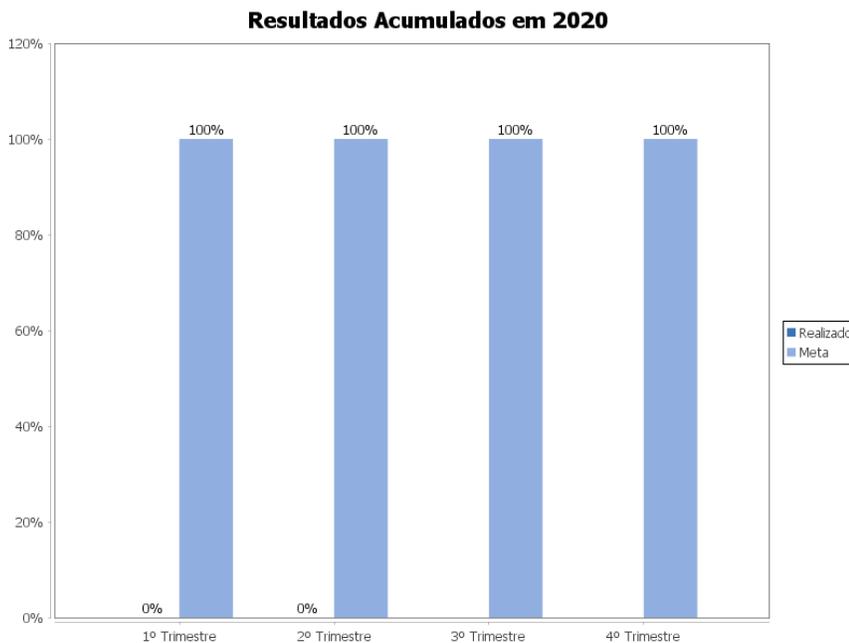
Primeiramente, é fundamental que os ajustes ao PortalBR sejam implementados para viabilizar a retomada de medição do IE 08 com a máxima brevidade e, havendo necessidade de revisão de dados pretéritos (1º e 2º trimestres de 2020), sejam tais dados corrigidos no sistema GERIR.

Sugere-se, ainda, que a análise do IE – 08 seja cometida à recém criada Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional – CPEFJU, visando assegurar a segregação dessa atribuição, uma vez que a análise do indicador de apoio IA 22 e do referido IE 08 recaem sobre a mesma unidade, qual seja, Assessoria Jurídica da Presidência.

Nesse viés, propõe-se seja levada à CPEFJU, a título de sugestão de pauta, a identificação de ações que poderiam imprimir maior celeridade ao julgamento do passivo processos de que trata o IE 08, visando impulsionar o desempenho do objetivo ainda neste exercício, bem como a identificação dos relatórios e funcionalidades necessários para permitir o aprimoramento das análises e do processo decisório como, por exemplo, identificar o tempo de tramitação em cada unidade (MP, Gabinetes de relatores, etc).

Riscos associados ao objetivo

Divulgação de dados estatísticos equivocados, morosidade no julgamento dos feitos afetos ao objetivo e perda de objeto das ações, impactando a imagem institucional.

IE 08 - Índice de celeridade de processos prioritários**Insatisfatório****Desempenho do Período: 0,00%****Responsável: ASJUPR.****Análise de contexto****Período de Referência: 2º trimestre de 2020**

Como já ocorreu em relação ao primeiro trimestre do corrente ano, em que a análise deste indicador foi dispensada, por deliberação do Comitê de Gestão da Estratégia, por força da pandemia do COVID-19, também no segundo trimestre a referida análise mostrou-se comprometida, sendo parte do problema diretamente relacionado à sobredita questão epidemiológica (Juízos Eleitorais), e a remanescente por razão distinta, de ordem técnica.

No que concerne ao IA-22, consignou unidade responsável que, por força da pandemia, não houve qualquer registro na tramitação dos feitos analisados pelo indicador, uma vez que suspensos tanto o expediente presencial (Atos Conjuntos PR-VPCRE n.º 04/2020 e n.º 06/2020), quanto os prazos processuais nos processos físicos (Res. TSE 26.615/2020 e Ato Conjunto PR-VPCRE n.º 06/2020), que compõem a quase totalidade dos acervos dos Juízos Eleitorais de primeira instância.

No que concerne aos feitos que tramitam no âmbito desta Corte Regional — processos prioritários em grau de recurso ou em ações originárias —, registrou esta Assessoria Jurídica, responsável pelo seu exame, que os dados constantes no sistema para o presente período não correspondiam à realidade, circunstância que inviabilizava a realização de qualquer análise.

Observou-se, no ponto, segundo os dados constantes da plataforma do Sistema Gerir, que esta Corte Regional não teria apreciado nenhum dos processos contemplados pelo indicador no último trimestre deste ano, fato sabidamente inverídico, sendo de conhecimento desta Assessoria que pelo menos cinco processos dessa natureza foram julgados no último mês, sendo quatro AIJE's de competência originária desta Corte, todas egressas do pleito de 2018, e um Recurso Eleitoral em AIJE, este de um dos muitos pleitos suplementares realizados desde então.

Diante disso, esta Assessoria contactou a SJD, oportunidade em que foi cientificada pelo responsável pela inserção dos dados naquela unidade que o sistema que permitia a sua extração (Portal Brasil) não mais se prestava a tal desiderato. Isso porque, diante da extinção da antiga Meta Específica 1, pelo CNJ, em função de um modelo mais abrangente, hoje representado pela Meta 4, o TRE/PA — que desenvolveu o indigitado Portal — passara a desconsiderar essas variáveis, inviabilizando sua extração.

Esclareceu a unidade responsável, ainda, que já havia providenciado “a abertura de um chamado na TI para desenvolver uma consulta a fim de suprir essa lacuna e, assim, poder atender da melhor forma possível o plano estratégico deste TRE”.

Dessarte, tem-se por integralmente prejudicada a análise do Indicador Estratégico em comento para o 2º trimestre deste ano, à míngua de qualquer variável apta a subsidiar os indicadores de apoio a ele correlatos.

Por fim, propõe esta unidade que a apreciação do IE – 08 seja cometida à recém criada Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional – CPEFJU, assim como sugerido no Plano de Ação referente ao IE-07.

O que se pretende, em ambos os casos, é a que a análise dos indicadores de apoio e do indicador estratégico respectivo não mais recaiam sobre uma mesma unidade.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2020.

Ismael C. Moreira Cesar de Moura
Assessoria Jurídica da Presidência

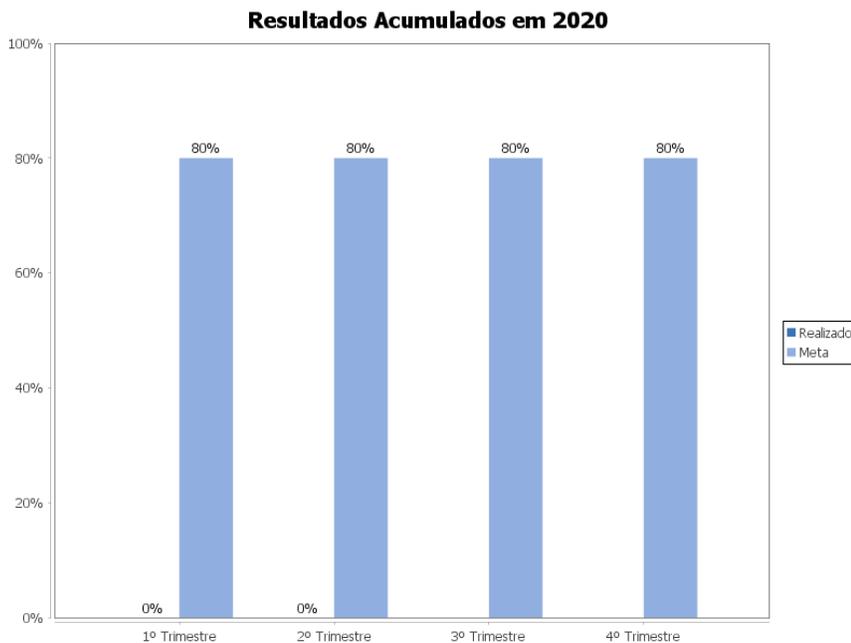
Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IA 22 - Índice de processos prioritários julgados no 1º grau, no prazo

Insatisfatório**Desempenho do Período: 0,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COAJUR.**

Análise de contextoA principal forma de monitorar o indicador e conseguir o seu cumprimento é através do acompanhamento da tramitação dos feitos, identificando possíveis entraves e, quando necessário, pedindo informações diretamente ao chefe de cartório e ao juiz competente. A depender da situação, também pode ser o caso de solicitar o comparecimento pessoal na VPCRE.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosA maioria dos processos que tramita no 1º grau são físicos. Devido à suspensão do expediente presencial (Atos Conjuntos PR-VPCRE n.º 04/2020 e n.º 06/2020) e dos prazos processuais nos processos físicos (Res. TSE 26.615/2020 e Ato Conjunto PR-VPCRE n.º 06/2020) não foi possível realizar qualquer ação no último período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)O principal desafio é manter o impulsionamento dos feitos judiciais físicos, mesmo sem a presença de servidores em cartório. Mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, a tendência é piorar o índice no indicador.

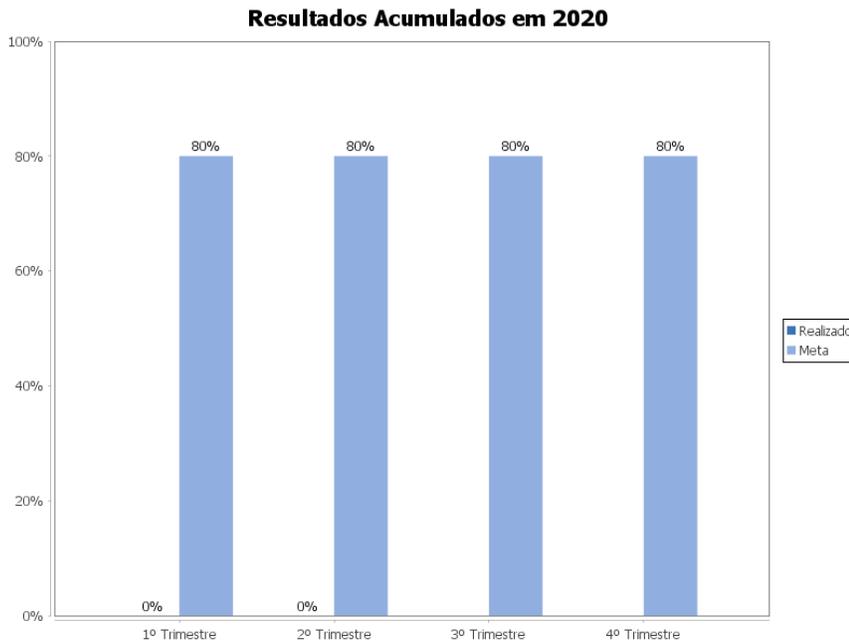
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasA curto prazo, mantendo-se a pandemia e o trabalho remoto, sem que seja possível impulsionar os processos físicos, não há o que fazer para reverter esse quadro a curto prazo.

Riscos associados ao objetivo

IA 23 - Índice de processos prioritários julgados no 2º grau, no prazo

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASJUFR.

Análise de contexto Inicialmente, convém salientar que os dados constantes no sistema para o presente período não correspondem à realidade, circunstância que inviabiliza a realização de qualquer análise.

Período

Realizado em % (Percentual)

Meta em % (Percentual)

% de alcance da meta

Desempenho

2º Trimestre de 2020

,00

80,00

,00

Insatisfatório

1º Trimestre de 2020

,00

80,00

,00

Insatisfatório

De fato, segundo os dados constantes da plataforma do Sistema Gerir, esta Corte Regional não teria apreciado nenhum dos processos contemplados pelo indicador no último trimestre deste ano, conforme planilha abaixo reproduzida:

Sem embargo, é de conhecimento desta Assessoria que pelo menos cinco processos dessa natureza foram julgados no último mês, sendo quatro AIJE's de competência originária desta Corte, todas egressas do pleito de 2018, e um Recurso Eleitoral em AIJE, este de um dos muitos pleitos suplementares realizados desde então.

Diante disso, esta Assessoria contatou a SJD, oportunidade em que foi cientificada pelo responsável pela inserção dos dados naquela unidade que o sistema que permitia a sua extração (Portal Brasil) não mais se presta a tal desiderato. Isso porque, diante da extinção da antiga Meta Específica 1, pelo CNJ, em função de um modelo mais abrangente, hoje representado pela Meta 4, o TRE/PA — que desenvolveu o indigitado Portal — passou a desconsiderar essas variáveis, inviabilizando sua extração.

Esclareceu a unidade responsável, ainda, que já havia providenciado “a abertura de um chamado na TI para desenvolver uma consulta a fim de suprir essa lacuna e, assim, poder atender da melhor forma possível o plano estratégico deste TRE”.

Seja como for, sendo hoje o último dia para a formalização da análise em questão, não nos parece razoável solicitar a qualquer outra unidade a extração dos dados em questão de forma manual, mediante, por exemplo, a análise das Pautas e das Atas dos Julgamentos no respectivo período, ou por qualquer outra forma improvisada, o que seria não apenas um anacronismo, em um cenário em que boa parte dos processos já tramita em plataformas digitais, como também altamente temerário, pela própria imprecisão desses modelos.

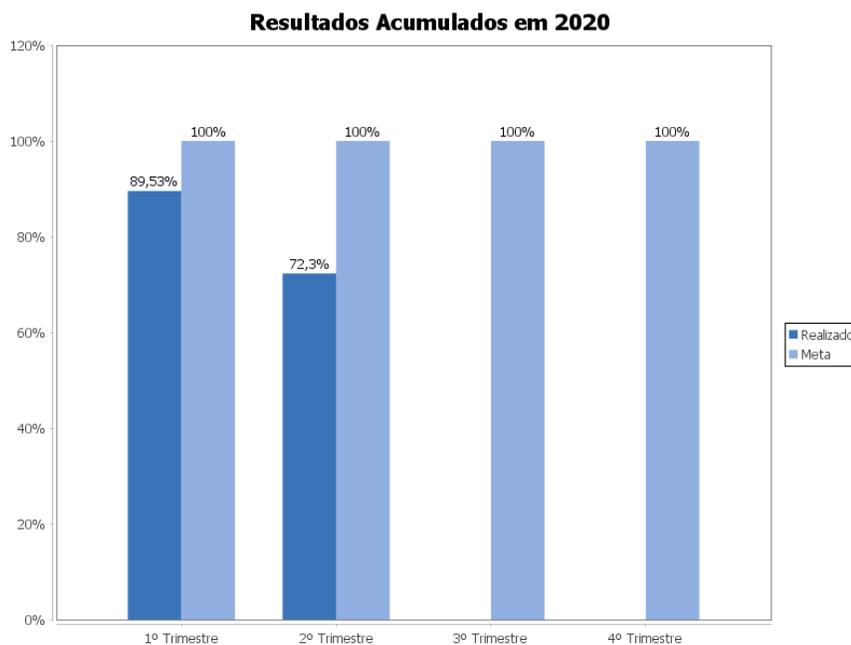
Dessarte, tem-se por prejudicada a análise do indicador em comento para o 2º trimestre deste ano, à míngua de qualquer variável apta a subsidiá-la.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral**Insatisfatório****Desempenho do Período: 72,30%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

Com desempenho de 72,30% no segundo trimestre de 2020, o objetivo apresentou considerável involução, retornando ao patamar de “insatisfatório”, impactado negativamente pelo desempenho de dois dos quatro indicadores estratégicos que o integram, a saber, IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição, com 44,26% de alcance da meta, e IE 12 - Índice de promoção da transparência, com 58,33% desempenho de 58,33%.

Embora tenha apresentado o pior índice entre todos os indicadores estratégicos que integram o OE 04, a queda de desempenho do IE 09 em relação ao último trimestre foi pequena e não se refletiu em mudança de status, mantendo-o no patamar “insatisfatório”. Já o IE 12 foi o que mais impactou no desempenho final do objetivo. Isto porque, além de ter maior peso que o IE 09 no cálculo geral do objetivo, o desempenho do IE 12 caiu de 98,42% para 58,33%, comprometendo significativamente seu patamar de desempenho.

Analisados os dois indicadores estratégicos acima, depreende-se que o “Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos”, objeto do IA 34, vinculado ao IE 12, foi o que apresentou desempenho mais crítico, de 16,67%. Insta salientar que o indicador em questão é mensurado somente em anos eleitorais. No primeiro semestre de 2018 o desempenho foi de 100%.

Por certo, o distanciamento social decorrente da pandemia da covid-19 foi um fator decisivo para a queda de desempenho do IE 12 e, via de consequência, do objetivo, especialmente em relação ao IA 34, uma vez que a maior parte das ações inicialmente previstas para difundir esclarecimentos para partidos e candidatos não pode ser realizada. Das 6 (ações) com previsão de realização no primeiro semestre de 2020, apenas 1 (uma) foi efetivada, a saber, a divulgação da “Cartilha sobre ilícitos na propaganda”. Deixaram de ser realizadas 2 (duas) reuniões sobre registro de candidaturas e 3 (três) reuniões sobre propaganda.

Quanto ao outro indicador integrante do IE 12, a saber, o IA 36 - Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos de segurança da votação, previstas no Plano de Comunicação com o Público Externo, apresentou o ótimo desempenho de 125%. Insta salientar, no entanto, que a medição neste semestre foi realizada a partir de fonte de dados distinta da estabelecida na ficha do indicador, o que foi acolhido em razão da excepcionalidade do período de crise sanitária e por estarem as ações de divulgação previstas em outros instrumentos formais do tribunal alinhadas ao propósito do indicador.

No que se refere ao IE 09, apesar do IA 26 – Índice de aderência ao PIE ser o indicador com menor desempenho, isto é, 21,84%, tal percentual não oscilou tanto em relação ao primeiro trimestre do ano, quando atingiu 28,74%, mantendo-se, portanto, no patamar “insatisfatório”. Assim, o IE 09 acabou sendo mais impactado, neste período, pelo desempenho do IA 24 – Percentual

de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições, cuja queda foi significativa, passando de 250% no primeiro trimestre para 66.67% no segundo trimestre.

Em relação aos dois indicadores de apoio, é certo que o distanciamento social decorrente da pandemia da covid-19 também foi o fator crítico concorreu para as respectivas quedas de desempenho, seja pela dificuldade inicial de acesso aos sistemas do tribunal, seja pela necessidade de readaptação dos formatos de comunicação, até então realizados majoritariamente de forma presencial.

Em relação ao IA 24, dos 5 (cinco) Planos de Ação que estavam previstos para finalizarem no período, apenas 1 (Atendimento de abrangência estadual em todas as Zonas Eleitorais) foi implementado no prazo. O plano de ação “Calendário de tarefas anual”, que também estava previsto para ser finalizado no trimestre, foi suspenso, conforme decisão proferida nos autos do processo SEI n.º 2019.0.000021310-1, apesar de a melhoria já estar sendo tratada pela STI deste Tribunal. Os outros 3 planos de ação previstos estão em andamento, porém atrasados (Manual de procedimentos de polo; Padronização dos procedimentos de mesários e supervisores; Treinamento dos servidores-instrutores em instrutoria).

Quanto ao IA 26, das 80 ações previstas no PIE, somente 13 foram cumpridas dentro do prazo, no período analisado.

O IE 10 - Índice de segurança da votação, cuja medição é semestral, apresentou pequena queda de desempenho em relação ao segundo semestre de 2019, mantendo-se, contudo, com desempenho satisfatório (2º sem/2019 = 96,28 / 1º sem/2020 = 92,34).

Não se pode perder de vista, contudo, que dos três indicadores de apoio que integram o IE 10, dois deles – IA 28 (Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria) e IA 29 (Percentual de urnas não substituídas) são medidos somente ao final dos anos eleitorais. Logo, os desempenhos desses dois indicadores estão reproduzindo o resultado de 2018.

Observa-se, neste semestre, que o terceiro indicador de apoio vinculado ao IE 10, a saber, IA 27 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico, cuja medição é semestral, apresentou desempenho de 86.59%, inferior ao esperado, posto que da meta de 68.48% eleitores cadastrados biometricamente até o final do período, somente 59.30% dos eleitores tiveram suas biometrias cadastradas. Tal resultado também é decorrente do impacto da pandemia da covid-19, que ocasionou a suspensão do atendimento presencial pelos cartórios eleitorais a partir de 17/03/2020, ceifando, aproximadamente, 33 dias de coleta biométrica, o que corresponde a, aproximadamente, 400.000 atendimentos a menos (3,21% do eleitorado ou 5.41% do universo de biometrias já coletadas).

Além disso, em razão da suspensão do atendimento presencial, a Corte Plenária deste Tribunal deliberou pela suspensão dos processos de revisões de eleitorado com este fim, realizadas em 2019 e 2020, assim como pela suspensão do cancelamento das inscrições dos eleitores que não compareceram às revisões de eleitorado já homologadas e realizadas naquele mesmo período, correspondendo a um total de 34 municípios. Tal medida acarreta impacto no desempenho ora em análise, na medida em que o cancelamento das inscrições dos que não atenderam ao chamado para cadastramento biométrico reduziria o total de eleitores aptos e, em consequência, aumentaria o percentual de desempenho em relação à totalidade do eleitorado de referência.

O IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral tem medição anual, não tendo, portanto, influenciado no resultado do objetivo, além de apresentar desempenho bastante satisfatório – 91,25%.

Cabe observar que o IE 11 é integrado por 4 (quatro) indicadores de apoio, a saber: IA 30 (Percentual de mesários voluntários), IA 31 (Percentual de mesários capacitados), IA 32 (Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral) e IA 33 (Percentual de zonas eleitorais capacitadas em registro de candidatura, representações, fiscalização).

De acordo com deliberação da última RAE, foi acolhida proposta de apresentação, até 30/10/2020, de nova ficha para o indicador IA 31.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

1. IE 09 - Estruturação dos controles relacionados aos processos de monitoramento e execução das melhorias decorrentes da Avaliação das Eleições e dos processos de monitoramento e de construção do PIE: a) Criação dos processos no sistema ASTRUM X; b) atuação, no sistema SEI, dos processos de monitoramento das melhorias decorrentes da Avaliação das Eleições, ainda pendentes de atuação; c) atuação, no sistema SEI, do processo de monitoramento do PIE (2020.0.000021919-1); d) contato permanente entre ASPLEL e unidades responsáveis por planos de ação de melhorias e pelas ações do PIE, a fim de orientar quanto aos prazos de suspensão e retomada dos respectivos monitoramentos, interrompidos na fase inicial de suspensão do trabalho presencial por força da pandemia da covid-19.

2. IE 10 - Conclusão das revisões de eleitorado nos municípios de Duque de Caxias, Magé e São João de Meriti, que contribuíram com a implementação de 2,04% de novas biometrias, no período de 06/01 a 17/03/2020, totalizando 254.085 eleitores com biometrias cadastradas. Ao final do primeiro semestre de 2020, e considerando os efeitos da pandemia, dos 12.395.029 eleitores aptos no Estado do Rio de Janeiro, 7.385.921 tinham suas biometrias cadastradas (59,60%) junto à Justiça Eleitoral.

3. IE 12 – Além das ações de divulgação previstas no PIE 2020 e no Plano de Ação derivado da Reunião de Avaliação das Eleições, diversas outras divulgações foram realizadas em alinhamento com o IE 12, que visa à promoção da transparência sobre o

processo eleitoral, relativas, por exemplo, ao fechamento do cadastro eleitoral, aos prazos de prestações de contas eleitorais, à possibilidade de realização de convenções partidárias virtuais, à cartilha da fiscalização de propaganda eleitoral, à segurança da urna eletrônica, etc. Tais ações não foram contabilizadas por não estarem expressas em planos próprios.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Especificamente em relação ao IA 10, os efeitos da pandemia devem impactar severamente os resultados dos indicadores de apoio a ele vinculados – IA 27, IA 28 e IA 29.

Em relação ao IA 27 (Percentual de eleitores com cadastro biométrico), considerando o adiamento das eleições municipais para os dias 15 e 29/11/2020, 1º e 2º turnos respectivamente, o que ensejará o adiamento da reabertura do cadastro eleitoral para o mês de dezembro/2020, ou mesmo janeiro/2021, vislumbra-se significativo impacto negativo para a melhoria do desempenho deste indicador estratégico, bem como em relação ao alcance das metas estabelecidas.

Outro aspecto que indica a involução do IA 27 diz respeito à deliberação anunciada pela Presidência do TSE quanto à dispensa da identificação biométrica para exercício do voto nas eleições vindouras. Isto porque o aproveitamento de nova rodada de dados migrados do DIC-DETRAN/RJ, já encaminhados à STI do TSE, segundo critério estabelecido por aquela Corte Superior, depende da validação da biometria nas urnas eletrônicas, nas eleições. Caso mantido este critério, não será possível o aproveitamento de mais de 3.000.000 de biometrias, além daquelas aproveitadas em 2018 e que não foram validadas nas eleições gerais daquele ano, o que corresponderia, somente neste último caso, a 16,13% do eleitorado apto no Estado do Rio de Janeiro. Nesse cenário, verifica-se, ainda, o alto risco de não atingimento da meta nacional estabelecida pelo TSE para cadastramento da totalidade dos eleitores no ano de 2022.

Caso mantida a dispensa da identificação biométrica para exercício do voto nas eleições de 2020, o IA 28 (Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria) será igualmente afetado.

Estima-se, por fim, a queda de desempenho do IA 29 (Percentual de urnas não substituídas), visto que não houve aquisição e distribuição de novo modelo de urna eletrônica pelo TSE, além da obrigatoriedade de utilização das urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2013 e 2015, portanto com mais dois anos de uso e possibilidade de apresentação de problemas no curso das eleições deste ano.

Por outro lado, considerando que o processo de adaptação ao novo cenário de trabalho remoto já se encontra estabilizado e que a nova data para realização das eleições de 2020 já foi definida, estima-se uma melhora de desempenho de outros indicadores, severamente impactados no primeiro semestre do ano.

Enquadra-se nessa hipótese o IE 09, cujo potencial de melhora também se atribui às medidas implementadas no período para estruturação dos controles relacionados ao monitoramento dos Planos de Ação resultantes de Avaliações de Eleições, objeto do IA 24, e do PIE, objeto do IA 26. Em relação a este último, é possível antever a evolução do desempenho, uma vez que foi autorizada abertura de novo prazo para que as unidades façam as adequações necessárias no sistema do PIE para fins de adequação ao novo Calendário Eleitoral.

Também no rol de tendência de melhora está o IE 12. A reabertura do PIE para adequações pode refletir positivamente sobre o IA 34, uma vez que as reuniões destinadas ao esclarecimento de partidos e candidatos, inicialmente previstas para o primeiro semestre, voltam a ser uma possibilidade, sejam realizadas presencialmente ou por videoconferência, considerando que tal modelo já está amplamente disseminado nas instituições.

Ademais, em observância à determinação do CGE na última RAE, o cronograma relativo à “Cartilha sobre ilícitos no Registro” já foi definido, com previsão de publicação até 25/08. No que se refere à “Palestra para esclarecimento sobre ilícitos”, está em fase adiantada de tratativas entre EJE e SVPCRE para definição de formato, temas e palestrantes/debatedores.

Ainda há a expectativa de melhor desempenho do IA 36, uma vez que a conclusão e aprovação do Plano de Comunicação Integrada são iminentes, viabilizado a mensuração das ações previstas no referido indicador de apoio, promovendo-se, ainda, o devido alinhamento da fonte de dados ao que está estabelecido na respectiva ficha técnica.

Quanto ao IE 11 - Índice de aprimoramento do processo eleitoral, cabe destacar que dos 4 (quatro) indicadores de apoio que o integram, apenas 1 tem medição anual - IA 32 - Percentual de participação de magistrados em ações de atualização em matéria eleitoral. Os demais têm medição bianual.

O lapso temporal prejudica a avaliação da tendência ou dos desafios a serem enfrentados para o melhor desempenho dos indicadores. Isto porque não há um instrumento padronizado para registro e monitoramento das melhorias a serem desenvolvidas para garantir que os pontos fracos porventura identificados no ato da medição dos indicadores, sobretudo daqueles que apresentaram baixo desempenho, sejam sanados. Por se tratar de um indicador estratégico que tem por foco o aprimoramento do processo eleitoral, esta lacuna merece ser avaliada.

Avaliados os resultados de 2018, seguem relacionados os indicadores cujos resultados foram insatisfatórios ou que indicaram necessidade de atenção.

IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições;

IA 28 - Percentual de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria;

IA 29 - Percentual de urnas não substituídas;

IA 30 - Percentual de mesários voluntários;

IA 31 - Percentual de mesários capacitados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

IE 09 – Redefinição dos novos prazos para conclusão dos planos de ação resultantes da avaliação das eleições que tinham prazo inicial de término no primeiro semestre de 2020: Manual de procedimentos de polo; Padronização dos procedimentos de mesários e supervisores; Treinamento dos servidores-instrutores em instrutória. IE 09 – Orientação aos gestores para que disseminem em suas áreas a imprescindibilidade de acompanhamento e atualização sistemáticas das atividades previstas no PIE. IE 10 – Encaminhamento de proposta ao TSE contendo as seguintes sugestões: a) alteração do critério vigente para validação dos dados migrados de outros órgãos, possibilitando-se, alternativamente, o comparecimento dos eleitores nas zonas eleitorais, para leitura da digital e/ou validação da biometria pela aplicativo e-Título, ou mesmo de outra forma que permita a inserção desses dados biométricos no cadastro eleitoral; e, sucessivamente, alteração do prazo para cumprimento da meta de cadastramento biométrico de 100% do eleitorado, originariamente projetada para 2022, para dezembro de 2024; b) realização de nova rodada de revisões biométricas, no ano de 2021, caso haja a disponibilização de vacina que imunize contra o vírus sars-cov-2. IE 11 – Avaliação e report pelas unidades responsáveis pelos indicadores que apresentaram desempenho insatisfatório nas últimas eleições, sobre as medidas que foram ou estão sendo desenvolvidas para reduzir ou eliminar os problemas que deram ensejo aos desempenhos insatisfatórios. IE 11 – Realização de estudo sobre a possibilidade de que sejam estabelecidos requisitos para habilitação de magistrados às funções eleitorais e que seja estabelecido curso de formação inicial como pré-requisito para exercer as atividades eleitorais. Tal situação pode exigir que os processos de abertura de editais sejam antecipados para que seja possível capacitar os magistrados antes que assumam as atividades para as quais concorreram (sugestão conforme análise do IE 11, realizada em janeiro de 2020). IE 12 – Redefinição das datas para realização das reuniões para esclarecimento de partidos e candidatos sobre registro de candidaturas e propaganda eleitoral, bem como adequação da ficha do indicador IA 34, para alinhá-la ao novo planejamento de reuniões. IE 12 – Conclusão e aprovação do Plano de Comunicação Integrada.

Riscos associados ao objetivo

Descontrole da pandemia da covid-19, podendo afetar o processo eleitoral com um todo.

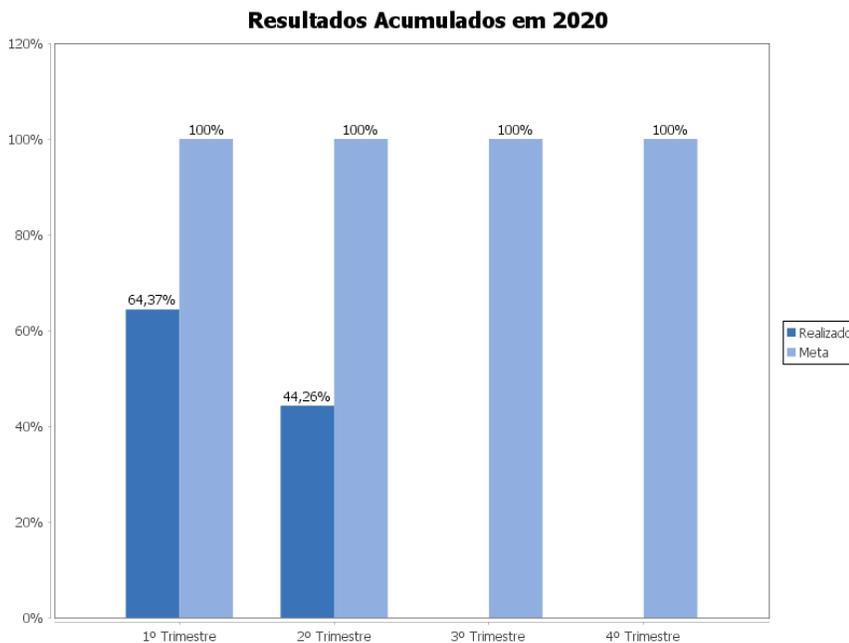
Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE e dar andamento e feedback sistemático sobre os planos de ação derivados da avaliação das eleições.

Inobservância dos problemas que acarretaram baixo desempenho dos indicadores específicos de eleição, sob risco de reincidirem ou agravarem.

IE 09 - Índice de aprimoramento da gestão da eleição

Insatisfatório

Desempenho do Período: 44,26%



Responsável: CPLAN.

Análise de contexto

Análise registrada pela CPLAN, de ordem da Diretoria-Geral. O Indicador Estratégico 09 (Índice de aprimoramento da gestão da eleição), manteve desempenho insatisfatório no presente trimestre, alcançando 44,26% da meta estabelecida. O IE 09 é computado a partir do desempenho de três IAs, a saber: - IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições (66,67%);- IA 25 - Índice de aderência do orçamento das eleições (suspensão);- IA 26 - Índice de aderência ao PIE (21,84%). Considerando que o IA 25 permanece suspenso, uma vez que em anos eleitorais passa a ser medido apenas a partir do 3º trimestre, o desempenho do IE 09 no 2º trimestre resulta diretamente dos desempenhos dos IAs 24 e 26, ambos aferidos como insatisfatórios no período em análise. Em relação ao IA 24, dos 5 (cinco) Planos de Ação que estavam previstos para finalizarem no período, apenas 1 (Atendimento de abrangência estadual em todas as Zonas Eleitorais) foi implementado no prazo. O plano de ação "Calendário de tarefas anual", que também estava previsto para ser finalizado no trimestre, teve o curso do processo suspenso, conforme decisão proferida nos autos do processo SEI n.º 2019.0.000021310-1, apesar de a melhoria já estar sendo tratada pela STI deste Tribunal. Os outros 3 planos de ação previstos estão em andamento, porém atrasados (Manual de procedimentos de polo; Padronização dos procedimentos de mesários e supervisores; Treinamento dos servidores-instrutores em instrutoria). Quanto ao IA 26, das 80 ações previstas no PIE, somente 13 foram cumpridas dentro do prazo, no período analisado. Registre-se que no 1º semestre de 2020 iniciou-se a efetiva atuação da Assessoria de Planejamento de Eleições - ASPLEL, unidade criada em 20/12/2019 com a aprovação da Resolução TRE-RJ n.º 1118/2019, que possui dentre suas atribuições, o monitoramento da execução dos planos de ação decorrentes das Avaliações de Eleições e suas melhorias e o monitoramento do andamento das atividades relacionadas ao Plano Integrado das Eleições - PIE. No entanto, em que pese a melhoria na estrutura orgânica propiciada pela criação de uma unidade dedicada para, entre outras atividades, acompanhar a implementação de melhorias relacionadas às Eleições e monitorar o andamento do PIE, há que se registrar as inéditas dificuldades relacionadas à pandemia de Covid-19, as quais sem dúvida concorreram para o baixo desempenho do indicador no período analisado. Com o isolamento social imposto e a abrupta transição de trabalho presencial para o trabalho remoto, em um primeiro momento tais atividades de monitoramento, que requerem contato direto com as unidades, foram prejudicadas em seu andamento, sendo reflexo deste cenário, por exemplo, a dispensa autorizada pelo CGE em 31/03/2020 quanto à obrigatoriedade de medição de indicadores do 1º trimestre. Em um segundo momento, uma vez já relativamente estabilizadas as condições de trabalho remoto e o acesso a sistemas, deliberou o CGE na 2ª RAE de 2020 (29/05) pela regular execução do ciclo de medição e análises de indicadores do 2º semestre. A partir de tal decisão, a ASPLEL diligenciou junto às unidades responsáveis pela implementação dos Planos de Ação

resultantes da Avaliação das Eleições e por atividades inscritas no Sistema PIE, solicitando que encaminhassem seus reports atualizados e que fizessem as atualizações necessárias no PIE, a fim de propiciar a correta medição dos IAs 24 e 26.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não obstante os impactos da pandemia, a ASPLEL promoveu as seguintes ações no período em análise: 1 - A criação, no sistema ASTRUM X, dos processos de monitoramento e execução das melhorias decorrentes da Avaliação das Eleições e dos processos de monitoramento e de construção do PIE; 2 - A atuação, no sistema SEI, de todos os processos de monitoramento das melhorias decorrentes da Avaliação das Eleições que ainda não haviam sido formalmente autuados, sendo certo que tal ação contribuiu para que os planos de ação fossem devidamente monitorados e para que as unidades responsáveis pudessem informar, adequadamente, as atividades que vêm sendo implementadas no período; 3 - A atuação, no sistema SEI, do processo de monitoramento do PIE (2020.0.000021919-1), para o compilamento de todas as ações de execução, pedidos de alteração e cancelamento de atividades, efetuadas pelas unidades responsáveis, bem como para formalizar as decisões e ações tomadas pela ASPLEL no que diz respeito ao PIE 2020. Tal ação contribuiu para que as ações fossem devidamente monitoradas; 4 - A permanência, durante todo o trimestre, em contato com todas as unidades responsáveis pelos planos de ação de melhorias e pelas ações do PIE, através dos gestores e seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de orientar quanto à suspensão dos prazos, no início da pandemia, bem como quanto à retomada, conforme 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2020, de 29/05/2020 (ata de id. 0998078, processo SEI nº 2020/16910-0); 5 - O constante incentivo para que as unidades promovam: o andamento dos planos de ação e a formalização do cumprimento das atividades ali previstas através do envio mensal dos reports à ASPLEL; o andamento das atividades planejadas para a Eleição e também a devida anotação no sistema PIE de suas datas de início, fim e observações inerentes à execução, garantindo, dessa forma, que o sistema reflita com exatidão o andamento das tarefas nele previstas e sirva de subsídio para análise e tomada de decisão pela Administração.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

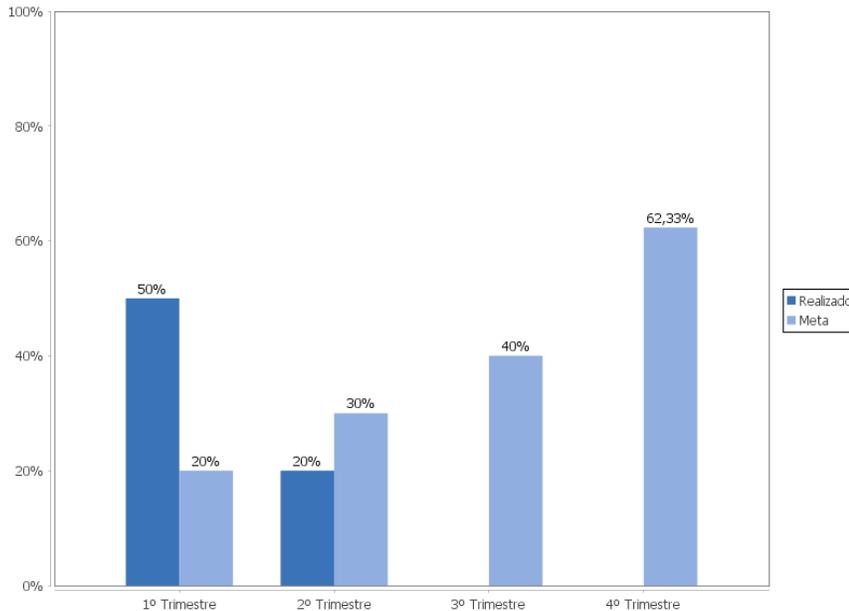
Em relação ao desempenho do indicador no próximo trimestre, é esperada uma melhora no percentual de cumprimento da meta, considerando que a maioria dos Planos de Ação e atividades do Tribunal já tiveram seu curso retomado, com a ampliação do acesso remoto, adaptação à nova modalidade de trabalho e, agora, com a definição da nova data da Eleição. Além disso, foi aberto novo prazo para que as unidades façam as adequações necessárias no sistema do PIE, em relação a prazo e atividades ali previstas, para fins de adequação ao novo Calendário Eleitoral, de modo a garantir maior aderência da execução ao planejamento diante dessa mudança de cenário. Apesar de todos os esforços, a performance do indicador também depende do cumprimento, no prazo, dos planos de ação de melhorias estabelecidos e das atividades relacionadas à Eleição a cargo de cada unidade responsável, bem como da efetiva alimentação do sistema PIE.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A fim de que haja melhora de desempenho do indicador, a ASPLEL permanece em contato constante com todas as unidades responsáveis pelos planos de ação e pelas atividades do PIE, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual implementação dos referidos planos de ação, assim como os andamentos e/ou eventuais alterações no sistema do PIE.

Riscos associados ao objetivo

1 - Risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda pode trazer para os trabalhos deste Tribunal. 2 - Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE e em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos, mediante envio dos reports mensais à Assessoria.

IA 24 - Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições**Insatisfatório****Desempenho do Período: 66,67%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.**

Análise de contexto inicialmente, destaca-se novamente a criação da Assessoria de Planejamento de Eleição (ASPLEL), através da Res. TRE n.º 1118/2019, publicada em 20/12/2019, tendo, dentre outras atribuições, a de monitorar o andamento dos planos de ação e suas melhorias, decorrentes da Avaliação da Eleições 2018.

Cabe salientar que a obrigatoriedade das análises dos indicadores no primeiro trimestre foi dispensada, conforme deliberado na reunião de gestores ocorrida em 31/03/2020, em razão da suspensão do expediente presencial, ante a pandemia do COVID 19. Desta forma, esta será a primeira análise efetuada após o primeiro semestre de efetiva atuação da ASPLEL.

Na 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2020, ocorrida em de 29/05/2020 (ata de id. 0998078, processo SEI n.º 2020/16910-0), no entanto, o CGE deliberou pela manutenção do calendário anteriormente aprovado para medição das variáveis e análise de indicadores e objetivos estratégicos relativos ao 2º trimestre de 2020, considerando que a maior parte dos servidores já se encontrava com acesso e em regime de trabalho remoto, razão pela qual a ASPLEL diligenciou junto às unidades responsáveis pela implementação dos Planos de Ação resultantes da Avaliação das Eleições solicitando que encaminhassem seus reports atualizados, a fim de propiciar a correta medição do indicador de Apoio IA-24.

Verifica-se, no entanto, o IA 24 – “Percentual de implementação dos planos de ação e projetos resultantes das avaliações das eleições” apresentou desempenho insatisfatório no 2º Trimestre de 2020. Dos 05 (cinco) Planos de Ação que estavam previstos para finalizarem neste período, apenas 01 (Atendimento de abrangência estadual em todas as Zonas Eleitorais) foi implementado no prazo. Desta forma, o indicador atingiu o percentual de 66,67% do grau de cumprimento da meta, apresentando acentuada queda em relação ao seu desempenho no trimestre anterior, quando apresentou desempenho satisfatório, com índice de 250% de alcance da meta.

Podemos apontar como principal motivo do baixo desempenho do IA-24, os impactos decorrentes da interrupção do trabalho presencial, com o advento da pandemia do COVID-19, gerando dificuldades de acesso aos sistemas do Tribunal pelos servidores, além do período de adaptação ao Trabalho Remoto, que algumas unidades vivenciaram no período analisado.

Destaca-se que plano de ação “Calendário de tarefas anual” também estava previsto para ser finalizado no trimestre em análise, mas o curso do processo foi suspenso, conforme decisão proferida nos autos do processo SEI n.º 2019.0.000021310-1, apesar de a melhoria já estar sendo tratada pela STI deste Tribunal.

Os demais planos de ação estão em andamento, porém atrasados e são:

- Manual de procedimentos de polo;
- Padronização dos procedimentos de mesários e supervisores;
- Treinamento dos servidores-instrutores em instrutoria .

Ações realizadas no último período e resultados obtidos. Não obstante os impactos da supracitada pandemia, a ASPLEL promoveu as seguintes ações no período em análise:

1 - A criação dos processos de monitoramento e execução das melhorias decorrentes da Avaliação das Eleições no sistema ASTRUM X;

2 - A autuação, no sistema SEI, de todos os processos de monitoramento que ainda não haviam sido formalmente autuados, sendo certo que tal ação contribuiu para que os planos de ação fossem devidamente monitorados e para que as unidades responsáveis pudessem informar, adequadamente, as atividades que vêm sendo implementadas no período;

3 - A permanência, durante todo o trimestre, em contato com todas as unidades responsáveis pelos planos de ação, através dos gestores e seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de orientar quanto à suspensão dos prazos, no início da pandemia, bem como quanto à retomada, conforme 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2020, de 29/05/2020 (ata de id. 0998078, processo SEI n.º 2020/16910-0).

4 - O constante incentivo para que as unidades promovam o andamento dos planos de ação e formalizem o cumprimento das atividades ali previstas através do envio mensal dos reports à esta assessoria .

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Em relação ao desempenho do indicador no próximo trimestre, é esperada uma melhora no percentual de cumprimento da meta, considerando que a maioria dos Planos de Ação já tiveram seu curso retomado, com a ampliação do acesso remoto, adaptação à nova modalidade de trabalho e, agora, com a definição da nova data da Eleição.

Apesar de todos os esforços, a performance do indicador também depende do cumprimento, no prazo, dos planos de ação estabelecidos pelas unidades responsáveis .

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas. A fim de que haja melhora no indicador, a ASPLEL permanece em contato constante com todas as unidades responsáveis pelos planos de ação, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventual implementação dos referidos planos de ação .

Riscos associados ao objetivo. Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

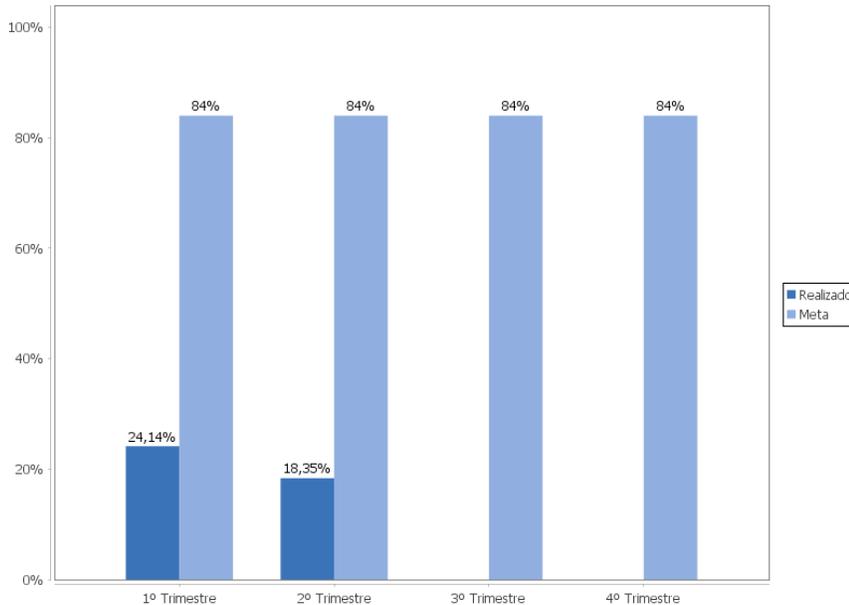
1 - O risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda pode trazer para os trabalhos deste Tribunal. 2 - Baixo comprometimento das unidades responsáveis em dar andamento aos planos de ação sob suas responsabilidades, assim como em comunicar à ASPLEL a implementação tempestiva dos referidos Planos, mediante envio dos reports mensais à Assessoria .

IA 26 - Índice de aderência ao PIE

Insatisfatório

Desempenho do Período: 21,84%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.

Análise de contexto Inicialmente, destaca-se a criação da Assessoria de Planejamento de Eleição (ASPLEL), através da Res. TRE n.º 1118/2019, publicada em 20/12/2019, tendo, dentre outras atribuições, a de monitorar o andamento das atividades relacionados ao Plano Integrado das Eleições (PIE).

Cabe salientar que a obrigatoriedade das análises dos indicadores no primeiro trimestre foi dispensada, conforme deliberado na reunião de gestores ocorrida em 31/03/2020, em razão da suspensão do expediente presencial, ante a pandemia do COVID 19. Desta forma, esta será a primeira análise efetuada após o primeiro semestre de efetiva atuação da ASPLEL

Na 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2020, ocorrida em de 29/05/2020 (ata de id. 0998078, processo SEI n.º 2020/16910-0), no entanto, o CGE deliberou pela manutenção do calendário anteriormente aprovado para medição das variáveis e análise de indicadores e objetivos estratégicos relativos ao 2º trimestre de 2020, considerando que a maior parte dos servidores já se encontrava com acesso e em regime de trabalho remoto, razão pela qual a ASPLEL diligenciou junto às unidades responsáveis por atividades no Sistema PIE solicitando que fizessem as atualizações necessárias para propiciar uma medição correta do indicador de Apoio IA-26.

Ainda assim, o IA 26 – “Índice de aderência ao PIE” apresentou desempenho insatisfatório no 2º Trimestre de 2020. Das 80 (oitenta) ações previstas, somente 13 (treze) foram cumpridas dentro do prazo, no período analisado, apresentando apenas o percentual de 21,84% no grau de cumprimento da meta, índice semelhante ao do 1º trimestre, ocasião em que também apresentou desempenho insatisfatório, com um grau de cumprimento de 28,74% da meta.

Podemos apontar como principal motivo do baixo percentual no desempenho do indicador foi o impacto causado pela pandemia da COVID-19, gerando dificuldades técnicas de acesso, adaptação ao trabalho remoto, além de dificuldades na execução de algumas tarefas previstas no Plano, tais como aquelas que dependiam de tratativas com outros órgãos públicos ou outras entidades.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Não obstante os impactos da supracitada pandemia, a ASPLEL promoveu as seguintes ações no período em análise:

1 - A criação dos processos de monitoramento e de construção do PIE no sistema ASTRUM X;

2 - A atuação, no sistema SEI, do processo de monitoramento do PIE (2020.0.000021919-1), para o compilação de todas as ações de execução, pedidos de alteração e cancelamento de atividades, efetuadas pelas unidades responsáveis, bem como para formalizar as decisões e ações tomadas por esta Assessoria no que diz respeito ao PIE 2020. Tal ação contribuiu para que as ações fossem devidamente monitoradas;

3 – A permanência, durante todo o trimestre, em contato com todas as unidades responsáveis pelas ações do PIE, através dos gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de orientar quanto à suspensão dos prazos, no início da pandemia, bem como quanto à sua retomada, conforme 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2020, de 29/05/2020 (ata de id. 0998078, processo SEI n.º 2020/16910-0).

4 – O constante incentivo para que as unidades promovam não só o andamento das atividades, mas também a devida anotação no sistema PIE de suas datas de início, fim e observações inerentes à execução, garantindo, dessa forma, que o sistema reflita com exatidão o andamento das tarefas nele previstas e sirva de subsídio para análise e tomadas de decisão pela Administração.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Em relação ao desempenho do indicador no próximo trimestre, é esperada uma melhora no percentual de cumprimento da meta, considerando que a maioria das atividades do Tribunal já tiveram seu curso retomado, com a ampliação do acesso remoto, adaptação à nova modalidade de trabalho e, agora, com a definição da nova data da Eleição.

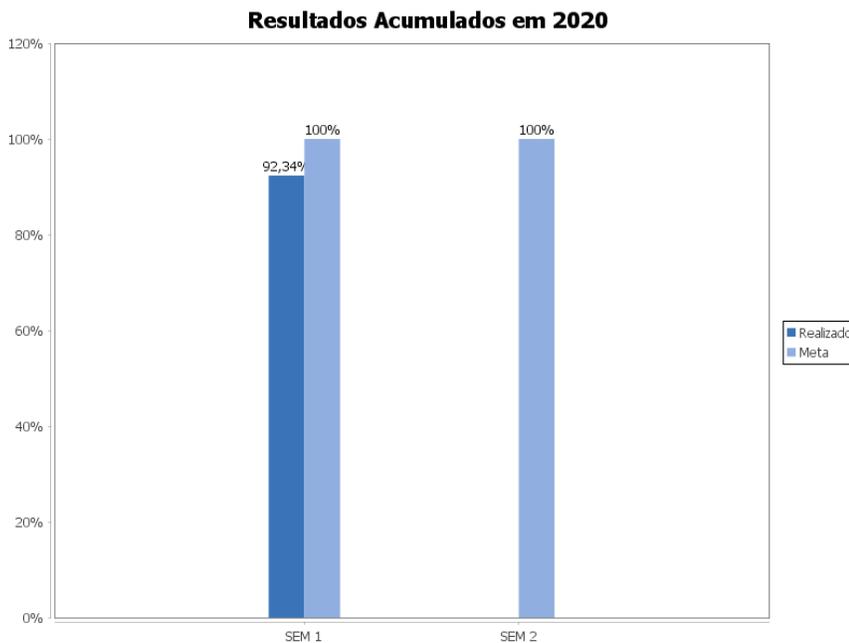
Além disso, será aberto novo prazo para que as unidades façam as adequações necessárias no sistema, em relação a prazo e atividades ali previstas, para fins de adequação ao novo Calendário Eleitoral, de modo a garantir maior aderência da execução ao planejamento diante dessa mudança de cenário.

Apesar de todos os esforços, a performance do indicador também depende do cumprimento, no prazo, das atividades a cargo de cada unidade responsável, bem como da efetiva alimentação do sistema PIE.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A fim de que haja melhora no indicador, a ASPLEL permanece em contato constante com todas as unidades responsáveis pelas atividades do PIE, através dos Gestores, seus assistentes de planejamento ou servidor que faz este papel, a fim de que sejam informados, tempestivamente, os andamentos e/ou eventuais alterações no sistema.

Riscos associados ao objetivo Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 - O risco de novos impactos que a pandemia da Covid-19 ainda possa trazer para os trabalhos deste Tribunal. 2 - Baixo comprometimento das unidades responsáveis em alimentar tempestiva e adequadamente o sistema PIE.

IE 10 - Índice de segurança da votação**Satisfatório****Desempenho do Período: 92,34%****Responsável: DG.****Análise de contexto**

Análise registrada de ordem da sra. Diretora-Geral. O indicador estratégico apresentou desempenho de 92,34%, em condição satisfatória, contudo, inferior ao atingido ao 2º semestre de 2019 (96,28%), indicando a necessidade de atenção. Os indicadores de apoio que o compõem (IA 27, IA28 e IA29) apresentaram desempenho insatisfatório para o período, com destaque negativo para o IA 27. Tal situação é decorrente, principalmente, do impacto da pandemia pelo vírus Sars-cov-2 (covid-19), que ocasionou a suspensão do atendimento presencial pelos cartórios eleitorais, a partir de 17/03/2020, ceifando, aproximadamente, 33 dias de coleta biométrica, correspondentes a, aproximadamente, 400.000 atendimentos a menos (3,21% do eleitorado ou 5,41% do universo de biometrias já coletadas). Além disso, em razão da suspensão do atendimento presencial, a Corte Plenária deste Tribunal deliberou pela suspensão dos processos de revisões de eleitorado com este fim, realizadas em 2019 e 2020, assim como pela suspensão do cancelamento das inscrições dos eleitores que não compareceram às revisões de eleitorado já homologadas e realizadas naquele mesmo período, correspondendo a um total de 34 municípios. Tal medida acarreta impacto no desempenho ora em análise, na medida em que o cancelamento das inscrições dos que não atenderam ao chamado para cadastramento biométrico reduziria o total de eleitores aptos e, em consequência, aumentaria o percentual de desempenho em relação à totalidade do eleitorado de referência.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Das iniciativas relacionadas ao índice estratégico, destaca-se a conclusão das revisões de eleitorado nos municípios de Duque de Caxias, Magé e São João de Meriti, que contribuíram com a implementação de 2,04% de novas biometrias, no período de 06/01 a 17/03/2020, totalizando 254.085 eleitores com biometrias cadastradas. Ao final do primeiro semestre de 2020, e considerando os efeitos da pandemia, dos 12.395.029 eleitores aptos no Estado do Rio de Janeiro, 7.385.921 tinham suas biometrias cadastradas (59,60%) junto à Justiça Eleitoral, quantitativo correspondente a 86,59% da meta de 68,48% estabelecida para o período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Diante da grave crise sanitária ocasionada pelo vírus Sars-cov-2 (covid-19), que provocou o adiamento das eleições municipais de 2020, para os dias 15 e 29/11/2020, 1º e 2º turnos respectivamente, o que ensejará o adiamento da reabertura do cadastro eleitoral, para o mês de dezembro/2020, ou mesmo janeiro/2021, vislumbra-se significativo impacto negativo para a melhoria do desempenho deste indicador estratégico, bem como em relação ao alcance das metas estabelecidas. Outro fator que impactará de forma bastante negativa no IA27 e, por decorrência, neste indicador estratégico, é a deliberação anunciada pela

Presidência do TSE quanto à dispensa da identificação biométrica para exercício do voto nas eleições municipais de 2020. Isso porque o aproveitamento da nova rodada de dados migrados do DIC-DETRAN/RJ, já encaminhados à STI do TSE, segundo critério estabelecido por aquela Corte Superior, depende da validação da biometria nas urnas eletrônicas, nas eleições. Caso seja mantido este critério, não será possível o aproveitamento de mais de 3.000.000 de biometrias, além daquelas aproveitadas em 018 e que não foram validadas nas eleições gerais de 2018, o que corresponderia, somente, neste último caso, a 16,13% do eleitorado apto no Estado do Rio de Janeiro. Pelo exposto, verifica-se alto risco de não atingimento da meta nacional estabelecida pelo TSE para cadastramento biométrico da totalidade dos eleitorais no ano de 2022. Registre-se, por fim, poderá haver decréscimo do desempenho da medição do IA29, uma vez que não houve aquisição e distribuição de novo modelo de urna eletrônica pelo TSE, além da obrigatoriedade de utilização das urnas eletrônicas modelos 2009, 2010, 2013 e 2015, com mais dois anos de uso e possibilidade de apresentação de problemas nas eleições de 2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Encaminhamento de proposta ao TSE, contendo as seguintes sugestões:- alteração do critério vigente para validação dos dados migrados de outros órgãos, possibilitando-se, alternativamente, o comparecimento do eleitor na(s) zona(s) eleitoral(is), para leitura da digital e/ou validação da biometria pelo aplicativo e-Título, ou mesmo outra forma que permita a inserção desses dados biométricos no cadastro eleitoral; e- sucessivamente, alteração do prazo para cumprimento da meta de cadastramento biométrico de 100% do eleitorado, originariamente projetada para 2022, para dezembro de 2024. 2. Realização de nova rodada de revisões biométricas, no ano de 2021, caso haja a disponibilização de vacina que imunize contra o vírus sars-cov-2.

Riscos associados ao objetivo

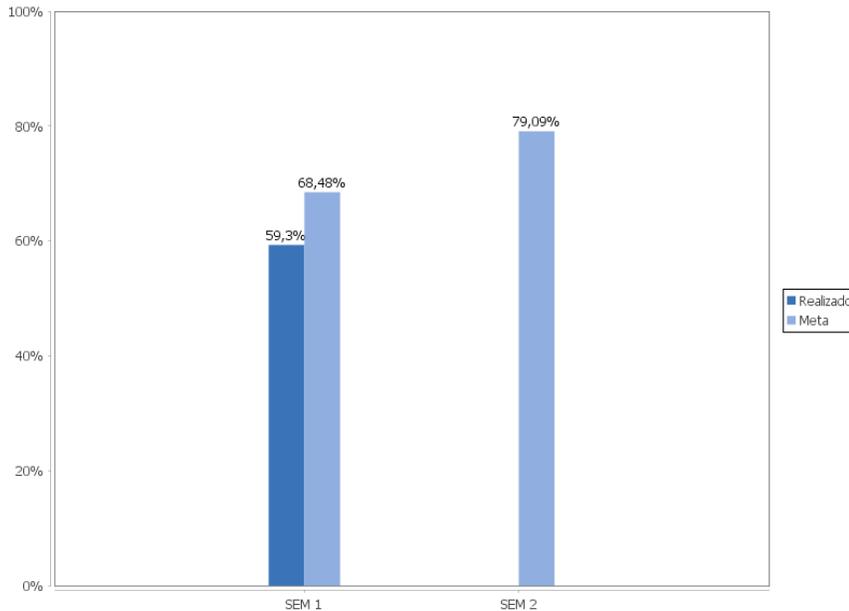
Considerando o atual cenário, acaso mantenham-se inalteradas as condições para validação de dados migrados de outros órgãos e enquanto não houver vacina para imunização para o Sars-Cov-2, assim como pelo adiamento na substituição e no acréscimo do parque de urnas eletrônicas, há grande risco de impacto negativo nos Ias 27 e 29, conseqüentemente, no IE10, o que igualmente impactará no fortalecimento da segurança do processo eleitoral, não havendo perspectiva de melhora significativa a curto prazo, salvo com a adoção das medidas anteriormente propostas.

IA 27 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico

Insatisfatório

Desempenho do Período: 86,59%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: DG.

Análise de contexto

Registro efetuado no sistema conforme solicitação da sra. Diretora-Geral, responsável pela análise do IA. O índice de apoio apresentou desempenho de 86,59%, inferior ao atingido no 2º semestre de 2019 (98,40%), indicando a necessidade de atenção. Tal situação é decorrente, principalmente, do impacto da pandemia pelo vírus Sars-cov-2 (covid-19), com determinação de suspensão de atendimento presencial, a partir de 17/03/2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

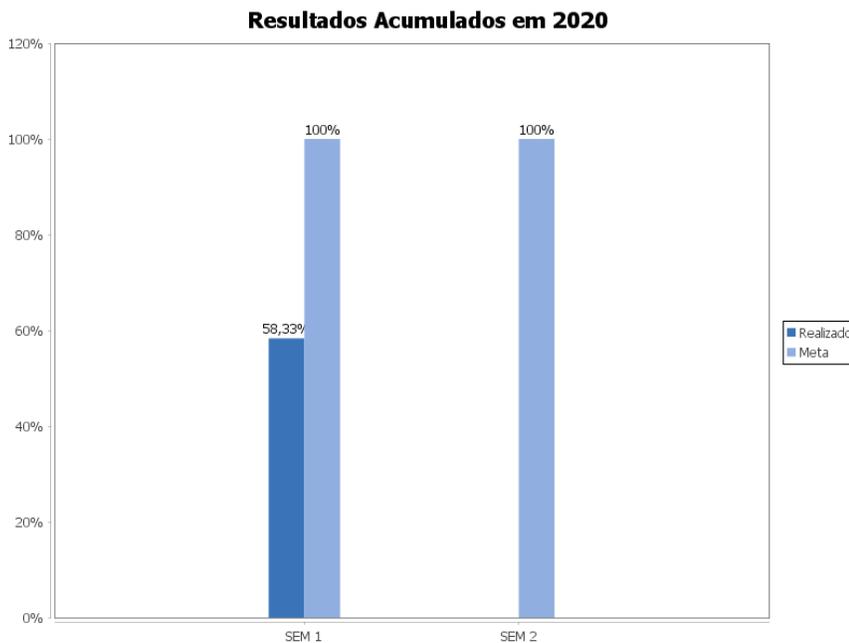
Das iniciativas relacionadas ao índice de apoio, destaca-se a conclusão das revisões de eleitorado nos municípios de Duque de Caxias, Magé e São João de Meriti, que contribuíram com a implementação de 2,04% de novas biometrias, no período de 6/1 a 17/3/2020, totalizando 254.085 eleitores com biometrias cadastradas. Ao final do primeiro semestre de 2020 e, considerando os efeitos da pandemia, dos 12.395.029 eleitores aptos no Estado do Rio de Janeiro, 7.385.921 tinham suas biometrias cadastradas (59,60%) junto à Justiça Eleitoral, quantitativo correspondente a 86,59% da meta de 68,48% estabelecida para o período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Diante da grave crise sanitária que assola o mundo e, principalmente, o Brasil, provocada pelo vírus Sars-cov-2 (covid-19), vislumbra-se significativo impacto no cadastramento biométrico, pelos motivos a seguir expostos: 1. Adiamento das Eleições Municipais de 2020 para o mês de novembro/2020 ou outra data futura, a depender do quadro situacional da pandemia no Brasil, considerando-se a evolução da taxa de transmissão e da ocupação de leitos hospitalares; 2. Considerando as novas datas para realização das eleições, o prazo para reabertura do cadastro eleitoral e retorno ao atendimento presencial ao eleitor também será adiado e, dependendo da data de conclusão do 2º turno, poderá não haver retorno do atendimento ao eleitor até o final de dezembro/2020; 3. Definição, por parte do TSE, da utilização de biometria nas Eleições Municipais de 2020. A combinação das duas primeiras situações guarda grande potencial de estagnação do número de cadastramentos biométricos, durante o segundo semestre de 2020, o que impactará negativamente no desempenho do indicador de apoio. Já a terceira situação, havendo definição do TSE pela utilização do voto biométrico, poderá compensar o risco de depressão mencionado e melhorar o desempenho do indicador de apoio, haja vista a possibilidade de aproveitamento de nova rodada de dados biométricos migrados do DIC-DETRAN/RJ.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IE 12 - Índice de promoção da transparência**Insatisfatório****Desempenho do Período: 58,33%****Responsável: GABPRE.**

Análise de contexto O indicador IE 12 (Índice de Promoção da transparência), integrado por dois indicadores de apoio, isto é, IA 34 (Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos) e IA 36 (Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos de segurança da votação, previstas no Plano de Comunicação com o Público Externo), alcançou desempenho insatisfatório no 1º semestre de 2020, com índice de 58,33%, bastante inferior, portanto, ao observado no segundo semestre de 2019 e registrado no respectivo Relatório de Análise da Estratégia, isto é, 98,425%.

O baixo desempenho no primeiro semestre de 2020 decorreu do resultado insatisfatório do IA 34 (Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos), isto é, 16,67%. Insta salientar que o indicador em questão é mensurado somente em anos eleitorais. No primeiro semestre de 2018 o desempenho foi de 100%.

De acordo com a ficha do IA 34, 6 (seis) ações deveriam ter sido realizadas no 1º semestre de 2020 – 2 reuniões sobre registro (abril e junho), 3 reuniões sobre propaganda (março, abril e junho) e divulgação de cartilha sobre ilícitos na propaganda (1º semestre/2020). Destas, somente a última foi concretizada. É importante destacar que o distanciamento social decorrente da pandemia da covid-19 foi um fator decisivo para inviabilizar as outras cinco ações.

Por outro lado, o indicador IA 36 (Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos de segurança da votação, previstas no Plano de Comunicação com o Público Externo) apresentou ótimo desempenho. Das 3 (três) ações planejadas para o semestre, todas foram realizadas (100%). Assim, considerando a meta de 80% e o resultado de 100%, o desempenho alcançado pelo indicador foi de 125%.

Insta salientar, contudo, que embora a ficha do indicador consigne que a mensuração do IA 36 deve considerar as ações planejadas no Plano de Comunicação, isso não ocorreu pela impossibilidade de publicação do referido plano em razão da pandemia da covid-19.

Assim, excepcionalmente, foram consideradas as ações de divulgação previstas no PIE 2020 (divulgar as parcerias realizadas com universidades e OAB/RJ visando à concessão de horas de atividades complementares aos estudantes que trabalharemos como mesário/apoio logístico nas eleições) e no Plano de Ação derivado da Reunião de Avaliação das Eleições (Informar a sociedade sobre a ordem de votação dos cargos presentes na urna eletrônica, bem como dos demais aspectos do processo de votação e Informar a sociedade sobre as regras relacionadas à Justificativa Eleitoral, considerando que o desconhecimento dessas informações pela sociedade impacta negativamente as zonas eleitorais e os locais de votação no dia do pleito).

Além das referidas ações, diversas outras divulgações foram realizadas em alinhamento com o IE 12, que visa à promoção da transparência sobre o processo eleitoral, relativas, por exemplo, ao fechamento do cadastro eleitoral, aos prazos de prestações de

contas eleitorais, à possibilidade de realização de convenções partidárias virtuais, à cartilha da fiscalização de propaganda eleitoral, à segurança da urna eletrônica, etc. Tais ações não foram contabilizadas por não estarem expressas em planos próprios.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos - As dificuldades enfrentadas em relação ao IA 34 foram submetidas ao Comitê de Gestão da Estratégia na II RAE de 2020, que deliberou no sentido de viabilizar a concretização das ações “Cartilha sobre ilícitos no Registro” e “Palestra para esclarecimento sobre ilícitos” no segundo semestre de 2020.

- Mesmo com a não publicação do Plano de Comunicação Integrada, e via de consequência, a não execução das ações relacionadas ao IA 36 que seriam previstas nele, a Coordenadoria de Comunicação Social não deixou de realizar ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos de segurança da urna, conforme mencionado no campo anterior.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Estima-se, pelos seguintes motivos, que existe grande potencial para que o desempenho do IE 07 venha a melhorar no próximo semestre:

Devido à alteração das datas das eleições deste ano e à consequente mudança do calendário eleitoral, será aberto novo prazo para que as unidades realizem adequações no PIE. Nesse sentido, as ações de esclarecimento para partidos e candidatos, objeto do IA 34, em especial as 5 (cinco) reuniões inicialmente previstas para o primeiro semestre, voltam a ser uma possibilidade, sejam elas realizadas presencialmente ou por videoconferência, considerado que tal modelo já está amplamente disseminado nas instituições.

A iminente conclusão e aprovação do Plano de Comunicação Integrada, o que viabilizará a mensuração das ações previstas no IA 36 adotando o plano como fonte, assim como previsto na ficha do referido indicador.

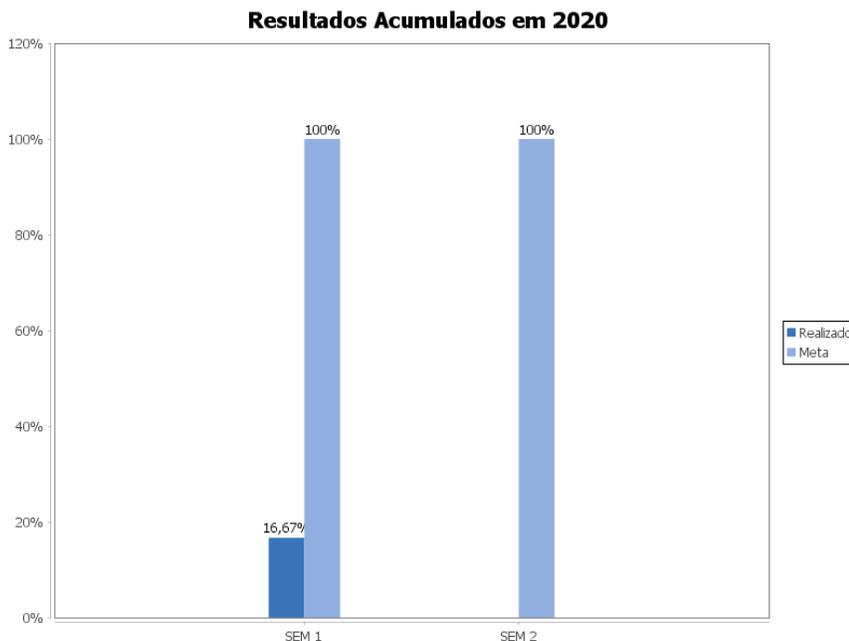
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas - Pronta avaliação da conveniência e oportunidade de realização das ações previstas na ficha do indicador IA 34 no segundo semestre de 2020, em especial a realização de reuniões com partidos e candidatos, considerando todas as incertezas trazidas pela pandemia da covid-19.

- Inclusão no PIE, pelas unidades responsáveis - Presidência e EJE, das ações previstas no IA 34 cujas realizações tenham sido consideradas factíveis.

- Observância das ações planejadas no Plano de Comunicação Integrada e no PIE pelas unidades responsáveis.

Riscos associados ao objetivo - Novas alterações do calendário eleitoral em razão do agravamento da pandemia da Covid-19, inviabilizando a execução das atividades previstas para o segundo semestre de 2020.

- Inobservância, pelas unidades responsáveis, das medidas necessárias para viabilizar a execução das ações planejadas no PIE e no Plano de Comunicação Integrada.

IA 34 - Índice de aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos**Insatisfatório****Desempenho do Período: 16,67%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASPLEL.**

Análise de contexto Inicialmente, destaca-se a criação da Assessoria de Planejamento de Eleição (ASPLEL), através da Res. TRE n.º 1118/2019, publicada em 20/12/2019, tendo, dentre outras atribuições, a de monitorar o andamento das atividades relacionados ao Plano Integrado das Eleições (PIE).

O IA 34 mede aderência das ações de esclarecimento sobre assuntos relacionados à realização dos pleitos eleitorais, partidos e candidatos, em relação àquelas previstas no Plano Integrado das Eleições.

Tem por objetivo avaliar o esforço do Tribunal na ampliação do diálogo com partidos e candidatos no que se refere à realização dos pleitos eleitorais Para efeitos de medição do indicador, o Plano Integrado das Eleições deveria contemplar a realização de no mínimo as seguintes ações em anos eleitorais:

Presidência: · 2 reuniões sobre registro (nos meses de abril e junho); · 4 reuniões sobre propaganda (nos meses de março, abril, junho e agosto);

EJE (públicos interno e externo) em parceria com VPCRE:

1 por ano · Palestra para esclarecimento sobre ilícitos · Cartilha sobre ilícitos no Registro (informativo sobre ilícitos mais praticados, formas de prevenção e combate). · Cartilha sobre ilícitos na propaganda eleitoral (informativo sobre ilícitos mais praticados, formas de prevenção e combate)

No entanto, as referidas ações deixaram de figurar no PIE quando da sua elaboração, razão pela qual, a ASPLEL, com o intuito de dar cumprimento à deliberação da 1ª Reunião de Análise da Estratégia 2020, ocorrida em XXX, solicitou às unidades responsáveis pelo cumprimento das ações previstas na ficha do referido Indicador de Apoio (Presidência e EJE, com apoio da VPCRE) que encaminhassem as informações necessárias para viabilizar a medição das variáveis que compunham o IA-34.

Na 2ª Reunião de Análise da Estratégia 2020, ocorrida em de 29/05/2020 (ata de id. 0998078, processo SEI n.º 2020/16910-0), o CGE deliberou pela manutenção do calendário anteriormente aprovado para medição das variáveis e análise de indicadores e objetivos estratégicos relativos ao 2º trimestre de 2020, considerando que a maior parte dos servidores já se encontrava com acesso e em regime de trabalho remoto, razão pela qual a ASPLEL diligenciou novamente junto às unidades responsáveis pelas ações previstas na ficha do IA-34 para que enviassem as informações necessárias para alimentar as suas variáveis, propiciando, desta forma, a medição correta do indicador de Apoio IA-34.

Verifica-se, no entanto, que o IA 34 – “Índice de Aderência ao plano de ações de esclarecimento realizadas para partidos e candidatos” apresentou insatisfatório no 1º semestre de 2020. Das 06 (seis) ações previstas para acontecerem no primeiro semestre de 2020, conforme definido na ficha do Indicador, somente 01 (uma) foi realizada no período analisado (Cartilha sobre ilícitos na

propaganda eleitoral). Desta forma, o indicador apresentou um percentual de cumprimento de apenas 16,67%, muito inferior ao desempenho que vinha apresentando em toda sua série histórica, desde que passou a ser medido (2018 – 120% e 2019-120%).

Podemos apontar como principal motivo do baixo desempenho do indicador o impacto gerado pela pandemia da COVID-19, o qual ocasionou dificuldades no planejamento e realização das reuniões previstas para acontecerem nos meses assinalados na ficha do indicador .

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Não obstante os impactos da supracitada pandemia e a ausência de previsão das ações que compõem o IA-34 no Plano Integrado das Eleições, a ASPLEL diligenciou junto às unidades responsáveis para que encaminhassem as informações necessárias para propiciar a correta alimentação das variáveis do indicador, além de submeter ao Comitê de Gestão da Estratégia, na última Reunião de Análise da Estratégia, proposta de deliberação no sentido de Viabilizar a concretização das ações "Cartilha sobre ilícitos no Registro" e "Palestra para esclarecimento sobre ilícitos", a qual foi aprovada pelo CGE .

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Em relação ao desempenho do indicador no próximo semestre, é esperada uma melhora no percentual de cumprimento da meta, considerando que a maioria das atividades do Tribunal já tiveram seu curso retomado, com a ampliação do acesso remoto, adaptação à nova modalidade de trabalho e, agora, com a definição da nova data da Eleição, possibilitando, desta forma, o planejamento das ações previstas na Ficha do Indicador tanto por parte da Presidência, quanto da EJE, em parceria com a VPCRE.

Além disso, será aberto novo prazo para que as unidades façam as adequações necessárias no sistema PIE, em relação a prazo e atividades ali previstas, para fins de adequação ao novo Calendário Eleitoral, ocasião em que as referidas ações poderão ser inseridas no Plano Integrado das Eleições.

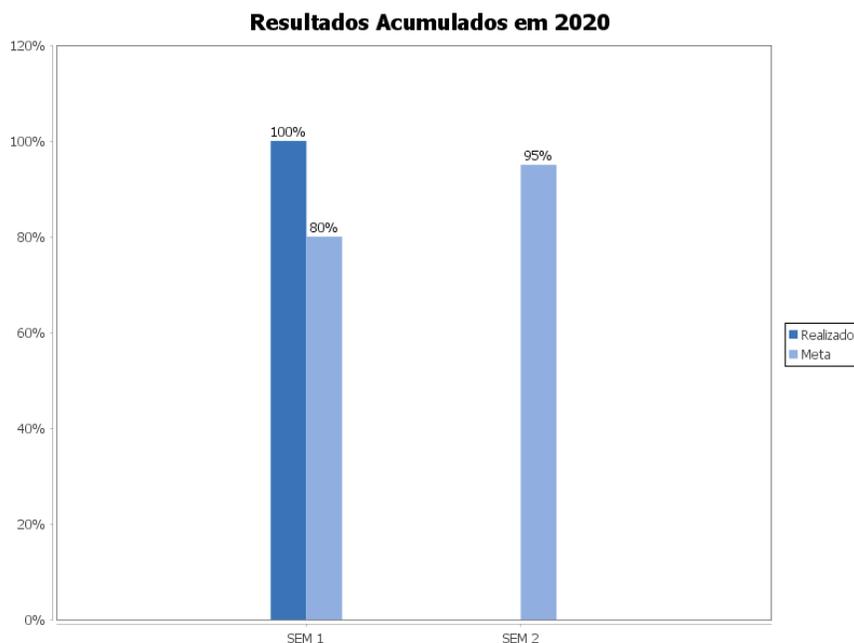
Apesar de todos os esforços, a performance do indicador também depende do planejamento e execução das atividades previstas na ficha do IA-34 pelas unidades responsáveis pela sua execução .

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A fim de que haja melhora no indicador, a ASPLEL entrará em contato com as unidades responsáveis pelas atividades previstas na ficha do IA-34, sugerindo que as mesmas sejam levadas para o PIE e executadas no prazo por elas assinalado, ante à mudança de cenário ocorrida com o adiamento da data de realização das eleições deste ano .

Riscos associados ao objetivo Seguem alguns riscos que podem contribuir para o baixo desempenho do indicador:

1 - O risco de que os impactos gerados pela pandemia da Covid-19 possam inviabilizar a realização das reuniões e palestra previstas na ficha do indicador, ainda que em forma de videoconferência;

2 – Possíveis alterações no calendário eleitoral e na Res. TSE 23611/2019, pelo TSE, diversas das que são previsíveis de acontecer .

IA 36 - Percentual de realização das ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos**Satisfatório****Desempenho do Período: 125,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.**

Análise de contexto No primeiro semestre de 2020 foram planejadas e executadas três ações referentes à divulgação das etapas do processo eleitoral e dos mecanismos de segurança da urna. Essas ações constam do Plano Integrado das Eleições (PIE) 2020 e do Plano de ação – Reunião de Avaliação das Eleições 2018.

A Cosoc divulgou as parcerias realizadas pela instituição visando à concessão de horas HAC aos estudantes que atuarem como mesários.

Também divulgou as ações planejadas no Plano de ação – Reunião de Avaliação das Eleições 2018. Pontuamos que, quanto a estas ações, cujas divulgações foram realizadas em fevereiro de 2020, a Cosoc avaliou que seria mais eficaz suspender as divulgações após a realização da primeira e retomá-las no segundo semestre de 2020.

A motivação da avaliação foi o fato de o eleitorado, em geral, atentar para esse tipo de assunto com a aproximação do pleito. Outro ponto observado foi que o interesse da imprensa sobre o assunto é expressivo no período sugerido, o que aumenta a efetividade da divulgação.

Destacamos que, normalmente, esta Coordenadoria realiza a mensuração das ações que compõe este IA 36 baseadas em ações planejadas no Plano de Comunicação. Contudo, conforme registrado em análise do IA 40 e 43, isso ocorreu por não ter sido publicado o Plano de Comunicação Integrada, em virtude da pandemia do Covid-19, que gerou a suspensão do expediente presencial, em março de 2020.

A previsão é que o Plano de Comunicação Integrada seja apresentado ao Comitê Gestor da Estratégia no final deste mês de julho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram divulgadas as ações que constam do Plano Integrado das Eleições (PIE) 2020 e do Plano de ação – Reunião de Avaliação das Eleições 2018, a saber:

- Divulgar as parcerias realizadas com universidades e OAB/RJ visando à concessão de horas de atividades complementares aos estudantes que trabalharem como mesário/apoio logístico nas eleições
- Informar a sociedade sobre a ordem de votação dos cargos presentes na urna eletrônica, bem como dos demais aspectos do processo de votação
- Informar a sociedade sobre as regras relacionadas à Justificativa Eleitoral, considerando que o desconhecimento dessas informações pela sociedade impacta negativamente as zonas eleitorais e os locais de votação no dia do pleito.

Mesmo com a não publicação do Plano de Comunicação Integrada, e por tabela, a não execução das ações relacionadas ao IA 36 que seriam previstas nele, a Coordenadoria de Comunicação Social não deixou de realizar ações de divulgação sobre as etapas do processo eleitoral e mecanismos.

Citamos como exemplo de ações divulgadas durante o 1º semestre de 2020, o fechamento do cadastro eleitoral, os prazos de prestações de contas eleitorais, a possibilidade de realização de convenções partidárias virtuais, a cartilha da fiscalização de propaganda eleitoral, a segurança da urna eletrônica, dentre outras ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se que o indicador permaneça na classificação de “satisfatório”, considerando a iminente conclusão e aprovação do Plano de Comunicação Integrada. Sendo assim, também será possível realizar a mensuração das ações previstas (relacionadas ao IA 36) no Plano de Comunicação Integrada.

Estão previstas ações de divulgação sobre convocação e treinamento de mesários, local de votação, registro de candidaturas, palestra e curso sobre a segurança da urna, dentre outras.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações planejadas no PIE, no Plano de ação – Reunião de Avaliação das Eleições 2018 e no Plano de Comunicação Integrada.

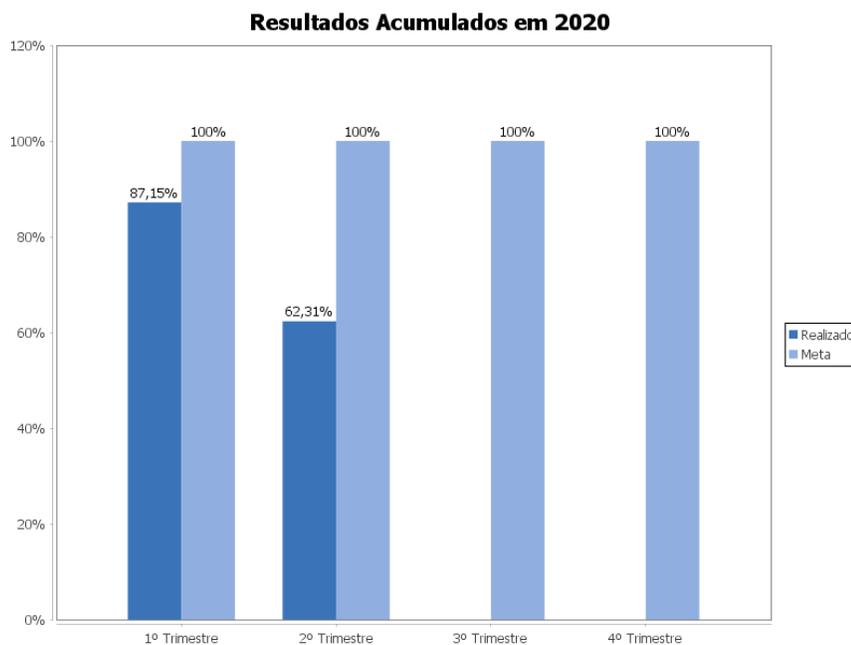
Riscos associados ao objetivo O desempenho do indicador pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

O desempenho do indicador também seria impactado por um agravamento da pandemia da Covid-19, no caso de uma segunda onda que causasse nova aceleração na transmissão da doença, com consequente aumento nos óbitos. Isso, em tese, poderia acarretar nova decisão do Congresso, adiando outra vez o pleito municipal previsto para ocorrer em novembro. Isto inviabilizaria algumas ações previstas.

OE 05 - Aprimorar a comunicação com o público externo

Insatisfatório

Desempenho do Período: 62,31%



Responsável: GABPRE.

Análise de contexto

Ao final do primeiro semestre de 2020 observa-se significativa queda de desempenho do OE 05 (Aprimorar a comunicação com o público externo), com índice de 62,31%. Ressalte-se que desde 2018 o objetivo vinha indicando necessidade de demanda de atenção e chegou ao final deste primeiro semestre de 2020 com status de “insatisfatório”.

Se na última análise, realizada no quarto trimestre de 2019, o desempenho do IE 13 (Índice de adequação da comunicação com o público externo) era o mais crítico entre os três indicadores estratégicos que integram o objetivo, ao final deste trimestre observa-se justamente o contrário. Os indicadores que mais influenciaram no baixo desempenho foram o IE 14 (Índice de gestão da comunicação) e o IE 15 (Índice de relacionamento institucional com a mídia), com desempenhos de 50% e 43,95%, ao passo que o IE 13 atingiu ao final deste trimestre o desempenho de 83,80%, melhor desempenho desde 2018.

Quanto à evolução do IE 13, observa-se que houve o incremento da satisfação dos clientes externos com os serviços prestados pelos canais de comunicação disponibilizados pelo Tribunal, objeto do IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação), muito embora seu desempenho permaneça insatisfatório (4º trim/2019 = 31,37% / 2º trim/2020 = 59,59%).

Avaliados individualmente cada um dos canais de comunicação que integram o IA 38, depreende-se que a Internet continua a ser o pior avaliado, seguido da Ouvidoria, ambos com desempenho insatisfatório.

CAT: 1º trim/2019 = 92,97% / 2º trim/2019 = 91,90% / 3º trim/2019 = 92,97% / 4º trim/2019 = 95,36% / 1º trim/2020 = 95,90% / 2º trim/2020 = 100%

Ouvidoria: 1º trim/2019 = 66,67% / 2º trim/2019 = 64,29% / 3º trim/2019 = 61,14% / 4º trim/2019 = 43,58% / 1º trim/2020 = 55,26% / 2º trim/2020 = 63,16%

Internet: 1º trim/2019 = 40,00% / 2º trim/2019 = 33,15% / 3º trim/2019 = 15,99% / 4º trim/2019 = 7,71% / 1º trim/2020 = 13,60% / 2º trim/2020 = 16,43%

Quanto ao IE 14 e ao IE 15 (Índice de gestão da comunicação e Índice de relacionamento institucional com a mídia), o risco previsto na última análise, relativo à intempestividade de elaboração do Plano de Comunicação Integrada, concretizou-se, razão pela qual o IA 40 (Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo) e o IA 43 (Índice de aderência ao Plano de Relacionamento com a Mídia) deixaram de ser mensurados neste período, impactando severamente o desempenho dos respectivos indicadores estratégicos. O atraso foi agravado pela suspensão do expediente presencial, em março de 2020, em virtude da pandemia da covid-19.

O Plano de Comunicação Integrada substituirá o Plano de Comunicação com o Público Externo, citado no Plano Estratégico, e passará a abarcar ações de divulgação voltadas para o público interno e para o público externo, além de ações integradas, que unem esforços de algumas unidades em prol de determinadas iniciativas.

Insta salientar que na II RAE de 2020, realizada de 29/05, o CGE estabeleceu o prazo de 27 de julho para apresentação do mencionado plano. A Coordenadoria de Comunicação Social estima que o prazo será cumprido.

Ainda em relação ao IE 15, o outro indicador de apoio que compõe sua fórmula de cálculo, isto é, IA 42 (Índice de estruturação da relação institucional com a mídia), não sofreu alteração do resultado realizado em relação ao último semestre de medição, mantendo-se em 66,67%. No entanto, seu desempenho foi inferior ao aferido naquele período, uma vez que a meta aumentou de 70% para 75,84%. Destarte, o desempenho do indicador de apoio caiu de 95,24% para 87,90%.

Na última RAE, o CGE deliberou no sentido de que a COSOC avaliasse os quesitos integrantes das ficha do IA 42, ainda não adotados integralmente, a fim de que apresentasse um plano de ação para aqueles itens cuja implementação fosse viável.

Realizada a avaliação, a COSOC se manifestou nos seguintes termos (mensagem eletrônica):

“Em atendimento ao que foi deliberado na II RAE de 2020, que solicitou que esta Cosoc avaliasse os quesitos da ficha do IA42 (índice de estruturação da relação institucional com a mídia) ainda não adotados integralmente e apresentasse um plano de ação para os itens que são viáveis de serem implementados, informamos:

O IA 42 apresenta três quesitos para serem respondidos e que baseiam sua mensuração, a saber:

(i) se o TRE-RJ possui mecanismos implantados de relacionamento com a mídia;

(ii) se possui diretrizes definidas de relacionamento com a mídia;

(iii) se avalia e monitora o desempenho e a qualidade do relacionamento da organização com a mídia.

Entendemos que esta Coordenadoria ainda não atende por completo os quesitos que versam sobre os mecanismos implantados de relacionamento com a mídia e a avaliação e monitoramento do desempenho e qualidade deste relacionamento.

Com base na experiência de atuarmos como Coordenadoria há 1 ano e também na prévia vivência como Assessoria de Comunicação Social do Tribunal, estamos estudando e elaborando novos critérios a fim de atendermos por completo tais quesitos. A expectativa é que já tenhamos algo planejado para ser inserido no próximo ciclo estratégico, em 2021.”

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com o advento da pandemia e o conseqüente atraso na publicação do Plano de Comunicação Integradas, não foram realizadas ações específicas para a melhoria do desempenho do objetivo.

No entanto, o Tribunal direcionou todos os seus esforços para assegurar ao público externo a comunicação adequada com o Tribunal por meio eletrônico, sendo disponibilizado acesso remoto para que os servidores pudessem dispor de informações e ferramentas necessárias para realizar o atendimento ao cidadão. Também houve a ampliação da disseminação de informações pelas mídias sociais, além de divulgações solicitadas pelas unidades, por exemplo, publicação de releases sobre os serviços ao eleitorado disponibilizados de forma virtual, as palestras promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral fluminense, o fechamento do cadastro eleitoral, o I Encontro Virtual do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o atendimento remoto, a cartilha da fiscalização de propaganda eleitoral, dentre outras ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando a expectativa de publicação do Plano de Comunicação Integrada, estima-se a recuperação dos IE 14 e IE 15 e, via de consequência, o restabelecimento do status anterior do objetivo.

Ressalta-se que, considerando a análise realizada pela COSOC sobre a necessidade de adequação IA 42 (Índice de estruturação da relação institucional com a mídia) e definição de novos critérios somente a partir do próximo ciclo estratégico, em 2021, a imposição da meta de 85.00% para o segundo semestre de 2020 mostra-se, desde já, inatingível sob qualquer hipótese.

Assim, caso a meta não seja estabelecida a fixação da meta até o final do ciclo estratégico, o desempenho do objetivo restará prejudicado.

Ainda que se materialize a publicação do Plano de Comunicação Integrada, que as ações nele consignadas sejam totalmente implementadas e que a meta do IA 42 seja fixada até o final do ciclo estratégico, não se vislumbra melhoria de desempenho do objetivo enquanto os índices de satisfação dos usuários com a Internet, principalmente, não evoluírem.

A pandemia da covid-19 e o distanciamento social trouxeram em seu bojo mudanças de comportamento, que indicam para a crescente demanda por serviços em meio eletrônico, o que requer, como já manifesto na análise realizada no último trimestre de 2019, redobrada atenção ao aparato tecnológico que dá suporte aos serviços prestados por este Tribunal por meio da Internet, em especial por se tratar de ano eleitoral.

Embora haja expectativa de facilitação do acesso dos clientes externos às informações e aos serviços prestados por meio da Internet deste Tribunal após a implantação do novo Portal – Plone, tal ação não dispensa a identificação dos fatores que geram insatisfação dos clientes externos com o referido canal.

Além disso, considerando a peculiaridade de realização das eleições de 2020 em meio a uma pandemia, o que, provavelmente, potencializará a busca por informações e serviços por meio da Internet, entende-se que assegurar os meios tecnológicos adequados para garantir o acesso dos cidadãos, com a devida qualidade, é um desafio a ser enfrentado.

Assim, considera-se como maior desafio, a identificação dos fatores que ensejaram a baixa satisfação dos clientes externos com os canais de comunicação e as ações preventivas e de melhoria a serem implementadas, como forma de garantir o direito dos cidadãos a um serviço de qualidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Regulamentar os canais de comunicação do TRE-RJ, nos termos do que dispõe o art. 4º da Resolução nº 1.104/2019 e, ato contínuo, viabilizar a avaliação e o monitoramento do desempenho, da disponibilidade e da adequação do "Fale Conosco", o que tende a impulsionar o IA 37.

- Desenvolver uma forma de mensuração dos atendimentos do Facebook, por atendimento e não só por perfil, pois cada perfil pode interagir diversas vezes com o Tribunal. Isto, porque com o advento da pandemia, o eleitor adotou o messenger do Facebook do TRE/RJ como meio de comunicação e solução de dúvidas, tendo este canal aumentado os acessos em mais de 200% em relação ao ano de 2019. Estima-se que, com a eleição, este canal seja ainda mais demandado por questões atinentes a Propaganda Eleitoral, Fake News e os procedimentos para as eleições.

- Revisão do contrato da CAT e da URA, da forma de atendimento das ligações externas, pois das reclamações recebidas na Ouvidoria verifica-se que há algum gap na forma atual.

- Agilizar, no âmbito das unidades, as respostas à Ouvidoria, sobretudo aquelas relativas à Lei de Acesso à Informação, como forma de melhorar o índice de satisfação do cliente externo com esse canal.

- Dar continuidade às campanhas de informação sobre os acontecimentos do período eleitoral e eventualmente de informação acerca das Fake News.

- Elaboração de plano de gerenciamento de riscos, pela área técnica, com relação à disponibilidade dos serviços prestados pelo Tribunal por meio da Internet, com ênfase no período eleitoral.

Riscos associados ao objetivo

- Insatisfação dos usuários externos com os canais de comunicação, o que afeta diretamente a imagem do Tribunal.

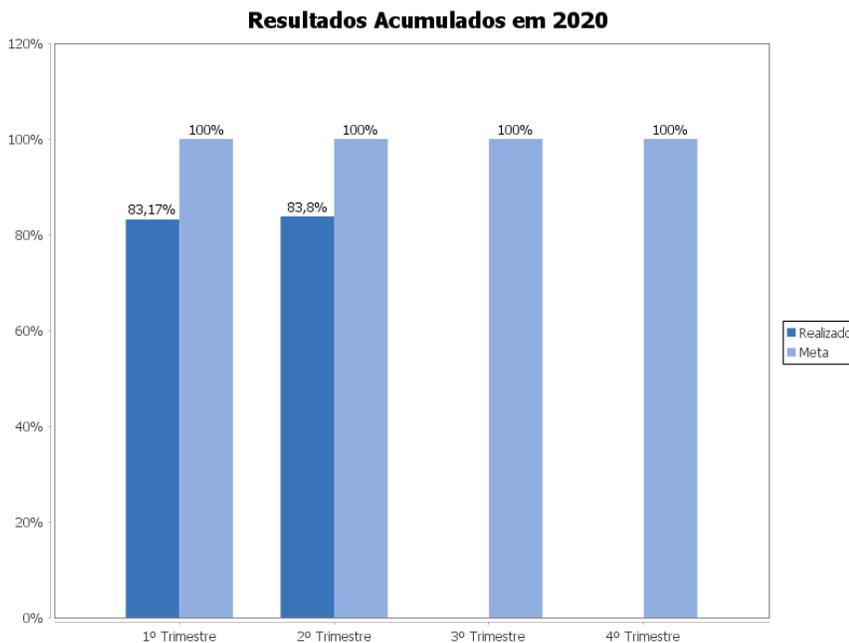
- Inexecução, pelas diversas unidades do Tribunal, das ações consignadas no Plano de Comunicação Integrada.

- Indisponibilidade dos serviços prestados pelo Tribunal por meio da Internet, impactando na qualidade do serviço e da imagem institucional.

IE 13 - Índice de adequação da comunicação com o público externo

Atenção

Desempenho do Período: 83,80%



Responsável: GABPRE.

Análise de contexto O indicador IE 13 (Índice de Adequação da Comunicação com o Público Externo), integrado por três indicadores de apoio, isto é, IA 37 (Índice de estruturação dos canais de comunicação), IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação) e IA 39 (Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação), embora ainda demande atenção, apresentou neste primeiro semestre de 2020 o melhor desempenho desde 2018, tendo atingido 83,80% de alcance da meta.

Depreende-se que o desempenho continua a ser negativamente influenciado pelo IA 38 (Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação), que mede a satisfação do cliente externo em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria, pela CAT e por meio da Internet deste Tribunal. O referido IA obteve no período o desempenho de 59,59% (=56,61% / 95%). Os desempenhos dos IA 37 e IA 38 foram de 94% e 97,80%, respectivamente.

No que se refere ao IA 38, verifica-se um aumento no desempenho em relação ao primeiro trimestre de 2020 (57,82%) e ao último trimestre de 2019 (31,37%).

Avaliados individualmente cada um dos canais que integram o indicador IA 38, considerando os dados registrados no segundo trimestre de 2020 no sistema GERIR, depreende-se que os clientes externos revelam maior satisfação (percentual de avaliações positivas) com a CAT, seguida da Ouvidoria e, por fim, da Internet, extraíndo-se os seguintes percentuais: 1. CAT = 100%; 2. Ouvidoria = 63,16%; 3. Internet = 16,43%.

Ao avaliarmos a evolução de satisfação dos clientes externos com os canais de comunicação desde o início de 2019, depreende-se que os esforços do Tribunal devem ser dirigidos para a Internet.

- CAT: 1º trim/2019 = 92,99%; 2º trim/2019 = 91,90%; 3º trim/2019 = 92,97%; 4º trim/2019 = 95,36%; 1º trim/2020 = 95,91%; 2º trim/2020 = 100%.

- Ouvidoria: 1º trim/2019 = 66,67%; 2º trim/2019 = 64,29%; 3º trim/2019 = 61,14%; 4º trim/2019 = 43,59%; 1º trim/2020 = 55,26%; 2º trim/2020 = 63,16%.

- Internet: 1º trim/2019 = 40%; 2º trim/2019 = 33,15%; 3º trim/2019 = 15,99%; 4º trim/2019 = 7,71%; 1º trim/2020 = 13,60%; 2º trim/2020 = 16,43%

Destaca-se que a análise comparativa com o segundo semestre de 2020 não deve ser, por ora, considerada, em razão do advento da pandemia da covid-19, que influenciou significativamente o cenário de atendimentos ao cidadão a partir de março de 2020.

Por outro lado, a pandemia da covid-19 e o distanciamento social trouxeram em seu bojo mudanças de comportamento, que indicam para a crescente demanda por serviços em meio eletrônico, o que requer, como já manifesto na análise realizada no

último trimestre de 2019, redobrada atenção ao aparato tecnológico que dá suporte aos serviços prestados por este Tribunal por meio da Internet, em especial por se tratar de ano eleitoral.

Quanto ao IA 37 (Índice de estruturação dos canais de comunicação), medido a partir da avaliação de três canais de comunicação, a saber: CAT, Ouvidoria e Fale Conosco, observa-se que não houve evolução desde o final de 2019, mantendo-se o índice de 94%.

O percentual máximo do indicador ainda não foi alcançado porque, até o momento, o desempenho, a disponibilidade e a adequação do "Fale Conosco" ainda não são avaliados e monitorados (item de controle V da ficha do indicador).

Em relação aos aspectos pendentes para total alcance do indicador em questão, cabe destacar a publicação, em 28/08/2019, da Política de Comunicação Integrada do TRE-RJ - Resolução nº 1.104/2019, com especial atenção ao artigo 4º, a seguir transcrito:

"Art. 4º Todos os canais institucionais de comunicação devem ser regulamentados pela Diretoria-Geral, o que inclui, no mínimo, a definição de unidade gestora, formato, objetivo, periodicidade e público-alvo.

Parágrafo único. O desempenho dos canais institucionais será monitorado por indicadores específicos, criados para medir o nível de sucesso das ações planejadas de comunicação e que podem estar associados a objetivos estratégicos". (...)

Assim, estima-se que o alcance de 100% da meta do IA 37 venha a ser atingido quando regulamentados os canais de comunicação, em especial o Fale Conosco, nos termos do dispositivo acima destacado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Com o advento da pandemia não foram realizadas ações específicas para a melhoria do desempenho do indicador. No entanto, o Tribunal direcionou todos os seus esforços para assegurar ao público externo a comunicação adequada com o Tribunal por meio eletrônico, sendo disponibilizado acesso remoto para que os servidores pudessem dispor de informações e ferramentas necessárias para realizar o atendimento ao cidadão. Outras diversas medidas foram adotadas nesse momento extraordinário, como, por exemplo, a ampliação da disseminação de informações pelas mídias sociais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Não se vislumbra melhoria de desempenho do indicador enquanto não houver um trabalho direcionado para aprimorar a satisfação dos usuários externos com a Internet, o que inclui aumentar a capacidade do site.

Além desse desafio, considerando a peculiaridade de realização das eleições de 2020 em meio a uma pandemia, entende-se que assegurar os meios tecnológicos adequados para garantir o acesso dos cidadãos às informações por meio dos canais disponíveis, com a devida qualidade, é o maior desafio a ser enfrentado pelo Tribunal neste semestre, sob pena de prejudicar o desempenho do indicador e afetar a imagem do TRE-RJ.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas - Regulamentar os canais de comunicação do TRE-RJ, nos termos do que dispõe o art. 4º da Resolução nº 1.104/2019 e, ato contínuo, viabilizar a avaliação e o monitoramento do desempenho, da disponibilidade e da adequação do "Fale Conosco".

- Desenvolver uma forma de mensuração dos atendimentos do Facebook, por atendimento e não só por perfil, pois cada perfil pode interagir diversas vezes com o Tribunal. Isto, porque com o advento da pandemia, o eleitor adotou o messenger do Facebook do TRE/RJ como meio de comunicação e solução de dúvidas, tendo este canal aumentado os acessos em mais de 200% em relação ao ano de 2019. Estima-se que, com a eleição, este canal seja ainda mais demandado por questões atinentes a Propaganda Eleitoral, Fake News e os procedimentos para as eleições.

- Revisão do contrato da CAT e da URA, da forma de atendimento das ligações externas, pois das reclamações recebidas na Ouvidoria verifica-se que há algum gap na forma atual.

- Agilizar, no âmbito das unidades, as respostas à Ouvidoria, sobretudo aquelas relativas à Lei de Acesso à Informação.

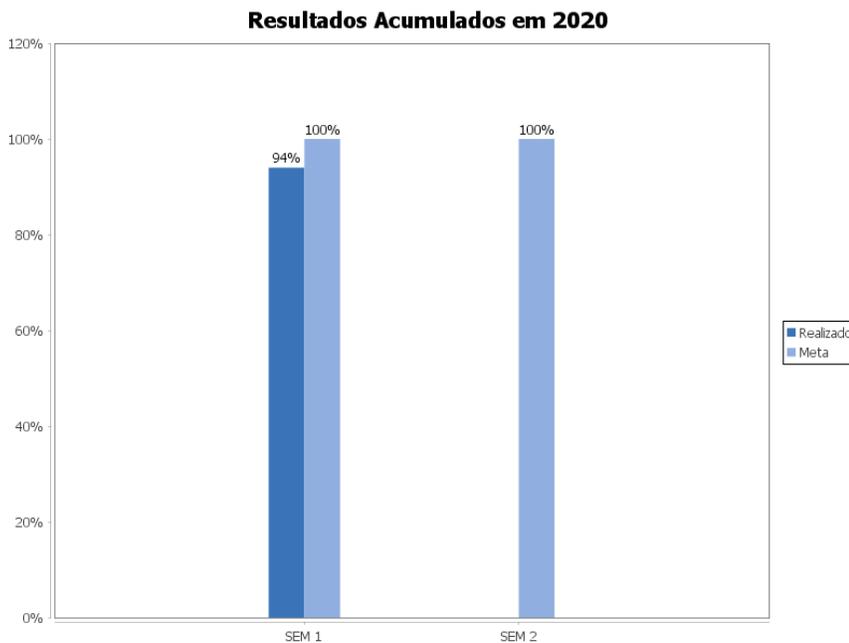
- Dar continuidade às campanhas de informação sobre os acontecimentos do período eleitoral e eventualmente de informação acerca das Fake News.

Riscos associados ao objetivo Insatisfação dos usuários externos com os canais de comunicação, o que afeta diretamente a imagem do Tribunal.

IA 37 - Índice de estruturação dos canais de comunicação

Satisfatório

Desempenho do Período: 94,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

Análise de contexto Devido à pandemia do coronavírus, verificou-se, a partir de meados de março de 2020 uma crescente procura dos eleitores pelo atendimento via Messenger do Facebook, principalmente para informações e auxílio a operações do título-net, próximo ao fechamento do cadastro. Após o fechamento do cadastro, a demanda continuou por informações, sobre os requerimentos efetuados, baixa de multas, emissão de certidões, sobre mesários etc. Foi a principal ferramenta utilizada pelos eleitores para contato com o Tribunal. Portanto, continua importante desenvolver uma forma de medição dos atendimentos realizados por esse canal, uma vez que é o canal mais utilizado pelos eleitores atualmente.

Apesar de já estruturada e com mecanismos de avaliação de desempenho, verificou-se que é constante a reclamação dos eleitores de não conseguir falar com a CAT, relatando que ou dá ocupado ou a ligação cai quando selecionada a opção de falar com o atendente.

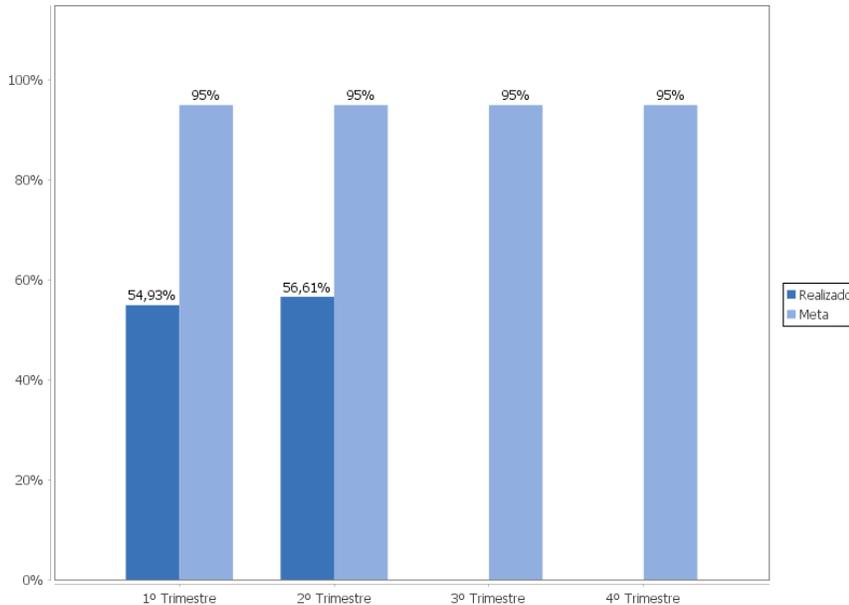
Em relação ao fale conosco, apesar de já estruturado, ainda não possui mecanismos de avaliação de desempenho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Não foram realizadas ações concretas de estruturação dos canais de comunicação no último semestre, posto que já estão todos estruturados.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Os principais desafios são: melhorar o atendimento da CAT, e desenvolver uma forma de mensuração dos atendimentos do facebook, por atendimento e não só por perfil, pois cada perfil pode interagir diversas vezes com o Tribunal. E criar também uma medição de desempenho do fale conosco, que ainda não existe.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Propõe-se a revisão do contrato da CAT e da URA, da forma de atendimento das ligações externas, pois das reclamações recebidas na Ouvidoria verifica-se que há algum gap na forma atual. Propõe-se também o auxílio de mais servidores à Ouvidoria na resposta aos eleitores pelo Facebook, nos momentos de pico, como fechamento de cadastro, fim de revisão biométrica em Municípios com muitos eleitores e nas Eleições, onde a demanda aumenta exponencialmente.

Riscos associados ao objetivo O risco associado a este objetivo é o risco de imagem do Tribunal junto ao público externo.

IA 38 - Índice de satisfação do cliente externo com a comunicação**Insatisfatório****Desempenho do Período: 59,59%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.**

Análise de contexto O 2º trimestre de 2020 foi quase que totalmente impactado pela pandemia do coronavírus, o que trouxe grandes desafios na questão da comunicação com o cliente externo, uma vez que os cartórios e a sede encontram-se fechados e a comunicação com o eleitor ficou restrita à CAT, Fale conosco, Ouvidoria e redes sociais do TRE/RJ. Apesar de todas as dificuldades, verificou-se um aumento global no índice de satisfação em relação ao primeiro trimestre de 2020 e ao último trimestre de 2019.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos As comunicações tem sido efetuadas basicamente pelas redes sociais e o Tribunal têm divulgado muitas informações através destas, visando a esclarecer o público externo durante este período de pandemia. A novidade do requerimento via Título Net trouxe muitas dúvidas e demandas por atendimento. O prosseguimento do requerimento poderia ter melhoras, pois os eleitores relataram ter tido os requerimentos negados sem saber o motivo e quando entravam em contato com a Ouvidoria já tinha passado o prazo para regularização. Isso gerou muito descontentamento, junto com a indisponibilidade do site nos últimos dias do fechamento do cadastro. A dificuldade no preenchimento do requerimento também teve um destaque relevante nas interações com a ouvidoria. A questão da baixa automática da multa também tem sido uma demanda recorrente na Ouvidoria. Os eleitores reclamam que já fizeram o pagamento mas que a baixa não foi dada. Apesar de uma pequena melhora em relação ao 1º trimestre de 2020, verificou-se também que o índice de satisfação do cliente externo com o site do Tribunal ainda está muito baixo, tendo espaço para melhoras. Outro aspecto que impacta a avaliação da satisfação do cliente externo é o prazo de resposta que independe da Ouvidoria. Na maioria dos casos, a Ouvidoria precisa de informações de outras Unidades do Tribunal ou dos cartórios eleitorais, e muitas vezes as respostas ao pedido de informação não vêm no prazo regulamentado.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com a continuidade da pandemia e a aproximação das eleições, o desafio na comunicação com o cliente externo continuará grande. Percebe-se que o eleitor já adotou o messenger do Facebook do TRE/RJ como meio de comunicação e solução de dúvidas, tendo este canal aumentado em mais de 200% em relação ao ano de 2019. Neste aspecto, serão agregadas as questões de Propaganda Eleitoral, Fake News, Desinformação e os procedimentos para as eleições, que podem afetar a comunicação com o cliente externo. A iminente vigência da Lei Geral de Proteção de Dados também podem afetar a comunicação com o cliente externo, na medida em que incide sobre os assuntos acima relacionados. Outro desafio é a questão do prazo, conforme relatado acima, que afeta diretamente a satisfação do cliente externo. Muitas vezes os pedidos de informação não respondidos no prazo regulamentado.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasA proposta para melhoria do desempenho futuro é aumentar a capacidade do site do TRE/RJ, principalmente nos períodos mais críticos, como de fechamento de cadastro e fim de revisão biométrica. A continuidade de campanhas de informação sobre os acontecimentos do período eleitoral e eventualmente de informação acerca das Fake News.

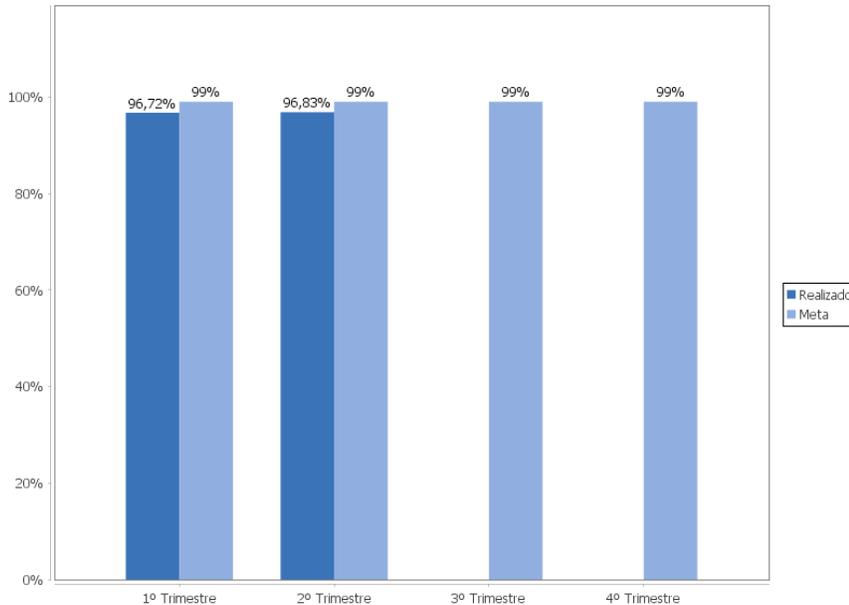
Riscos associados ao objetivoRisco de imagem do Tribunal.

IA 39 - Índice de atendimento das demandas recebidas com base na Lei de Acesso à Informação

Satisfatório

Desempenho do Período: 97,80%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: OUVE.

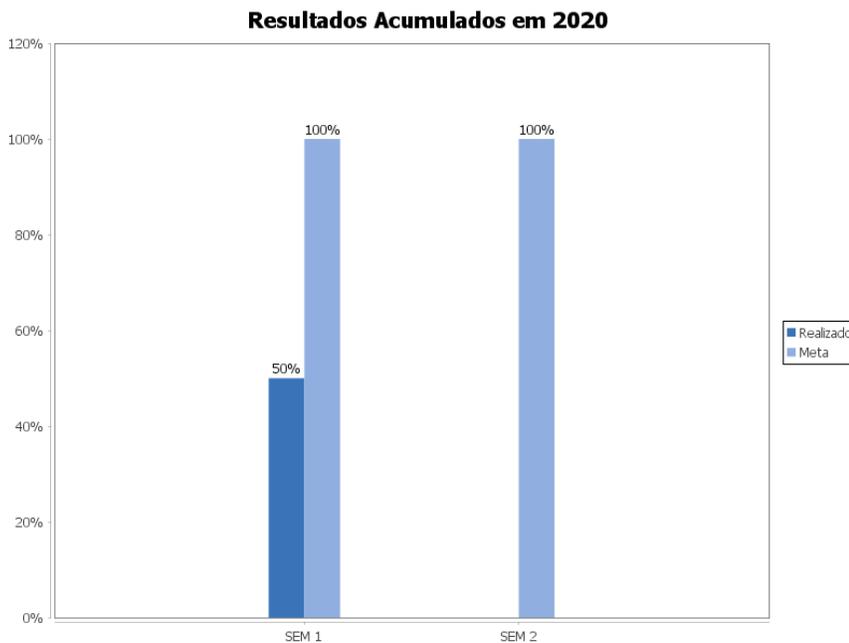
Análise de contexto Foi atingido o percentual de 97,80% da meta, o que é um excelente resultado.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos A Ouvidoria envidou todos os esforços para continuar atendendo todos os requerentes, mesmo durante a pandemia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) O principal desafio é a meta de 99%, pois às vezes os pedidos de informação não são propriamente pedidos de informação ou não são cabíveis e o eleitor não fica satisfeito com uma resposta neste sentido. Tivemos, por exemplo, um pedido de solicitação de telefone pessoal de um servidor, o que foi negado. Outro desafio é quando dependemos de informação de outras Unidades do Tribunal ou de cartórios eleitorais, pois nem sempre a resposta vem no prazo preconizado pela legislação.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A Ouvidoria continuará se esforçando para atender às demandas procedentes, no prazo determinado.

Riscos associados ao objetivo Risco de imagem do Tribunal e de recurso à CGU, no caso de negativa de Acesso à Informação.

IE 14 - Índice de gestão da comunicação**Insatisfatório****Desempenho do Período: 50,00%****Responsável: COSOC.**

Análise de contexto A análise do indicador estratégico Gestão da Comunicação, referente ao primeiro semestre de 2020, considera a aderência ao Plano de Comunicação Social para o Público Externo assim como as inserções positivas de reportagens referentes ao Tribunal na mídia. O desempenho desse indicador estratégico foi de 50%, sinalizando um desempenho insatisfatório. Isso se deve ao resultado bastante diferenciado dos indicadores que o embasam, tendo um alcançado excelente resultado e o outro, resultado insatisfatório.

O índice de inserções positivas na mídia tem um desempenho estável e satisfatório há anos, dispensando, inclusive, sua análise. Já o de aderência ao Plano de Comunicação Social com o Público Externo teve um desempenho insatisfatório, tendo em vista que o indicador não foi mensurado no primeiro semestre de 2020. Isso ocorreu por não ter sido publicado o Plano de Comunicação Integrada, que a partir deste ano passa a abarcar ações de divulgação voltadas para o público interno e para o público externo, além de ações integradas, que unem esforços de algumas unidades em prol de determinadas iniciativas.

O referido Plano de Comunicação estava prestes a ser submetido à avaliação e aprovação quando houve a suspensão do expediente presencial, em março de 2020, em virtude da pandemia do Covid-19. Foi necessário um período de adaptação do Tribunal à nova realidade imposta, até que as atividades comesçassem a entrar em uma rotina viável.

Em reunião realizada no final de maio, foi avaliado pela Administração que já seria possível retomar o Plano de Comunicação Integrada. A previsão é que o Plano de Comunicação Integrada seja apresentado ao Comitê Gestor da Estratégia no final deste mês de julho.

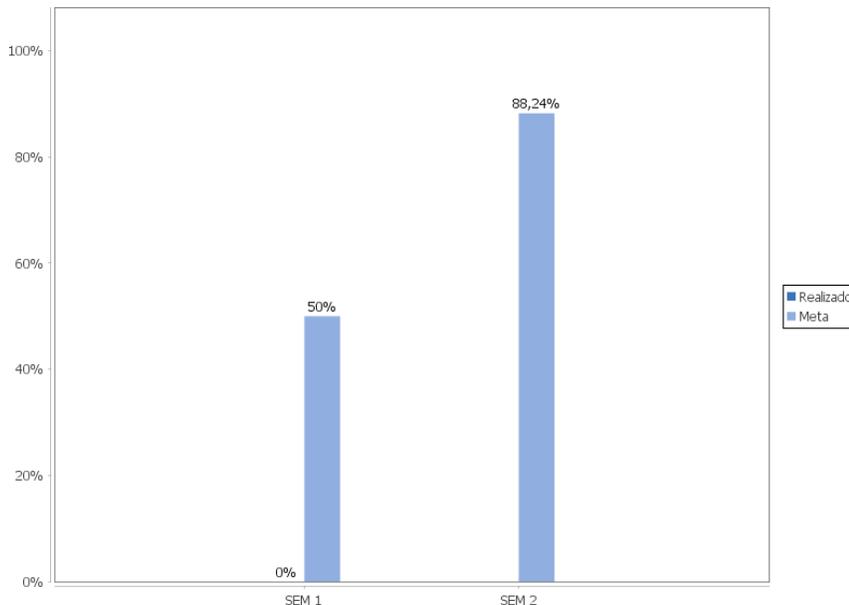
Ações realizadas no último período e resultados obtidos Mesmo com a não publicação do Plano de Comunicação e, por tabela, a não medição deste indicador, a Coordenadoria de Comunicação Social não deixou de realizar as divulgações solicitadas pelas unidades voltadas para o público externo. Citamos como exemplo os releases publicados sobre os serviços ao eleitorado disponibilizados de forma virtual, as palestras promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral fluminense, o fechamento do cadastro eleitoral, o I Encontro Virtual do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o atendimento remoto, a cartilha da fiscalização de propaganda eleitoral, dentre outras ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com a iminente conclusão e aprovação do Plano de Comunicação Integrada, será possível realizar a mensuração da aderência ao Plano, o que impactará positivamente o desempenho do IA 40.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas O sucesso do IA 40 está totalmente relacionado à execução das ações planejadas pelas unidades.

Riscos associados ao objetivo O desempenho do IA 40 pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

Quanto ao IA 41, sua estabilidade pode ser afetada em caso de sucessivas matérias negativas sobre o Tribunal na mídia.

IA 40 - Índice de aderência ao Plano de Comunicação com o Público Externo**Insatisfatório****Desempenho do Período: 0,00%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.**

Análise de contexto O indicador não foi mensurado no primeiro semestre de 2020, o que impactou no resultado. Isso ocorreu por não ter sido publicado o Plano de Comunicação Integrada, que a partir deste ano passa a abarcar ações de divulgação voltadas para o público interno e para o público externo, além de ações integradas, que unem esforços de algumas unidades em prol de determinadas iniciativas.

O referido Plano de Comunicação estava prestes a ser submetido à avaliação e aprovação quando houve a suspensão do expediente presencial, em março de 2020, em virtude da pandemia do Covid-19. Foi necessário um período de adaptação do Tribunal à nova realidade imposta, até que as atividades comesçassem a entrar em uma rotina viável.

Em reunião realizada no final de maio, foi avaliado pela Administração que já seria possível retomar o Plano de Comunicação Integrada. No entanto, mais uma vez, devido ao tempo decorrido e à nova realidade que alterou projetos já planejados pelas unidades, além da indefinição, à época, da data das eleições municipais, esta Coordenadoria foi obrigada a reenviar as propostas de ações já validadas pelas unidades do Tribunal, para que fossem alteradas ou ratificadas.

A previsão é que o Plano de Comunicação Integrada seja apresentado ao Comitê Gestor da Estratégia no final deste mês de julho.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Mesmo com a não publicação do Plano de Comunicação e, por tabela, a não medição deste indicador, a Coordenadoria de Comunicação Social não deixou de realizar as divulgações solicitadas pelas unidades voltadas para o público externo. Citamos como exemplo os releases publicados sobre os serviços ao eleitorado disponibilizados de forma virtual, as palestras promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral fluminense, o fechamento do cadastro eleitoral, o I Encontro Virtual do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o atendimento remoto, a cartilha da fiscalização de propaganda eleitoral, dentre outras ações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Com a iminente conclusão e aprovação do Plano de Comunicação Integrada, será possível realizar a mensuração da aderência ao Plano. Esta Coordenadoria acredita que as unidades do Tribunal envidarão todos os esforços, mesmo em meio ao cenário tão conturbado que vivemos, em plena crise sanitária, para realizar as ações de divulgação planejadas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações planejadas pelas unidades.

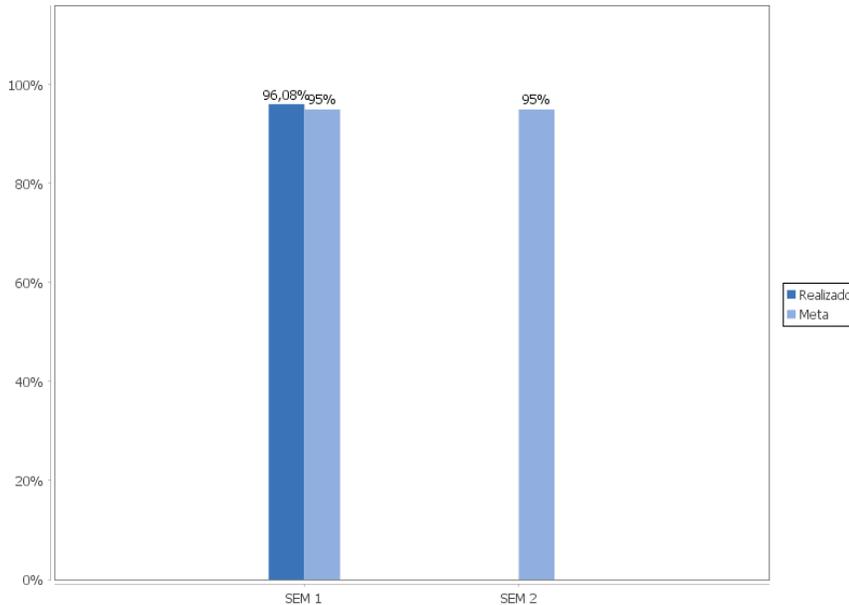
Riscos associados ao objetivo O desempenho do indicador pode ser impactado negativamente caso as unidades do Tribunal não executem as ações planejadas para o período.

IA 41 - Índice de inserções positivas na mídia

Satisfatório

Desempenho do Período: 101,13%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

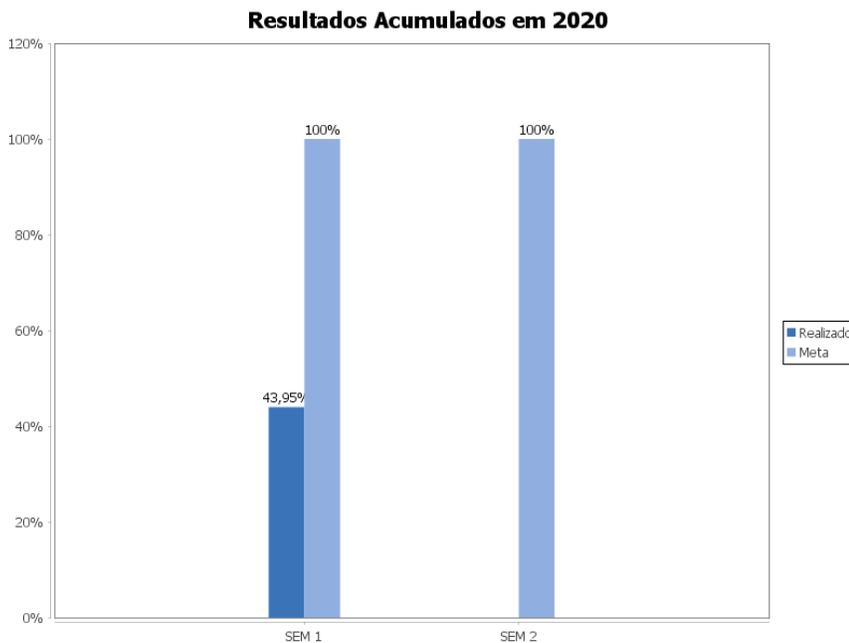
Análise de contexto Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

Riscos associados ao objetivo Conforme deliberação na I RAE 2019, o indicador está dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório.

IE 15 - Índice de relacionamento institucional com a mídia**Insatisfatório****Desempenho do Período: 43,95%****Responsável: COSOC.**

Análise de contexto A análise do IA 43 e do IA 42 considera a aderência das ações de relacionamento com a mídia previstas no Plano de Comunicação Social e de estruturação da relação institucional com a mídia. Verificou-se um alcance de 43,95% da meta, considerado, portanto, insatisfatório.

O desempenho se deve a não publicação do Plano de Comunicação, o que impossibilitou a mensuração do IA 43. A pandemia do Covid-19 e a suspensão do expediente presencial, em março de 2020, postergou a avaliação e aprovação do Plano.

O Plano de Comunicação Integrada, que passa incluir ações para os públicos interno e externo, estava prestes a ser submetido à avaliação e aprovação, quando houve a suspensão do expediente presencial, em março de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19. Foi necessário um período de adaptação do Tribunal à nova realidade imposta até que as atividades comesçassem a entrar em uma rotina viável. A elaboração do Plano foi retomada, com a aprovação da Administração, no final de maio.

Já com relação ao IA 42, manteve-se em 66,6% no período. Esta Coordenadoria, como já pontuado em outra análise, entende que há a necessidade de reavaliação destes critérios de relacionamento, conforme melhor detalhado no tópico “Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas” desta análise.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

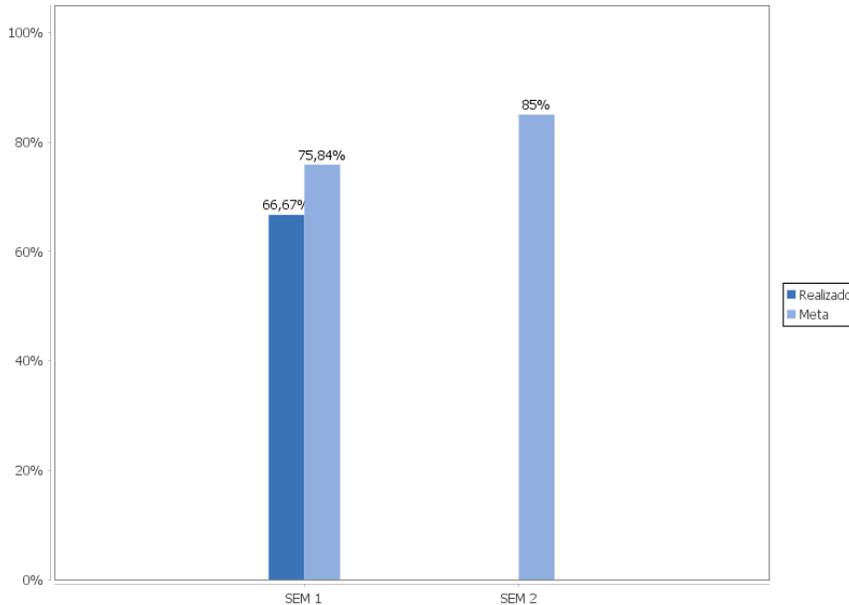
Riscos associados ao objetivo

IA 42 - Índice de estruturação da relação institucional com a mídia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 87,90%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.

Análise de contexto O indicador apresentou o mesmo percentual registrado ao final do 1º semestre de 2020, 66,6%, tomando como referência a análise de três questões :

- (i) se o TRE-RJ possui mecanismos implantados de relacionamento com a mídia;
- (ii) se possui diretrizes definidas de relacionamento com a mídia;
- (iii) se avalia e monitora o desempenho e a qualidade do relacionamento da organização com a mídia.

A implementação da Política de Comunicação Integrada no final do ano de 2019 e a previsão de realização do Plano Integrado de Comunicação demonstram que princípios e diretrizes foram estabelecidos.

Quanto aos mecanismos implantados de relacionamento com a mídia e a avaliação e monitoramento do desempenho e a qualidade deste relacionamento, esta Coordenadoria, como já pontuado em outra análise, entende que há a necessidade de reavaliação destes critérios de relacionamento, conforme melhor detalhado no tópico “Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas” desta análise.

Mesmo no contexto da pandemia do Covid-19, a Cosoc manteve a produção e publicação de releases, como também o atendimento à Imprensa.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Durante o 1 semestre de 2020, 168 releases foram produzidos, incluídos neles decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da Imprensa. Ademais, as interações com a Imprensa, possibilitadas em especial pelo WhatsApp, tem demonstrado eficácia e agilidade, o que vai ao encontro da necessidade de a Imprensa obter informações em tempo reduzido.

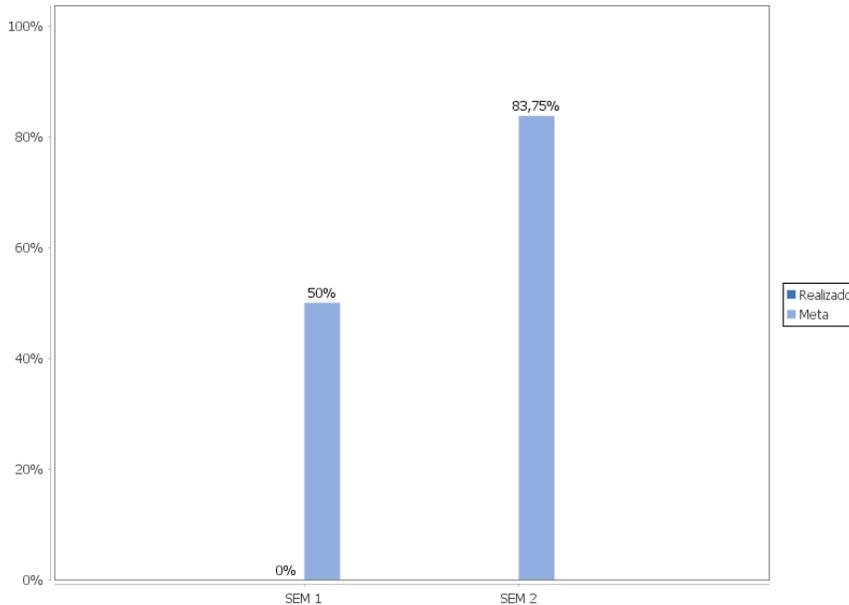
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) O indicador deve manter o percentual alcançado, considerando que a reavaliação dos critérios de relacionamento ainda está em andamento. Entretanto, por se tratar de ano eleitoral, esta Coordenadoria já tem planejado formas de estreitar o relacionamento da instituição com a mídia. Estão previstas ações como instalação de uma Sala de Imprensa no dia do pleito, para que os profissionais possam ter acesso mais facilmente às informações pertinentes ao dia da eleição, além de coletivas de imprensa, com transmissão pelo Facebook (o que possibilita o acompanhamento pela Imprensa do interior), a criação de um grupo de WhatsApp exclusivamente para funcionamento no dia da eleição e o envio de um press-kit com informações básicas e relevantes sobre o pleito no Estado.

Também como forma de manter um relacionamento com a Imprensa, está prevista para o próximo dia 24 de julho, a realização da oficina "Desinformação nas eleições", evento oferecido ao Tribunal, pela agência fact-checking de notícias Lupa, para

conscientizar, educar e combater os processos de desinformação em massa nas eleições municipais de 2020, que contará com a participação de 120 jornalistas que foram selecionados pela Cosoc.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas já foi avaliado por esta Coordenadoria, e registrado na análise do 2º semestre de 2019, que os critérios que definem o relacionamento institucional com a mídia necessitam de ajustes para que possam ser analisados em sua complexidade. Mas, conforme prudente recomendação da Seção de Dados Estratégicos (Sedest), a Coordenadoria de Comunicação Social aguardará a construção do próximo Plano Estratégico da instituição, o que ocorrerá já no próximo ano, para definir os novos critérios. A unidade já está planejando como irá formular os novos critérios, que serão apresentados no próximo ciclo estratégico da instituição.

Riscos associados ao objetivo Não foram identificados por esta Coordenadoria tais eventos

IA 43 - Índice de aderência ao plano de relacionamento com a mídia**Insatisfatório****Desempenho do Período: 0,00%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COSOC.**

Análise de contexto Da mesma forma ocorrida com o IA 40, este indicador não foi mensurado no primeiro semestre de 2020, o que impactou no resultado. Isso ocorreu por não ter sido publicado o Plano de Comunicação Integrada, que, a partir deste ano, passa a abarcar ações de divulgação voltadas para o público interno e para o público externo, além de ações integradas, que unem esforços de algumas unidades em prol de determinadas iniciativas.

Neste Plano, constarão as ações de relacionamento com a mídia, planejadas pela Cosoc, tal como era feito no Plano de Comunicação Social para o Público Externo.

O referido Plano de Comunicação Integrada estava prestes a ser submetido à avaliação e aprovação, quando houve a suspensão do expediente presencial, em março de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19. Foi necessário um período de adaptação do Tribunal à nova realidade imposta, até que as atividades começassem a entrar em uma rotina viável.

Em reunião realizada no final de maio, foi avaliado pela Administração que já seria possível retomar o Plano de Comunicação Integrada. No entanto, mais uma vez, devido ao tempo decorrido e à nova realidade que alterou projetos já planejados pelas unidades, além da indefinição, à época, da data das eleições municipais, esta Coordenadoria foi obrigada a reenviar as propostas de ações já validadas pelas unidades do Tribunal, para que fossem alteradas ou ratificadas.

A previsão é que o Plano de Comunicação Integrada seja apresentado ao Comitê Gestor da Estratégia no final deste mês de julho

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Mesmo com a não publicação do Plano de Comunicação Integrada e, por tabela, a não medição deste indicador, a Coordenadoria de Comunicação Social não deixou de realizar ações de relacionamento com a mídia.

Durante o 1º semestre de 2020, foram produzidos 168 releases, incluídos neles decisões judiciais proferidas pelo Plenário do TRE-RJ, que normalmente são de interesse da Imprensa. Ademais, as interações com a Imprensa, possibilitadas em especial pelo WhatsApp, tem demonstrado eficácia e agilidade, o que vai ao encontro da necessidade da Imprensa de obter informações em tempo reduzido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se que o indicador melhore nos próximos seis meses, considerando a iminente conclusão e aprovação do Plano de Comunicação Integrada. Sendo assim, será possível realizar a mensuração da aderência ao Plano de Relacionamento com a mídia.

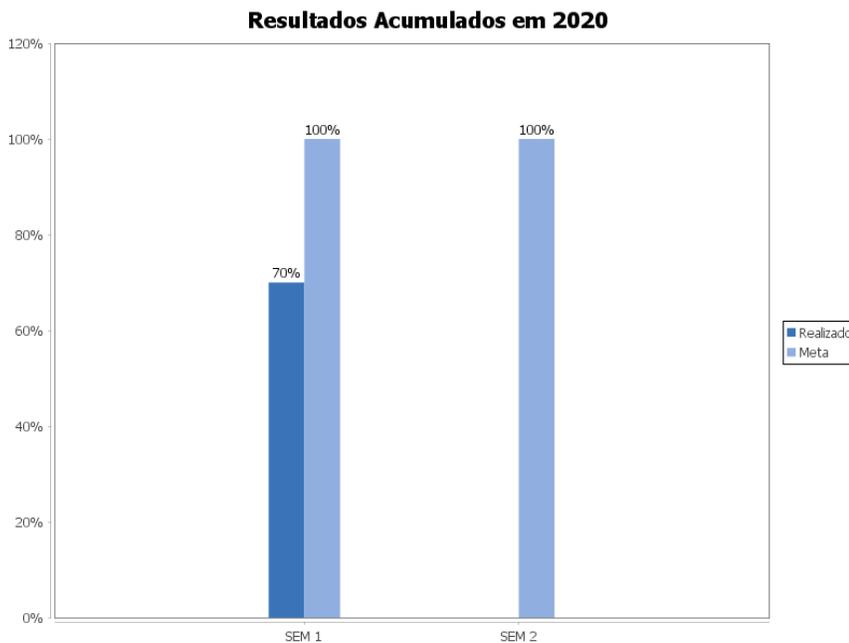
Estão previstas ações como instalação de uma Sala de Imprensa no dia do pleito, para que os profissionais possam ter acesso mais facilmente às informações pertinentes ao dia da eleição, além de coletivas de imprensa, com transmissão pelo Facebook

(o que possibilita o acompanhamento pela Imprensa do interior), a criação de grupo de WhatsApp exclusivo para cobertura no dia do pleito e o envio de um press-kit com informações básicas e relevantes sobre o pleito no Estado.

Também como forma de manter um relacionamento com a Imprensa, está prevista para o próximo dia 24 de julho, a realização da oficina "Desinformação nas eleições", evento oferecido ao Tribunal, pela agência fact-checking de notícias Lupa, para conscientizar, educar e combater os processos de desinformação em massa nas eleições municipais de 2020, que contará com a participação de diversos jornalistas que foram selecionados pela Cosoc.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas O sucesso do indicador está totalmente relacionado à execução das ações de relacionamento com a mídia planejadas no Plano de Comunicação.

Riscos associados ao objetivo O desempenho do indicador seria impactado por um agravamento da pandemia do Covid-19, no caso de uma segunda onda que causasse nova aceleração na transmissão da doença, com consequente aumento nos óbitos. Isso, em tese, poderia acarretar nova decisão do Congresso, adiando outra vez o pleito municipal previsto para ocorrer em novembro. Isto inviabilizaria algumas ações previstas de relacionamento com a mídia.

OE 06 - Estimular o exercício consciente da cidadania**Insatisfatório****Desempenho do Período: 70,00%****Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Atravessamos um período atípico por conta da pandemia de Covid 19, fato que instaurou o modelo não presencial, obedecendo as instruções de isolamento social determinadas pela OMS, e que obrigou a Escola Judiciária a adequar suas ações socioeducativas. Ferramentas para estímulo do exercício consciente da cidadania foram adequadas ao modelo remoto e virtual, justificadas uma vez que não é possível a realização das ações aqui tratadas em contexto escolar, tendo sido necessária a adaptação das ações socioeducativas para realidade digital.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Foram promovidos 3 tipos de ações:

Projeto Memória Eleitoral:

EVENTO DATAA justiça Eleitoral Fluminense na visão dos ex-presitendes do TRE-RJ - EJE-RJ17 DE FEVEREIRO DE 2020
Palestra "Judicialização da Competição Eleitoral" com Ary Jorge 20 DE ABRIL DE 2020
DIA DO MUSEU - INDICAÇÃO DE 3 FILMES 18 DE MAIO DE 2020
MEMORIA ELEITORAL - QUEM FOI JOSÉ JOAQUIM DA FONSECA PASSOS 25 DE MAIO DE 2020
MEMORIA ELEITORAL - Títulos Eleitorais 05 DE JUNHO DE 2020

Publicações de cards nas mídias sociais, projeto "PENSAR E REFLETIR", que se propôs a apresentar aos internautas o conteúdo de nossas cartilhas pedagógicas, indicando o link de acesso ao conteúdo na íntegra. Foram realizadas 5 publicações, cada qual referente a uma das cartilhas publicadas por esta escola.

PENSAR E REFLETIR - card 1 - Bonde da Ética

24/04/2020

PENSAR E REFLETIR - card 2 - Partiu política

28/04/2020

PENSAR E REFLETIR - card 3 - Estado

04/05/2020

PENSAR E REFLETIR - card 4 - Estado Brasileiro

11/05/2020

PENSAR E REFLETIR - card 5 - Justiça Eleitoral

18/05/2020

Publicações de vídeos de curta duração no canal TV TRE-RJ, noYouTube, projeto "5 MINUTOS DE INFORMAÇÃO", que se propôs a apresentar aos internautas informações relevantes sobre pontos específicos do processo eleitoral. Foram realizadas 11 publicações, que alcançaram no primeiro semestre 1600 visualizações ao todo.

Palestra "Judicialização da Competição Eleitoral" com Ary Jorge

20/04/2020

316

5 Minutos de Informação - Lançamento do projeto

Apresentação

19/05/2020

115v

"5 Minutos de Informação"- EJE-RJ - Diogo Cruvinel

Possibilidade do adiamento do pleito eleitoral em virtude da pandemia mundial

19/05/2020

362

"5 Minutos de Informação"- EJE-RJ -Prof Volgane

"Três legados" da Covid-19 para a Justiça Eleitoral

26/05/2020

142

"5 Minutos de Informação"- EJE-RJ -Des. Eleitoral Gustavo Teixeira

A competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes conexos aos eleitorais

28/05/2020

162

"5 Minutos de Informação"- EJE-RJ - Des. Eleitoral Ricardo Alberto

Abuso de Poder no Direito Eleitoral

02/06/2020

223

5 Minutos de Informação - EJE-RJ - Des. Eleitoral Kátia Junqueira

Sub-representatividade feminina na política

04/06/2020

111

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Desembargador Cláudio dell'Orto

Condutas vedadas e abuso do poder político

09/06/2020

140

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Prof. Alessandro Costa

Janela partidária em 2020

12/06/2020

78

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Poliana Pereira dos Santos

Participação da mulher na política

16/06/2020

75

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Tatiana Wasilewski

Alienação eleitoral

18/06/2020

264

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Michelle Pimentel

Efetividade no processo eleitoral

23/06/2020

43

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Apesar do relaxamento das determinações de distanciamento social, as ações socioeducativas dificilmente serão realizadas em contexto escolar no próximo semestre.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Diante da análises supramencionadas está sendo elaborado projeto que possibilite o envolvimento dos palestrantes voluntários às ações tratadas em ambiente virtual, para que sejam produzidos conteúdos essenciais ao exercício da cidadania, a serem publicados em meio exclusivamente digital de forma que possamos quantificar as visualizações para cálculo das respectivas metas.

O desempenho deste objetivo estratégico no que se refere aos indicadores de aderência apresentou resultado satisfatório. Contudo, em relação ao indicador que quantifica o público atendido apresentou indicador insatisfatório. Tal situação se deu em decorrência de não medição das visualizações alcançadas quando do preenchimento das variáveis, pois a impossibilidade de qualificação do público não permite a identificar se os mesmos fazem parte da base de cálculo do IA44A que tem como público alvo estudantes do ensino fundamental e médio. medida que deve ser submetida a autorização do CGE.

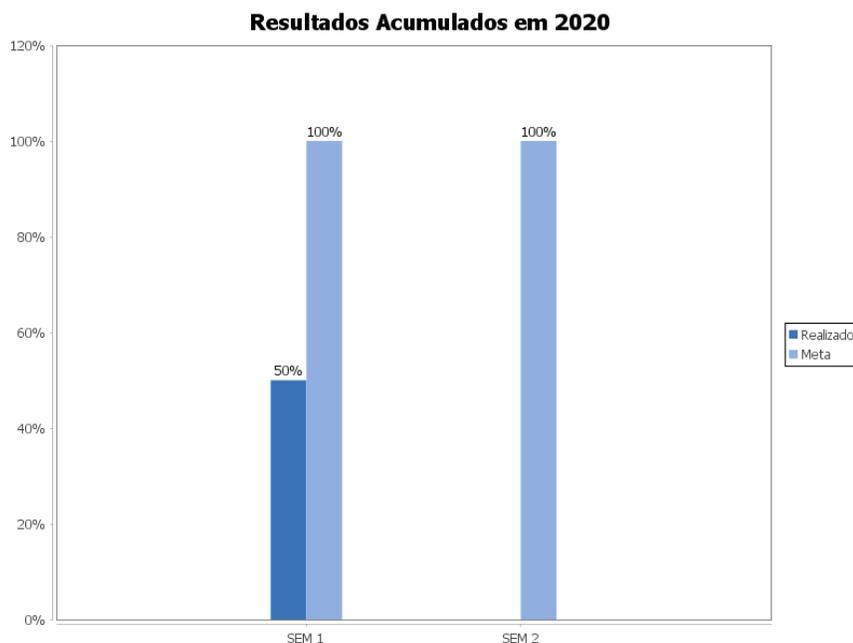
Riscos associados ao objetivo

Apesar da mobilização de esforços para adequação das ações ao meio digital a medida adotada possibilita a quantificação do público alcançado, mas não permite a qualificação do mesmo, não sendo possível identificar se o público que está consumindo o conteúdo faz parte da base de cálculo do indicador analisado.

IE 16 - Número de pessoas alcançadas por ações de cidadania

Insatisfatório

Desempenho do Período: 50,00%



Responsável: EJE.

Análise de contexto

Houve no corrente exercício a necessidade de mudarmos profundamente toda nossa estrutura de produção e implementação de ações de cidadania, em função da pandemia de coronavírus, em que pese estivesse todo o projeto de 2020 pronto, restando autorização para abertura dos editais respectivos. Todo o nosso suporte dependia de uma organização presencial, algo desestimulado diante das novas normas de distanciamento social impostas recentemente, no entanto houve a migração para plataformas virtuais de nossas mídias sociais institucionais de toda a divulgação e execução de nossas ações educativas, assim como a gestão passou a ser feita sob contexto remoto, para que não houvesse prejuízo de nossas metas institucionais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Criamos duas ações com impacto socioeducativo sob plataforma virtual com o objetivo de atingir as metas indicadas:

Projeto 5 minutos (1640 visualizações): Onze vídeos de curta duração, feitos por especialistas na área, abordando temas acerca de questões pertinentes a Justiça Eleitoral, publicados em nas mídias sociais institucionais deste regional.

5 Minutos de Informação - Lançamento do projeto Apresentação 19/05/2020 115 visualizações

"5 Minutos de Informação"- EJE-RJ - Diogo Cruvinel Possibilidade do adiamento do pleito eleitoral em virtude da pandemia mundial 19/05/2020 362 visualizações

"5 Minutos de Informação"- EJE-RJ -Prof Volgane "Três legados" da Covid-19 para a Justiça Eleitoral 26/05/2020 142 visualizações

"5 Minutos de Informação"- EJE-RJ -Des. Eleitoral Gustavo Teixeira A competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes conexos aos eleitorais 28/05/2020 162 visualizações

"5 Minutos de Informação"- EJE-RJ - Des. Eleitoral Ricardo Alberto Abuso de Poder no Direito Eleitoral 02/06/2020 223 visualizações

5 Minutos de Informação - EJE-RJ - Des. Eleitoral Kátia Junqueira Sub-representatividade feminina na política 04/06/2020 111 visualizações

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Desembargador Cláudio dell'Orto Condutas vedadas e abuso do poder político 09/06/2020 140 visualizações

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Prof. Alessandro Costa Janela partidária em 2020 12/06/2020 78 visualizações

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Poliana Pereira dos Santos Participação da mulher na política 16/06/2020 75 visualizações

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Tatiana Wasilewski Alienação eleitoral 18/06/2020 264 visualizações

"5 Minutos de Informação" - EJE-RJ - Michelle Pimentel Efetividade no processo eleitoral 23/06/2020 43 visualizações

Projeto Pensar e Refletir: Cinco cards de divulgação de nossas cartilhas pedagógicas abordando os temas Ética, Política, Conceito de Estado, Estado Brasileiro, Justiça Eleitoral e desinformação.

PENSAR E REFLETIR - card 1 - Bonde da Ética

24/04/2020

PENSAR E REFLETIR - card 2 - Partiu política

28/04/2020

PENSAR E REFLETIR - card 3 - Estado

04/05/2020

PENSAR E REFLETIR - card 4 - Estado Brasileiro

11/05/2020

PENSAR E REFLETIR - card 5 - Justiça Eleitoral

18/05/2020

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Há uma tendência para os próximos meses de retomada gradual do trabalho presencial, regulado pelos índices de transmissibilidade do Covid 19, obviamente, mas uma conservação da tendência de não-aglomeração em lugares fechados até que a OMS baixe novos procedimentos. Isto posto, é mister que encaremos a necessidade de estruturarmos nossas plataformas e procedimentos envolvendo suporte virtual e remoto para a permanência dessas atividades enquanto recurso viável para que alcancemos nossas metas.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Nesse sentido propõe-se que:

1) Divulgue ostensivamente de forma a popularizar o acesso e o uso das plataformas de mídias sociais e institucionais por parte dos servidores, incorporando-as definitivamente a rotina deste Regional. Há ainda a importância de se ampliar o número de inscritos nas plataformas de mídia social do Tribunal, algo que inclusive permitirá a utilização de mais funcionalidades e recursos próprios do meio, a exemplo das lives, que podem se tornar essenciais para o nosso trabalho.

2) Indique multiplicadores com conhecimento para produção de conteúdo virtual de qualidade para servidores interessados.

3) Integre-se as seções de produção de conteúdo para compartilhamento de informações úteis sobre procedimentos que envolvam edição de vídeo, suporte virtual, publicidade em mídias sociais, etc.

4) O comitê gestor analise a possibilidade de contabilização das visualizações como pessoas alcançadas para nossas metas, mesmo que excepcionalmente, dado o contexto atual, associado ao fato de não ser possível "qualificar" o público, o que é necessário para a medição atual.

Riscos associados ao objetivo

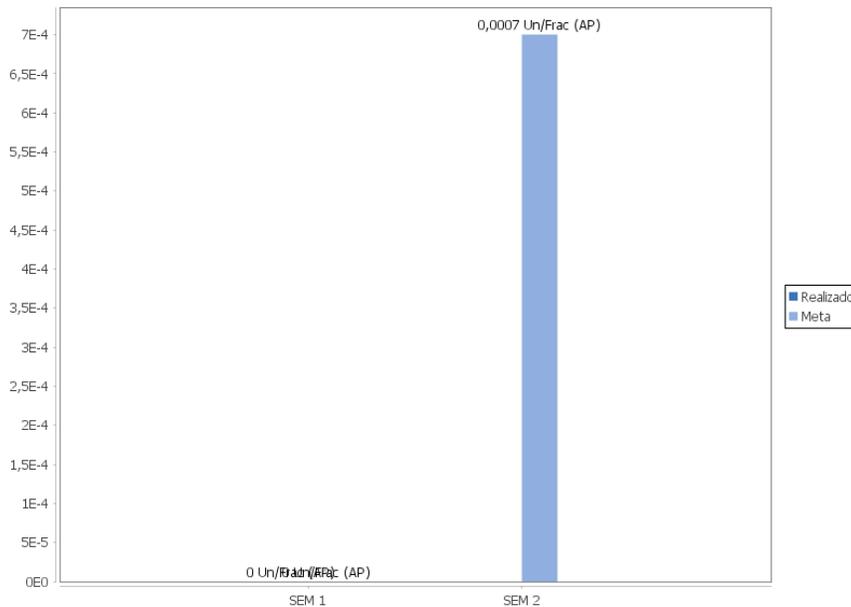
Há um risco vincendo na medida em que submetidos ao suporte virtual não se consegue mensurar qualitativamente do tipo de público que assiste aos vídeos e cards em questão, embora sua quantidade possa ser facilmente verificada pela ferramenta "número de visualizações". E para além da questão, é notório que toda nossa malha de indicadores e variáveis a serem respondidos perpassam a lógica da qualificação do público alvo, a saber, estudantes, magistrados, servidores, etc, uma vez que nossas ações tradicionalmente se davam presencialmente e em ambientes regulares. O risco que se avizinha é a perda a médio e longo prazo da eficiência dos indicadores e variáveis, caso não sejam vertidos adequadamente para as respectivas ações sob essa nova realidade.

IA 44A - Taxa de Estudantes alcançados por ações socioeducativas conduzidas por magistrados e servidores

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto Diante das normas de distanciamento social implementadas em meados de março do corrente e ainda em fase de suspensão para retorno gradual a "nova normalidade" não é possível a realização das ações de que tratam este indicador em contexto escolar, tendo sido necessária a adaptação das ações socioeducativas para realidade digital.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram promovidos 2 tipos de ações: Publicações de cards nas mídias sociais, projeto "PENSAR E REFLETIR", que se propôs a apresentar aos internautas o conteúdo de nossas cartilhas pedagógicas, indicando o link de acesso ao conteúdo na íntegra. Foram realizadas 5 publicações, cada qual referente a uma das cartilhas publicadas por esta escola. Publicações de vídeos de curta duração no canal TV TRE-RJ, no YouTube, projeto "5 MINUTOS DE INFORMAÇÃO", que se propôs a apresentar aos internautas o informações relevantes sobre pontos específicos do processo eleitoral. Foram realizadas 11 publicações, que alcançaram no primeiro semestre 1600 visualizações ao todo.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Apesar do relaxamento das determinações de distanciamento social, as ações socioeducativas dificilmente serão realizadas em contexto escolar no próximo semestre.

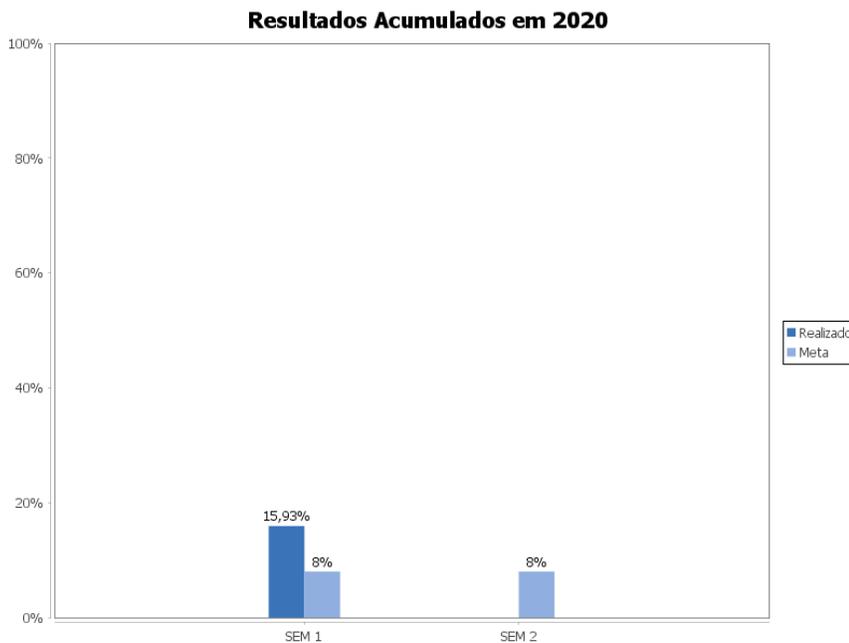
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Diante da análise supramencionada está sendo elaborado projeto que possibilite o envolvimento dos palestrantes voluntários as ações tratadas neste IA, para que sejam produzidos conteúdos essenciais ao exercício da cidadania a serem publicados em meio exclusivamente digital.

Riscos associados ao objetivo Apesar da mobilização de esforços para adequação das ações ao meio digital a medida adotada possibilita a quantificação do público alcançado, mas não permite a qualificação do mesmo, não sendo possível identificar se o público que está consumindo o conteúdo faz parte da base de cálculo do indicador analisado. Assim sendo, não foram quantificadas as visualizações alcançadas quando do preenchimento das variáveis, medida que deve ser submetida a autorização do CGE.

IA 46A - Consultas realizadas e ações informativas sobre o processo e a memória eleitorais

Satisfatório

Desempenho do Período: 199,13%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COGED.

Análise de contextoDe acordo com o desempenho do indicador, atingindo um percentual de 15,93% no período, verificou-se que a meta estipulada foi ultrapassada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosOcorre que no decurso do 1º semestre de 2020, foi realizada reunião com a SEDEST para efetuar a revisão da definição e fórmula de cálculo do indicador, a fim de que os resultados fossem expressos de forma relativa e não mais de forma absoluta.

Houve a necessidade, devido a mudança da metodologia de cálculo, que as medidas fossem zeradas e lançadas novamente desde janeiro de 2020, a fim de que fosse possível avaliar a quantidade de acessos ao Portal dos Dados Históricos e da CEMEL em relação ao número de acessos à página do Tribunal na internet.

Com a mudança da metodologia de cálculo dos acessos a página dos Dados Históricos, o desempenho ficou satisfatório e em um patamar muito superior a meta estabelecida, o que enseja uma análise mais detalhada da metodologia aplicada e a possibilidade posterior de revisão.

Verifica-se que os Portais dos Dados Históricos e da CEMEL possuem participação expressiva nos acessos, sendo que a média do percentual de acessos dos dois portais em relação à página do Tribunal é de 20% mensal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Importante também ressaltar que em junho de 2020 foram nomeados novos integrantes da COGED para a CEMEL, totalizando 4 servidores da Coordenadoria com participação efetiva na Memória Eleitoral, e ao final do semestre os membros da CEMEL avaliarão o impacto das mudanças no indicador.

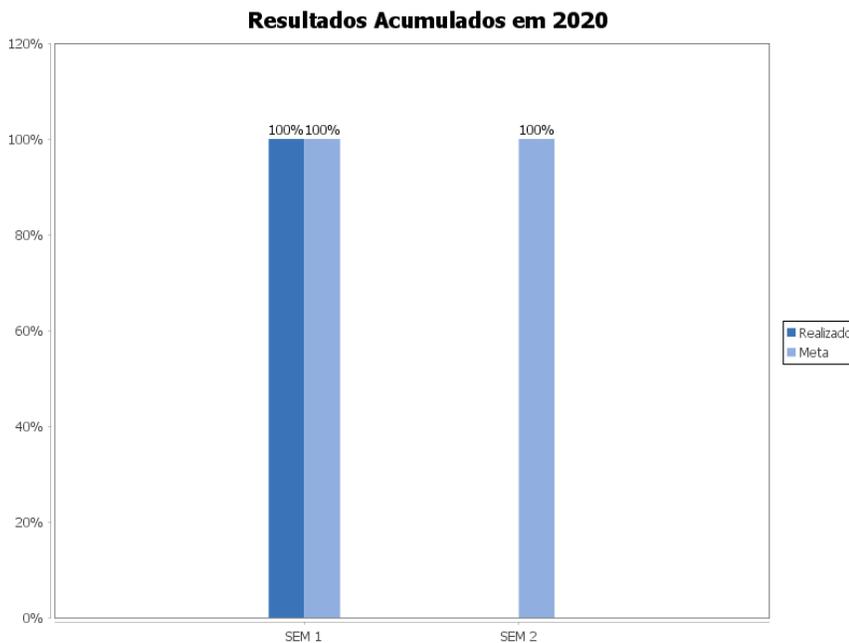
Outro ponto a se observar é que, no decurso do próximo semestre, já há programação dentro da Coordenadoria de alimentar o portal dos Dados Históricos com os dados e a documentação digitalizada advinda das Câmaras dos Vereadores e Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, o que poderá ensejar um maior número de acessos ao Portal.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasPersiste a necessidade de esforços para a consolidação dos dados eleitorais de todas as eleições, reforçando-se a necessidade de construção de um processo de trabalho para não só organizar, consolidar e disponibilizar, mas também contextualizar os dados para o público de forma fácil e acessível.

A soma de esforços da SEGDOC com a recém-criada SECGIN (Seção de Gestão da Informação e Jurisprudência) pode criar melhores possibilidades para uma atualização mais robusta do conteúdo da página dos Dados Históricos de Eleições no Rio de Janeiro.

Riscos associados ao objetivoAs atividades relacionadas à atualização de informações das eleições pode ser amplamente impactada caso ocorram os seguintes fatores:

deslocamento de servidores para atividades relacionadas à eleição e outras demandas prioritárias, o que poderia ocasionar adiamentos em cronogramas definidos pela SECGIN para atendimento das demandas de atualização do Portal; ausência de um procedimento de consolidação das informações sobre as eleições de forma contínua e estruturada, o que depende da institucionalização de rotinas e articulação de diversas unidades do Tribunal, principalmente aquelas ligadas a gestão da informação e da TI; priorização pela Instituição do processo de trabalho da alimentação do Portal dos Dados Históricos, no intuito de que as áreas envolvidas possam organizar e disponibilizar os dados e informações de forma fácil e acessível ao público externo.

IE 17 - Índice de aderência ao planejamento de ações de cidadania**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Responsável: EJE.****Análise de contexto**

Em função da Pandemia e seus respectivos impactos no trabalho presencial deste Regional, todas as ações socioeducativas e de divulgação da Memória Eleitoral promovidas pela EJE tiveram que ser adaptadas ao contexto remoto. Tal transformação permitiu que esta Escola trabalhasse com a postagem de vídeos educativos na plataforma do Youtube, assim como a publicação de cards educativos e vinculados a Memória Eleitoral nas mídias sociais institucionais com o mesmo objetivo, até que as atividades presenciais sejam retomadas. Para efeito de aderência cabe salientar que todas as ações planejadas sob esse novo formato, durante este período, foram devidamente executadas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Em relação as publicações nas mídias sociais (Projeto "Pensar e Refletir" que divulga o conteúdo de nossas cartilhas pedagógicas) foram realizadas 5 postagens, todas executadas conforme seu devido planejamento.

Em relação aos vídeos de curta duração disponibilizados no Youtube (Projeto "5 Minutos de Informação" que esclarece informações sobre o processo eleitoral) foram realizadas 11 postagens, todas ela executadas de acordo com o que foi planejado.

Em relação as ações voltadas a divulgação da Memória Eleitoral foram implementadas 5 ações em três projetos diferentes, o primeiro ainda antes da interrupção das atividades presenciais no Tribunal (A Justiça Eleitoral Fluminense na visão do ex-presidentes em 17 de fevereiro), e dois projetos em contexto virtual, já sob o advento da pandemia, a palestra do servidor Ary Jorge (Judicialização da Competição Eleitoral em 20 de maio), e a publicação de 3 cards em nossas mídias institucionais: Um em função do Dia do Museu em 18 de Maio ("Indicação de 3 filmes sobre a temática eleitoral", e os outros dois divulgando o Espaço de Memória Eleitoral e seu acervo ("Quem foi José Joaquim da Fonseca Passos?", e "Títulos Eleitorais históricos", nos dias 25 de maio e 05 de Junho).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Tendo em vista o prolongamento das normas de distanciamento social e o continuado impacto nas ações socioeducativas promovidas por esta Escola, torna-se necessária a manutenção das ações em formato eletrônico até que sejam restabelecidas as condições necessária ao trato presencial de nossas atividades.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Sugere-se a disponibilização de vídeos de curta duração uma vez que a resposta exponencial por parte das visualizações possibilita uma exploração maior desse tipo de ferramenta e contribui para uma implementação mais eficiente do que será previamente elaborado via planejamento.

Acerca das ações de divulgação da Memória Eleitoral sugere-se a consolidação do projeto de digitalização do museu na proposta para o melhor desempenho das futuras ações, uma vez que tal permitirá uma visão mais ampla do acervo de memória, mais além do que o simples acesso às publicações particionadas como as que estão sendo implementadas até então. Cabe mencionar que a medida já foi solicitada à TI e está aguardando um momento oportuno de operacionalização, uma vez que o acervo já foi devidamente digitalizado e descrito, mas que não comprometa atividades essenciais ao tribunal, principalmente no estágio excepcional que atravessamos.

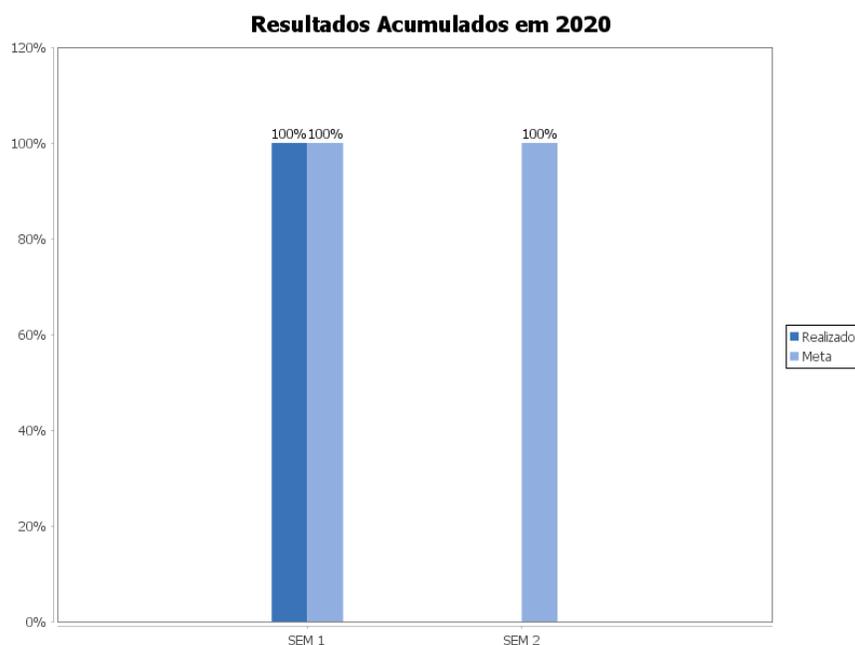
Riscos associados ao objetivo

Não é possível verificar se o conteúdo disponibilizado nas mídias institucionais está sendo consumido pelo público-alvo do presente indicador. Isso comprometerá a longo prazo a eficiência das variáveis mensuráveis ainda que prevaleça alto índice de aderência das ações em questão.

IA 47 - Índice de aderência ao plano de ações socioeducativas

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

Análise de contexto Em função da Pandemia e seus respectivos impactos no trabalho presencial deste Regional, todas as ações socioeducativas promovidas pela EJE tiveram que ser adaptadas ao contexto remoto. Tal transformação permitiu que esta Escola trabalhasse com a postagem de vídeos educativos na plataforma do Youtube, assim como a publicação de cards educativos nas mídias sociais institucionais com o mesmo objetivo, até que as atividades presenciais sejam retomadas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Em relação as publicações nas mídias sociais (Projeto "Pensar e Refletir" que divulga o conteúdo de nossas cartilhas pedagógicas) foram realizadas 5 postagens. Em relação aos vídeos de curta duração disponibilizados no Youtube (Projeto "5 Minutos de Informação" que esclarece informações sobre o processo eleitoral) foram realizadas 11 postagens.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Tendo em vista o prolongamento das normas de distanciamento social e o continuado impacto nas ações socioeducativas promovidas por esta Escola, torna-se necessária a manutenção das ações em formato eletrônico até que sejam restabelecidas as condições necessária ao trato presencial de nossas atividades.

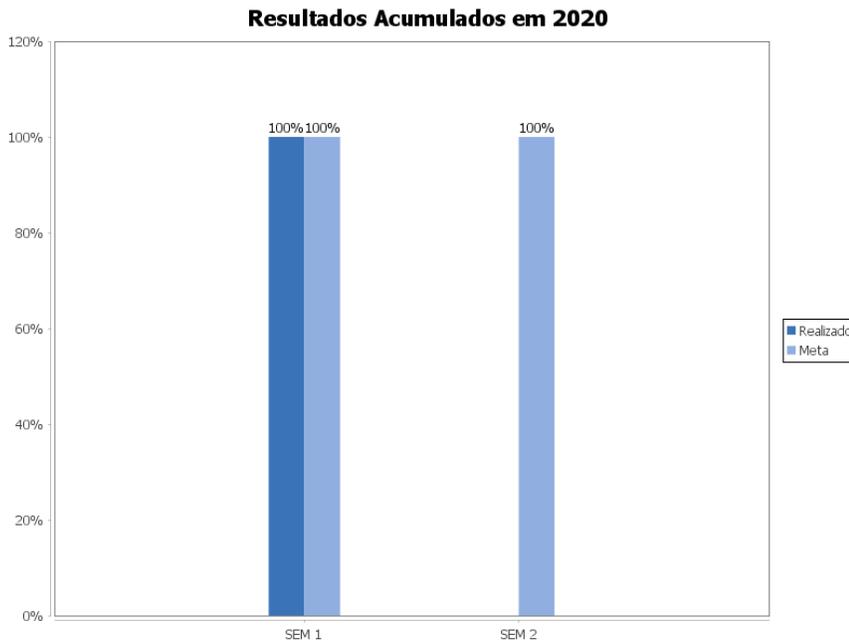
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Sugere-se a disponibilização de vídeos de curta duração uma vez que a resposta exponencial por parte das visualizações possibilita uma exploração maior desse tipo de ferramenta.

Riscos associados ao objetivo Não é possível verificar se o conteúdo disponibilizado nas mídias institucionais está sendo consumido pelo público-alvo do presente indicador.

IA 48 - Índice de aderência ao plano de ações de divulgação do processo e da memória eleitorais

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: EJE.

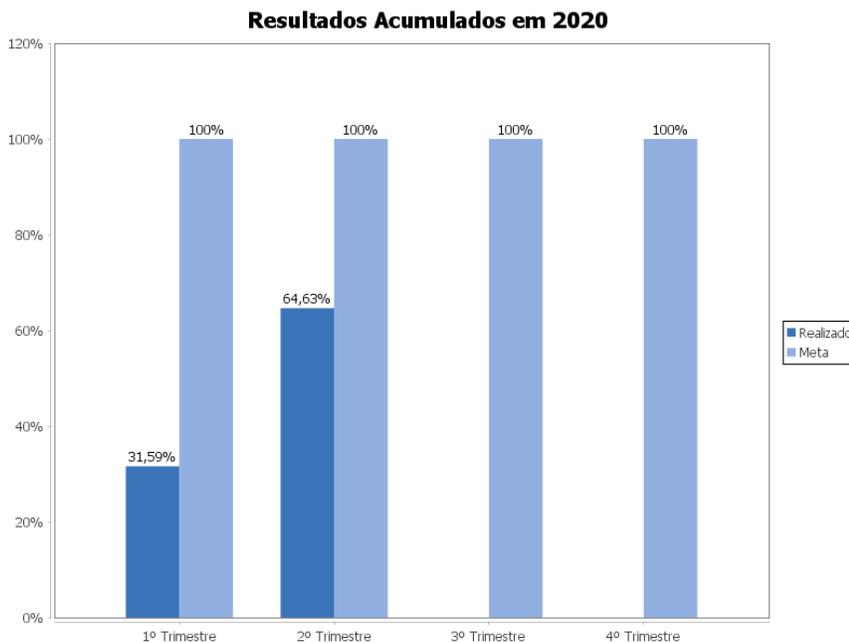
Análise de contexto Em decorrência da Pandemia de Covid 19 que sustou todas as atividades presenciais relativas a Escola Judiciária, dentre elas as ações de divulgação do processo e da memória eleitorais, houve a necessidade de se migrar tais ações para o contexto remoto. Ou seja, todas as ações respectivas ao tema foram disponibilizadas em plataformas de mídias sociais institucionais este semestre, com o fito de se alcançar o mesmo impacto previsto inicialmente para o período em contexto não excepcional como o da atual Pandemia.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Em todo o primeiro semestre do corrente exercício foram realizadas as seguintes ações de divulgação do processo e da memória eleitorais: A justiça Eleitoral Fluminense na visão dos ex-presitendes do TRE-RJ - EJE-RJ17 DE FEVEREIRO DE 2020 Palestra "Judicialização da Competição Eleitoral" com Ary Jorge 20 DE ABRIL DE 2020 DIA DO MUSEU - INDICAÇÃO DE 3 FILMES 18 DE MAIO DE 2020 MEMORIA ELEITORAL - QUEM FOI JOSÉ JOAQUIM DA FONSECA PASSOS 25 DE MAIO DE 2020 MEMORIA ELEITORAL - Títulos Eleitorais 05 DE JUNHO DE 2020

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Como tendência para o próximo semestre, permanecendo as atuais diretrizes de distanciamento social e suspensão do trabalho presencial, em que pesem as iniciais tratativas acerca do retorno as atividades na sede, cabe salientar a necessidade de uma maior adequação de nossos suportes presenciais para o contexto virtual de mídias institucionais nas redes sociais. Dentre os quais a melhoria de nossas próprias plataformas (Intranet/Internet) de divulgação do conteúdo de memória eleitoral para o público virtual.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Como proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas sugere-se: 1) A conclusão da virtualização do acervo de memória eleitoral (processo já com o devido andamento interno) 2) Ações integradas com divulgação virtual de busca de patrimônio histórico nas zonas eleitorais do interior e da capital. 3) A introdução da temática da memória eleitoral transversalmente em vídeos de curta duração, webinários e palestras virtuais.

Riscos associados ao objetivo Há em todo processo de adaptação das ações de divulgação do processo e da memória eleitorais ao contexto virtual, em função da interrupção das atividades presenciais, a conseqüente perda da capacidade de se qualificar, e não apenas quantificar o público-alvo. Ou seja, valendo-se de plataforma de mídias institucionais no Youtube, Instagram e Facebook, a possibilidade de se verificar a quantidade de visualizações não discrimina elementos de público alvo como estudantes, servidores, magistrados, e outros que seriam essenciais para este indicador. Muito embora o alcance (quantitativo) seja majorado comparado aos numeros decorrentes de ações presenciais em contexto não excepcional como o do da atual Pandemia.

OE 07 - Desenvolver a Gestão Estratégica de Pessoas**Insatisfatório****Desempenho do Período: 64,63%****Responsável: SGP.****Análise de contexto**

Diante do cenário da pandemia da Covid 19, a SGP teve dificuldade em melhorar seus resultados relativos à promoção do desenvolvimento de competências (IE 18) e da liderança (IE 19).

A fim de viabilizar a implantação da gestão por competências neste cenário, optou-se por adotar como projeto piloto o plano de ação elaborado em decorrência de deliberação da IV RAE de 2019. No entanto, ainda que com escopo reduzido, não se logrou êxito na realização do 1º ciclo avaliativo nem das etapas 6 a 8 do 2º ciclo avaliativo, previstos para serem realizados até o 1º semestre de 2020. Considerando que todo o 1º ciclo tinha previsão de realização ainda em 2019, verifica-se que o mal desempenho não deve ser atribuído exclusivamente à pandemia, devendo ser revistas as diretrizes estabelecidas no nível estratégico da Secretaria a fim de que se possa identificar as causas e possíveis soluções para o problema.

Por outro lado, ainda que insatisfatório, o desempenho dos índices de aderência do PAC à estratégia e de capacitação na matriz gerencial apresentam evidências de que está bastante relacionado ao cenário da pandemia, sendo possível vislumbrar sua recuperação até o fim no ano por meio de ações de sensibilização das unidades demandantes e adequação das capacitações para o ambiente remoto.

Já o desempenho do índice de implantação da gestão das ocupações críticas de gestão sofreu menor impacto decorrente do isolamento social e trabalho remoto e teve resultado satisfatório com a apresentação da proposta e disponibilização do Guia para redução de ocupações críticas do TRE-RJ.

A pandemia também trouxe dificuldades para o desenvolvimento das ações de melhoria do clima organizacional (IE 20), no entanto, trouxe também oportunidades para uma atuação mais rápida, direta e adequada ao cenário que se apresentou.

Sem prejuízo das demais considerações feitas na análise de contexto de janeiro deste ano, a Secretaria de Gestão de Pessoas deverá, ao longo do próximo semestre, aprimorar os mecanismos internos adotados para promover o alcance do objetivo estratégico sob sua responsabilidade. Pode-se observar que o acompanhamento semanal adotado trouxe importantes resultados para a melhoria da comunicação interna e para o melhor direcionamento das atividades, no entanto, cabe avaliar a possibilidade de concessão de maior autonomia aos gestores de nível tático com concentração do foco das reuniões nos resultados e dificuldades enfrentadas pelos gestores.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Além daquelas voltadas para o alcance das metas dos indicadores de apoio indicadas nas respectivas análises, foram realizadas as seguintes ações:

- Apresentação de proposta de projeto estratégico (Projeto de Melhoria e Automatização do Processo de Elaboração da Folha de Pagamento) aprovada pelo CGE. Reuniões semanais com representantes das unidades envolvidas foram realizadas para estruturação do projeto e elaboração da respectiva ficha a ser submetida ao Comitê. Espera-se, com esse projeto, implementar maior agilidade nas entregas da Secretaria, maior envolvimento das Coordenadorias de Pessoal e Análise Técnica e de Pagamento na estratégia e estimular a motivação e valorização dos servidores da SGP.

- Reunião de Análise Crítica com participação de todos os servidores da SGP para análise de proposta de Política de Gestão de Pessoas. A minuta foi aprimorada com a colaboração dos servidores, aprovada pelo CGLGP e encaminhada para apreciação superior.

- Rodas de conversa sobre saúde mental e trabalho durante o isolamento promovidas pela Csint/Seates.

- Reuniões dos comitês CGLGP e CGLAIS

- Adequação do Projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho às possibilidades diante da pandemia. Projeto piloto será realizado no âmbito da SGP para transferência de conhecimento e tecnologia e posterior implementação em toda a instituição.

- Sistema de gerenciamento do serviço extraordinário (GSE) foi instalado e se encontra em fase de teste. Espera-se que, com a efetiva utilização desse sistema, o processo de elaboração da folha de pagamento de serviço extraordinário ganhe expressiva agilidade e promova maior segurança e celeridade no pagamento dos servidores.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A implantação da gestão por competências no âmbito do Plano de ação de Pessoas da área de TIC - aplicação da Res. CNJ nº 211/2015 é bastante incerta diante das demandas relativas às Eleições 2020 que recairão sobre aquela Secretaria.

Já as ações para a aderência do PAC à estratégia e para a capacitação na matriz gerencial, apesar de demandarem atenção, apresentam perspectiva positiva, desde que haja atuação efetiva da SGP para ações de sensibilização das unidades demandantes e adequação das capacitações para o ambiente remoto.

Da mesma forma, há perspectiva positiva quanto à implantação da gestão das ocupações críticas de gestão, uma vez que as etapas a serem executadas até o final do ano encontram-se, a princípio, bastante compatíveis com a sobrecarga das unidades no período eleitoral.

A tendência da favorabilidade do clima organizacional (IE 20) merece especial atenção e a apresentação de algumas considerações. Para que o índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional se tornasse operacional, foi necessária a criação de um Plano de Melhoria do Clima Organizacional, submetido ao CGLGP que o aprovou. Das 6 ações aprovadas pelo CGLGP, 2 foram realizadas. No entanto, diante da pandemia, outras 6 ações para promover a favorabilidade do clima organizacional diante de tão grave cenário fizeram-se necessárias e foram propostas à Alta Administração, que as aprovou nos autos do Processo SEI n. 2020.0.000016829-5. Dessa forma, entendeu-se oportuno submeter a avaliação técnica se caberia entender que foram realizadas 8 ações dentre 12 planejadas, ainda que em momentos e procedimentos diversos.

Razoável a análise da Coordenadora de Saúde e Integração na defesa de que, sem prejuízo das ações planejadas em função da pesquisa bianual, outras ações para a favorabilidade do clima devem ser planejadas com celeridade diante das circunstâncias que se apresentam e impactam no ambiente organizacional.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

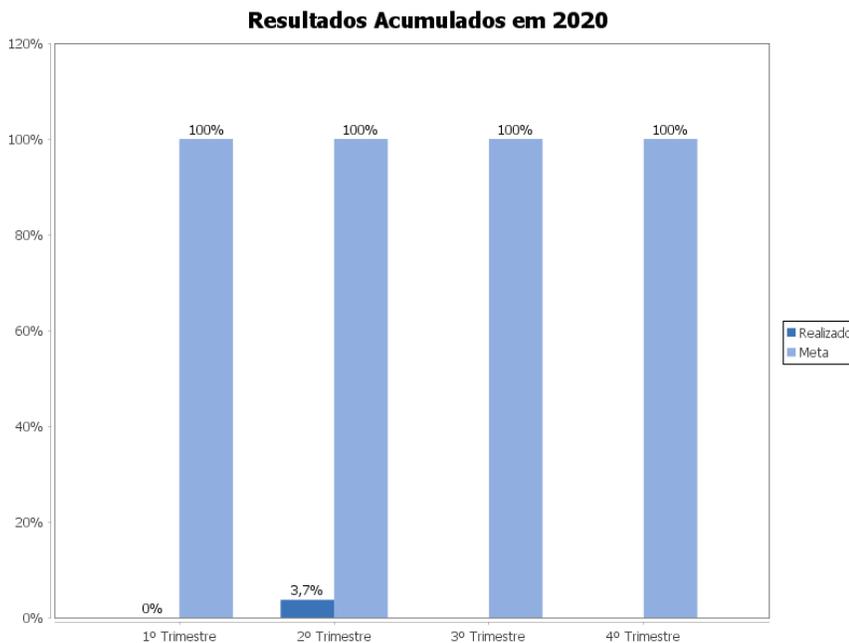
Repensar os processos e automatizar atividades com a finalidade de potencializar a força de trabalho disponível – Objeto do projeto estratégico cuja ficha será submetida ao CGE.

Organizar e priorizar as demandas estratégicas. Aprimorar os mecanismos internos adotados para promover o alcance do objetivo estratégico OE 07. Pode-se observar que o acompanhamento semanal adotado trouxe importantes resultados para a melhoria da comunicação interna e para o melhor direcionamento das atividades, no entanto, cabe avaliar a possibilidade de concessão de maior autonomia aos gestores de nível tático com concentração do foco em resultados.

Riscos associados ao objetivo

Ainda que de difícil cálculo de probabilidade e impacto, os problemas relacionados aos processos de trabalho, à falta de automação e às dificuldades de planejamento e priorização colocam em risco a eficiência da Secretaria que, em virtude da alta demanda operacional, subutiliza sua força de trabalho para o alcance dos objetivos estratégicos.

A realização das eleições em cenário de pandemia absorverá sobremaneira as unidades do Tribunal das quais depende o êxito das iniciativas estratégicas sob responsabilidade da SGP.

IE 18 - Índice de desenvolvimento das competências**Insatisfatório****Desempenho do Período: 3,70%****Responsável: CDESC.**

Análise de contexto IA 49 - O indicador manteve-se inalterado apesar do início das atividades de sensibilização, adequação e alimentação do sistema, revisão do modelo de competências anterior dentre outras atividades necessárias para a implantação da GPC no Tribunal.

Por conta do isolamento, mesmo que todos tivessem com acesso ao sistema e demais informações, não seria adequado a realização das avaliações comportamentais e condução das sessões de feedback de forma remota.

IA 50 e IA 51 - As atividades de capacitação foram fortemente impactadas pela suspensão das atividades presenciais. Por outro lado, à medida que os servidores foram se adaptando à nova rotina, o canal de EAD ficou sobrecarregado, seja pela disponibilidade do usuário, seja pela concentração de oferta de ações de educação internas e externas.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos IA 49 - Em novembro e dezembro de 2019 foram realizados 6 encontros com os servidores de diversas unidades da sede, dentre estes, um com a Alta Administração do Tribunal.

Também foi finalizada a minuta da Gestão de Pessoas por Competências, cuja minuta tramita em ajustes finais no SEI 2020.0.000001602-9.

IA 50 - Passado o período de ambientação com a nova rotina, a SEDCOR envidou esforços para contatar as unidades que demandaram capacitações, consultando sobre a manutenção do interesse. Das 8 capacitações constantes do Eixo Estratégico do PAC, 1 está concluída, 3 estão em produção / contratação e 4 aguardando propostas dos fornecedores.

IA 51 - Publicado Ato GP 141/2020 de 15 de maio, que trata da Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral e realizada a consulta aos servidores e unidades especializadas sobre as dúvidas mais recorrentes e os temas mais relevantes. Após o devido tratamento destes dados, foi encaminhada a Matriz para o biênio.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) IA 49 - A tendência é de melhora do objetivo, considerando as adaptações propostas a partir do aprendizado desde o início deste projeto.

As etapas "revisão das competências técnicas", "realização do 1º ciclo avaliativo" e "devolutiva das avaliações e elaboração do PDI" serão realizadas com a STI, agregando as demandas para execução do plano de ação que visa o atendimento da Res. CNJ 211, como a necessidade de prototiparmos a implantação da GPC, antes de escalarmos para as demais unidades.

IA 50 – A tendência é melhora deste indicador, tendo como maior desafio a concorrência com as demais capacitações relacionadas à operacionalização das eleições e o esgotamento do canal de treinamento à distância.

IA 51 - As próximas etapas serão a certificação de conhecimento e a oferta da capacitação nos temas da Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral, tendo como principal desafio a concorrência com as demais capacitações relacionadas à operacionalização das eleições.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Quanto ao IA 49, a aplicação do ciclo completo da Gestão por Competência no âmbito menor nos parece uma boa prática para o desenvolvimento contínuo de um modelo adequado à realidade dos servidores do Tribunal

Para os IA 50 e IA 51, a participação dos servidores e principalmente, dos gestores, na condução deste assunto no âmbito de sua unidade e atenção no planejamento das ofertas de capacitação considerando a concorrência para um mesmo público, o período eleitoral e a disponibilidade tecnológica do servidor.

..

Riscos associados ao objetivo 1. Término do contrato do sistema GID previsto para agosto 2020;

2. Efetivo insuficiente na SEGEDE para condução das atividades;

3. Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências relacionadas à tecnologias educacionais.

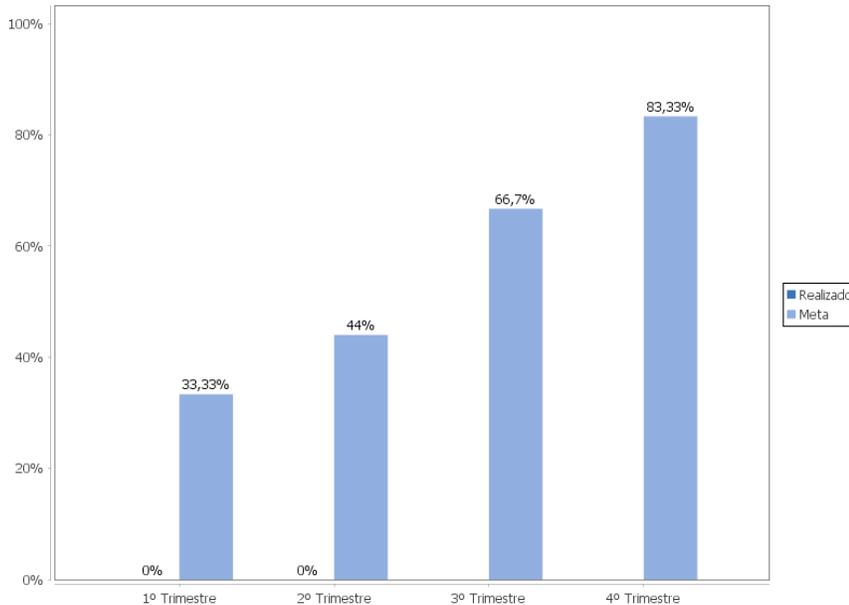
4. Período eleitoral que dificulta a realização de cursos, principalmente, para gestores que estão ligados diretamente ao processo eleitoral..

IA 49A - Índice de implantação da gestão por competências

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto O indicador manteve-se inalterado apesar do início das atividades de sensibilização, adequação e alimentação do sistema, revisão do modelo de competências anterior dentre outras atividades necessárias para a implantação da GPC no Tribunal.

Por conta do isolamento, mesmo que todos tivessem com acesso ao sistema e demais informações, não seria adequado a realização das avaliações comportamentais e condução das sessões de feedback de forma remota..

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Em novembro e dezembro de 2019 foram realizados 6 encontros com os servidores de diversas unidades da sede, dentre estes, um com a Alta Administração do Tribunal.

Também foi finalizada a minuta da Gestão de Pessoas por Competências, cuja minuta tramita em ajustes finais no SEI 2020.0.000001602-9.

Outra ação foi a pesquisa, contatos e desenvolvimento de metodologia e materiais para integrar capacitação dos gestores e revisão das competências técnicas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é de melhora do objetivo, considerando as adaptações propostas a partir do aprendizado desde o início deste projeto.

As etapas "revisão das competências técnicas", "realização do 1º ciclo avaliativo" e "devolutiva das avaliações e elaboração do PDI" serão realizadas com a STI, agregando as demandas para execução do plano de ação que visa o atendimento da Res. CNJ 211, como a necessidade de prototiparmos a implantação da GPC, antes de escalarmos para as demais unidades.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Participação dos servidores e principalmente, dos gestores, na condução deste assunto no âmbito de sua unidade.

Desenvolvimento contínuo de um modelo adequado à realidade dos servidores do Tribunal.

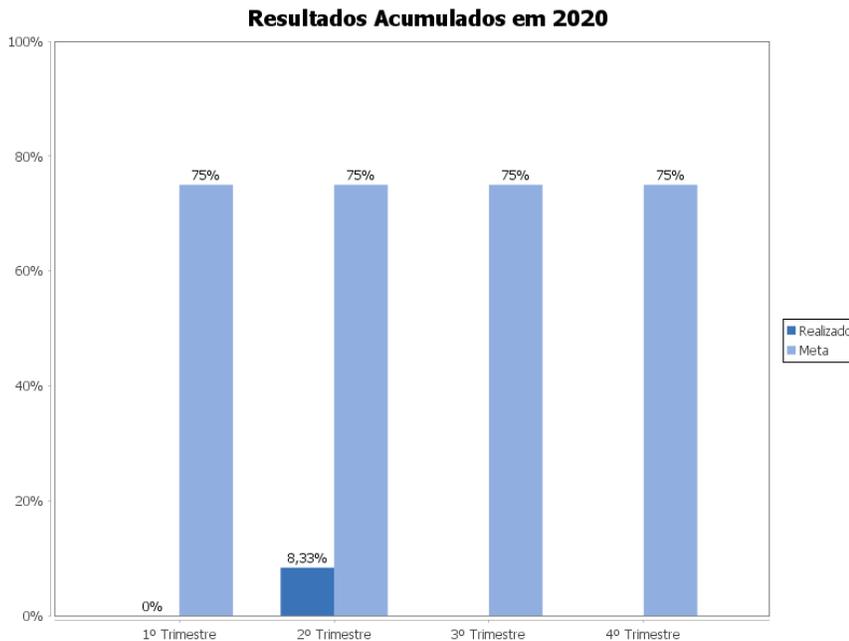
Riscos associados ao objetivo 1. Término do contrato do sistema GID previsto para agosto 2020;

2. Efetivo insuficiente na SEGEDE para condução das atividades.

IA 50 - Índice de aderência do PAC à estratégia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 11,11%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.

Análise de contexto Com o advento da pandemia do Covid-19, o TRE suspendeu os trabalhos presenciais e os servidores iniciaram os trabalhos remotos. Foi necessário um período de adaptação, visto que essa era uma nova experiência para todos e, justamente, em um período de preocupação com o alastramento do vírus, que acaba refletindo no psicológico de todos.

Ademais, os servidores precisaram adaptar os afazeres domésticos, filhos pequenos, com o trabalho remoto, o que dificultou para muitos a realização de treinamentos a distância.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos As unidades que solicitaram os cursos relacionados à Estratégia foram consultados acerca de suas realizações na metodologia a distância.

Os gestores se comprometeram a solicitar propostas de cursos e encaminharem os pedidos à SEDCOR para instruir as correspondentes contratações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se que no 2º semestre o índice melhore, considerando que há previsão de oferecimento dos cursos previstos no PAC (Eixo Estratégico), na modalidade a distância.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Acompanhamento periódico dos cursos previstos e que ainda não foram formalmente solicitados pelas unidades demandantes.

Riscos associados ao objetivo Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem.

Dificuldade de servidores que possuem filhos pequenos e em período escolar, para participação em cursos a distância.

Desconhecimento se todos os servidores possuem acesso ou equipamentos (hardware) disponíveis para acesso ao ambiente dos cursos.

Considerando a Pandemia, houve uma concentração em cursos a distância que exige uma dedicação maior dos participantes, bem como, o número insuficiente de servidores da SEDCOR para acompanhar todos os cursos que serão demandados.

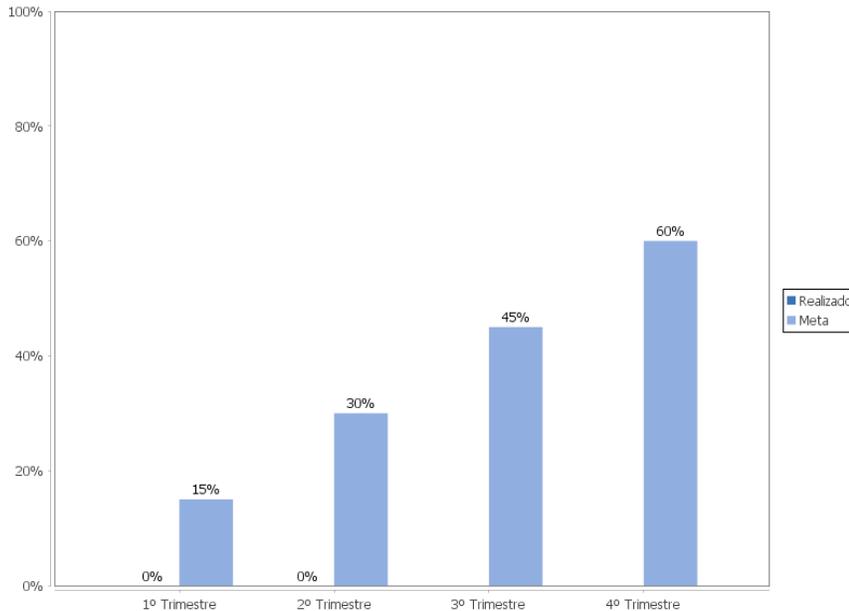
Período eleitoral que dificulta a realização de cursos, principalmente, para os servidores que estão ligados diretamente ao processo eleitoral.

IA 51 - Índice de conhecimento eleitoral básico

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.

Análise de contexto Com o advento da pandemia do Covid-19, o TRE suspendeu os trabalhos presenciais e os servidores iniciaram os trabalhos remotos. Foi necessário um período de adaptação, visto que essa era uma nova experiência para todos e, justamente, em um período de preocupação com o alastramento do vírus, que acaba refletindo no psicológico de todos.

Ademais, os servidores precisaram adaptar os afazeres domésticos, filhos pequenos, com o trabalho remoto.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Publicado Ato GP 141/2020 de 15 de maio, que trata da Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral

Disponibilizado, dia 20/05, formulário para apurar junto aos servidores quais os questionamentos mais recorrentes feitos pelos cidadãos sobre os temas relacionados ao processo eleitoral. As respostas estão sendo compiladas e auxiliarão na elaboração da Matriz Básica de Conhecimento Eleitoral.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se que no 2º semestre o índice melhore. Após a compilação dos resultados da pesquisa realizada junto a diversas unidades e servidores do TRE/RJ, será realizado curso e certificação sobre o tema.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Finalização da compilação e análise dos resultados da pesquisa com a finalidade de elaboração da Matriz e desenvolvimento de cursos no tema.

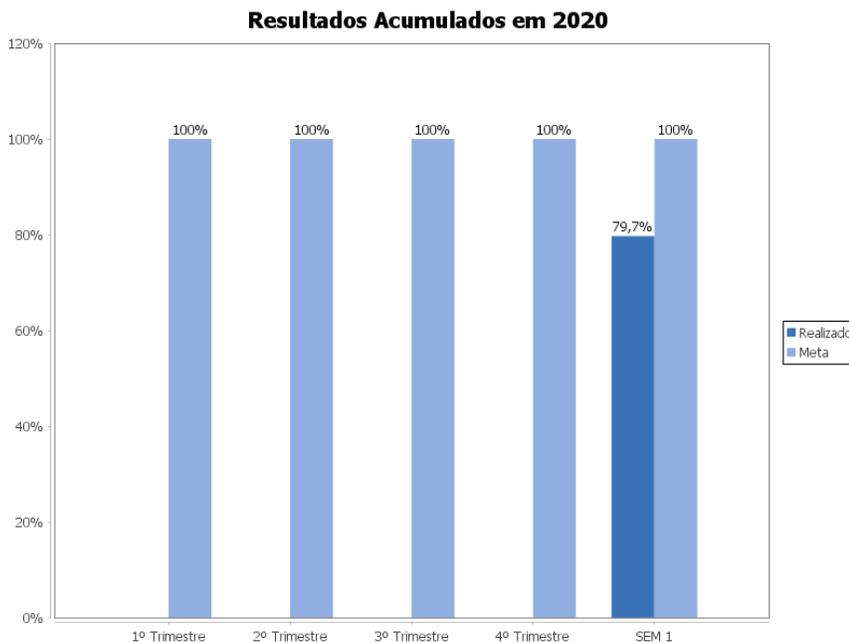
Riscos associados ao objetivo Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem.

Dificuldade de servidores que possuem filhos pequenos e em período escolar, para participação em cursos a distância.

Desconhecimento se todos os servidores possuem acesso ou equipamentos (hardware) disponíveis para acesso ao ambiente dos cursos.

Considerando a Pandemia, houve uma concentração em cursos a distância que exige uma dedicação maior dos participantes, bem como, o número insuficiente de servidores da SEDCOR para acompanhar todos os cursos que serão realizados.

Período eleitoral que dificulta a realização de cursos, principalmente, para gestores que estão ligados diretamente ao processo eleitoral.

IE 19 - Índice de desenvolvimento da liderança**Insatisfatório****Desempenho do Período: 79,70%****Responsável: CDESC.**

Análise de contexto IA 53 - Com o advento da pandemia do Covid-19, o TRE suspendeu os trabalhos presenciais e os servidores iniciaram os trabalhos remotos. Foi necessário um período de adaptação, visto que essa era uma nova experiência para todos e, justamente, em um período de preocupação com o alastramento do vírus, que acaba refletindo no psicológico de todos.

Mas, a medida que o servidor se ajusta à essa nova rotina, acompanhamento o aumento da participação espontânea em atividades discentes online.

IA 54 - Foi um período de continuidade de estudo e propostas para revisão deste indicador, que já vinha sendo apontado para uma prática mais assertiva e focada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos IA 53 – Foi publicado aviso divulgando vários cursos gerenciais. Também foi finalizada a minuta que regulamenta a participação dos titulares de funções comissionadas de natureza gerencial em cursos de desenvolvimento gerencial e a disponibilizada a Matriz de Competências Gerenciais para fins de desenvolvimento gerencial dos titulares de funções comissionadas de natureza gerencial no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Decidiu-se que a os cursos do Eixo Gerencial do PAC 2020 seriam aqueles contabilizados como de oferta do tribunal. Dos 4 cursos, 1 foi concluído e 3 em contratação ou produção.

IA 54 – Foi discutida e aprovada nova ficha do indicador e encaminhado o Guia para Redução das Ocupações Críticas. Igualmente, foi pesquisado modo de fazer a capacitação e mapeamento das ocupações críticas de forma integrada e adaptada para este momento de isolamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) IA 53 - A tendência é de melhora do indicador, com a oferta dos demais cursos do eixo gerencial e a contabilização das ações de autodesenvolvimento em ações relacionadas à Matriz de Competências Gerenciais.

IA 54 – A tendência é de estabilidade do indicador com o cumprimento tempestivas etapas previstas na ficha do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas IA 53 - Com relação as capacitações da Matriz Gerencial, maior atenção com relação a oferta dos cursos, considerando a concentração de eventos para o mesmo público, a concorrência com temas eleitorais e a disponibilidade técnica dos participantes.

IA 54 - Participação dos servidores e principalmente, dos gestores, na condução deste assunto no âmbito de sua unidade e desenvolvimento contínuo de um modelo adequado à realidade dos servidores do Tribunal.

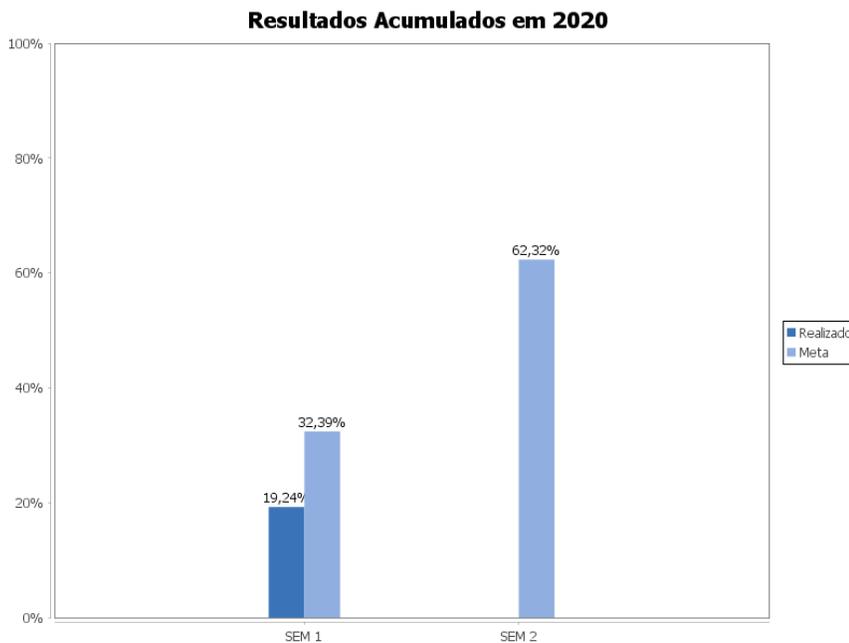
Riscos associados ao objetivo 1. Efetivo insuficiente na SEGEDE para condução das atividades do IA 54.

2. Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências em tecnologias educacionais.
3. Período eleitoral que dificulta a realização de cursos, principalmente, para gestores que estão ligados diretamente ao processo eleitoral..

IA 53 - Índice de capacitação na matriz gerencial

Insatisfatório

Desempenho do Período: 59,40%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDCOR.

Análise de contexto Com o advento da pandemia do Covid-19, o TRE suspendeu os trabalhos presenciais e os servidores iniciaram os trabalhos remotos. Foi necessário um período de adaptação, visto que essa era uma nova experiência para todos e, justamente, em um período de preocupação com o alastramento do vírus, que acaba refletindo no psicológico de todos.

Ademais, os servidores precisaram adaptar os afazeres domésticos, filhos pequenos, com o trabalho remoto, o que dificultou para muitos a realização de treinamentos a distância.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foi publicado Aviso CDESC nº 12/2020 divulgando cursos cujos temas estão relacionados à Matriz Gerencial, gratuitos e disponíveis na internet.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se que no 2º semestre o índice melhore, considerando que há previsão de oferecimento de curso interno em temas relacionados à Matriz Gerencial, como por exemplo, “Desenvolvimento Gerencial” e “Gestão por Processos”, na modalidade a distância, para todos os gestores (Sede e Cartórios).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Serão disponibilizados os curso “Desenvolvimento de Competências” com carga horária de 30 horas e “Gestão por Processos”, com carga horária de 08 horas, para todos os gestores do TRE/RJ (Sede e Cartórios Eleitorais).

Riscos associados ao objetivo Número de servidores insuficiente na SEDCOR que possuem competências para utilização do ambiente virtual de aprendizagem.

Dificuldade de servidores que possuem filhos pequenos e em período escolar, para participação em cursos a distância.

Desconhecimento se todos os servidores possuem acesso ou equipamentos (hardware) disponíveis para acesso ao ambiente dos cursos.

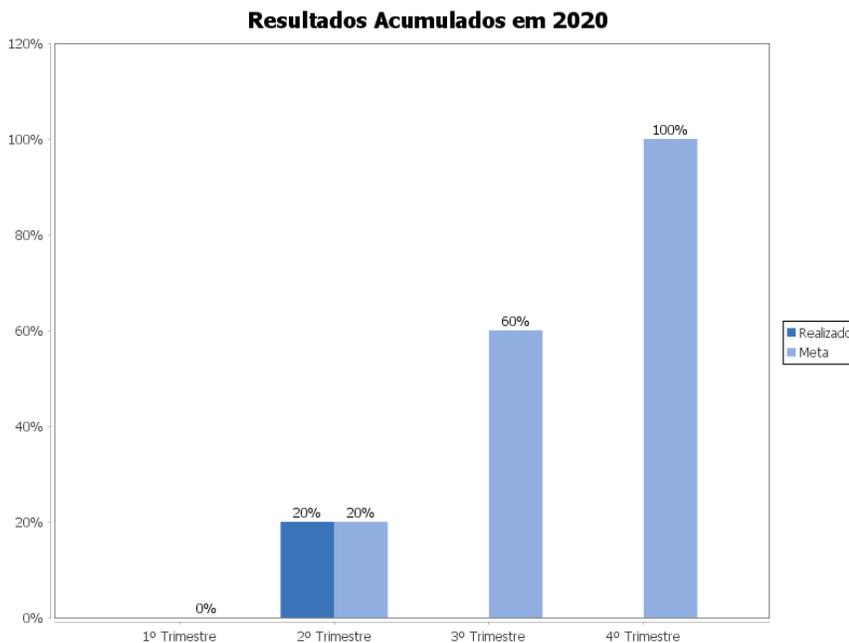
Considerando a Pandemia, houve uma concentração em cursos a distância que exige uma dedicação maior dos participantes.

Período eleitoral que dificulta a realização de cursos, principalmente, para gestores que estão ligados diretamente ao processo eleitoral.

IA 54A - Índice de implantação da gestão das ocupações críticas gerenciais

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CDESC.

Análise de contexto Este indicador foi proposto em substituição ao IA 54 - Índice de desenvolvimento da liderança e do processo sucessório e visa implementar a gestão das ocupações críticas gerenciais, cuja finalidade vai ao encontro dos objetivos do indicador anterior.

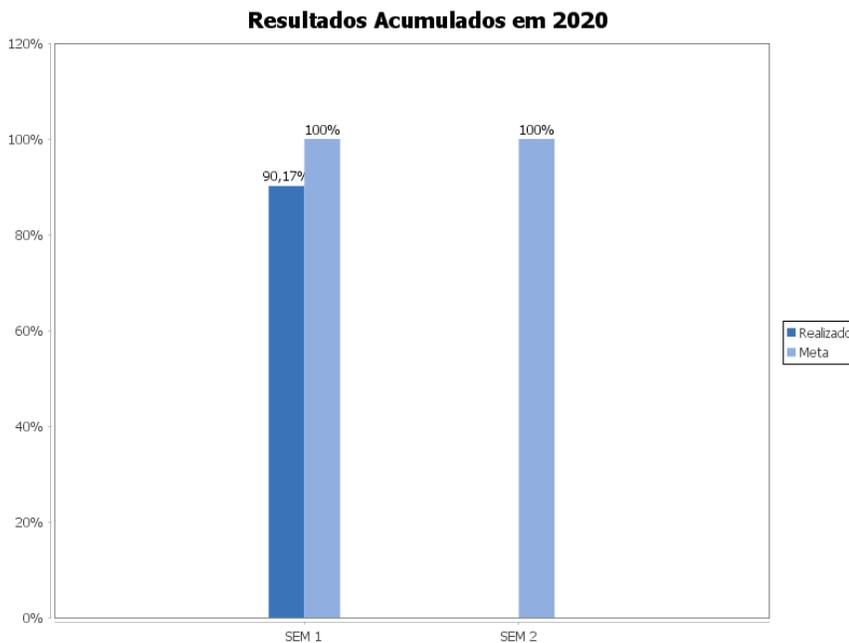
Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foi integralmente realizada a etapa 01 - Apresentação da proposta e disponibilização do guia para gestão de ocupações críticas do TRE RJ.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência é de melhora do indicador, considerando os ajustes realizados para condução das próximas atividades diante do atual cenário e da imprevisibilidade do seu término.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Participação dos servidores e principalmente, dos gestores, na condução deste assunto no âmbito de sua unidade.

Desenvolvimento contínuo de um modelo adequado à realidade dos servidores do Tribunal.

Riscos associados ao objetivo Efetivo insuficiente na CDESC e SEGEDE para condução das atividades..

IE 20 - Índice de gestão para a favorabilidade do Clima Organizacional**Satisfatório****Desempenho do Período: 90,17%****Responsável: CSINT.****Análise de contexto**

O clima organizacional é a atmosfera psicológica que prevalece no ambiente interno da empresa, que deve ser convenientemente gerenciado, de forma que a satisfação das pessoas contribua para o êxito continuado dos processos de mudança organizacional planejada. Sendo a atmosfera subjetiva da organização, é composto de diversas variáveis, o que lhe confere instabilidade, fluidez e complexidade, típicos de ambientes humanos. Assim, o clima atua diretamente nos ambientes de trabalho, ainda que não se tenha, ou queira ter, qualquer conhecimento sobre ele. Por isso, as empresas passaram a se importar com sua influência sobre a produtividade e a motivação dos funcionários, já que negligenciá-lo não implica neutralizar seu imponente domínio. A gestão do clima, por sua vez, demanda monitoramento constante, agilidade e respostas rápidas. Planejar a melhoria do clima organizacional a longo prazo, a partir de dados passados, sem permanente reavaliação de sua pertinência, é completamente ineficaz. Ainda que, a partir de sequenciais resultados de pesquisa de clima se verifique a insatisfação sobre os mesmos fatos ou fatores, esses podem ocorrer por causas distintas, dada a volatilidade das emoções do ser humano. Outro fator de grande importância a se observar é que nem sempre a melhoria de fatores mais mal avaliados em pesquisa de clima são aqueles que elevam o moral do grupo, vindo a ser os impulsionadores da melhoria da gestão do clima organizacional. Outros fatores melhor avaliados quando impulsionados são capazes de elevar o clima, inclusive melhores outros fatores muito mal avaliados, que sequer tiveram um plano de melhoria dedicado. Dito isto, o desempenho deste semestre, com relação à implantação de planos de melhorias, aponta para essa visão de gestão do clima, flexível e focada nos fatos presentes. No que tange à melhoria dos índices de satisfação e favorabilidade das últimas pesquisas, mostra que a Administração tem realizado avanços. Apesar disso, acredita-se que, havendo a gestão do clima organizacional, com foco no cotidiano, há muito mais potencial de melhoria do que o até então observado. É de se destacar também que tem havido decréscimo de participação nas últimas pesquisas, o que mostra descrédito dos servidores não apenas com a ferramenta mas com a vontade de mudança a ser promovida pela Instituição em prol da melhoria do bem-estar dos servidores em todos os seus aspectos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A pesquisa de 2017 ensejou a elaboração de 6 planos de melhorias, dos quais 2 foram cumpridos, à margem da execução dos respectivos planos de ação, por iniciativa da Administração. Contudo, diante da pandemia de covid-19, sob a visão de gestão do clima apresentada na análise de contexto, foram criados planos emergenciais. Assim, sem vinculação aos planos anteriormente propostos, foram realizadas ações focadas no momento presente, que se entende ser o modo mais eficaz.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Mantendo-se a visão de gestão do clima propostas, acredita-se que há possibilidade de ultrapassar a meta do indicador com facilidade, sobretudo no que se refere à implantação de ações. Nesse sentido, é provável também que haja também melhoria da satisfação do servidor, na próxima pesquisa, pela percepção de que, de fato, ações estão sendo feitas com foco nas pessoas. O desafio para tanto é conseguir ser célere nas respostas aos acontecimentos cotidianos.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Celeridade nas respostas as acontecimentos cotidianos. A morosidade não atende a uma boa gestão do clima organizacional.

Riscos associados ao objetivo

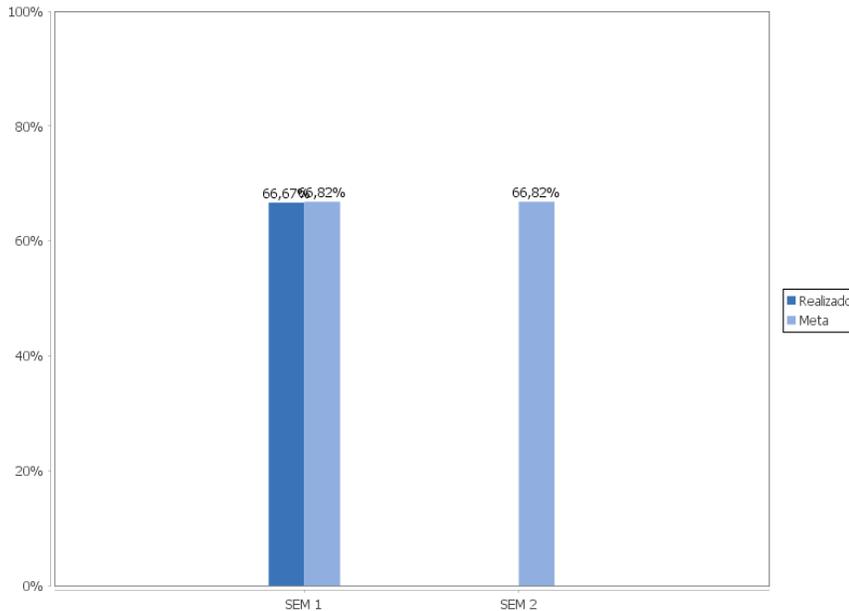
O risco associado ao objetivo é que a cultura burocrática, comum ao Poder Judiciário, seja um entrave à possibilidade de se manter o foco nas pessoas, que são o grande ativo de qualquer empresa de sucesso.

IA 56 - Índice de implantação das ações decorrentes da Pesquisa de Clima Organizacional

Satisfatório

Desempenho do Período: 99,77%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSINT.

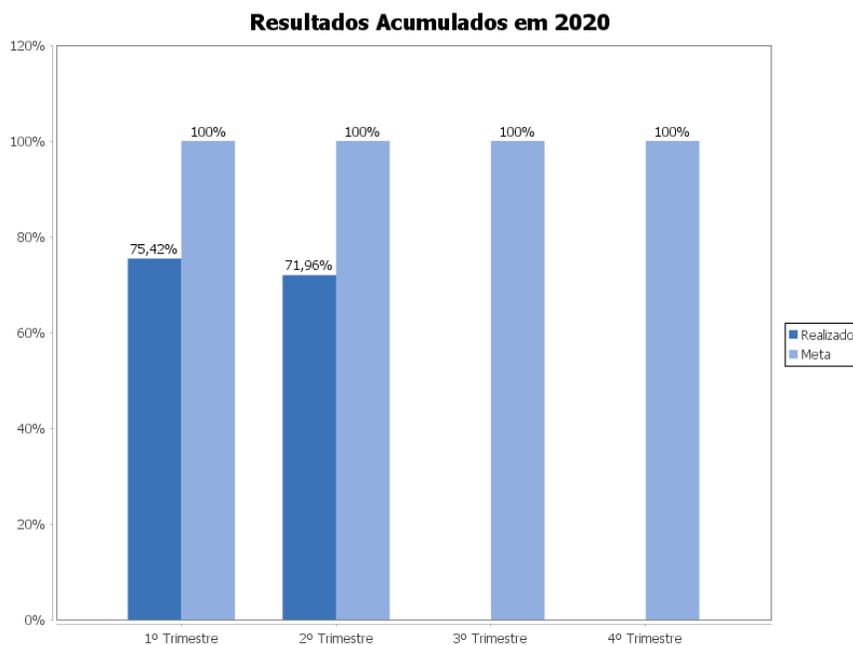
Análise de contexto Foram planejadas 6 ações para melhoria do clima organizacional com base na pesquisa de 2017. Considerando que não houve tempo hábil para realização de todas essas ações, e que os resultados da pesquisa de 2019 identificaram que persistiam os mesmos piores índices de satisfação relacionados aos mesmos fatores, aproveitou-se aqueles planos em continuidade, a fim de otimizar recursos e esforços de toda ordem. Nesse interregno, o mundo foi surpreendido com a pandemia de Covid-19, o que ensejou a realização de plano de clima organizacional na quarentena, em caráter extraordinário, o qual contemplava 6 ações.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos No último período foram atendidas, pela Alta Administração, duas demandas que também eram objeto dos planos de ação para melhoria do clima organizacional. Assim como foram cumpridas todas as 6 ações propostas no plano do clima organizacional da pandemia. Com esse esforço em conjunto, foi possível melhorar o desempenho do indicador consideravelmente.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Considerando apenas as ações previstas no planejamento ordinário da gestão do clima organizacional, é possível que não se verifique muita diferença no desempenho. Contudo, revertendo os esforços para lidar com a dinâmica do cotidiano, sobretudo no que tange à pandemia de Covid-19, é possível que haja efetivas melhorias no clima organizacional, em razão das ações realizadas a partir de demandas diárias.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Para que os esforços continuem sendo refletidos no desempenho, é preciso submeter à aprovação do Comitê responsável os fatores da pesquisa do clima que demandam mais atenção, a fim de que se possa trabalhar sobre os acontecimentos diários. O clima organizacional é dinâmico e demanda respostas rápidas. Estar preso a um planejamento prévio depõe contra todos os esforços despendidos pela gestão de pessoas na melhoria do clima organizacional.

Riscos associados ao objetivo O não reconhecimento dos esforços diários na melhoria do clima organizacional como planos de ação implementados é um alto risco associado ao objetivo.

OE 08 - Fortalecer a governança institucional**Insatisfatório****Desempenho do Período: 71,96%****Responsável: GABPRE.****Análise de contexto**

Com índice de 71,96% ao final do segundo trimestre de 2020, verifica-se a considerável queda de desempenho do objetivo OE 08, uma vez que ao final de 2019 alcançara o melhor desempenho de toda a série histórica do ciclo estratégico 2016/2021, tendo atingido o desempenho de 91,81%.

Dos três indicadores estratégicos que integram o objetivo, verifica-se que o IE 23 (Índice de execução e monitoramento da estratégia) foi o que mais impactou negativamente o resultado final do objetivo, tendo alcançado 39,31% da meta estabelecida para o período.

Os demais indicadores estratégicos que integram o OE 08, a saber, IE 22 (Índice de estruturação do mecanismo de liderança) e IE 24 (Índice de adequação do mecanismo de controle) também apresentaram quedas de desempenho, no entanto mantiveram-se nos patamares em que se encontravam ao final de 2019 - satisfatório (90,13%) e com demanda de atenção (80,38%), respectivamente.

Quanto ao IE 23 (Índice de execução e monitoramento da estratégia), atribui-se o desempenho desfavorável à pandemia da covid-19, que ensejou a interrupção das atividades de trabalho presenciais a partir de meados de março de 2020 e a consequente necessidade de adaptações à nova realidade de execução de atividades. O cenário motivou a descontinuidade de iniciativas estratégicas, objeto do IA 62 e a inviabilidade de realização de Reuniões de Análise Crítica, objeto do IA 64.

Cabem, aqui, alguns esclarecimentos relacionados aos IA 62 (Índice de execução das iniciativas estratégicas) e IA 64 (Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica).

No que tange ao IA 62 (Índice de execução das iniciativas estratégicas), em reunião do CGE, realizada em 30/04, deliberou-se pela suspensão de alguns projetos em razão da pandemia, mormente os que demandam a necessidade de intervenções presenciais, tais como: o do sistema VoiP - FASE 1 – Caju, Rede Privada Virtual – VPN e Diagnóstico das Instalações Prediais nos imóveis ocupados pelo TRE-RJ.

Em relação ao IA 64, conforme deliberação do CGE na II RAE, realizada em 29/05, o cronograma de implantação das RACs em 2020 (COSOC, Presidência, VPCRE e EJE) foi suspenso, assim como foi dispensada a obrigatoriedade de realização das referidas reuniões nas unidades onde já estavam implementadas.

Merece destaque o fato de que a SGP e a STI realizaram as respectivas RACs relativas ao 2º trimestre, as quais não puderam ser contabilizadas no cômputo do indicador devido, respectivamente, à ausência e à intempestividade na publicação dos planos de ação correspondentes.

Ressalta-se que as Reuniões de Análise da Estratégia, objeto de análise do IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia), foram realizadas em observância ao cronograma previsto, tanto no primeiro quanto no segundo trimestre deste ano.

Nesse viés, insta registrar que as RAEs passaram a ser regulamentados pelo Ato GP nº 69/2020, publicado em 12/02/2020, que dentre outras disposições, flexibilizou o prazo de realização da primeira RAE do ano, que via de regra é realizada no mês de fevereiro, para até 10 de março, em vista da mudança de gestão no final de fevereiro a cada dois anos e a ocorrência de feriado prolongado de carnaval em alguns anos no mês de fevereiro, fatores que impactam negativamente nos trâmites para a realização da reunião.

No que se refere ao IE 24 (Índice de adequação do mecanismo de controle), 3 (três) dos 5 (cinco) indicadores de apoio que o integram têm periodicidade de medição anual, razão pela qual não influenciaram o desempenho neste período (IA 65 - Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos; IA 67 - Índice de aderência ao Plano Anual de Auditoria; e IA 68A - Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria. Os referidos indicadores de apoio apresentaram desempenhos de 97,64%, 116,18% e 83,33%, respectivamente.

Em relação aos outros dois indicadores de apoio (IA 66 e IA 69A), chama atenção a contínua queda de desempenho do IA 69A (Índice de conformidade dos cartórios): 4º trim/2019 = 98,33% (satisfatório) / 1º trim/2020 = 81,23% (atenção) / 2º trim/2020 = 59,65%.

Atribui-se a queda brusca de desempenho à suspensão do expediente presencial nos cartórios eleitorais, em virtude da pandemia da covid-19. Como há muitos processos tramitando nas zonas eleitorais em meio físico, quanto maior o tempo de paralisação dos processos, maior o impacto sobre o indicador, que é medido, conforme a respectiva ficha, por cinco critérios: 1. Decisões Registradas + 5 dias; 2. Grau de cumprimento da Meta 2 CNJ; 3. Processos expedidos + 30 dias; 4. Processos Parados + 30 dias; e 5. Taxa de Congestionamento.

Esclareça-se, ainda, que os processos considerados no ranking do Portal BR – sistema utilizado como fonte de dados para medição do indicador – restringem-se àqueles que tramitam no SADP, ou seja, físicos, de forma que o desempenho das zonas eleitorais pode também estar sendo mascarado negativamente, já que não se vislumbra, embora com o trabalho remoto implementado nos cartório, o esforço em relação aos processos eletrônicos.

Relativamente ao IA 66 (Índice de Processos Críticos Monitorados), este alcançou 61,28% da meta estabelecida, mantendo o desempenho insatisfatório. Atualmente, dos oito processos críticos identificados pelo Tribunal, 3 estão sendo monitorados.

Por fim, no que se refere ao terceiro indicador que integra o OE 08, qual seja, IE 22 (Índice de estruturação do mecanismo de liderança), seu desempenho manteve-se satisfatório, tendo atingido 90,13% de alcance da meta.

Observa-se que o resultado acima é inferior ao observado no 2º semestre de 2019, quando alcançou 97,44%. Isso porque houve significativo aumento da meta estabelecida para o indicador. Em 2019, a meta do IE 22 era de 89,58%, ao passo que a meta estabelecida para o 1º semestre de 2020 foi de 94,79%.

Assim, ainda que o resultado do IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos) tenha melhorado neste período, tendo alcançado o resultado de 90%, superior, portanto, aos 85% atingidos ao final de 2019, o desempenho foi pouquíssimo impactado, passando de 94,89% para 94,95%.

Situação análoga é observada em relação ao IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança). Ainda que não se tenha observado incremento no resultado entre o último semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020, mantendo-se em 56,92%, o considerável aumento da meta (de 53,46% para 66,73%) gerou grande impacto sobre o desempenho, que caiu de 106,48% (satisfatório), para 85,30% (atenção).

Cabe esclarecer que a evolução do IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos) decorreu da implementação do item de controle VIII, a saber, “Os mecanismos para submissão de denúncias diretamente às instâncias internas de governança estão implantados (p.ex. corregedoria, ouvidoria, comitê de ética, conselho)”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Instituição do Sistema de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, pela Resolução nº 1.119/2019, publicada em 20/12/2019.

A ação acima, ao definir a estrutura e os papéis e responsabilidades dos atores desse sistema, permitiu avaliar se os mecanismos de submissão de denúncias diretamente às instâncias internas de governança estariam implantados, influenciando na reinterpretação do item de controle VIII da ficha do indicador IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos).

- Realização de reunião entre a Presidência e a Presidente do Conselho Permanente de Ética, após a realização da I RAE de 2020, visando ao alinhamento de expectativas em relação ao item de controle V da ficha do indicador IA 60, a saber: "Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são efetivamente realizadas para seu público alvo".

A reunião teve por objetivo o alinhamento de expectativas em relação ao item VI da ficha do indicador IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos), a saber, “Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são

efetivamente realizadas para seu público alvo". A partir da ação acima, em 27/03/2020 foi realizada a reunião de instalação do Conselho Permanente de Ética do TRE-RJ - CPETI, a qual foi seguida de nove outras reuniões até o final do primeiro semestre de 2020.

Em 18/06/2020 foi realizada reunião do CPETI com diversos parceiros institucionais, com o objetivo de apresentar o Conselho e seus membros para parte da comunidade de servidores do TRE-RJ, bem reunir elementos para a construção de um Plano de Trabalho do CPETI que dialogue com as necessidades e anseios de seu público-alvo.

Ainda nessa direção, atendendo ao escopo do item de controle "V. Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são efetivamente realizadas para seu público alvo.", será disponibilizada ainda na primeira quinzena de julho uma pesquisa com perguntas acerca de questões éticas. Além das ações exemplificadas, o CPETI tem como entrega a ser efetuada o plano anual de trabalho, que se encontra em fase de elaboração.

- Cruzamento dos requisitos integrantes da ficha do IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança) com os do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, que será aplicado pelo TCU em 2021.

A ação acima decorre de deliberação da II RAE de 2020. A CPLAN realizou a atividade e encaminhou à apreciação da Diretoria-Geral e do Gabinete da Presidência a análise comparativa e o plano de ação com vistas à implementação dos quesitos que permaneceram no questionário do TCU que será aplicado no próximo ano.

O material está em fase de análise visando à apresentação ao CGE na III RAE de 2020.

Insta salientar que a CPLAN propôs à Diretoria-Geral a alteração de responsabilidade pela análise de desempenho do IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança), da DG para a CPLAN, o que foi acolhido pela Sra. Diretora-Geral e pelo Gabinete da Presidência, unidade gestora do OE 08.

- Elaboração e aprovação do Ato GP nº 69/2020, que dispõe sobre o Comitê de Gestão da Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Publicado em 12/02/2020, o normativo, dentre outras disposições, passou a possibilitar a dilação de prazo de realização da primeira RAE do ano até o 10 de março, cuja realização, até então, deveria ocorrer em fevereiro. A medida evita que fatores como mudança de gestão no final de fevereiro a cada dois anos e ocorrência de feriado prolongado de carnaval em alguns anos no mês de fevereiro interfiram no trâmite das atividades para realização da RAE, impactando negativamente o IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia).

- Realização da 2ª RAE de 2020 por meio de videoconferência

A reunião foi realizada no dia 29/05. Devido à impossibilidade da reunião ocorrer presencialmente, tendo em vista o cenário de pandemia, deliberou-se por realizá-la, de forma inédita, por videoconferência. A medida foi bastante bem sucedida e oportunizou a manutenção do bom desempenho do IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia).

- Elaboração de plano de ação para assegurar a ampliação dos processos críticos monitorados.

Conforme deliberado na I RAE de 2020, em 09/03, e com vistas a impulsionar os IA 66 (Índice de Processos Críticos Monitorados), a SEDPRO apresentou plano de ação, aprovado na II RAE, em 29/05, com o objetivo de assegurar a realização de, ao menos, 3 monitoramentos de 100% dos processos críticos até o final de 2021, prevendo, ainda, o projeto de melhoria do processo de convênios e parcerias, conforme consta do Prot. nº 121.126/2013.

De acordo com o referido plano de ação deveriam ser executados dois projetos de melhoria em processos críticos ao longo de 2020 - "Controlar a Execução Financeira" e "Julgar Prestação de Contas". Todavia, em razão do distanciamento social decorrente da pandemia da covid-19, o plano está com ligeiro atraso, uma vez que o início dos projetos estava previsto para o primeiro semestre de 2020.

- Indicação de gestor e analista do processo "Fiscalizar a Propaganda Eleitoral"

A medida possibilitará a ativação da gestão do dia a dia do referido processo o que tende a impulsionar o desempenho do IA 66 (Índice de Processos Críticos Monitorados) e, via de consequência, do IE 24 (Índice de adequação do mecanismo de controle).

- Constituição da Comissão Permanente de Eficiência da Prestação Jurisdicional

Por ocasião da realização da Reunião de Análise da Estratégia, ocorrida em 29/05/2020, deliberou-se, no contexto do OE02, pela constituição de grupo de trabalho com a finalidade de gerenciar os dados e as informações estatísticas referentes à prestação jurisdicional do Tribunal e de promover ações destinadas ao aprimoramento dos sistemas correlatos. Estima-se que a medida traga impactos diretos sobre a fidedignidade de medição do IA 69A (Índice de conformidade dos cartórios), tendo em vista que os processos considerados no ranking do Portal BR – sistema utilizado como fonte de dados para medição do indicador – restringem-se àqueles que tramitam no SADP.

- Elaboração de plano de ação para implementação dos quesitos integrantes da ficha do indicador IA 65 (Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos), vinculado ao IE 24 (Índice de adequação do mecanismo de controle), ainda não adotados integralmente.

Conforme deliberado na I RAE de 2020, em 09/03, e com vistas a impulsionar os IA 65/IE 24, a SEDPRO/CPLAN apresentou o referido plano de ação, aprovado na II RAE, em 29/05.

Conforme informação do titular da SEDPRO, na ocasião, estima-se que a partir de julho sejam dados reports ao CGE sobre o andamento das atividades identificadas para impulsionar os citados indicadores.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Em linhas gerais, como se poderá depreender do detalhamento adiante, não se espera evolução significativa do objetivo estratégico no próximo semestre.

Estima-se o melhor desempenho do IE 22 (Índice de estruturação do mecanismo de liderança), a ser mensurado no final do quarto trimestre deste ano, uma vez que diversas medidas estão em andamento para aquele fim, a seguir destacadas.

- Elaboração, pelo CPETI, do Plano Anual de Trabalho que visa a dar cumprimento ao item V da ficha do indicador IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos).

- Quanto ao item IX da ficha do indicador IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos), segundo e último item pendente para que seja dado total cumprimento ao referido indicador, será levada ao CGE a avaliação sobre a necessidade de eventuais medidas complementares para o seu efetivo cumprimento.

- Apresentação de plano de ação para implementação dos itens pendentes da ficha do indicador IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança) orientará os esforços necessários para impulsioná-lo.

Quanto ao IE 23, o cenário de incerteza da pandemia impacta diretamente no desempenho do indicador. Não são esperadas melhorias significativas, embora haja uma possibilidade de recuperação, ainda que parcial, do nível de execução das atividades relacionadas às iniciativas estratégicas, objeto do IA 62. Caso não haja uma mudança positiva do quadro epidemiológico e a persistirem as dificuldades para realização das RACs, objeto do IA 64, não se vislumbra o potencial do IE 23 para impulsionar o desempenho do objetivo.

O mesmo cenário de incerteza ronda o desempenho do IE 24 (Índice de adequação do mecanismo de controle). No entanto há espaço de melhoria em alguns indicadores de apoio.

Em relação ao IA 65 (Índice de estruturação da gestão de riscos e controles internos), o desempenho pode vir a ser impulsionado, a depender da complexidade das ações identificadas nos planos de ação derivados do plano principal, aprovado na última RAE e cujo feedback será dado na próxima reunião. De toda sorte, o indicador já se encontra no patamar satisfatório, e por ser um indicador “estruturante”, há pouca margem de impacto sobre o objetivo como um todo.

Existe uma estimativa de melhoria de desempenho do IA 66 (Índice de Processos Críticos Monitorados), em razão da recente ativação da gestão do dia a dia do processo “Fiscalizar Propaganda Eleitoral”. A adaptação à rotina de trabalho remoto também podem vir a contribuir para o andamento dos projetos de melhoria dos processos críticos “Controlar a Execução Financeira” e “Julgar Prestação de Contas”, que ora apresentam pequeno atraso em razão do distanciamento social imposto pela covid-19. A melhoria desse indicador guarda grande potencial para impulsionar o objetivo.

Ao contrário, não há boas expectativas em relação ao IA 67 (Índice de aderência ao Plano Anual de Auditoria), cujo desempenho tem se mostrado bastante satisfatório. Considerando que a medição do Plano de Anual de Auditoria é realizada com base no plano original, este será efetivamente impactado pelo contexto da pandemia e da publicação da IN TCU nº 84/2020, o que poderá vir a zerar o seu resultado.

Isso porque houve cancelamento pelo CNJ da “Ação Coordenada de Auditoria em Acessibilidade”, assim como a suspensão da “Auditoria Integrada de Gestão de Infraestrutura de TIC” pelo TSE, cuja execução foi transferida para o ano de 2021.

Ademais, com o advento da IN TCU n.º 84/2020, que estabeleceu nova estrutura de certificação das contas do Tribunal, haverá necessidade de mudança dos planos de trabalho da SCA e revisão do PAA 2020, sendo possível o cancelamento da auditoria de “Avaliação da aderência às diretrizes da Resolução CNJ 211/2015”.

Quanto ao IA 68A (Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria), seu melhor desempenho está diretamente relacionado à cautela das unidades gestoras de planos de ação que tem por objetivo implementar recomendações da unidade de controle e auditoria. Esse indicador também guarda uma boa margem para impulsionar o desempenho do objetivo.

Por fim, quanto ao IA 69A (Índice de conformidade dos cartórios) apesar da ampliação dos acessos remotos dos servidores dos cartórios, no atual contexto, em que o PortalBR só considera os processos do SADP e a incerteza quanto ao restabelecimento do expediente presencial, vislumbra-se tendência de queda do índice de conformidade dos cartórios.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Realização das RACs referentes ao 2º trimestre por videoconferência, caso o trabalho presencial permaneça suspenso e/ou não seja possível a reunião presencial dos gestores das unidades. O indicador correlato (IA 64/IE 23) foi o mais crítico do período no escopo do objetivo, devendo ser, portanto, envidados todos os esforços por parte das unidades que têm RAC implementada para realizar as reuniões. Ademais, é através das RACs que são identificadas melhorias para impulsionar indicadores vinculados às unidades, o que potencializa o desempenho do plano estratégico como um todo.

- Execução da melhoria “Estruturação do acompanhamento das unidades com RAC’s já implementadas” prevista no Processo em Gestão do Dia a Dia “Monitorar a Estratégia” - IA 64 (Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica).

- Priorização pelo CPETI do Plano Anual de Trabalho, visando ao atendimento do item V da ficha do indicador IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos).

- Identificação das medidas necessárias para assegurar a implantação dos mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, previsto no item IX da ficha do indicador IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos), caso o CGE entenda que tal item ainda não está plenamente implementado.

- Apoio e treinamento dos servidores que exercem papéis de gerentes atualmente, tendo em vista a ausência de designação das funções de gerentes exclusivos de grandes projetos, como forma de contribuir para o IA 62 (Índice de execução das iniciativas estratégicas).

- Realização da 3ª RAE, prevista para 24/08, por videoconferência, caso permaneça a impossibilidade de reunião presencial do CGE - IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia).

- Avaliação quanto à excepcionalidade de medição do IA 67 (Índice de aderência ao Plano Anual de Auditoria) quanto à aderência ao Plano Anual de Auditoria revisado, isso porque a inexecução das auditorias previstas no plano original se dará em razão de situação que foge inteiramente ao controle da SCA, assim como do próprio TRE. Ademais, a posterior análise do resultado do indicador, se aplicado ao PAA original, não será útil na tomada de decisão na medida em que não espelhará o grau de execução das auditorias em razão da inviabilidade supramencionada, não contribuirá para a melhoria do mecanismo de controle, tampouco para o fortalecimento da governança institucional, além de impactar de forma severa o indicador estratégico.

- Comprometimento das diversas unidades com o monitoramento sistemático dos planos de ação relativos à implementação de recomendações da unidade de controle e auditoria, como forma de impulsionar o desempenho do IA 68A (Índice de implementação das recomendações da unidade de controle e auditoria).

- Avaliação quanto à pertinência da suspensão do indicador IA69A (Índice de conformidade dos cartórios)., com a manutenção da medição de suas variáveis com o objetivo de preservar para futura correção da série histórica, por analogia ao aplicado quanto ao IA02 e IA04 conforme deliberado na RAE realizada em 09.03.2020, haja vista se tratar da mesma questão de falta de confiabilidade dos dados extraídos do Portal BR, em que sua manutenção distorce os resultados do indicador estratégico IE24 e por conseguinte do objetivo estratégico OE08. Isso porque atualmente o indicador não produz resultado capaz de auxiliar na tomada de decisão em decorrência de não medir o que se propõe. Importante, entretanto, salientar a importância da medição do referido indicador na medida em estabelece parâmetros para avaliar o nível de conformidade e alcance de diversas metas, assim como o controle dos processos de trabalho sob responsabilidade dos cartórios eleitorais, munindo a administração da identificação de falhas e busca de soluções para o alcance de maior eficiência. Sugere-se avaliar alternativa quanto a formas de realizar tal monitoramento, até que se resolva a questão relativa à extração de dados pelo sistema Portal BR.

- Busca de estratégias e adaptação para a realização dos planos de trabalho no formato de teletrabalho haja vista que o cenário de incerteza, no contexto da pandemia da COVID-19, tende a impactar os trabalhos a serem realizados em 2020.

Riscos associados ao objetivo

- A ausência de exclusividade no exercício da gerência impacta negativa e diretamente no tempo dedicado às atividades do projeto e provoca atrasos no cronograma;

- Cancelamento ou adiamento da 3ª RAE de 2020, em razão de dificuldades ainda presentes relacionadas ao cenário de pandemia, que podem acarretar a não realização ou atraso nos procedimentos de lançamento de dados, mensuração e análise de indicadores e objetivos;

- Dificuldade de implementar em 2020 as RACs nas unidades VPCRE, Presidência, COSOC e EJE, conforme cronograma aprovado na 1ª RAE de 2020, em razão da pandemia e das Eleições 2020;

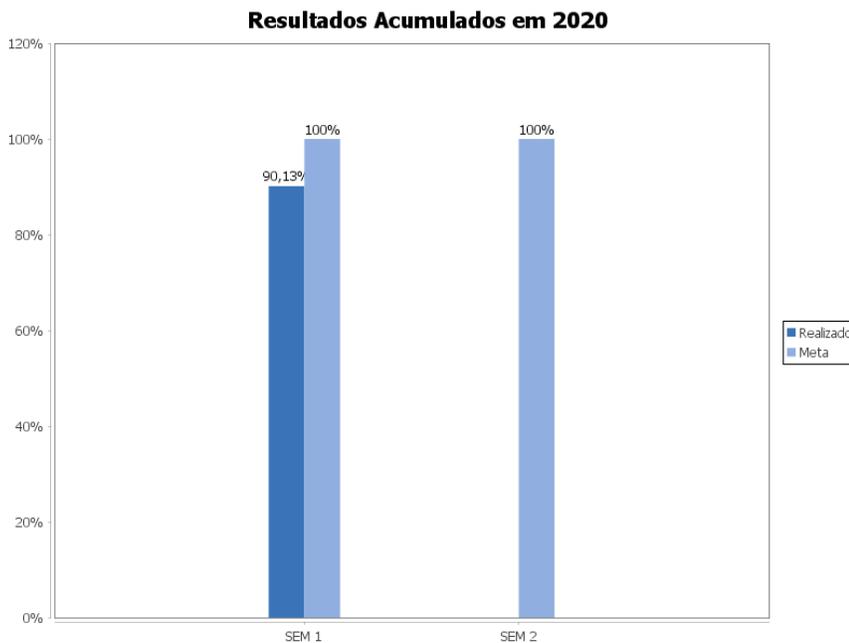
- Dificuldade das unidades que já possuem a RAC implementada realizarem a reunião, em razão das gestões exigidas pela pandemia, em especial, as necessárias ao retorno do expediente presencial, quando houver, e das demandas afetas às Eleições 2020.

- Paralisação dos processos físicos, em vista da pandemia, da incerteza quanto ao restabelecimento do expediente presencial e do período eleitoral.

- Possíveis dificuldades iniciais na execução dos planos de trabalho relacionados ao IA 65 e IA 66 no contexto do teletrabalho, em razão de serem multisetoriais.

- Permanência de distorção na medição do indicador estratégico ocasionada pelo IA 69A haja vista não ser possível a extração pelo Portal BR de dados relativos aos sistemas SEI e PJe 1º grau.

- Provável impacto negativo quanto aos indicadores IA 67 e IA 69, haja vista a tendência de queda para as próximas medições.

IE 22 - Índice de estruturação do mecanismo de liderança**Satisfatório****Desempenho do Período: 90,13%****Responsável: GABPRE.**

Análise de contexto O indicador IE 22 (Índice de estruturação do mecanismo de liderança), integrado por dois indicadores de apoio, isto é, IA 60 (Índice de estruturação de padrões éticos) e IA 61 (Índice de estruturação do sistema de governança), manteve o desempenho satisfatório no 1º semestre de 2020, tendo atingido o índice de 90,13%. Esse resultado, porém, é inferior ao observado no 2º semestre de 2019, quando alcançou 97,44%.

Tal diferença decorre do significativo aumento da meta estabelecida para o indicador. Em 2019, a meta do IE 22 era de 89,58%, ao passo que a meta estabelecida para o 1º semestre de 2020 foi de 94,79%.

Assim, ainda que o resultado do IA 60 tenha melhorado neste período, tendo alcançado o resultado de 90%, superior, portanto, aos 85% atingidos ao final de 2019, o desempenho foi pouquíssimo impactado, passando de 94,89% para 94,95%.

Situação análoga é observada em relação ao IA 61. Ainda que não se tenha observado incremento no resultado entre o último semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020, mantendo-se em 56,92%, o considerável aumento da meta (de 53,46% para 66,73%) gerou grande impacto sobre o desempenho, que caiu de 106,48% (satisfatório), para 85,30% (indicando demanda de atenção).

Cabe esclarecer que a evolução do IA 60 decorreu da implementação do item de controle VIII, a saber, “Os mecanismos para submissão de denúncias diretamente às instâncias internas de governança estão implantados (p.ex. corregedoria, ouvidoria, comitê de ética, conselho)”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos 1. Instituição do Sistema de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, pela Resolução nº 1.119/2019, publicada em 20/12/2019.

A ação acima, ao definir a estrutura e os papéis e responsabilidades dos atores desse sistema, permitiu avaliar se os mecanismos de submissão de denúncias diretamente às instâncias internas de governança estariam implantados.

De acordo com a referida Resolução, integram as “instâncias internas de governança” o Plenário e o Conselho de Governança, sendo este integrado pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, pelo Desembargador Ouvidor, pelo Diretor-Geral e pelo Juiz Gestor de Metas Nacionais.

Já as “instâncias internas de apoio à governança” são integradas, dentre outros, pela Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, pela Ouvidoria Eleitoral e pelo Conselho Permanente de Ética, as quais são “responsáveis pela comunicação entre as partes interessadas internas e externas à organização, bem como pela realização de auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções à Alta Administração”.

Os diversos regramentos que orientam as competências e atribuições dessas instâncias, além da própria Resolução nº 1.119/2019, evidenciam que estão instituídos os mecanismos para submissão de denúncias, como, por exemplo: a) Res. 895/2014 –

Regimento Internado TRE-RJ (art. 30 - estabelece as competências do Corregedor Regional Eleitoral); b) Res. 945/2016 – Dispõe sobre as atribuições da Ouvidoria (art. 5º - estabelece as competências da Ouvidoria); c) Res. 948/2016 – Institui o Código de Ética do TRE-RJ (art. 14 - estabelece competências do Conselho Permanente de Ética)

2. Realização de reunião entre a Presidência e a Presidente do Conselho Permanente de Ética, após a realização da I RAE de 2020, visando ao alinhamento de expectativas em relação ao item de controle V da ficha do indicador IA 60, a saber: "Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são efetivamente realizadas para seu público alvo".

A partir da ação acima, em 27/03/2020 foi realizada a reunião de instalação do Conselho Permanente de Ética do TRE-RJ - CPETI, a qual foi seguida de nove outras reuniões até o final do primeiro semestre de 2020.

Em 18/06/2020 foi realizada reunião do CPETI com diversos parceiros institucionais, com o objetivo de apresentar o Conselho e seus membros para parte da comunidade de servidores do TRE-RJ, bem reunir elementos para a construção de um Plano de Trabalho do CPETI que dialogue com as necessidades e anseios de seu público-alvo.

Ainda nessa direção, atendendo ao escopo do item de controle "V. Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são efetivamente realizadas para seu público alvo.", será disponibilizada ainda na primeira quinzena de julho uma pesquisa com perguntas acerca de questões éticas. Além das ações exemplificadas, o CPETI tem como entrega a ser efetuada o plano anual de trabalho, que se encontra em fase de elaboração.

3. Elaboração (em curso), pela CPLAN, do cruzamento dos requisitos integrantes da ficha do IA 61 com os do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, que será aplicado pelo TCU em 2021.

A partir dessa análise comparativa, a unidade elaborará um plano de ação para implementar os quesitos que permaneceram no questionário do TCU, estabelecendo uma ordem de priorização para a execução das ações que são viáveis de serem realizadas até 2021.

Contudo na 2ª RAE de 2020, em 29/05, apontou-se a necessidade de ajustes no documento, gerando nova deliberação com vistas à realização, pela CPLAN, em prazo ainda em curso, decruzamento dos quesitos integrantes da ficha do IA 61 com os do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (que será aplicado em 2021). A partir dessa análise comparativa, a unidade deverá elaborar plano de ação para implementar os quesitos que permaneceram no questionário do TCU, estabelecendo uma ordem de priorização para a execução das ações que são viáveis de serem realizadas até 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A expectativa é de que o indicador apresente melhor desempenho no próximo ciclo de medição, pelos motivos a seguir:

1. Expectativa de conclusão pelo CPETI do Plano Anual de Trabalho, que, uma vez aprovado e posto em execução, dará cumprimento ao item de controle V do IA 60;

2. A depender da deliberação do CGE quanto ao entendimento sobre o cumprimento do item de controle IX do IA 60, caso não seja prontamente considerado cumprido, estima-se a identificação das medidas necessárias para o efetivo cumprimento;

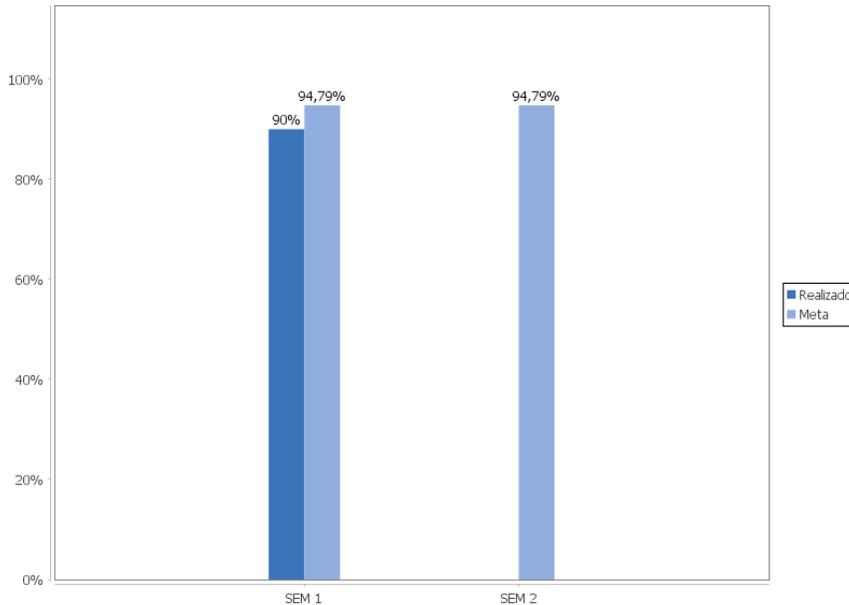
3. Quanto ao IA 61, há a tendência de estabilidade ou sutil de melhoria de resultados, já que, uma vez ajustado o plano de ação, a ser apresentado em breve pela CPLAN à DG e à unidade gestora do objetivo estratégico (GABPRE), auxiliará o melhor direcionamento de esforços para a implementação dos quesitos do IA 61. Destaca-se contudo que, por ocasião da apresentação da primeira versão do plano, na I RAE de 2020, já foi possível observar o alto grau de interdependência, complexidade e abstração dos quesitos do indicador, o que implica em tendência de melhoria não linear.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas no que se refere ao IA 60, as propostas de melhoria dependem dos debates e deliberações do CGE acerca do item de controle IX ("Os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão implantados").

Quanto ao IA 61, a apresentação do plano de ação ajustado, a partir do qual será possível identificar as ações prioritárias e viáveis de implementação no 2º semestre de 2020 e em 2021.

Riscos associados ao objetivo- Tempo reduzido para eventual necessidade de implantação de mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas, objeto do item de controle IX do IA 60.

- Tempo reduzido de implementação dos quesitos ainda não plenamente adotados relativos ao IA 61.

IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos**Satisfatório****Desempenho do Período: 94,95%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASESPR.****Análise de contexto**

O indicador "IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos" apresentou no primeiro semestre de 2020 melhor resultado do que o observado no segundo semestre de 2019, isto é, 90% (o resultado do segundo semestre de 2019 foi 85%). Considerando a meta estabelecida para o ano de 2020, isto é, 94,79%, o desempenho alcançado foi de 94,95%, mantendo-se, assim, dentro do patamar considerado satisfatório.

Conforme registrado na última análise, dos 10 (dez) itens de controle que compõem o indicador, restavam pendentes de implementação total 3 (três), uma vez que ainda não haviam atingido a pontuação máxima, recebendo cada qual a avaliação de 5 pontos (correspondente à adoção parcial do quesito), a saber:

V. Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são efetivamente realizadas para seu público alvo.

VIII. Os mecanismos para submissão de denúncias diretamente às instâncias internas de governança estão implantados (p.ex. corregedoria, ouvidoria, comitê de ética, conselho).

IX. Os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão implantados.

Ainda consoante a última análise, julgou-se, à época, necessária a avaliação mais pormenorizada dos itens VIII e IX. Nesse sentido, realizada a referida análise, foi possível considerar como "adotado integralmente" o item VIII, acarretando em sua majoração para 10 pontos e, via de consequência, no aumento da pontuação total dos itens de controle, de 85 para 90 pontos.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Instituição do Sistema de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, pela Resolução nº 1.119/2019, publicada em 20/12/2019; - Realização de reunião entre a Presidência e a Presidente do Conselho Permanente de Ética, após a realização da I RAE de 2020, visando ao alinhamento de expectativas em relação ao item V, acima referido.

Impactos das ações acima:

A instituição do Sistema de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por meio da Resolução nº 1.119/2019, publicada em 20/12/2019, definiu a estrutura e os papéis e responsabilidades dos atores desse sistema, permitindo avaliar se os mecanismos de submissão de denúncias diretamente às instâncias internas de governança estariam implantados.

De acordo com a referida Resolução, integram as "instâncias internas de governança" o Plenário e o Conselho de Governança, sendo este integrado pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, pelo Desembargador Ouvidor, pelo Diretor-Geral e pelo Juiz Gestor de Metas Nacionais.

Já as “instâncias internas de apoio à governança” são integradas, dentre outros, pela Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral, pela Ouvidoria Eleitoral e pelo Conselho Permanente de Ética, as quais são “responsáveis pela comunicação entre as partes interessadas internas e externas à organização, bem como pela realização de auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções à Alta Administração”.

Os diversos regramentos que orientam as competências e atribuições dessas instâncias, além da própria Resolução nº 1.119/2019, evidenciam que estão instituídos os mecanismos para submissão de denúncias, conforme alguns exemplos a seguir destacados:

- Res. 895/2014 – Regimento Interno do TRE-RJ:

“Art. 30. Ao Corregedor, que exerce as suas funções cumulativamente com as de Vice-Presidente e membro do Tribunal, com jurisdição em todo o Estado, compete:

I – conhecer das reclamações apresentadas contra juízes eleitorais, encaminhando-as, com o resultado das sindicâncias que proceder, ao Plenário; (...)

V – instaurar e proferir decisão em sindicância ou processo administrativo disciplinar no controle das infrações disciplinares relacionadas aos servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral. (...)”

- Res. 945/2016 – Dispõe sobre as atribuições da Ouvidoria:

“Art. 5. Compete à Ouvidoria: (...)

II – receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do Tribunal, encaminhando-os aos setores administrativos competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas (...)”

- Res. 948/2016 – Institui o Código de Ética do TRE-RJ:

“Art. 14. Compete ao Conselho Permanente de Ética, além das competências já definidas:

I - receber denúncia escrita, tomada por termo, que verse sobre a violação ao presente Código de Ética, suas normas complementares e conflitos de interesses; (...)”

No que se refere ao item IX, é certo que os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão implantados no âmbito da Ouvidoria Eleitoral, conforme se depreende do dispositivo acima destacado. Não é possível asseverar, contudo, que tais mecanismos estejam totalmente implantados nas demais instâncias internas de apoio à governança, sugerindo-se, assim, que a questão seja melhor avaliada pelo Comitê de Gestão da Estratégia. Na hipótese de os mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas não estejam totalmente implantados, objeto do item IX, sejam identificadas as medidas a serem implementadas para sua concretização.

Em relação ao item V, conforme informação prestada pelo Conselho Permanente de Ética, é possível afirmar que houve evolução em relação à realização de ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta para seu público alvo. Segue o teor da informação:

“Em resposta ao questionamento realizado, segue um breve resumo das ações do Conselho Permanente de Ética do TRE-RJ (CPETI) até o momento.

O CPETI foi regulamentado através do Ato GP 256/2019 e formalmente instalado em 27/03/2020, através de reunião virtual realizada pelo aplicativo Zoom, por força da calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, conforme consignado em ata.

Naquela oportunidade foram delineados os esboços dos principais eixos de atuação a serem observados pelo CPETI, considerando que, apesar de o Código de Ética do TRE-RJ ter sido instituído pela Resolução TRE nº 948/16, o Conselho só foi criado em um momento posterior, não havendo, portanto, até a presente data, instância interna responsável por sua implementação.

Desde a reunião de instalação, em 27/03/2020, foram realizadas outras nove reuniões, além de tomadas as providências administrativas necessárias ao seu bom funcionamento, tais como criação da unidade CPETI no Sistema Eletrônico de Informações do TRE-RJ; criação de e-mail institucional próprio para o Conselho, de acesso simultâneo a seus membros; disponibilização de acesso remoto a seus integrantes etc.

Destaque-se que a reunião do CPETI realizada em 18/06/2020 contou com a presença de alguns parceiros institucionais, tais como Gabinete da Presidência, Escola Judiciária Eleitoral, Diretoria-Geral, Coordenadoria de Planejamento, Coordenadoria de Comunicação Social, Secretaria de Gestão de Pessoas, Comissão Permanente de Processo Disciplinar, Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, além do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais, cujos representantes foram convidados a participar do encontro, que teve por objetivo, além de apresentar o Conselho e seus membros para parte da comunidade de servidores do TRE-RJ, reunir elementos para a construção de um Plano de Trabalho do CPETI que dialogue com as necessidades e anseios de seu público-alvo.

Ainda nessa direção, atendendo ao escopo do item de controle “V. Ações de divulgação e promoção do conhecimento do código de ética e de conduta são efetivamente realizadas para seu público alvo.”, do indicador IA 60 - Índice de estruturação de padrões éticos, será publicado esta semana aviso convidando todos os servidores do TRE-RJ a responderem um questionário, contendo duas perguntas acerca de questões éticas. Paralelamente à disponibilização da referida consulta, a Coordenadoria de

Comunicação Social publicará, no Blog Comunidade Virtual, de acesso exclusivo aos servidores deste regional, por meio do Portal do Servidor, matéria contendo uma breve apresentação do Conselho, seus integrantes, seus objetivos, bem como divulgando o questionário. Ambas as iniciativas têm por objetivo divulgar e promover o Conselho Permanente de Ética do TRE-RJ, além de ampliar a reflexão e presença da temática ética junto aos servidores de justiça especializada.

Além das ações acima o CPETI tem como entrega a ser efetuada um plano anual de trabalho, que se encontra em fase de elaboração.

Por oportuno, informo ainda que o CPETI já passou por alteração em sua composição original, considerando o término do biênio da juíza presidente, Dra. Raquel dos Santos Pereira Chispino, sendo atualmente presidido pelo Dr. Alberto Salomão Junior (Ato GP188/20), bem como pelo desligamento do conselheiro Alessandro Paes Bengaly, apedido, restando pendente de realização nova eleição para escolha de seu substituto. Atualmente, portanto, além do juiz presidente, compõem o referido Conselho os servidores Daniel Paiva Souto, Marianne Carvalho Baltar e Tatiana do Carmo Sant'Anna."

Em face dos esclarecimentos acima apresentados, entende-se que o item V poderá ser considerado integralmente cumprido tão logo entregue o plano anual de trabalho, o qual, conforme consignado, está em fase de elaboração.

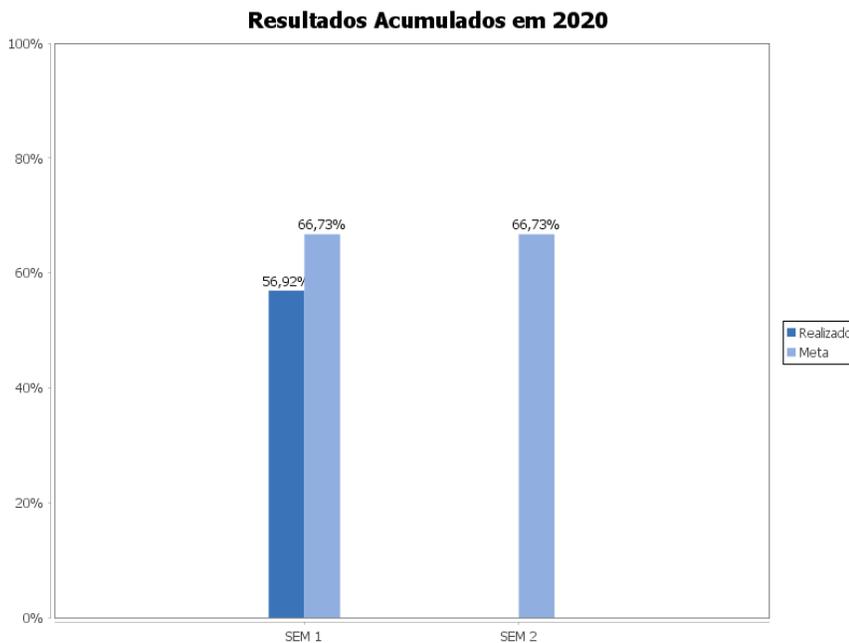
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Por todo o exposto nos itens anteriores, a expectativa é de que o indicador apresente melhor desempenho, chegando ao final do ciclo estratégico com desempenho de 100%

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas A depender dos debates e deliberações do CGE acerca do item de controle IX. Riscos associados ao objetivo Não identificados.

IA 61 - Índice de estruturação do sistema de governança

Atenção

Desempenho do Período: 85,30%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CPLAN.

Análise de contexto Registro efetuado no sistema conforme solicitação da sra. Diretora-Geral, responsável pela análise do IA. O indicador permaneceu com a mesma leitura obtida no final do semestre anterior, 74/130 pontos dos quesitos do questionário de aferição, o que se traduz em 56,92% de resultado. Face ao aumento da meta, de 53,46% em 2020 para 66,73% em 2021, o desempenho decresceu em relação ao período anterior, de 106,47% para 85,30%, baixando do patamar “satisfatório” para estágio de “atenção”.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Em que pese não tenha sido efetivada nenhuma ação durante o período capaz de alavancar diretamente algum dos quesitos, deliberou-se na 1ª RAE de 2020, realizada em 09/03, a apresentação pela CPLAN de plano de ação para implementação dos quesitos integrantes da ficha do indicador, ainda não adotados integralmente. A primeira versão do plano de ação foi entregue à DG e ao GABPRE, em 18/05. Contudo na 2ª RAE de 2020, em 29/05, apontou-se a necessidade de ajustes no documento, gerando nova deliberação com vistas à realização, pela CPLAN, em prazo ainda em curso, de cruzamento dos quesitos integrantes da ficha do IA 61 com os do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (que será aplicado em 2021). A partir dessa análise comparativa, a unidade deverá elaborar plano de ação para implementar os quesitos que permaneceram no questionário do TCU, estabelecendo uma ordem de priorização para a execução das ações que são viáveis de serem realizadas até 2021.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Tendência de estabilidade ou sutil de melhoria de resultados, considerando os seguintes aspectos: o plano de ação ajustado, a ser apresentado em breve à DG e à unidade gestora do Objetivo Estratégico, auxiliará a melhor direcionar esforços para a implementação dos quesitos do IA 61; por outro lado, da elaboração da primeira versão do plano de ação, já foi possível observar o alto grau de interdependência, complexidade e abstração dos quesitos do indicador, o que implica em tendência de melhoria não linear.

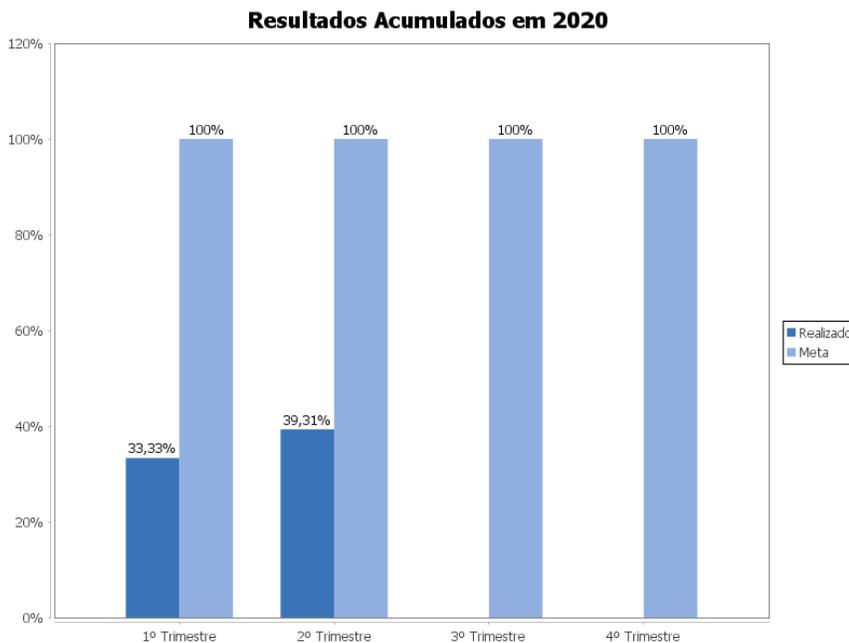
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Apresentação do plano de ação ajustado, a partir do qual será possível identificar as ações prioritárias e viáveis de implementação no 2º semestre de 2020 e em 2021.

Riscos associados ao objetivo- Tempo reduzido de implementação dos quesitos ainda não plenamente adotados.

IE 23 - Índice de execução e monitoramento da estratégia

Insatisfatório

Desempenho do Período: 39,31%



Responsável: CPLAN.

Análise de contexto O indicador estratégico IE 23 (Índice de execução e monitoramento da estratégia) registrou 39,31% da meta no 2º trimestre de 2020 e 33,33% no 1º trimestre, atingindo resultados insatisfatórios em ambos os períodos, pior desempenho de primeiro semestre desde 2018. Desempenho dos indicadores de apoio no 1º e 2º trimestres de 2020: IA 62 (Índice de execução das iniciativas estratégicas) – 0% e 17,94% (Insatisfatório) IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia) - 100% e 100% (Satisfatório) IA 64 (Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica) – 0% e 0% (Insatisfatório) O resultados desfavoráveis dos indicadores de apoio IA 62 e IA 64 são consequência da pandemia de Covid-19 e da abrupta transição de trabalho presencial para o trabalho remoto, situação instalada desde março de 2020, sem data de previsão de retorno à normalidade até o fechamento da presente análise. Necessário registrar, para efeitos de histórico, que em 17/03, por decisão da Alta Administração, a maior parte da força de trabalho do Tribunal passou a operar remotamente, como forma de prevenção à contaminação do coronavírus. Desse momento em diante, o suporte tecnológico necessário à continuidade dos serviços foi sendo provido de forma gradativa, não tendo sido disponibilizado de imediato o acesso por via remota a todos os servidores, tampouco a todos os sistemas informatizados, o que incluiu o próprio sistema Gerir. Considerando que o ciclo de medição e análise do 1º trimestre restaria prejudicado diante das dificuldades de acesso à rede do Tribunal, aos sistemas e controles que embasam as medições de variáveis, e também em virtude do fato de que grande parte dos responsáveis por indicadores e OEs, por serem também ocupantes de funções e cargos de gestão, passaram a dedicar esforços com prioridade às demandas inerentes ao gerenciamento da própria crise, o CGE decidiu pela flexibilização do calendário de lançamentos do 1º trimestre, previsto para o mês de abril, com a extensão dos prazos de medição até 15/05 e dispensa das análises de indicadores e objetivos estratégicos. No entanto, conforme a situação de trabalho remoto se estabilizou em certa medida, foi possível pactuar a realização do ciclo completo de medições e análises no que toca ao 2º trimestre, para que se evitasse a perda de informações relevantes sobre o desempenho estratégico no primeiro semestre. Inobstante, a pandemia sem dúvidas acarretou prejuízos diretos à realização das RACs (IA 64) e à continuidade das iniciativas estratégicas (IA 62). Com relação às RACs do 1º trimestre de 2020, o prazo de realização pelas seis unidades com RACs implementadas (DG, SGP, SAD, SCA, STI e SSG) era dia 23/03 (até duas semanas após a 1ª RAE de 2020, realizada em 09/03). No entanto, com a suspensão de cursos, reuniões e eventos presenciais no mês de março (Ato Conjunto PR/VPCRE nº 02/2020, de 16/03), as RACs do período precisaram ser canceladas. Quanto ao 2º trimestre, o CGE deliberou na 2ª RAE (29/05) pela suspensão do cronograma de implantação da RAC em 2020 (COSOC, Presidência e VPCRE e EJE) e a dispensa da obrigatoriedade de realização da reunião nas unidades com RACs já implementadas, fundamentado na dificuldade de implantar um novo processo no contexto da pandemia e no entendimento de que somente cada unidade poderia avaliar se seria viável e apropriada a realização da reunião em tal cenário. Apenas a SGP e a STI lograram realizar a RAC relativa ao 2º trimestre, que não puderam ser contabilizadas no

IA 64, devido, respectivamente, à ausência e à intempestividade na publicação dos planos de ação correspondentes. Com relação às iniciativas estratégicas, o CGE decidiu na reunião realizada em 30/04 pela suspensão de alguns projetos em razão da pandemia, mormente aqueles em que há necessidade de intervenções físicas, como a Implantação do sistema VoIP - FASE 1 – Caju, Rede Privada Virtual – VPN e Diagnóstico das Instalações Prediais nos imóveis ocupados pelo TRE-RJ, cujo prosseguimento se revelou prejudicado em razão do isolamento social. Destarte, somente o IA 63 (RAEs) obteve desempenho satisfatório, tendo em vista a realização com êxito das Reuniões de Análise da Estratégia do 1º e 2º trimestres, em 09/03 e 29/05. Ressalte-se que o Comitê de Gestão da Estratégia e as RAEs passaram a ser regulamentados pelo Ato GP nº 69/2020, publicado em 12/02/2020, que dentre outras disposições, flexibilizou o prazo de realização da primeira RAE do ano, que via de regra é realizada no mês de fevereiro, para até 10 de março, em vista da mudança de gestão no final de fevereiro a cada dois anos e a ocorrência de feriado prolongado de carnaval em alguns anos no mês de fevereiro, fatores que impactam negativamente nos trâmites para a realização da reunião.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos- Manutenção da proximidade com os gerentes, em que pese o afastamento gerado pela pandemia, com êxito na produção de alguns documentos da metodologia;- Previsão expressa em normativo da possibilidade de dilação do prazo de realização da primeira RAE do ano até 10 de março. Dada essa disposição, a 1ª RAE de 2020 foi realizada dentro do prazo estabelecido (09/03);- Realização da 2ª RAE de 2020 por meio de videoconferência, em 29/05, devido à impossibilidade da reunião ocorrer presencialmente, tendo em vista o cenário de pandemia;- Aprovação pelo CGE, na 1ª RAE de 2020, do cronograma de implantação da RAC em 2020 nas seguintes unidades: COSOC, Presidência e VPCRE (2º trimestre) e EJE (3º trimestre). Dessa forma, até o final deste ano, dez unidades, do total de doze, estariam com as RACs implementadas. Com o cumprimento desse cronograma havia grande possibilidade de desempenho positivo do indicador. No entanto, a ação não surtiu nenhum efeito porque, tendo em vista o cenário de pandemia, o CGE deliberou na 2ª RAE de 2020 pela suspensão do cronograma de implantação das RACs;

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Quanto ao IA 62, há expectativa de uma recuperação, ainda que parcial, do nível de execução das atividades relacionadas à execução das iniciativas estratégicas. No que toca ao IA 63, a tendência é que seu desempenho permaneça satisfatório, ao menos no 3º trimestre. As datas de realização das RAEs foram previamente definidas em calendário aprovado pelo CGE, estando agendada a 3ª RAE para 24/08, que espera-se transcorrer sem dificuldades, novamente por videoconferência, se necessário. Quanto à 4ª RAE, prevista para novembro, dispõe o art. 7º, § 2º, do Ato GP 69/2020 que, por se tratar de ano eleitoral, sua realização poderá ser dispensada. Considerando a postergação das datas dos turnos do pleito municipal para 15 e 29/11 (EC 107/2020), a probabilidade de tal dispensa ocorrer neste ano atípico é aumentada. Em relação ao IA 64, o principal desafio é a realização das RACs com a suspensão do trabalho presencial e demais implicações acarretadas pelo cenário de pandemia. Considerando a permanência da suspensão do trabalho presencial e a proximidade das Eleições Municipais, a tendência é que o desempenho do indicador permaneça insatisfatório e não apresente nenhuma melhora significativa neste ano. Nesse sentido, não são esperadas melhorias de desempenho para o IE 23 no próximo semestre. Além das incertezas quanto à saída do cenário de pandemia, as unidades estarão concentradas na realização das Eleições Municipais, o que poderá trazer dificuldades de engajamento nas ações relacionadas a este indicador estratégico.

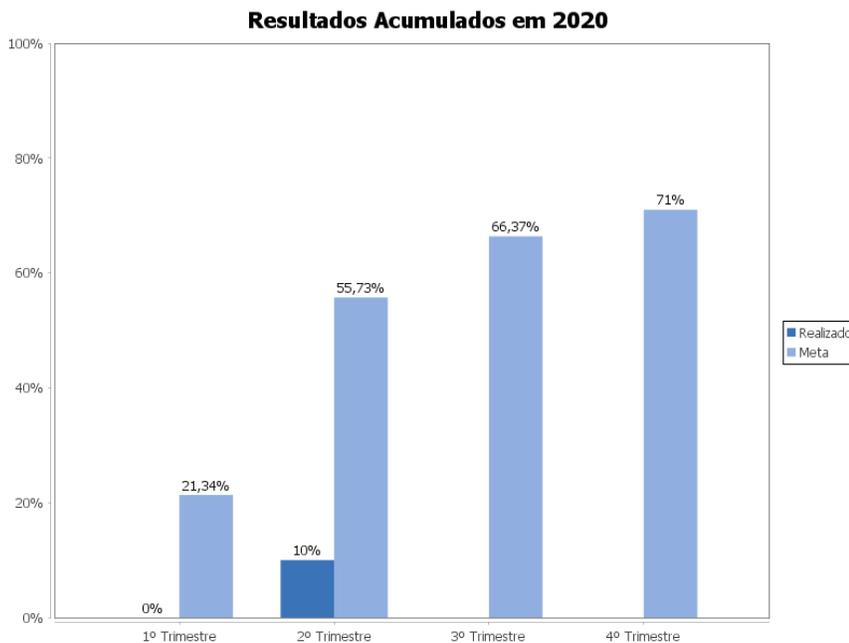
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Apoio e treinamento dos servidores que exercem papéis de gerentes atualmente, tendo em vista a ausência de designação das funções de gerentes exclusivos de grandes projetos; - Realização da 3ª RAE, prevista para 24/08, por videoconferência, caso permaneça a impossibilidade de reunião presencial do CGE;- Realização das RACs referentes ao 2º trimestre por videoconferência, caso o trabalho presencial permaneça suspenso e/ou não seja possível a reunião presencial dos gestores das unidades; - Execução da melhoria “Estruturação do acompanhamento das unidades com RAC’s já implementadas” prevista no Processo em Gestão do Dia a Dia “Monitorar a Estratégia”.

Riscos associados ao objetivo- A ausência de exclusividade no exercício da gerência impacta negativa e diretamente no tempo dedicado às atividades do projeto e provoca atrasos no cronograma;- Cancelamento ou adiamento da 3ª RAE de 2020, em razão de dificuldades ainda presentes relacionadas ao cenário de pandemia, que podem acarretar a não realização ou atraso nos procedimentos de lançamento de dados, mensuração e análise de indicadores e objetivos;- Dificuldade de implementar em 2020 as RACs nas unidades VPCRE, Presidência, COSOC e EJE, conforme cronograma aprovado na 1ª RAE de 2020, em razão da pandemia e das Eleições 2020;- Dificuldade das unidades que já possuem a RAC implementada realizarem a reunião, em razão das gestões exigidas pela pandemia, em especial, as necessárias ao retorno do expediente presencial, quando houver, e das demandas afetas às Eleições 2020.

IA 62 - Índice de execução das iniciativas estratégicas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 17,94%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.

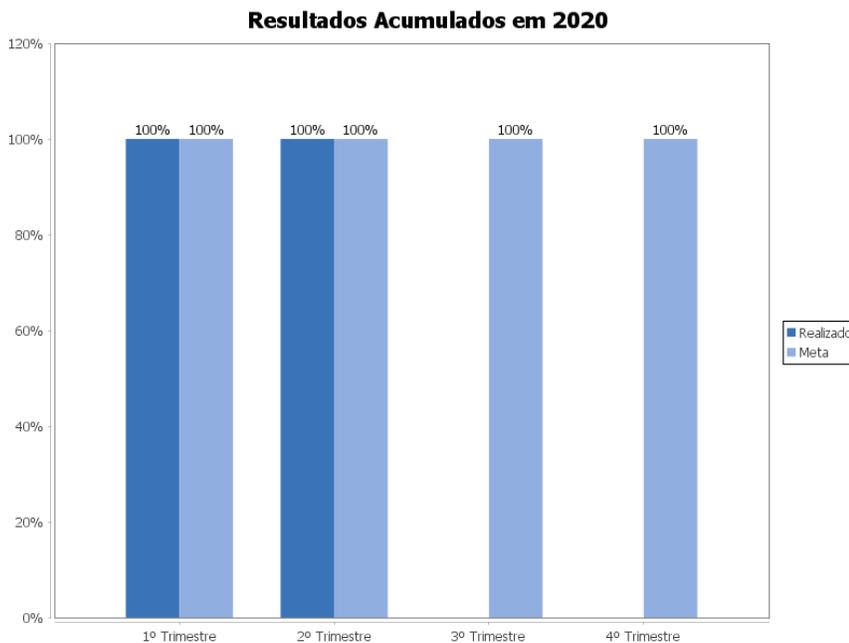
Análise de contexto A reclusão social decretada em final de março em função da pandemia decorrente do COVID-19 marcou o trimestre e gerou retração acentuada no ritmo das atividades em geral do TRE-RJ, com impacto direto sobre as iniciativas estratégicas previstas no Plano Diretor da Estratégia, com deliberação inclusive pela suspensão de 3 iniciativas já em curso, considerando a inexistência de condições para execução e sem previsão imediata de retorno.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Tentamos manter a proximidade com os gerentes, em que pese o afastamento gerado pela Pandemia e , conseguimos que alguns documentos da Metodologia fosse produzidos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Ainda assim, a perspectiva para os próximos meses é a de uma recuperação, ainda que parcial, do nível de execução das atividades pré-pandemia.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Diante da impossibilidade de haver gerentes exclusivos para os projetos, a melhoria somente pode se dar pelo apoio e treinamento dos servidores que exercem papéis de gerentes atualmente, o que, em semestre é de ano eleitoral, é bem complicado, uma vez que os esforços estão voltados precipuamente para planejar e executar as eleições.

Riscos associados ao objetivo A ausência de exclusividade no exercício da gerência impacta negativa e diretamente no tempo dedicado às atividades do projeto e provoca atrasos no cronograma.

IA 63 - Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia**Satisfatório****Desempenho do Período: 100,00%****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGEST.****Análise de contexto Considerações Iniciais**

As Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) devem ser realizadas trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme estabelece o artigo 7º do Ato GP nº 069/2020, publicado no DJE/TRE-RJ em 12/02/2020, que dispõe sobre o Comitê de Gestão da Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. No entanto, no parágrafo 1º do art. 7º, há previsão de dilação do prazo para realização da reunião do mês de fevereiro até 10 de março, por proposição da Coordenadoria de Planejamento Estratégico e com autorização da Diretoria-Geral.

Obs.: Cabe registrar que no Ato GP nº 391/2012, revogado pelo Ato GP nº 069/2020, não havia essa possibilidade de extensão do prazo da I RAE do ano.

De acordo com a ficha do o IA 63 (Índice de aderência de realização das Reuniões de Análise da Estratégia), serão consideradas para cálculo do indicador apenas as reuniões cuja pauta aborde as avaliações relativas ao período imediatamente anterior.

Análise de contexto

O indicador apresentou desempenho de 100%, superior ao atingido no mesmo período do ano anterior (50%),

A 1ª e a 2ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) deste ano ocorreram, respectivamente, nos dias 09/03 e 29/05, e abordaram as avaliações relativas ao período imediatamente anterior. Portanto, as duas RAEs previstas até o 2º trimestre de 2020 foram realizadas dentro do prazo estabelecido no normativo em vigência e atenderam aos critérios relacionados na ficha técnica do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos- Previsão expressa em normativo da possibilidade de dilação do prazo de realização da primeira reunião do ano até 10 de março, tendo em vista, sobretudo os seguintes fatores: a mudança de gestão no final de fevereiro a cada dois anos e a ocorrência do carnaval em alguns anos no mês de fevereiro. Com a consolidação expressa da proposta acima no novo normativo publicado em fevereiro deste ano (que revogou o Ato anterior), a 1ª RAE de 2020 foi realizada dentro do prazo estabelecido (09/03).

- Realização da 2ª RAE de 2020 por meio de videoconferência, devido à impossibilidade da reunião ocorrer presencialmente. Tendo em vista o cenário de pandemia, o trabalho presencial foi suspenso em todas as unidades da Justiça Eleitoral fluminense,

Com a realização das duas ações relacionadas acima, o indicador alcançou o desempenho de 100% no 2º trimestre de 2020.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Na 1ª RAE de 2020, o Comitê Gestor da Estratégia (CGE) definiu o calendário de todas as RAEs do ano. Essa medida é uma boa prática para o cumprimento da realização das RAEs e consequente desempenho positivo do indicador.

A tendência é o desempenho de o indicador continuar alcançando 100% devido aos seguintes fatores:

- a 3ª RAE de 2020 está marcada para o dia 24/08 e provavelmente deverá ocorrer na forma de videoconferência, nos mesmos moldes da 2ª RAE de 2020;

- a 4ª RAE de 2020 que deveria ser realizada em novembro provavelmente não ocorrerá devido às Eleições Municipais. Cabe mencionar que, no dia 02/07, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 107/2020, que adia as Eleições Municipais de outubro para novembro deste ano, em razão da pandemia provocada pelo coronavírus (Covid-19). No entanto, não haverá impacto negativo no desempenho do indicador porque, em anos eleitorais, poderá ser dispensada a reunião do mês de novembro, conforme estabelece o § 2º do artigo 7º do Ato GP nº 069/2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Realização da 3ª RAE de 2020 (referência: 2º trimestre de 2020) prevista para o dia 24/08 por meio de videoconferência, caso não seja possível a reunião presencial dos integrantes do Comitê Gestor da Estratégia. Tendo em vista que a 2ª RAE já foi realizada nesse formato, considera-se que a proposta será de fácil implementação.

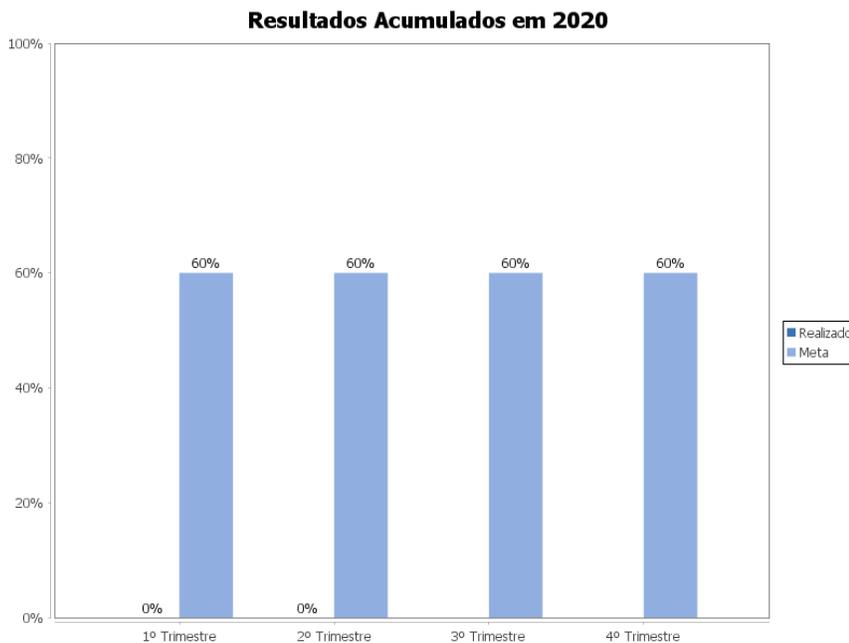
Riscos associados ao objetivo Tendo em vista o atual cenário de pandemia devido ao Novo Coronavírus (COVID-19), identifica-se que o cancelamento ou adiamento da 3ª RAE de 2020 é um risco associado ao indicador. Isso pode ocorrer devido aos seguintes fatores:

- alto número de indicadores não mensurados e objetivos/indicadores não analisados e/ou
- atraso no lançamento de dados e nas análises de objetivos/indicadores.

IA 64 - Índice de realização de Reuniões de Análise Crítica

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEGEST.

Análise de contexto

Considerações Iniciais

A Reunião de Análise Crítica (RAC) tem por objetivo disseminar a estratégia no âmbito das diversas unidades e níveis hierárquicos, além de promover a gestão participativa. Dessa forma, com a realização sistemática das RACs, espera-se um maior alinhamento das áreas com o planejamento estratégico e uma melhor comunicação interna nos temas afetos à estratégia.

A periodicidade da RAC é trimestral, tendo como referência a ocorrência das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia). Portanto, cada unidade deve realizar um total de 4 RACs por ano. Para efeito deste indicador, considera-se um total de 12 unidades: SAD, SSG, STI, SJD, SGP, SCI, SOF, PRES, VPCRE, EJE, ASCOM, DG.

O processo de realização das Reuniões de Análise Crítica (RAC) foi iniciado no segundo semestre de 2018, nas unidades DG (Diretoria-Geral) e SGP (Secretaria de Gestão de Pessoas). Em 2019, conforme cronograma elaborado pela Assessoria de Planejamento (atual CPLAN), ocorreu a implementação escalonada da RAC em mais 4 unidades:

SCA (Secretaria de Controle e Auditoria), SSG (Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais), STI (Secretaria de Tecnologia da Informação) e SAD (Secretaria de Administração). Para efeito de cálculo do indicador, contabiliza-se a realização da reunião no período considerando a publicação no Portal da Estratégia do Plano de Ação resultante da RAC da unidade. Cabe registrar que, conforme deliberado na 4ª RAE de 2019 (25/11/2019), os prazos para realização das RACs e publicação do plano de ação resultante da reunião passaram a ser de 2 semanas após a RAE.

Análise de contexto

No 2º trimestre de 2020, o indicador apresentou desempenho nulo, igual ao registrado no período anterior (1º trimestre de 2020). Tendo em vista que, no mesmo período do ano anterior (2º trimestre de 2019), o indicador alcançou 118,82%, evidenciando uma queda no desempenho do indicador.

Com relação ao 1º trimestre de 2020, cabe considerar que, após a realização da 1ª RAE de 2020 (09/03), a SEGEST enviou um e-mail avisando que as seis unidades com RACs implementadas (DG, SGP, SAD, SCA, STI e SSG) deveriam realizar as reuniões até o dia 23/03 (até duas semanas após a RAE). No entanto, considerando que o art. 2º do Ato Conjunto PR/VPCRE nº 02/2020 (publicado no DJE/TRE-RJ em 16/03/2020) determinou a suspensão, no mês de março de 2020, de cursos, reuniões e eventos presenciais, as RACs foram canceladas. Logo em seguida houve a suspensão do trabalho presencial em todas as unidades da Justiça Eleitoral fluminense, em razão do atual cenário de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Quanto ao 2º trimestre do ano, o CGE deliberou na 2ª RAE (29/05) a suspensão do cronograma de implantação da RAC em 2020 (COSOC, Presidência e VPCRE e EJE) e a dispensa da obrigatoriedade de realização da reunião nas unidades com RACs já implementadas (DG, SGP, SSG, SAD, SCA e STI). A deliberação teve como fundamento a dificuldade de implantar um novo processo no atual contexto da pandemia e o entendimento que somente cada unidade poderia avaliar se era viável e apropriada a realização da reunião no contexto de trabalho remoto e demais implicações acarretadas pela suspensão do expediente presencial. Cabe mencionar que, caso alguma unidade avaliasse viável a realização da RAC, a CPLAN colocou-se disponível para prestar o apoio necessário.

Embora a STI e a SGP tenham realizado RAC relativa ao 2º trimestre de 2020, a reunião não foi contabilizada para efeito de cálculo do indicador, devido aos seguintes motivos:

- A SGP não publicou no Portal da Estratégia o plano de ação resultante da RAC;
- A STI publicou o plano de ação da RAC no dia 18/06/2020, ou seja, após o prazo limite de duas semanas da ocorrência da RAE (29/05/2020).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Na 1ª RAE de 2020, o CGE aprovou o cronograma de implantação da RAC em 2020 nas seguintes unidades: COSOC, Presidência e VPCRE (2º trimestre) e EJE (3º trimestre). Dessa forma, até o final deste ano, dez unidades, do total de doze, estariam com as RACs implementadas. Com o cumprimento desse cronograma havia grande possibilidade de desempenho positivo do indicador. No entanto, a ação não surtiu nenhum efeito porque, tendo em vista o cenário de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), o CGE deliberou na 2ª RAE de 2020 pela suspensão do cronograma de implantação das RACs, conforme já abordado acima.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) O principal desafio a ser enfrentado é a realização das RACs com a suspensão do trabalho presencial em todas as unidades da Justiça Eleitoral fluminense e todas as implicações que isso acarreta no cenário de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Dessa forma, considerando a permanência da suspensão do trabalho presencial e a proximidade das Eleições Municipais, a tendência é que o desempenho do indicador permaneça insatisfatório e não apresente nenhuma melhora significativa neste ano.

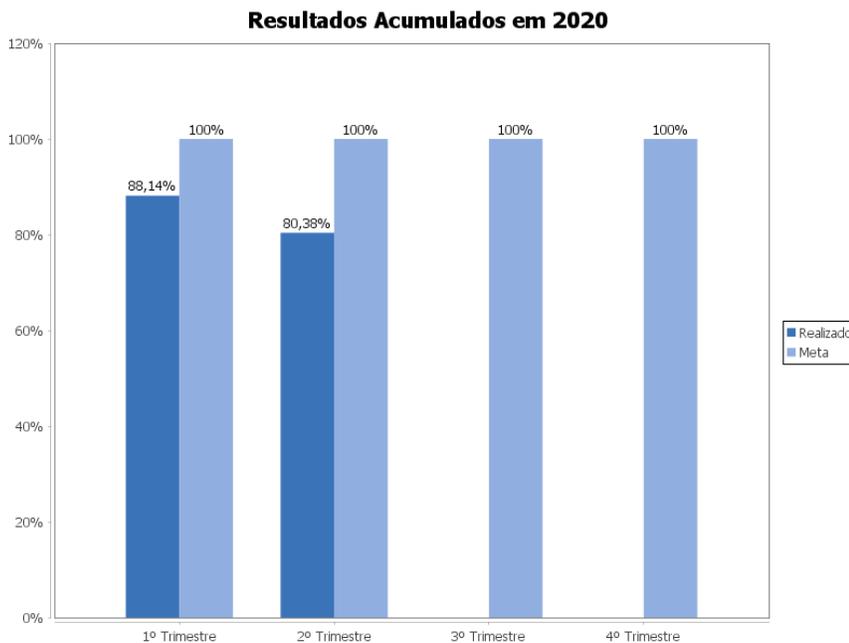
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas- Realização das RACs referentes ao 2º trimestre de 2020 por meio de videoconferência, caso o trabalho presencial permaneça suspenso e/ou não seja possível a reunião presencial dos gestores das unidades.

- Cabe ainda mencionar a melhoria “Estruturação do acompanhamento das unidades com RAC’s já implementadas” prevista no Processo em Gestão do Dia a Dia “Monitorar a Estratégia”.

Riscos associados ao objetivo Tendo em vista o atual cenário de pandemia devido ao Novo Coronavírus (COVID-19), há dois riscos relevantes associados ao indicador devido à suspensão de trabalho presencial e à proximidade das Eleições Municipais:

1. Dificuldade de implementar em 2020 as RACs nas unidades VPCRE, Presidência, COSOC e EJE (conforme cronograma aprovado na 1ª RAE de 2020);
2. Dificuldade das unidades que já possuem a RAC implementada realizarem a reunião.

IE 24 - Índice de adequação do mecanismo de controle

Atenção**Desempenho do Período: 80,38%****Responsável: SCA.****Análise de contexto**

O IE 24, relativamente ao 2º trimestre de 2020, alcançou 80,38% da meta estabelecida para o período, resultado inferior ao 1º trimestre em que alcançou 88,14% da meta.

Observa-se que o indicador estratégico apresenta desempenho com status de atenção, e se mantém assim desde o 4º trimestre de 2019, ocasião em que 3 (três) dos 5 (cinco) indicadores de apoio que compõem o indicador estratégico apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo para o alcance de status de atenção.

Vale considerar nesta avaliação que, dos cinco indicadores de apoio, apenas dois são medidos trimestralmente, enquanto os demais são medidos anualmente. Dessa forma, constata-se que nos três primeiros trimestres a avaliação é impactada precipuamente pelos indicadores IA66 e IA69A.

Isso explica a razão de, apesar de ter ocorrido uma evolução do IE24 no final de 2019, houve queda nos percentuais avaliados no 1º e 2º trimestres de 2020.

Já, em outra análise comparativa, com base nos dois primeiros trimestres de 2020, ambos IAs sofreram redução em seus percentuais, refletindo no atual status do IE24.

Verifica-se que o resultado foi impactado, principalmente, pelo indicador de apoio IA69A que alcançou 59,65% da meta estabelecida neste trimestre, frente aos 81,23% de alcance no período anterior, passando seu desempenho de atenção para insatisfatório.

Tal resultado deve-se diretamente à suspensão do expediente presencial nos cartórios eleitorais ocasionada pela pandemia da COVID-19, em razão de que os dados utilizados para a medição do IA69A não refletem a realidade, haja vista que os processos considerados no ranking do Portal BR restringem-se àqueles que tramitam no SADP, portanto processos físicos que, na conjuntura de teletrabalho, se encontram com tramitação suspensa.

Relativamente ao IA66, este alcançou 61,28% da meta estabelecida, mantendo o desempenho em insatisfatório e apresentando queda percentual frente aos 78,47% alcançado no trimestre anterior, estando aptos à medição 3 (três) dos 8 (oito) processos críticos identificados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Todos os processos críticos em monitoramento tiveram seu desempenho avaliado pelo menos duas vezes no trimestre, com a publicação de Boletim do Processo no Portal da Estratégia, tendo o atual contexto de pandemia impossibilitado a medição dos indicadores dos processos “Monitorar a estratégia” e “Realizar Avaliação das Eleições”, quanto ao mês de abril, em ambos os processos, e em relação a maio, quanto ao processo “Realizar Avaliação das Eleições”.

Consigne-se a indicação de gestor e analista para o processo “Fiscalizar a Propaganda Eleitoral”, o que possibilitará a ativação da gestão do dia a dia do referido processo, bem como a elaboração de plano de trabalho com previsão de que outros dois processos iniciarão projeto de melhoria em 2020, quais sejam, “Controlar a Execução Orçamentária” e “Julgar Prestação de Contas”, o que indica um viés de melhoria no alcance das metas do IA66.

Registre-se, ainda, que a SEDPRO está adaptando a condução dos projetos de melhoria e monitoramento dos processos em gestão do dia a dia para o trabalho em regime domiciliar.

Por ocasião da realização da Reunião de Análise da Estratégia, ocorrida em 29/05/2020, deliberou-se, no contexto do OE02, pela constituição de grupo de trabalho com a finalidade de gerenciar os dados e as informações estatísticas referentes à prestação jurisdicional do Tribunal e de promover ações destinadas ao aprimoramento dos sistemas correlatos, o que trará impactos diretos sobre a fidedignidade de medição do IA69A, tendo em vista que o sistema Portal BR, no momento, não extrai dados do SEI assim como do PJe 1º grau.

Informou-se, ainda, no contexto das deliberações da última RAE, a elaboração de Plano de Ação, enviado à Diretoria-Geral e Presidência, para implementação dos quesitos da ficha do indicador IA65 ainda não adotados integralmente.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio no atual contexto da pandemia de COVID-19 e a incerteza quanto ao reestabelecimento do expediente presencial, se dá em relação ao impacto de tal situação no desempenho dos indicadores de apoio e por conseguinte no indicador estratégico.

No que tange aos indicadores de apoio IA65, IA66 e IA68, não é possível estimar, no momento, o quanto serão afetados pelo atual contexto.

Com relação ao IA67, relativo à execução do Plano Anual de Auditoria, tendo em vista sua medição em relação ao plano original, este será efetivamente impactado por ocasião do contexto da pandemia do COVID-19 e a publicação da Instrução Normativa TCU n.º 84/2020, o que poderá zerar o resultado do referido indicador.

Isso porque houve cancelamento pelo CNJ da “Ação Coordenada de Auditoria em Acessibilidade”, assim como a suspensão da “Auditoria Integrada de Gestão de Infraestrutura de TIC” pelo TSE, cuja execução foi transferida para o ano de 2021.

Ademais, com o advento da IN TCU n.º 84/2020, que estabeleceu nova estrutura de certificação das contas do Tribunal, haverá necessidade de mudança dos planos de trabalho da SCA e revisão do PAA 2020, sendo possível o cancelamento da auditoria de “Avaliação da aderência às diretrizes da Resolução CNJ 211/2015”.

Além disso, é pertinente ressaltar que a recentemente publicada Resolução CNJ nº 309/2020, que aprovou as diretrizes da atividade de auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário, prevê que o planejamento da unidade de auditoria interna deve ser flexível, considerando a possibilidade de mudanças no contexto organizacional da unidade auditada, a exemplo de alterações no planejamento estratégico, revisão dos objetivos, alterações significativas nas áreas de maior risco ou mesmo alterações de condições externas (art. 34, § 4º, da Resolução CNJ nº 309/2020).

Nesse sentido, a revisão dos planos de trabalho da unidade de auditoria interna não constitui, a priori, um evento indesejado, o que sugere, inclusive, a necessidade de se reavaliar a concepção do indicador ou sua fórmula de cálculo, caso mantido na versão futura do Plano Estratégico do Tribunal.

Relativamente ao indicador IA69A, no atual contexto de medição em que se consideram apenas os processos físicos, vislumbra-se tendência de queda em razão do contexto da pandemia e a incerteza quanto ao reestabelecimento do expediente presencial.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

1. Busca de estratégias e adaptação para a realização dos planos de trabalho no formato de teletrabalho haja vista que o cenário de incerteza, no contexto da pandemia da COVID-19, tende a impactar os trabalhos a serem realizados em 2020;

2. Avaliação quanto à excepcionalidade de medição do IA67 quanto à aderência ao Plano Anual de Auditoria revisado, isso porque a inexecução das auditorias previstas no plano original se dará em razão de situação que foge inteiramente ao controle da SCA, assim como do próprio TRE.

A análise posterior do resultado do indicador, se aplicado ao PAA original, não será útil na tomada de decisão na medida em que não espelhará o grau de execução das auditorias em razão da inviabilidade supramencionada, não contribuirá para a melhoria do mecanismo de controle, tampouco para o fortalecimento da governança institucional, além de impactar de forma severa o indicador estratégico.

3. Avaliação quanto à pertinência da suspensão do indicador IA69A, com a manutenção da medição de suas variáveis com o objetivo de preservar para futura correção da série histórica, por analogia ao aplicado quanto ao IA02 e IA04 conforme deliberado na RAE realizada em 09.03.2020, haja vista se tratar da mesma questão de falta de confiabilidade dos dados extraídos do Portal BR, em que sua manutenção distorce os resultados do indicador estratégico IE24 e por conseguinte do objetivo estratégico OE08.

Atualmente o indicador não produz resultado capaz de auxiliar na tomada de decisão em decorrência de não medir o que se propõe. Importante, entretanto, salientar a importância da medição do referido indicador na medida em que estabelece parâmetros para avaliar o nível de conformidade e alcance de diversas metas, assim como o controle dos processos de trabalho sob responsabilidade dos cartórios eleitorais, munindo a administração da identificação de falhas e busca de soluções para o alcance de maior eficiência.

Sugere-se avaliar alternativa quanto a formas de realizar tal monitoramento, até que se resolva a questão relativa à extração de dados pelo sistema Portal BR.

Riscos associados ao objetivo

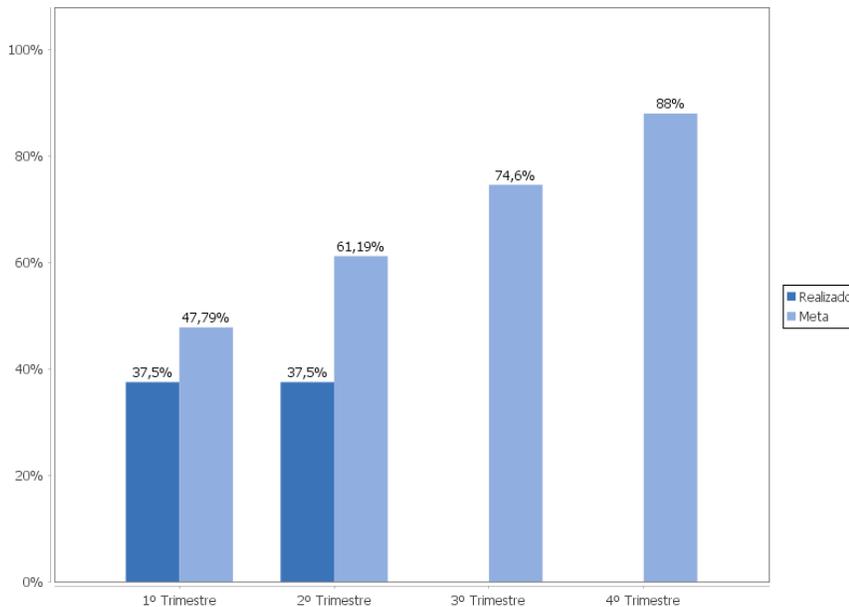
1. Possíveis dificuldades iniciais na execução dos planos de trabalho relacionados ao IA65 e IA66 no contexto do teletrabalho, em razão de serem multisetoriais;
2. Permanência de distorção na medição do indicador estratégico ocasionada pelo IA69A haja vista não ser possível a extração de dados relativos aos sistemas SEI e PJe 1º grau;
3. Provável impacto negativo quanto aos indicadores IA67 e IA69, haja vista a tendência de queda para as próximas medições.

IA 66 - Índice de processos críticos monitorados

Insatisfatório

Desempenho do Período: 61,28%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDPRO.

Análise de contexto

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo Contexto

Dos processos críticos para estratégia, 8 grupos, quais sejam: 1) Informar e orientar a sociedade sobre serviços prestados pelo TRE-RJ; 2) Fiscalizar propaganda eleitoral; 3) Julgar prestação de contas; 4) Planejar e avaliar as eleições; 5) Gerir a estratégia; 6) Contabilizar e controlar a execução orçamentária; 7) Contabilizar e controlar a execução financeira e 8) Registrar candidatos; foram selecionados em reunião realizada pelo Comitê de Gestão da Estratégia em 22/09/2017 para serem objeto de análise e melhorias.

Objetivando impactar positivamente este indicador, foi elaborado pela unidade SEDPRO planejamento de execução de 2 projetos de melhoria em processos críticos ao longo de 2020. Todavia, durante o registro dessas informações o TRE-RJ encontra-se desenvolvendo suas atividades em regime domiciliar em função da ocorrência de pandemia do vírus COVID 19. Neste momento, a SEDPRO não dispõe de informações suficientes para analisar com precisão o quanto este planejamento será afetado.

Até o momento, o plano sofre ligeiro atraso uma vez que os projetos datavam para iniciar ao final do primeiro semestre 2020.

Ações realizadas:

Em relação ao monitoramento dos oito grupos de processos críticos, encontravam-se aptos à medição no período (2º trimestre de 2020) três: "Monitorar a Estratégia", "Monitorar a Execução Orçamentária" e "Realizar Avaliação das Eleições".

Considerando os esforços desta unidade na realização de diagnósticos e execução dos projetos de melhoria de processos, bem como, no monitoramento dos processos já estruturados (realizado por suas áreas gestoras com apoio da SEDPRO), todos os processos passíveis de monitoramento tiveram seu acompanhamento efetivado no período.

No tocante ao processo "Planejar a Eleição", cuja previsão datava para abril/2020, seu monitoramento em gestão do dia a dia iniciou no prazo. E apesar de não impactar numericamente este indicador de apoio (uma vez que ele é contabilizado pelo processo "Realizar Avaliação das Eleições") representa um enorme avanço na gestão dos processos vinculados ao OE 04 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral.

Análise de tendência e desafios:

Considerando a recente indicação de gestor e analista do processo "Fiscalizar Propaganda Eleitoral" no escopo das entregas de Plano de Ação oriundo da Reunião de Avaliação das Eleições de 2018 a tendência é de elevação do indicador.

Considerando, ainda, o plano de trabalho desenvolvido pela SEDPRO para 2020, outros dois processos críticos iniciarão projeto de melhoria, a saber: "Controlar a Execução Financeira" e "Julgar Prestação de Contas".

Todavia, cabe ressaltar que os impactos vinculados à pandemia e ao novo formato de trabalho desempenhado não permitem avaliar com precisão a aderência ao plano traçado pela SEDPRO.

Propostas:

Todo o formato, até então utilizado para a condução de um projeto de melhoria de processos e monitoramento dos processos em gestão do dia a dia no modelo presencial, está sendo repensado para o trabalho em regime domiciliar.

Riscos:

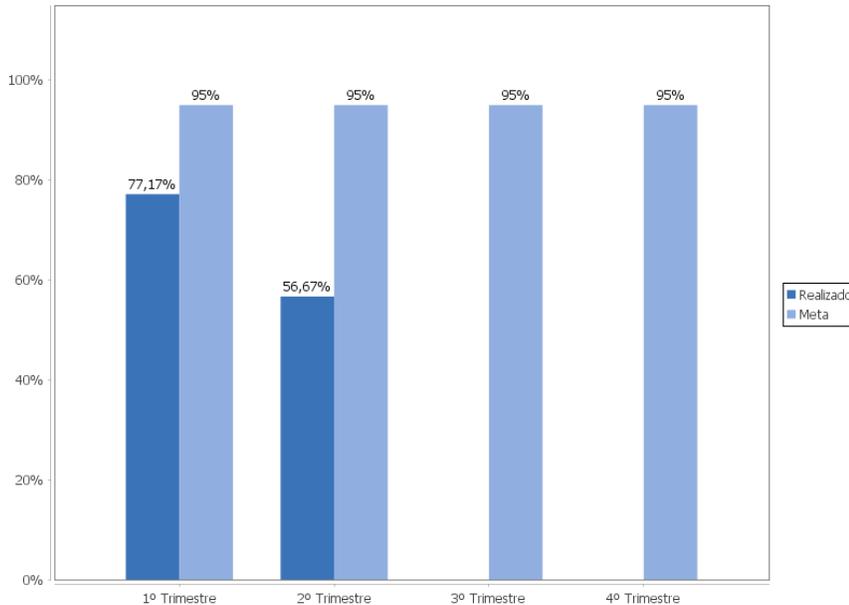
Dificuldades na realização de levantamento de dados (alguns encontram-se em processos físicos); dificuldades sistêmicas (ferramentas TI disponíveis e acesso); disponibilidade das áreas envolvidas considerando a realização de pleito vindouro.

IA 69A - Índice de conformidade dos cartórios

Insatisfatório

Desempenho do Período: 59,65%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSORI.

Análise de contextoNo segundo trimestre de 2020, observamos uma grande queda no Indicador de Apoio nº 69 - Índice de Conformidade dos Cartórios Eleitorais. Podemos concluir que a queda brusca (de 81,23% para 59,65% de alcance da meta) decorre da suspensão do expediente presencial nos cartórios eleitorais em virtude da pandemia da COVID-19.

Isso porque, em consulta aos relatórios emitidos pelo sistema Portal BR foi verificado que, dentre os parâmetros medidos para fins de classificação da zona eleitoral no ranking de eficiência, aqueles que estão causando maior impacto negativo são “Processos Parados + 30 dias” e “Grau Cumprimento META 2 – CNJ”, ambos diretamente relacionados à suspensão do expediente presencial, que implica na ausência de tramitação dos processos físicos, de forma que, quanto maior o tempo de paralisação dos processos, maior o impacto no indicador.

Cabe ressaltar, ainda, que o acesso remoto somente foi concedido aos cartórios eleitorais em 21/04/2020 (Aviso STI nº 02/2020), limitado ao Chefe de Cartório e ao Assistente, sendo certo que até o dia 27/05/2020 os esforços das zonas eleitorais estavam concentrados na análise de requerimentos de eleitores ante o fechamento do cadastro eleitoral (Aviso VPCRE nº24/2020).

Somente após essa data foi possível dedicar atenção aos expedientes em tramitação no sistema SEI e PJE (ressaltando que os processos em andamento no sistema PJE ainda não impactam no ranking do Portal BR).

Tendo em vista que os processos considerados no ranking do Portal BR restringem-se àqueles que tramitam no SADP, ou seja, físicos, o desempenho das zonas eleitorais pode também estar sendo mascarado negativamente.

Isso porque os parâmetros utilizados pelo Portal BR consideram a quantidade proporcional de processos parados em relação ao total de processos em andamento na zona eleitoral, de forma que, se o pool de processos está restrito àqueles que se encontram com a tramitação suspensa, o impacto negativo será ainda maior.

Por fim, foram identificadas Cartas Precatórias devolvidas pelos Juízos que constam como “Processos Expedidos + 30 dias”, o que se deve à ausência de um marco temporal para a verificação dos processos pelo sistema Portal BR, de forma que processos muito antigos e que não foram adaptados aos parâmetros do sistema, acabam impactando de forma negativa.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosA suspensão do expediente presencial nos cartórios eleitorais ocorreu ainda no primeiro trimestre de 2020, de forma que no último período foi concedido e ampliado o acesso remoto dos servidores dos cartórios eleitorais. Ocorre que, em virtude dos motivos acima expostos, tal medida não se mostrou suficiente para a melhora do indicador nesse segundo trimestre.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Apesar da ampliação dos acessos remotos dos servidores dos cartórios, a tendência é que o indicador se

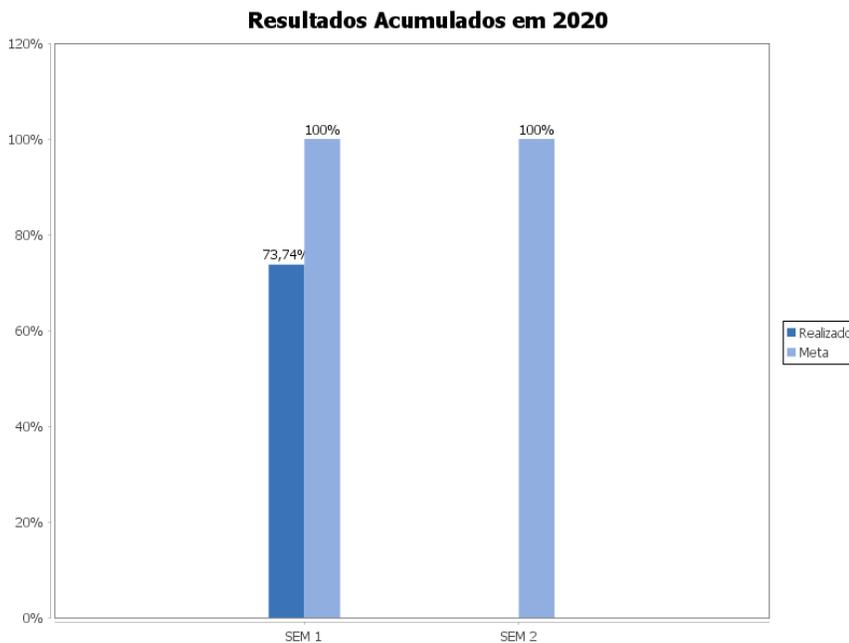
mantenha em queda até que o expediente presencial seja restabelecido, tendo em vista que os processos físicos permanecerão sem andamento regular.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasA SEINCO/CSORI está analisando juntamente com a COAJUR a possibilidade de estabelecimento de um marco temporal para a análise dos processos pelo sistema, de forma que processos, que já não refletem a realidade do cartório eleitoral, e que tramitaram de acordo com as orientações à época, não venham a refletir negativamente na conformidade dos cartórios.

Também está sendo verificada a possibilidade de inclusão dos processos PJE para fins de classificação no ranking de eficiência do Portal BR.

Riscos associados ao objetivoConsiderando a pandemia da COVID-19 e a incerteza quanto ao restabelecimento do expediente presencial, existe o risco da paralisação dos processos físicos se prorrogar, considerando ainda, o período eleitoral.

Outro risco que deve ser considerado é a impossibilidade de adaptar o sistema para inclusão dos processos eletrônicos (PJE) no ranking do PortalBR e para a inclusão de um marco temporal para a leitura dos processos.

OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ**Insatisfatório****Desempenho do Período: 73,74%****Responsável: SSG.****Análise de contexto**

Grande parte do baixo desempenho apresentado pelo objetivo estratégico deve-se aos reflexos da pandemia da Covid-19, que interfere diretamente nos indicadores operacionais, já que atividades externas estiveram suspensas desde meados de março/2020, cujos efeitos perduram até hoje.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Pouco se fez que agregasse ao objetivo, considerando que o isolamento social se deu a partir de março deste ano, a não ser pela manutenção dos serviços estritamente essenciais.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

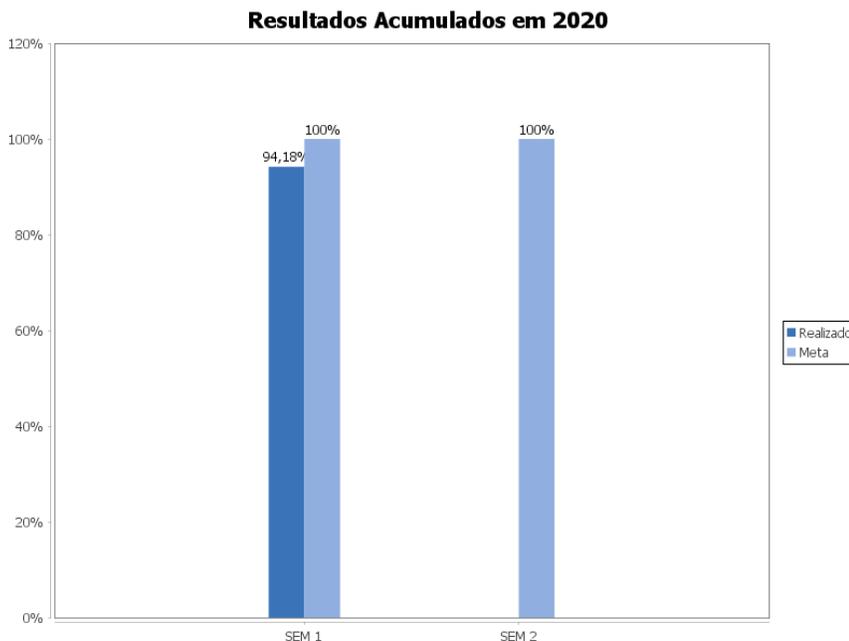
A tendência nos parece que seja de melhora para o objetivo, com a retomada gradual das atividades, algumas mudanças de imóveis já ocorrendo, a despeito da aproximação de uma eleição totalmente atípica que será a de 2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A intenção é intensificar a estratégia de junção de cartórios em um único imóvel, com formação da respectiva CAE e criação do respectivo Polo Permanentes de urnas eletrônicas, otimizando recursos de toda ordem.

Riscos associados ao objetivo

O principal risco associado ao objetivo nos parece que seria o caso de ocorrer uma restrição orçamentária severa, considerando uma possível queda na arrecadação da União tendo em vista os períodos de quase paralisação da atividade econômica do país.

IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura**Satisfatório****Desempenho do Período: 94,18%****Responsável: COENG.****Análise de contexto**

O IE 25 foi avaliado como “ATENÇÃO”, apenas porque o indicador de Apoio IA70 apresentou desempenho insatisfatório.

O IA 70 apresentou uma porcentagem de 80,28 % de alcance da meta, realizando 10,06 % para uma meta de 12,53%.

Como esse Indicador de Apoio reflete a compilação do resultado dos outros quatro Indicadores de Apoio que compõem o presente Indicador Estratégico (IE), que apresentaram desempenho “SATISFATÓRIO”, primeiramente há de se avaliar os respectivos cálculos, já que não parece razoável à primeira vista.

Entretanto, devemos considerar que a precária infraestrutura imobiliária e sua pulverização prejudicam os procedimentos de padronização. No entanto, a Resolução nº 1063/2018, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, tem contribuído significativamente para melhorar o desempenho do Indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Devido às restrições impostas pela Pandemia do Novo Corona Vírus, nenhuma ação pode ser concluída dentro deste período, restando prejudicada esta avaliação.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Também resta prejudicada esta análise pelos mesmos motivos acima mencionados, já que sequer temos a certeza de quando retornaremos às nossas atividades plenas, principalmente as presenciais, essenciais para que a maior parte das ações possam ser realizadas, e ainda estaremos envolvidos numa Eleição totalmente atípica, para qual todos os nossos recursos, quer sejam materiais ou humanos, serão canalizados.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Cabe informar, que já está em curso no âmbito da SSG/COENG uma nova estratégia que visa melhorar muito a infraestrutura imobiliária, que consiste basicamente do agrupamento de vários cartórios de uma mesma região e/ou municípios em um único imóvel, com a instalação de CAE’s e Polos Permanentes, e logicamente adaptados dentro uma padronização.

Desta forma, o que se pretende é diminuir, sensivelmente, o número de imóveis, e conseqüentemente diminuir os custos de suas respectivas manutenções, primeiro porque as instalações estarão novas, portanto, não deverão demandar manutenções corretivas, mas sim e tão somente as manutenções preventivas, que poderão ser programadas dentro de um cronograma geral anual de manutenção, abrindo-se assim o caminho para a contratação da manutenção por serviço, e não por postos.

Outra estratégia que aliada a supracitada também irá contribuir de sobremaneira para a melhoria da infraestrutura deste Tribunal, é a de passar a licitar todos os projetos e obras de engenharia de médio e grande portes, deixando apenas os pequenos projetos e intervenções, para serem desenvolvidos pelas seções técnicas da COENG.

As duas estratégias juntas têm inúmeras outras vantagens, entre as quais podemos citar:

1. 1. Diminuição do custo com manutenção, já que a SEMANT passará a atuar somente em pequenas intervenções, e assim poderá focar todos os seus recursos na manutenção preventiva, que também restará facilitada pela padronização, e portanto, poderemos promover uma razoável diminuição dos postos de manutenção, liberando assim, recursos orçamentários para outras ações, como por exemplo os projetos e obras de médio e grande portes que passarão a ser licitados;

2. 2. Com a implantação de novos polos permanentes, estaremos resolvendo de uma única vez, um grande risco, e um grande problema, quais sejam:

a. O risco a ser mitigado é que passaremos distribuir as urnas eletrônicas por vários locais, diminuindo drasticamente o risco na ocorrência de um sinistro que venha a danificá-las;

b. E o problema que também será mitigado, é o de transporte das urnas para os polos, visto que as urnas já neles estarão, e os recursos economizados aqui, poderão ser utilizados para prover os cartórios/polos de alternativas melhores para o transporte das urnas para os locais de votação;

c. Como ganho secundário, teríamos ainda um grande alívio nas atividades da SEGEIM em anos eleitorais, pois teria muito menos imóveis a alugar, ou mesmo nenhum, já que é do conhecimento de todos, que a locação de imóveis temporários para polos sempre é muito trabalhosa e estressante.

3. 3. Também como ganho secundário, mas não menos importante, ao esvaziarmos o prédio da Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas (CAUE), poderíamos transformá-lo num prédio totalmente administrativo, resolvendo assim o grave problema da taxa de ocupação nos edifícios da Sede.

Para corroborar as informações acima, atualmente estamos em fase de adaptação de lojas no Ed. Antares em São João do Mereti, para onde serão transferidas, ainda este ano, as quatro zonas eleitorais daquele município, onde também será instalada uma CAE. Infelizmente aquele município não dispõe de muitas alternativas para a criação de um polo permanente, mas nada nos impede de armazenarmos as urnas de lá, em município próximo.

Também estamos em fase final de negociação com o Shopping Partage de São Gonçalo, área de mall e de storage, para a transferência das sete zonas daquele município, a qual deverá ocorrer no início do próximo ano, e o atual local das ZE's, como se trata de imóvel cedido, passará a ser um Polo Fixo, resolvendo de forma definitiva um dos polos que mais nos causa dificuldade para locação.

Finalizando, informamos que para o próximo ano, temos a intenção de obtermos imóveis adequados para promovermos a mudança das zonas eleitorais de Nova Iguaçu e Belford Roxo, além das já programadas e de menor impacto.

Riscos associados ao objetivo

O maior risco a que estamos sujeitos, é o de não conseguirmos implementar as estratégias acima descritas, e permanecermos na atual, que se mostra totalmente inapropriada e ineficaz.

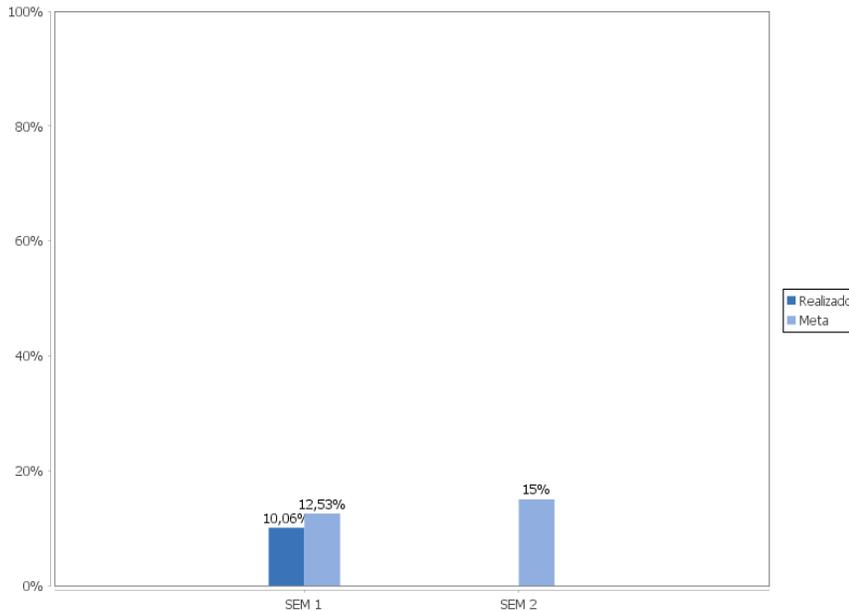
Outro risco que não pode ser desprezado ainda, é o de um recrudescimento da Pandemia, que jogará por terra todo e qualquer planejamento.

IA 70A - Índice de unidades com instalações padronizadas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 80,28%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.

Análise de contexto O IA 70 é composto de outros cinco índices. São eles: IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis, IA 72 - Índice de unidades com mobiliário adequado, IA 73 - Índice de unidades com condições adequadas de segurança, IA 74 - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis, IA 75 - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados;

O IA 70 - Índice de unidades com instalações padronizadas compõe o IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura. Logo, o não atendimento deste item irá impactar diretamente o IE 25 e, conseqüentemente, o OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ.

O IA 70 - Índice de unidades com instalações padronizadas tem ligação direta com as determinações da Resolução nº 1063/2018 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro e está alinhado com o objetivo. Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ, previsto no Plano Estratégico do TRE-RJ.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Segundo os dados levantados, o índice avaliado foi insatisfatório, o desempenho segundo semestre de 2019 de 10,06 % foi o mesmo no primeiro semestre de 2020, abaixo da meta de 12,53 % prevista para o período.

Informamos que neste semestre a aferição do desempenho do IA70 restou prejudicada por conta da pandemia, de modo que o percentual realizado de unidades padronizadas não sofreu alteração em relação ao 2º semestre de 2019.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A Resolução nº 1063/2018, que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, estabelece uma rotina que se inicia pela determinação/solicitação para instalação da unidade. Nesta oportunidade, define-se o local para instalação levando-se em conta aspectos como os meios de acesso urbano ao cartório, compatibilidade com o uso e com o zoneamento urbano e a segurança do entorno. Na sequência, com escolha do imóvel e superado os critérios legais e de documentação, são observados critérios técnicos como a infraestrutura e a viabilidade de atendimento aos índices IA71, IA72, IA73, IA74 e IA75.

Neste contexto, o IA 75 se mostra o índice mais relevante, pois a sua inadequação demandaria obras de grande porte no imóvel. Portanto, a regra é que a área, as instalações elétricas e hidráulicas, a cobertura e a estrutura estejam em bom estado e sejam compatíveis com a instalação da unidade eleitoral. Em segundo plano vem o IA 71 que cuida da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos imóveis. A experiência mostra que os imóveis totalmente acessíveis normalmente estão concentrados em shoppings ou fóruns novos. Nos demais imóveis raramente o IA 71 está integralmente contemplado, sendo

necessárias adequações de pequeno e médio porte, de modo que a ocupação é momento oportuno para executar essas adequações de acessibilidade ou negociá-las com o proprietário. Uma vez atendidas às exigências dos IAs 75 e 71 dificilmente haverá obstáculos para o atendimento aos IAs 72, 73 e 74.

Para progredir satisfatoriamente em relação às metas pode-se focar na transferência daqueles imóveis que agregam o maior número de unidades do TRE-RJ e na adequação dos imóveis cujas pendências são de pequeno porte. Neste sentido, identificamos alguns imóveis que podem ser adequados no próximo período para o cumprimento da meta:

181ª ZE Araruama - pendência: equipamentos sustentáveis;

150ª ZE Nilópolis - pendência: equipamentos sustentáveis;

102ª ZE Nova Friburgo - pendência: mobiliário e equipamentos sustentáveis;

141ª Italva - pendência: equipamentos sanitários acessíveis;

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1063/2018, recomenda-se a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo Um dos grandes riscos associados ao objetivo é a precária infraestrutura existente, especialmente daqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a pulverização e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam complexas as adequações.

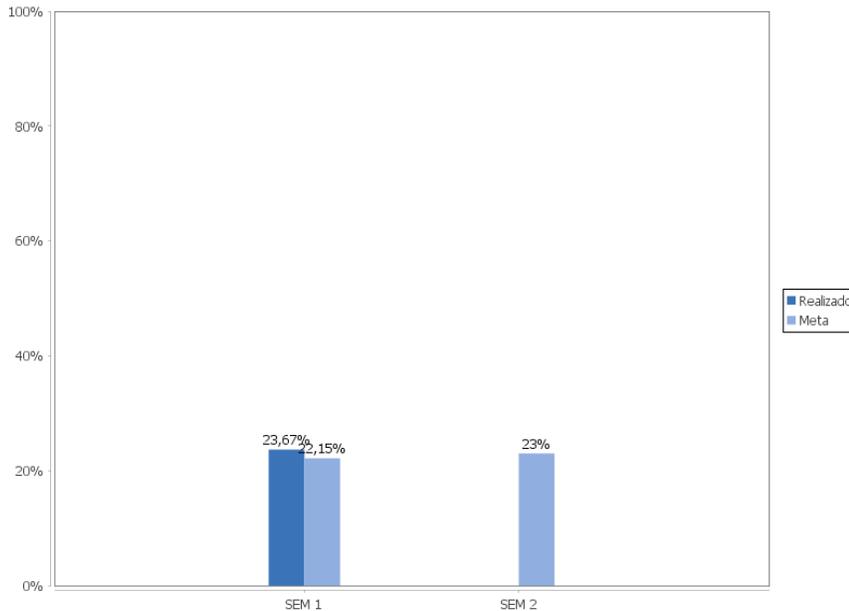
A descentralização das responsabilidades e uma possível falha de comunicação entre as unidades que medem os Índices de Apoio IA71, IA72, IA73, IA74 e IA75 que compõem o IA 70 são riscos para o cumprimento das metas.

IA 71A - Índice de unidades com instalações acessíveis

Satisfatório

Desempenho do Período: 106,86%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROJ.

Análise de contexto O IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis compõe o IE 25 - Índice de padronização da infraestrutura. Logo, o não atendimento deste item irá impactar diretamente o IE 25 e, conseqüentemente, o OE 09 - Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ. O desempenho do IA 71 - Índice de unidades com instalações acessíveis, tem ligação direta com: (A) as determinações da Resolução nº 1063/2018 que Regulamenta os procedimentos de escolha e de ocupação de imóveis para sediar os órgãos da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro;(B) com o projeto de Diagnóstico das condições de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais (protocolo nº 76321/2013), sobrestado por decisão administrativa; e (C) com os procedimentos de instalação implementados pela SEMANT, tais como barras de apoio, corrimãos e equipamentos sanitários. Neste semestre foram incorporados ao indicador os cálculos referentes aos Polos Permanentes. No entanto, cumpre registrar que nesse período não foi possível lançar as respectivas variáveis, pois não houve tempo hábil de levantamento e análise dos dados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Segundo os dados levantados, o índice avaliado foi satisfatório, mostrando uma performance de 23,67% no primeiro semestre de 2020, dentro da meta de 22,15% prevista para o período, atingindo um total de 39 zonas eleitorais acessíveis, com a inclusão, neste semestre, dos cartórios de Campo Grande (120ª, 122ª, 242ª, 245ª), que foram transferidos para um espaço no West Shopping.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Em observância à Resolução CNJ nº 114, bem como a Resolução TRE-RJ nº 1063/2018, a tendência é a padronização e concentração da estrutura imobiliária, com base em critérios técnicos e nos objetivos institucionais do TRE-RJ. Um dos grandes problemas é a precária infraestrutura existente, especialmente daqueles imóveis que não comportam adaptações. Além disso, a pulverização e a falta de padronização da infraestrutura do TRE-RJ tornam complexas as adequações.

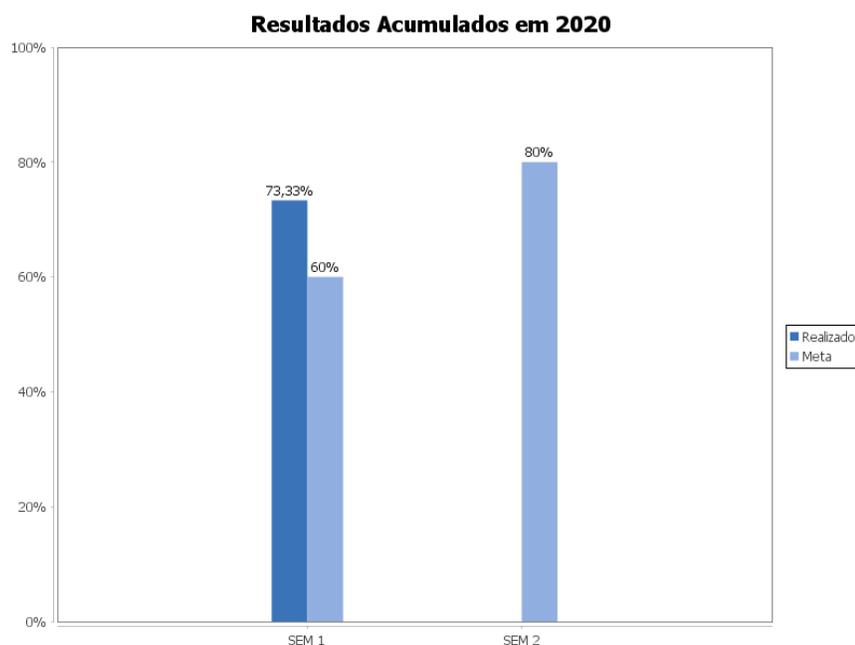
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Para progredir satisfatoriamente em relação às metas deve-se focar na infraestrutura e na transferência daqueles imóveis que agregam o maior número de unidades do TRE-RJ.

Riscos associados ao objetivo A realidade atual da unidade responsável pelo indicador, com um quantitativo insuficiente de servidores para aperfeiçoar processo de padronização e para gerenciar as adequações das unidades do TRE-RJ, assim como a grande quantidade de imóveis ainda existentes não passíveis de adequação decorrentes do longo tempo sem políticas de transferências para imóveis acessíveis, são riscos para o cumprimento das metas.

IA 73A - Índice de unidades com condições adequadas de segurança

Satisfatório

Desempenho do Período: 122,22%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASEGURI.

Análise de contexto Análise registrada pela SEDEST, conforme solicitação por e-mail. As medições apresentadas traduzem o diagnóstico do último levantamento ANTES do período da Pandemia Covid 19. A considerar a movimentação de forças de segurança em função do fechamento das unidades cartoriais, tão logo restabelecido a normalidade, ou nova normalidade, faremos gestão para o restabelecimento dos postos e ampliação do atendimento das unidades.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Vide análise acima.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Vide análise acima.

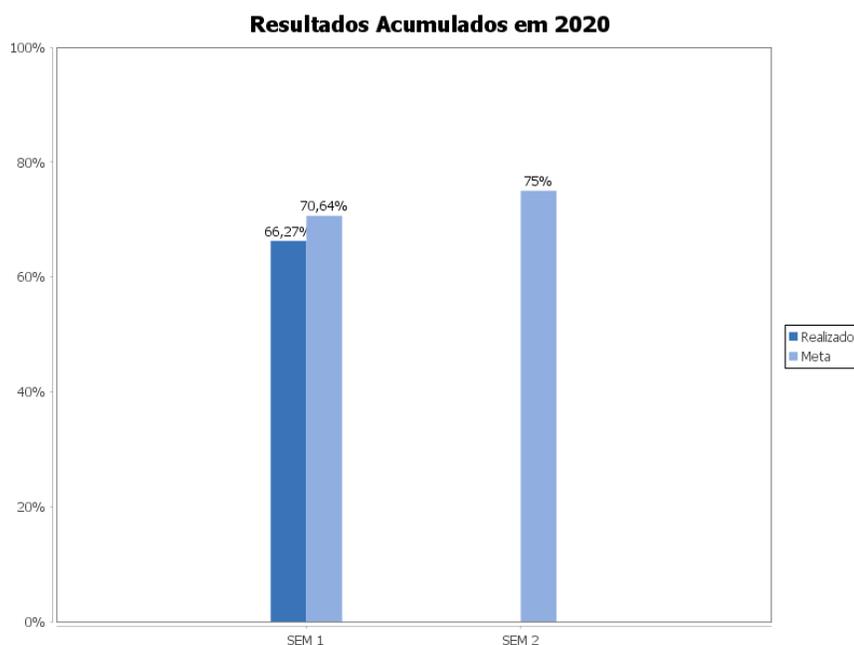
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Vide análise acima.

Riscos associados ao objetivo Vide análise acima.

IA 74A - Índice de unidades com equipamentos sustentáveis

Insatisfatório

Desempenho do Período: 93,81%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.

Análise de contexto Em atenção ao ATO CONJUNTO PR/VPCRE Nº 07/2020, que suspendeu o expediente por tempo indeterminado, em virtude da pandemia do Corona vírus, informo que a análise foi prejudicada no período visto ser impossível mensurar os indicadores pois esta Seção não tem como dar prosseguimento a execução dos serviços.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo).

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas.

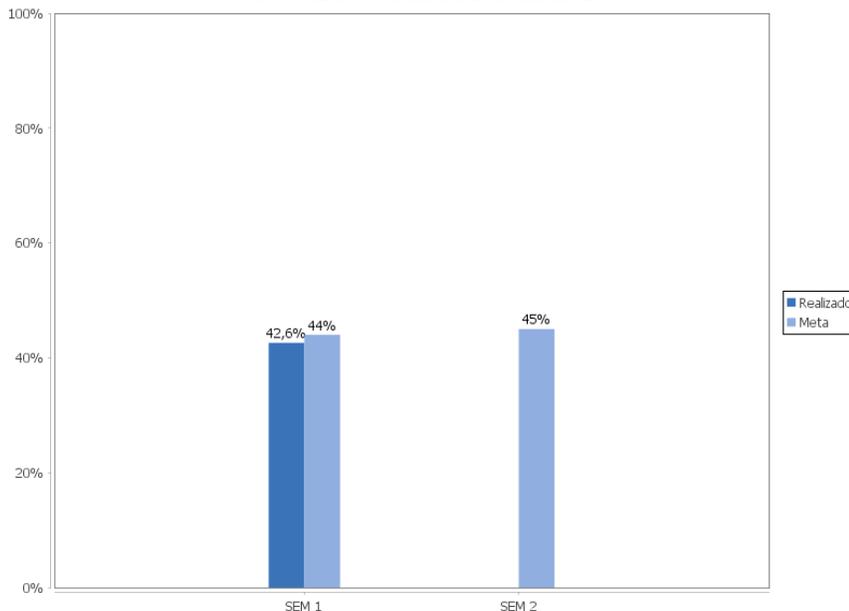
Riscos associados ao objetivo...

IA 75A - Índice de instalações compatíveis com o trabalho e os serviços prestados

Atenção

Desempenho do Período: 96,82%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEFISC.

Análise de contexto O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelas medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, tendo sido suspenso o expediente presencial. Consequentemente, algumas intervenções planejadas foram impactadas, de forma que não foi possível atingir a meta de 44%, permanecendo o mesmo índice do semestre anterior, 42,60%. Houve erro material na informação do número de cartórios adequado (ZEIFATSP), informado como 165 quando o correto seria 71. Já foi aberto chamado junto à Sedsis para correção da variável. Foi criada uma nova variável (PIFATS) para avaliar a adequação dos polos permanentes. Porém, em razão da suspensão inicial das vistorias e posteriormente da priorização das vistorias para seleção dos demais polos, esta variável não foi informada, uma vez que os permanentes não foram vistoriados pela Sefisc em 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos No último período foram realizadas ações visando à transferência de cartório de Itaguaí para o Shopping Pátio Mix, prevista para breve, além de tratativas para a transferência de Piabetá, além de elaboração de contratações de manutenção de refrigeração, portas de enrolar e aquisição de equipamentos de refrigeração, visando a agilizar a adequação de unidades. A migração para modelos de contratações mais flexíveis, que permitam atender a demandas recorrentes porém inviáveis de serem quantificadas com precisão previamente, é extremamente desejável. O novo modelo considera também metodologia diferenciada para remuneração de serviços realizados no interior (deslocamento separadamente do serviço), o que pretende dar maior transparência e reduzir os riscos para ambas as partes, objetivando tornar a contratação mais segura para todos e atraente. Caso a experiência seja bem sucedida, pretende-se estender este modelo para outras contratações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Estima-se que a inclusão de polos permanentes na análise impacte o valor dos resultados. Embora a situação física dos imóveis não tenha sofrido alterações, o indicador possivelmente apresentará piora, visto que tais imóveis necessitam de adequações. O prolongamento das medidas de enfrentamento à pandemia associado à destinação de recursos prioritariamente para a realização das eleições também são fatores que podem prejudicar a realização das benfeitorias planejadas para o segundo semestre de 2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Já estão em tramitação contratações em modelos mais flexíveis e que permitam de forma mais célere resolver alguns dos problemas mais frequentes de infraestrutura dos imóveis, especialmente refrigeração, com compras e contratações por registro de preços de aparelhos de janela, split e persianas, de forma a acelerar os processos de transferência e reduzir as negociações com proprietários. Propõe-se que sejam elaboradas contratações flexíveis também para outros elementos essenciais, como fechamento frontal em vidro temperado, grades de segurança, adaptações para acessibilidade (execução de rampa com corrimão, sanitário acessível), vedações em gesso acartonado e demais

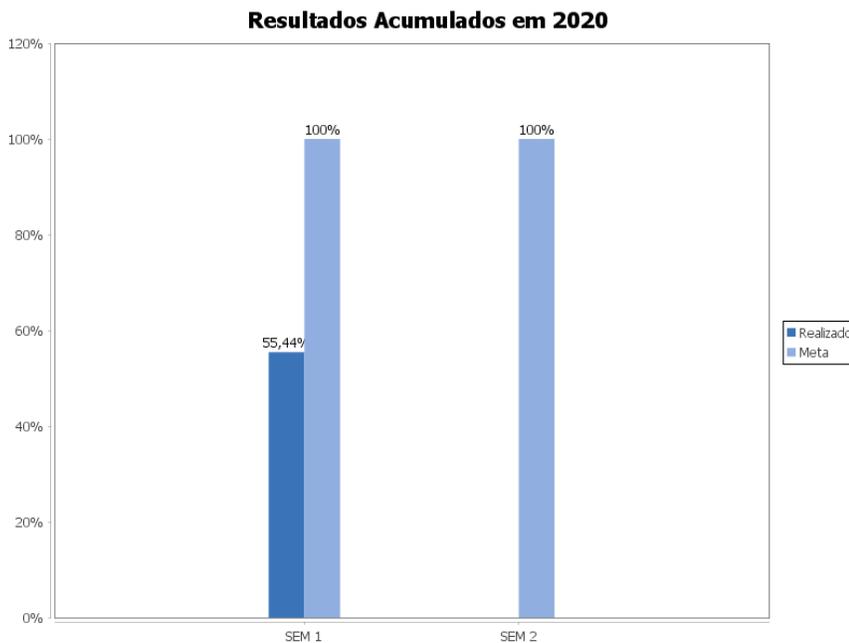
serviços que permitiriam a rápida adequação de imóveis para viabilizar a utilização pelo TRE-RJ. No entanto, a escassez de pessoal especializado para instruir tais contratações configura-se um óbice à sua realização.

Riscos associados ao objetivo Os principais riscos à adequação das unidades são a escassez de recursos humanos, materiais e financeiros para concluir as ações em curso, assim como para iniciar as ações sugeridas. A ausência de um engenheiro mecânico na equipe sobrecarrega os demais integrantes com questões fora de suas especialidades. Especialmente no 2º semestre, com a proximidade das eleições e o necessário direcionamento de pessoal para viabilizar o pleito, solucionar as questões em condições de trabalho fora do usual em razão da pandemia é um desafio: no 1º semestre já houve frustração de certames por dificuldades na obtenção de certidões, serviços que foram impactados pelas restrições ao uso do transporte público, contratadas com dificuldades para cumprir compromissos e outros obstáculos que impedem ou atrasam a realização de tarefas planejadas.

IE 26 - Índice de eficiência da gestão da infraestrutura imobiliária

Insatisfatório

Desempenho do Período: 55,44%



Responsável: SSG.

Análise de contexto

Trata-se de período de análise em que houve alteração nos indicadores de apoio. Foi excluído o IA 77 e entrou no seu lugar o IA 77A, que conta com dados ainda zerados, impactando diretamente no resultado do IE 26.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Conforme identificado pela Engenharia, persiste um problema de definição dos critérios do recém alterado IA 77A. Já para o IA 78, será apresentada proposta de alteração na próxima reunião do Comitê Gestor da Estratégia, que vem sendo discutida no âmbito da Secretaria.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O principal desafio para os próximos 6 meses será a realização de uma eleição que já se demonstra bastante complexa, o que dificulta o estudo pormenorizado e atento, que deve ser feito sobre os critérios.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Acredita-se que a operacionalização do IA 72A, naturalmente impactará benéficamente o desempenho do indicador.

Riscos associados ao objetivo

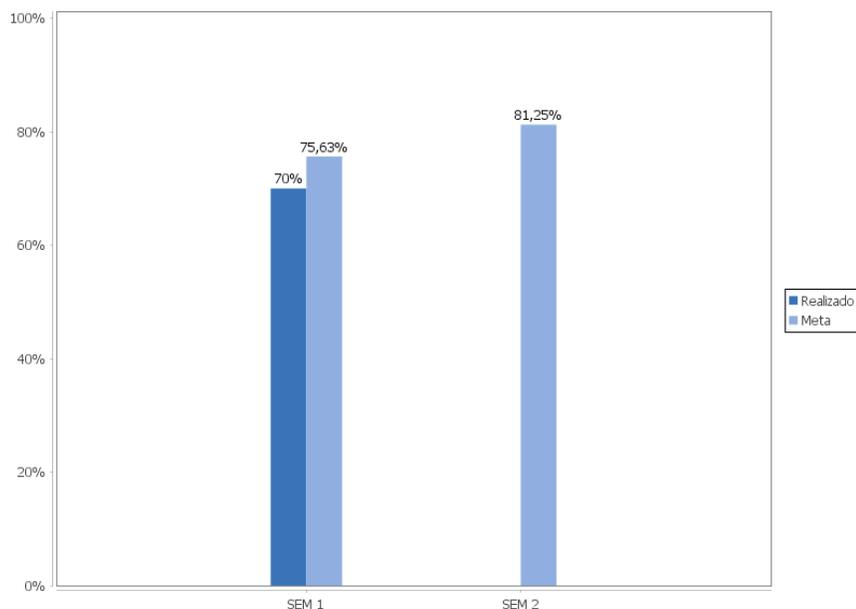
Conjuntamente, a pandemia de COVID-19 e a realização das eleições impactará frontalmente no avanço do projeto estratégico para diagnóstico dos imóveis.

IA 76 - Índice de desenvolvimento do modelo de gestão imobiliária

Insatisfatório

Desempenho do Período: 92,56%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SSG.

Análise de contexto

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

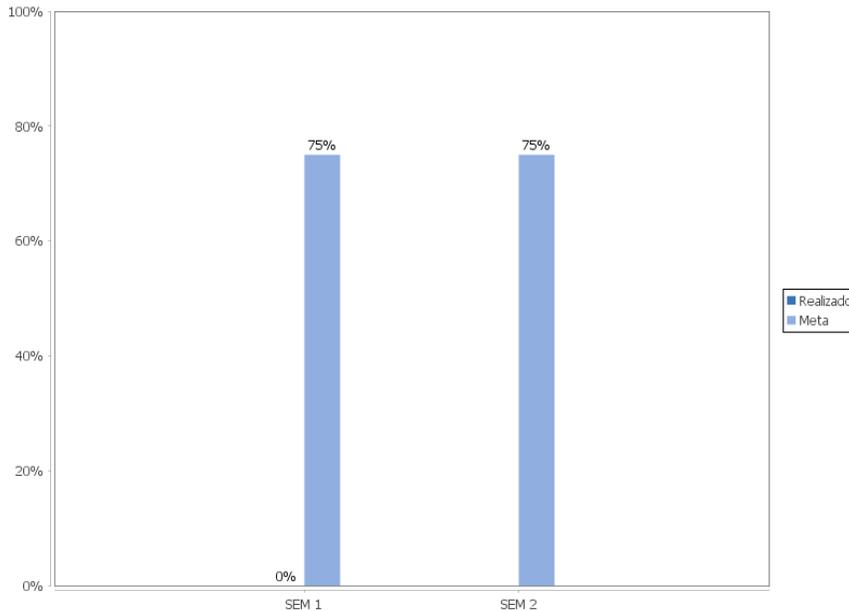
Riscos associados ao objetivo

IA 77A - Índice de execução do plano de obras

Insatisfatório

Desempenho do Período: 0,00%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COENG.

Análise de contexto "O Plano de Obras contempla 4 (quatro) iniciativas: 1. Contratação de empresa para execução de obra para instalação de sistema de combate a incêndio e pânico nos edifícios Sede do TRE-RJ em 2021; 2. Contratação de empresa para execução da reforma das subestações e das instalações elétricas no Núcleo Administrativo do Caju em 2020/2021; 3. Contratação de empresa para execução de reforma de parte do muro do Núcleo Administrativo do Caju em 2020; 4. Contratação de empresa para execução da obra de reforma e recuperação das fachadas frontal e posterior do edifício 194 da Sede do TRE-RJ em 2020 e contratação de empresa para execução da obra de reforma e recuperação das fachadas frontal e posterior do edifício 198 da Sede do TRE-RJ em 2021; Cada iniciativa está dividida em 4 (quatro) etapas: 1. Projeto Básico; 2. Projeto Executivo e orçamentação; 3. Obra licitada; 4. Obra executada e recebida;

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Atualmente nenhuma das quatro iniciativas concluiu a primeira etapa referente à conclusão do Projeto Básico, portanto, o desempenho do índice é de 0%.

Entretanto, devemos considerar o forte impacto negativo provocado pelas restrições impostas pela Pandemia do Novo Corona Vírus, visto que inúmeras ações tiverem que ser adiadas, sem previsão de quando poderão ser reiniciadas.

Importante ressaltar o grande impacto negativo causado pelo constante surgimento de inúmeras pequenas intervenções em caráter de "urgência" e algumas de "emergência", que causam a paralisação das ações em desenvolvimento, prejudicando assim o desenvolvimento dos grandes projetos, que requerem uma dedicação quase exclusiva, e não temos efetivo suficiente para executar as pequenas intervenções, sem interromper as grandes.

Isto já foi identificado pela COENG, e mais adiante, serão informadas as ações que já estão em desenvolvimento, com vistas a eliminar, ou ao menos mitigar tais problemas, sem alterar significativamente o efetivo da Coordenadoria.

Os projetos do Muro do Caju, Elétrica do Caju e Reforma da Fachada estão sendo realizados com recursos próprios e encontram-se ainda na fase de elaboração de Projeto Básico, enquanto o Projeto de Combate a Incêndio da Sede está sendo elaborado por empresa especializada e encontra-se em fase de análise e revisão dos Projetos Básico e Executivo, após mais uma revisão pela empresa contratada."

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Esta análise restou prejudicada em face das restrições impostas pela Pandemia do novo Corona Vírus.

Diante deste quadro, a tendência é de que o desempenho do objetivo permaneça estável.

Neste momento, estamos envidando esforços para implantação de novos protocolos e processos de trabalho visando a melhoria do desempenho futuro, conforme descrito no próximo item.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas. Já está em estudo na COENG, a implantação de um novo protocolo de ações para implementação de novos processos de trabalho, com vistas a execução de projetos, obras ou serviços de engenharia, que envolvam intervenções de médio e grande portes, que em síntese consiste na contratação (licitação) dos projetos, envolvendo aí todos os elementos necessários (DOD, EP, PB, TR, etc), para a contratação (licitação) das obras ou serviços de médio e grande portes.

Desta forma, as equipes da SEPROJ e SEFISC, ficarão responsáveis apenas pela elaboração dos projetos das pequenas intervenções, e logicamente também pela fiscalização dos contratos dos projetos, dos serviços e obras de maior porte.

Como ganho secundário, mas não de menor importância, a SEMANT passará a ficar responsável apenas pelas intervenções de pequeno porte, e assim, poderá focar e destinar seus recursos na MANUTENÇÃO, que é seu objetivo principal.

Lembrando, que nesta situação, poderemos promover significativa redução nos custos do contrato de postos de manutenção, liberando assim recursos orçamentários para as contratações supracitadas.

Riscos associados ao objetivo. O maior risco que podemos identificar de imediato é que se não conseguirmos implementar o novo protocolo acima citado, continuaremos no modelo atual, que, claramente, não se mostra adequado, já que não dispomos de mão de obra em quantidade suficiente para desenvolver tantas ações concomitantemente, e também carecemos de algumas especialidades de engenharia que fazem muita falta, entre as quais podemos citar: Engenheiro Mecânico e Engenheiro de Segurança.

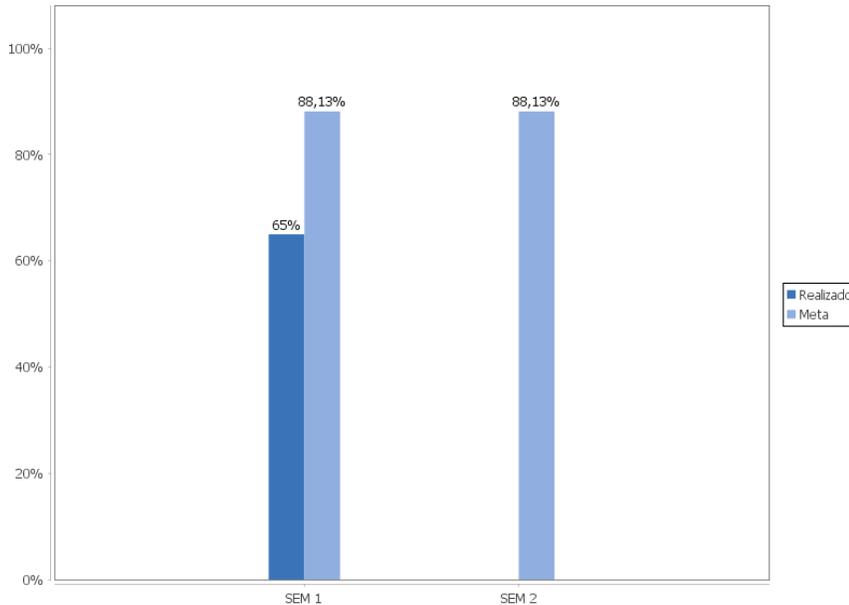
Também não podemos desprezar os riscos relativos às restrições impostas pela Pandemia, pois como já afirmado acima, permanecem inúmeras incertezas quanto ao retorno das atividades presenciais, o que por si só, já causam grandes dificuldades para conclusão das etapas, pois todas envolvem análises e discussões de projetos, que ficam muito prejudicadas se não forem presenciais, na realidade ficam praticamente inviáveis, pois as soluções tecnológicas que dispomos não nos permitem realizá-las com um mínimo de qualidade para tomada de decisões tão importantes.

IA 78 - Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações

Insatisfatório

Desempenho do Período: 73,75%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: GABSSG.

Análise de contexto

O presente indicador enfatiza o planejamento das contratações de infraestrutura no bojo das contratações previstas no Plano de Contratações 2020.

Ações realizadas no último período e resultados obtidosO desempenho do IA 78 (Índice de aderência das contratações de infraestrutura ao Plano de Contratações) foi insatisfatório no primeiro semestre de 2020.

Para esse período, 20 contratações estavam planejadas e 13 foram concluídas, sendo que 3 delas estavam previstas para o segundo semestre.

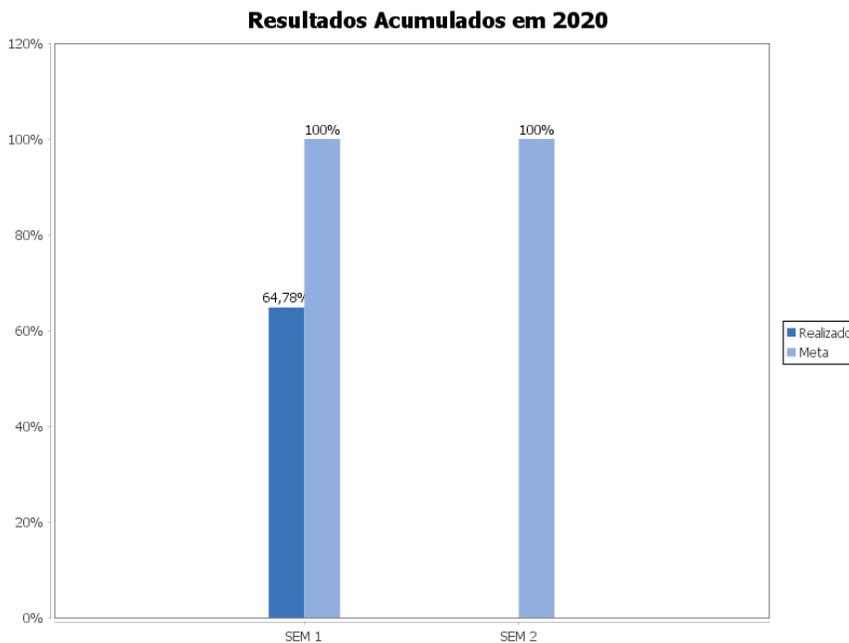
Em que pesem os concisos critérios estabelecidos para medição do Indicador de Apoio, é possível ponderar que, mesmo em meio às adversidades e contratempos ocasionados pela pandemia, o resultado obtido pelo Tribunal nesse primeiro semestre, em relação às contratações, foi bastante satisfatório se considerarmos os aspectos a seguir.

Das contratações que estavam previstas, 2 foram homologadas na primeira semana de julho (itens 80 e 94), o que significa um atraso inexpressivo; outras 4 contratações se encontram com o processo licitatório em andamento (itens 71, 90, 93 e 100); por último, 3 contratações foram consideradas desnecessárias pela unidade requisitante. É importante salientar que alguns fatores, como o saldo de determinados materiais no estoque e o volume de demandas de curto e médio prazo, na ocasião da formulação do pedido, podem influenciar na decisão do gestor sobre a real necessidade ou o momento de formular um pedido de compra. Algumas contratações podem ser adiadas, antecipadas, descartadas ou até mesmo condensadas num único item do Plano de Contratações, como foi o caso do item 126, que agregou a compra de materiais antes prevista nos itens 125 e 127 (pois seriam poucos itens para três pedidos distintos).

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)Em razão dos itens que se encontram em fase de conclusão, esperamos alcançar um melhor desempenho do indicador na medição do próximo semestre.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasQue outras contratações, como a de veículos, motoristas etc. passem a ser consideradas contratações de infraestrutura; e que, na medição do indicador, sejam desconsideradas do cálculo as contratações descartadas por decisão dos respectivos gestores, quando não causarem prejuízos à infraestrutura do Tribunal.

Riscos associados ao objetivoO impacto das ações de eleição no monitoramento das contratações, principalmente no que diz respeito aos prazos processuais.

IE 27 - Índice de atendimento às demandas de serviços**Insatisfatório****Desempenho do Período: 64,78%****Responsável: SSG.****Análise de contexto**

Em virtude da pandemia da Covid19 e por força do Ato Conjunto PR/VPCRE nº 07/2020, que suspendeu o expediente por tempo indeterminado, restou prejudicada a análise do presente indicador.

Entretanto, pode-se observar isoladamente a atuação satisfatória da Seção de Transporte no atendimento de demandas essenciais do órgão, perfazendo um percentual de 64,78% de alcance da meta.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Não tivemos dados suficientes e nem tempo hábil de execução neste semestre, considerando que o isolamento social iniciou-se a partir do mês de março do corrente, com a exceção das otimizações realizadas para atendimento das demandas de transporte.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Considerando o restabelecimento da normalidade, ou da nova normalidade, e o comportamento constante dos atendimentos das demandas de transporte, tudo indica que haverá uma melhora no desempenho do indicador no próximo período de medição.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Espera-se um horizonte favorável para o indicador com a ampliação das otimizações necessárias, tendo em vista tanto as demandas represadas quanto as das eleições que se avizinham.

Riscos associados ao objetivo

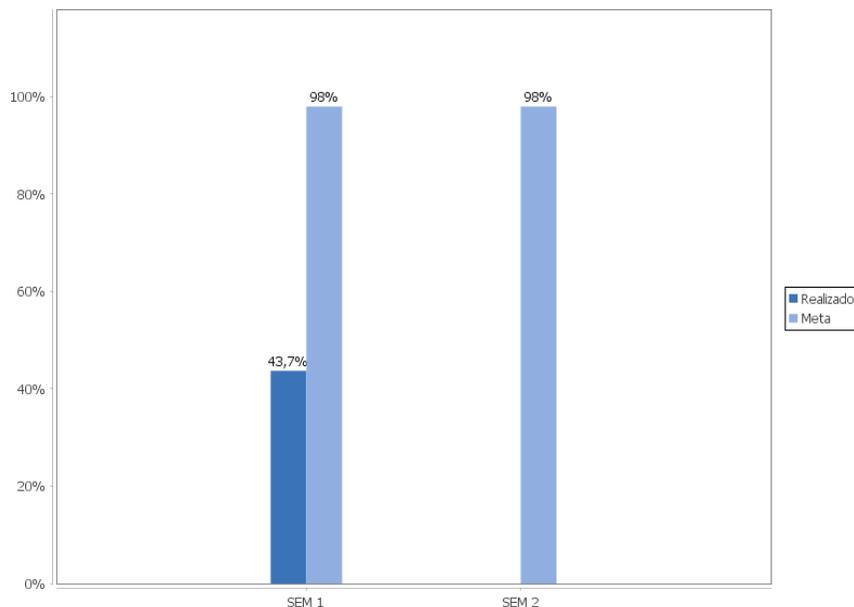
O maior risco ao atingimento do objetivo vislumbrado está associado à quantidade de recursos, materiais e humanos, suficientes para atendimento das demandas represadas em um curto espaço de tempo para execução das ações de uma eleição atípica.

IA 79 - Índice de atendimento à demanda de manutenção da Sede

Insatisfatório

Desempenho do Período: 44,59%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.

Análise de contexto Em atenção ao ATO CONJUNTO PR/VPCRE Nº 07/2020, que suspendeu o expediente por tempo indeterminado, em virtude da pandemia do Corona vírus, informo que a análise foi prejudicada no período visto ser impossível mensurar os indicadores pois esta Seção não tem como dar prosseguimento a execução dos serviços.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

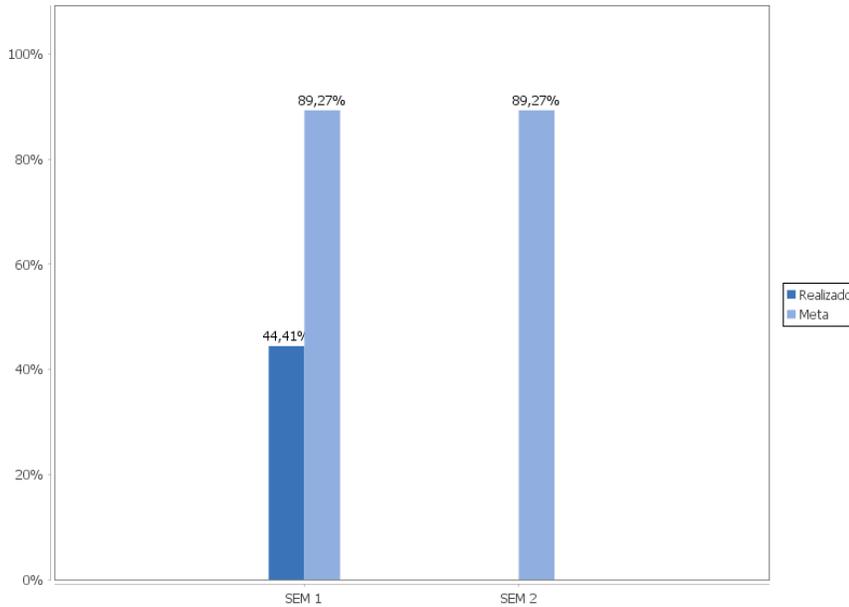
Riscos associados ao objetivo

IA 80 - Índice de atendimento à demanda de manutenção dos Cartórios

Insatisfatório

Desempenho do Período: 49,75%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEMANT.

Análise de contexto Em atenção ao ATO CONJUNTO PR/VPCRE Nº 07/2020, que suspendeu o expediente por tempo indeterminado, em virtude da pandemia do Corona vírus, informo que a análise foi prejudicada no período visto ser impossível mensurar os indicadores pois esta Seção não tem como dar prosseguimento a execução dos serviços.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

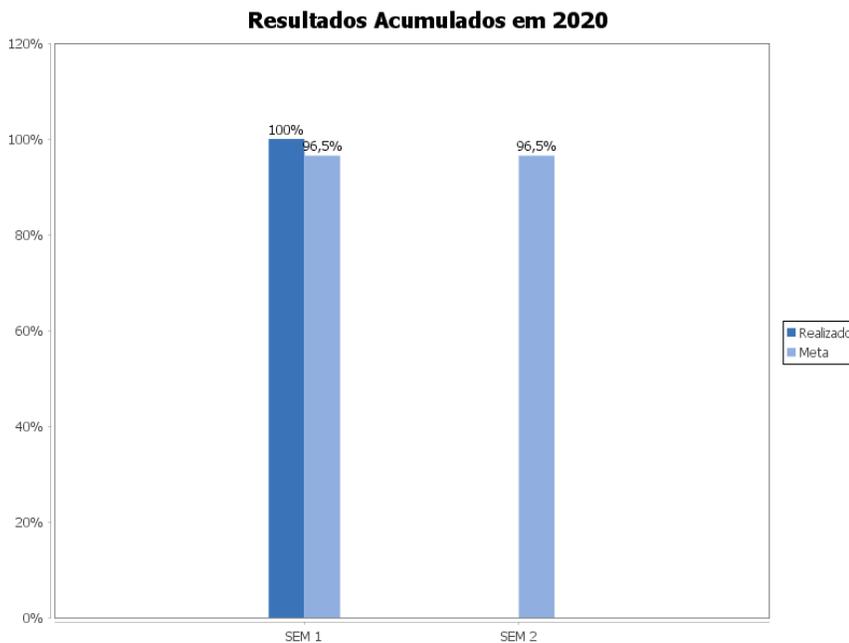
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Riscos associados ao objetivo

IA 81 - Índice de atendimento à demanda de transporte

Satisfatório

Desempenho do Período: 103,63%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SECTRA.

Análise de contexto Neste primeiro semestre de 2020, o desempenho foi de 100% de atendimento das demandas de transporte, cuja meta era de 96,5%, restando um percentual de alcance da meta de 103,63%. Tal desempenho está ligado as contínuas ações dirigidas a manutenção dos veículos da frota deste Tribunal, tanto preventiva como corretiva, e a busca permanente pela otimização da utilização dos recursos. A contratação para manutenção dos veículos, cujo objeto é o sistema de gerenciamento da frota, vem proporcionando uma dinâmica bastante interessante, pois a possibilidade de enviar vários carros ao mesmo tempo, para várias oficinas, refletem positivamente no pequeno tempo em que o bem fica indisponível, mantendo a frota operacional, refletindo no baixo número de rejeições de atendimentos.

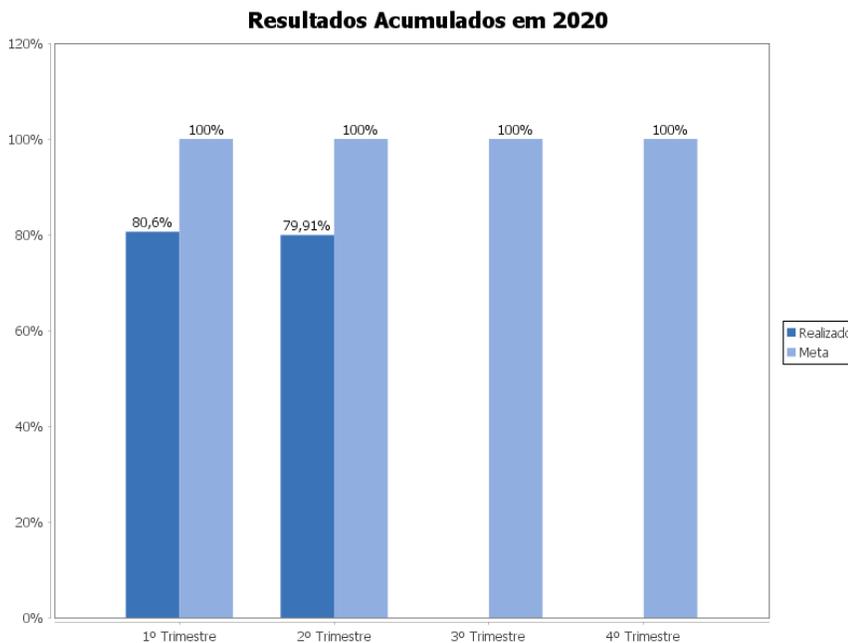
Por derradeiro, comunicamos que está em andamento um estudo aprofundado com análise, inclusive, de viabilidade de terceirização da frota de veículos de passeio e utilitários e a contratação por demanda de veículos de carga, uma vez que os nossos veículos estão com idade bem avançada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Busca pela otimização dos atendimentos, onde, após analisar cada pedido recebido, classificamos por tipo de solicitação e região de atendimento, a fim de programar os veículos e os roteiros que sejam mais eficientes e econômicos.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Realização das eleições em novembro e missões represadas por conta da pandemia de Covid-19.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Ampliar a otimização de atendimentos.

Riscos associados ao objetivo Ligeira insatisfação de usuários "otimizados" por força da maior lotação dos veículos e/ou alterações nos horários de execução das missões.

OE 10 - Aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de TIC**Insatisfatório****Desempenho do Período: 79,91%****Responsável: STI.****Análise de contexto**

Sem análise pela unidade.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O último trimestre apresentou uma série de dificuldades para a realização das tarefas em virtude da pandemia. As equipes tiveram que se preparar e adaptar para a realização de praticamente todos os trabalhos de forma remota e, além disso, disponibilizar acesso remoto aos demais usuários do TRE-RJ. Assim, o impacto foi duplamente sentido, reduzindo a execução das tarefas previstas e aumentando significativamente o tempo dedicado a tarefas não previstas. Apesar disto, foi possível disponibilizar acesso remoto a todos os servidores que necessitaram.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Sem análise pela unidade.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A chegada de novos servidores concursados, prevista para ocorrer, poderá ajudar na execução de tarefas mais simples enquanto os mesmos não se integram às equipes, liberando pessoal para a realização de tarefas de maior complexidade.

Maior pragmatismo em relação ao que tem que ser feito, evitando desenvolver tarefas não essenciais, de modo a permitir o foco das equipes nas tarefas essenciais relacionadas à eleição.

Riscos associados ao objetivo

Um dos principais contratos que dá suporte direto ao IE30 e ao IE31, o de prestação de serviços de suporte à infraestrutura, ainda não teve sua licitação realizada e o planejamento encontra-se atrasado. Esta contratação deve ser acompanhada com especial atenção em razão de sua relevância para o serviço, dos prazos, da complexidade e das novidades apresentadas (contratação regionalizada para o suporte e mudanças no formato de contratação). O atraso na contratação acarretou na descontinuidade do serviço, aumentando a demanda sobre áreas que já atuavam no limite, como a SESOPE, SEPREL e SEREDE. A nova contratação deverá trazer algumas dificuldades decorrentes de possível troca da força de trabalho que executa os serviços, os quais demandam familiaridade com o ambiente do TRE-RJ, além das ocorrências normais decorrentes de uma eventual troca de contratada. Novas empresas contratadas ou novas implementações de tecnologias certamente terão efeito na qualidade/presteza dos serviços em um primeiro momento, podendo afetar negativamente os indicadores.

Deve-se destacar que as limitações impostas pelo distanciamento social impactam significativamente as tarefas que envolvem atuação presencial, tais como instalações, vistorias etc. A questão da força de trabalho reduzida para fazer frente às

diversas novas demandas e à crescente complexidade que têm sido apresentadas à área de TI é um fator que pressiona de maneira negativa o desenvolvimento de ações para alcance das metas, de modo que sugerimos a observância às recomendações do CNJ de força de trabalho mínima e de retenção de pessoal de TI por meio de implantação da gratificação por atividade de TI. Outro indicador da necessidade de reforço no quadro de pessoal é o resultado do projeto de redimensionamento da força de trabalho, que demonstrou a carência de pessoal para a STI em relação ao volume de trabalho executado atualmente e que só tem previsão de aumento, com a implementação de novas soluções e todo o suporte relacionado a elas.

Demandas extraordinárias decorrentes de determinações ou recomendações do CNJ para pontuação para rankings ou premiações também têm gerado a necessidade de readequações nas equipes e redirecionamento de esforços para seu atendimento e têm prejudicado o desenvolvimento de tarefas previstas.

A disponibilidade dos sistemas essenciais encontra-se diretamente relacionada à adequação da infraestrutura de TIC e à capacitação e ao quantitativo de servidores dedicados às atividades relacionadas ao funcionamento dos serviços e sistemas. Uma infraestrutura deficiente produzirá efeitos negativos na disponibilidade dos sistemas, afetando a realização dos serviços. O número reduzido de pessoas capacitadas prolonga não apenas a disponibilização dos serviços mas também a resolução de eventuais problemas. O principal risco relacionado ao IE31 continua sendo relativo à infraestrutura física do Data Center, o qual, conforme comentado em análises anteriores, há muito tempo vem trabalhando no limite, uma vez que os sistemas que o compõem (refrigeração, segurança, elétrico etc.) estão defasados, inadequados e sobrecarregados. A estratégia de mitigação, ou seja, o projeto Modernização do Data Center, continua tendo andamento, porém dificuldades na contratação do reforço estrutural da sala prevista para abrigar o Data Center trazem prejuízo ao andamento do projeto e necessitam ser tratadas o quanto antes.

Mesmo sofrendo com a escassez de recursos e pessoal, assim como com as exigências cada vez maiores de órgãos controladores, da alta administração e dos usuários, o conjunto dos resultados alcançados tem sido muito bom. Infelizmente, tal situação tende a contribuir negativamente para o crescimento da força de trabalho ou da estrutura para atender ao aumento da demanda quando é analisado somente o resultado obtido, sem considerar o esforço por trás dele e pode levar a situações críticas, de colapso na infraestrutura. Assim, continuo a recomendar fortemente um reforço na força de trabalho que atende às áreas de suporte a infraestrutura com a alocação de ao menos mais dois servidores nesta área, o que inclusive serviria para amenizar a eventual interrupção nos serviços contratados de suporte à infraestrutura, além de possibilitar realocar servidores para um melhor planejamento e gestão dos contratos.

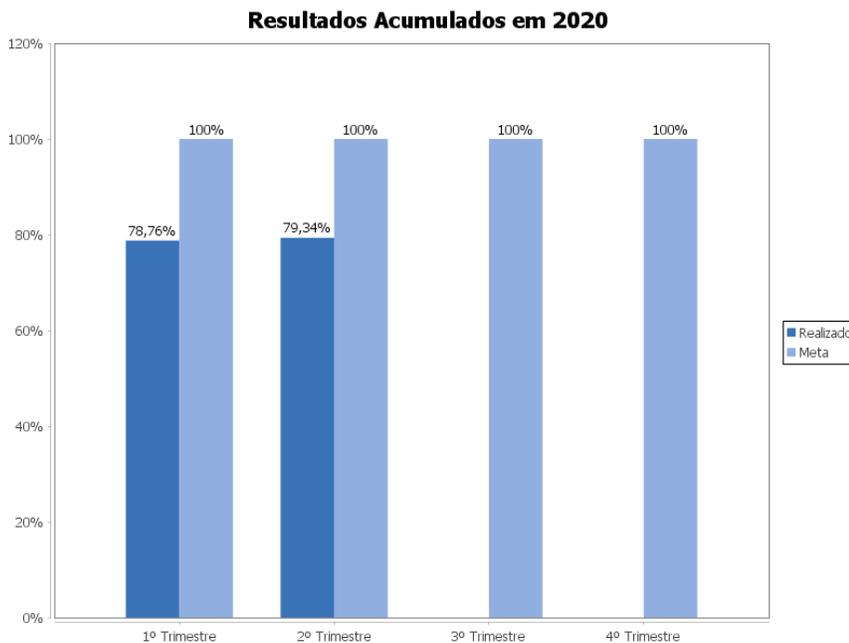
O resultado positivo quando não há crescimento da força de trabalho de manutenção e suporte à infraestrutura em um ambiente tão estressante é difícil de se obter e só se consegue através de servidores e colaboradores comprometidos e empenhados com o trabalho. Considerando estes aspectos, o CNJ recomenda, por meio da Resolução nº 211, a criação de gratificação específica para os servidores da área especializada que atuam em atribuições específicas da área de Tecnologia da Informação e Comunicações, como forma de elevar o estímulo e evitar a evasão destes servidores.

No atual cenário de atuação desses servidores, onde “vestir a camisa do TRE-RJ” é fator imprescindível para a continuidade dos bons serviços prestados, dadas as condições de trabalho e suas exigências diárias, talvez o maior fator de risco seja o de conseguir manter esses servidores e colaboradores sempre motivados e produtivos. Um indicador da redução na motivação dos servidores é o aumento no interesse na movimentação para outras unidades, o que tem ocorrido recentemente.

IE 29 - Índice de governança em TIC

Insatisfatório

Desempenho do Período: 79,34%



Responsável: STI.

Análise de contexto

No trimestre em questão, apesar da maior dificuldade de realização de algumas atividades por conta da pandemia, foi possível a manutenção do status satisfatório para os indicadores IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC e IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação em razão das atividades que já estavam sendo desenvolvidas e puderam ser finalizadas. Já o IA85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC sofreu grande impacto em razão da interrupção dos serviços presenciais e do atraso em contratações de grande vulto, ficando muito abaixo da meta.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

No IA 84 a mudança de status se deveu à elaboração de normatização a respeito de cópias de segurança, que já está tramitando e sendo apreciada como minuta, o que levou a um aumento na pontuação que permitiu alcançar o status satisfatório dentro da meta estipulada para o trimestre. No IA 83 o acréscimo de pontuação se deveu à publicação das respostas ao levantamento de governança da TCU, outra atividade que estava sendo desenvolvida e conseguiu ser concluída mesmo com as restrições de trabalho remoto.

Foi dado andamento, na medida do possível, ao planejamento das contratações previstas, o que geraria impacto positivo no IA 85, porém a pandemia teve grande impacto neste indicador, tanto pelas dificuldades naturalmente impostas ao trabalho presencial e pelas restrições decorrentes do trabalho remoto, quanto pela necessidade de alocar esforços para possibilitar a realização de trabalho remoto para todas as unidades em detrimento do planejamento das contratações.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Acredito que a tendência para o indicador seja de melhoria no resultado em razão das contratações previstas para o segundo semestre, apesar das dificuldades impostas pela pandemia e da aproximação das eleições. A elevação das metas gerará um impacto negativo no IA 83 e no IA 84 em virtude das dificuldades no desenvolvimento de novas ações para estes indicadores. Ainda assim, acreditamos que o indicador deve se manter, no mínimo, em status de atenção. A execução de novas iniciativas está sendo prejudicada em razão do pequeno quadro de pessoal disponível para estas atividades, pelas dificuldades impostas pelo trabalho remoto, pelo aumento de demandas específicas de suporte ao trabalho remoto e pelo aumento da complexidade da infraestrutura.

Destacamos que a meta estipulada para o indicador estratégico permanece bastante desafiadora em razão do aumento da complexidade para execução dos itens de pontuação restantes para os IAs 83 e 84.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como meio de melhorar o desempenho, se faz necessário melhorar o IA 85. Assim, a realização das contratações previstas se faz essencial.

Riscos associados ao objetivo

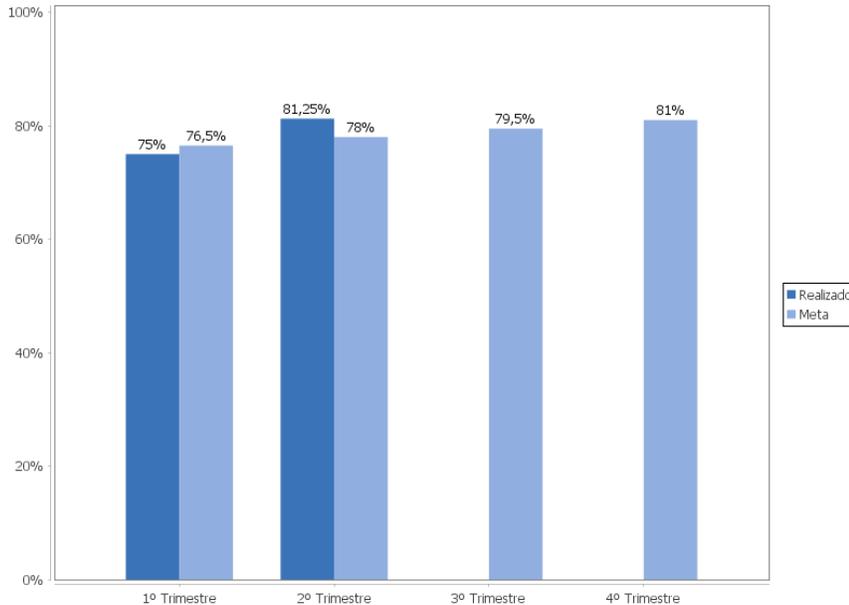
Dificuldades para a efetivação das contratações previstas, uma vez que algumas são de grande complexidade, alto valor e grande competição. Restrições impostas pelo quadro de pessoal e demandas trazidas pela eleição e pandemia. Agravamento da pandemia, levando a lockdowns ou outras situações de restrição de movimentação ou de alocação de pessoal. Aumento da exposição a riscos de segurança da informação/ataques de hackers em razão da elevada utilização de trabalho remoto por pessoal com pouca experiência nestas questões e tendo que realizar muitas atividades com prazos curtos em razão do período eleitoral.

IA 83 - Índice de transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 104,17%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto O indicador apresentou desempenho satisfatório. A alteração em relação ao trimestre anterior foi a publicação na Internet das respostas ao relatório de Governança de TI do TCU, o que melhorou a pontuação do indicador e permitiu o atingimento da meta estipulada.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos No trimestre houve a publicação na Internet das respostas ao relatório de Governança de TI do TCU, o que melhorou a pontuação do indicador e permitiu o atingimento da meta estipulada.

Com relação ao Plano Estratégico de TIC (PETIC), o mesmo teve sua elaboração realizada no primeiro trimestre, porém não foi finalizado em razão das dificuldades impostas pela pandemia do vírus COVID-19. A expectativa é somente conseguirmos finalizar o documento após o período eleitoral, em razão da demanda esperada por conta das eleições.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Em razão das dificuldades impostas pela pandemia do vírus COVID-19 e a aproximação das atividades relacionadas à eleição, a expectativa é de não haver melhoria no indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Finalização do Plano Estratégico e início da elaboração do Plano Diretor após o período eleitoral.

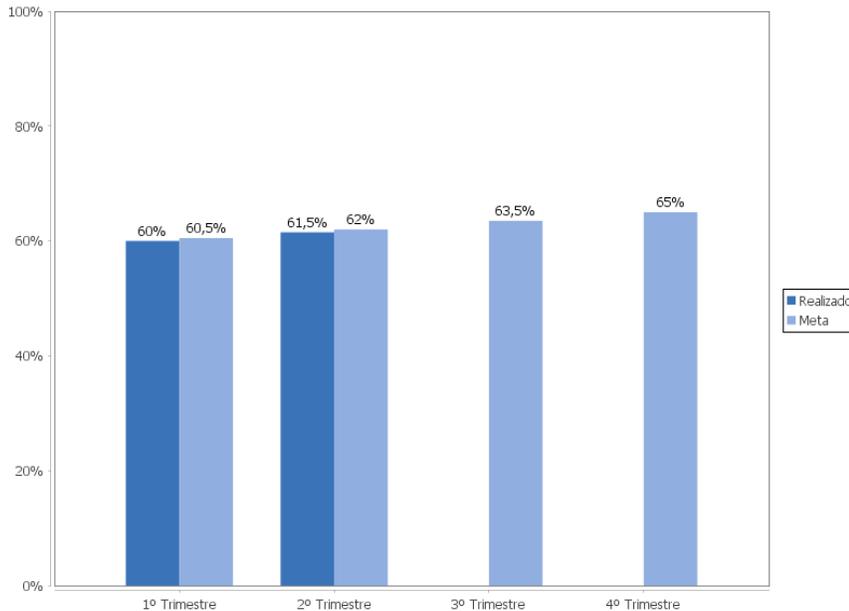
Riscos associados ao objetivo Destaca-se que a implantação de ações de melhoria da transparência tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e da pouca disponibilidade de pessoal dedicado exclusivamente à área de planejamento e governança na STI. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE.

IA 84 - Índice de gestão corporativa da segurança da informação

Satisfatório

Desempenho do Período: 99,19%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: ASINFO.

Análise de contexto Para a realização da análise do indicador é preciso situar o contexto do período e considerar os impactos causados por fatores externos.

Dito isso, é importante frisar que o intervalo que ora analisamos ficou marcado pela concretização de uma ameaça de proporções globais, a ocorrência da pandemia da Covid-19, que, em razão do enorme impacto nos negócios da organização, é considerada, pelas técnicas de gestão de risco em segurança da informação, como um desastre.

Com a ocorrência do desastre, houve o comprometimento de processos, de serviços e da disponibilidade da informação contida em sistemas críticos da organização, por força da necessidade de distanciamento social e das consequentes restrições de trabalho presencial, em vista da inexistência, no órgão, de estrutura destinada à realização de teletrabalho.

Nessas circunstâncias, as prioridades gerenciais voltaram-se para questões urgentes de implementação de medidas de continuidade do negócio, especialmente aquelas destinadas a remediar a disrupção de processos de trabalho, prover acesso remoto e reestabelecer as comunicações até um nível funcional.

Acrescente-se o fato de que estamos em ano de eleições e que os preparativos anteriores estão tendo que ser adaptados às novas circunstâncias.

Esse cenário afetou de forma significativa a plena participação da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, unidade essencial para o atingimento das metas, eis que vem se dedicando primeiramente às atividades de provimento de infraestrutura para teletrabalho, de acesso remoto a sistemas de informação e de criação de soluções de TIC para auxílio dos trabalhos eleitorais.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Por todo o exposto na análise do contexto, não foi possível um desempenho maior no período, mas, apesar de tudo, houve avanço no atendimento ao item IV: "A organização dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório", já que a STI conseguiu, mesmo assim, elaborar a primeira minuta da norma de backup, que está atualmente sob análise da Assessoria de Segurança da Informação.

Quanto à capacitação em gestão de riscos em segurança da informação, requerida pela Asinfo para satisfazer o item XI, informo que não foi considerada prioritária no Plano Anual de Capacitação de 2020 e que só poderá ser oferecida após o atendimento das demandas preferenciais, se houver disponibilidade orçamentária e de execução.

Para finalizar, quanto ao índice em si, pode-se observar que, não obstante todos os reveses, foi atingida a meta do período e o desempenho permanece satisfatório.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Espera-se que, supridas as necessidades originadas com a pandemia, outras iniciativas que integram o

indicador retomem o seu curso normal de ação e voltem a percorrer sua rota de eficiência para garantir ao menos a estabilidade do desempenho do objetivo.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Criar de um plano de ação para atingir os objetivos remanescentes, que seja compatível com os fatores contextuais e determine a atribuição de prazos e responsabilidades para o cumprimento das próximas etapas.

Riscos associados ao objetivo Desmobilização, for força da necessidade de atendimento preferencial a questões urgentes que envolvam:

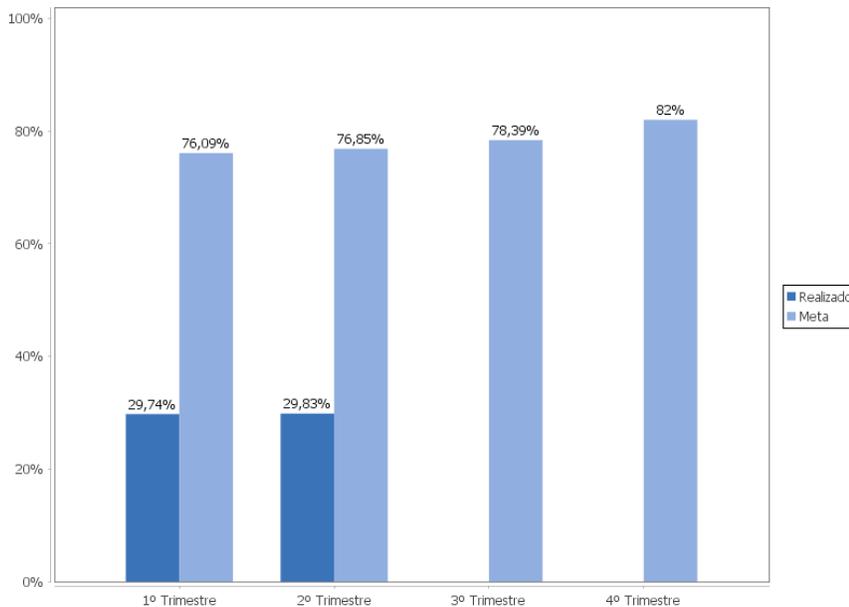
- respostas a demandas acarretadas pela pandemia;
- ações relacionadas ao processo eleitoral; ou
- medidas de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

IA 85 - Índice de aderência da execução do orçamento de TIC

Insatisfatório

Desempenho do Período: 38,82%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

O alcance da meta tem sido bastante prejudicado em razão das incertezas do projeto Modernização do Datacenter, o qual representa parte muito significativa do orçamento, tendo grande influência no resultado do indicador. A pandemia também acabou por gerar impacto nas demais contratações, em maior ou menor grau. Atrasos na entrega de bens também não permitiram a execução de parte do orçamento já comprometido.

O atraso na contratação do serviço de suporte à infraestrutura também trouxe impacto relevante, uma vez que o TSE encerrou as atividades do contrato anterior e não está sendo executado ou descentralizado recurso referente a este serviço.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Mesmo com as restrições surgidas em decorrência da pandemia, foi dado andamento ao planejamento de diversas contratações, inclusive contratação emergencial para possibilitar o acesso remoto pelos usuários de modo a manter o funcionamento do TRE-RJ em meio ao distanciamento social e possibilitando maior segurança em relação à saúde dos servidores. Todavia, grande parte das licitações somente irão ocorrer no segundo semestre, assim como esta é a previsão para o projeto Modernização do Datacenter. Esclareço que estão sendo acompanhados os processos de aquisição e a execução orçamentária das contratações vigentes. Existe uma dificuldade na especificação de algumas aquisições de maior vulto e nos procedimentos de preparação das atas de registro de preços e de contratação/envio das notas de empenho. A principal razão para o atraso na especificação é que persiste a dificuldade na elaboração dos estudos preliminares, seja em razão da elevada complexidade exigida pelos projetos ou seja em decorrência do surgimento, cada vez mais frequente, de situações emergenciais e projetos prioritários envolvendo servidores das equipes de planejamento das contratações. Devido ao reduzido quadro de pessoal especializado, os servidores envolvidos no planejamento das contratações também realizam diversas outras atividades, como implantação de novos sistemas e soluções de TI, gestão do ambiente computacional, suporte aos usuários, fiscalização de contratos, implantação de atualizações de segurança etc. Tal sobrecarga de atividades impacta no tempo disponível para o planejamento das contratações, o que tem levado a atrasos em relação ao planejado. Deve-se destacar, ainda, que estas medidas de priorização e acompanhamento das contratações somente estão atenuando a situação, pois postergam a ocorrência de problemas caso as equipes de suporte e planejamento não sejam reforçadas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Com o andamento das licitações, deverá ocorrer uma melhora no desempenho, porém somente com a licitação do projeto Modernização do Datacenter será possível se obter um impacto significativo na meta.

A realização da eleição em conjunto com as restrições impostas pela pandemia agravam a situação de sobrecarga das equipes de planejamento das contratações, o que acaba por acarretar maiores prazos para a finalização dos processos de aquisição/contratação.

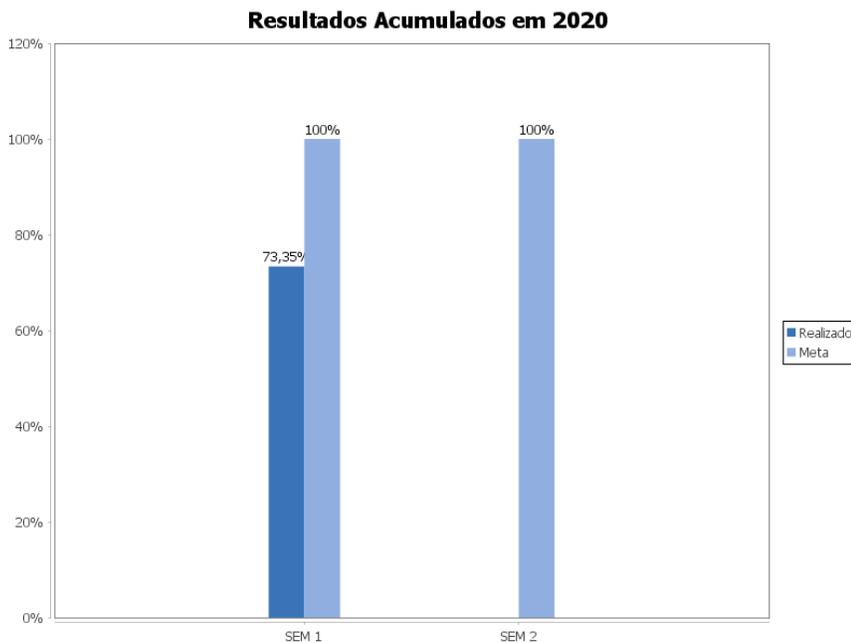
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Como meio de melhorar o desempenho, foram iniciados ou ampliados alguns projetos de aquisição de modo a possibilitar a execução do orçamento que não teve como ser executado em razão da paralisação de serviços ocasionada pela pandemia. Contudo, os mesmos, embora melhorem a execução, acabam impactando negativamente na aderência e podem gerar reflexos negativos na aderência para o próximo exercício.

Ampliação das previsões de aquisição de bens permanentes de modo a aproveitar as sobras orçamentárias decorrentes da não realização de serviços durante a interrupção causada pela pandemia. Realocação de orçamento de custeio para investimento para possibilitar a execução antecipada de parte dos registros de preços de bens permanentes.

Riscos associados ao objetivo

Destaca-se que a implantação de ações de melhoria tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e de não ter sido finalizada a contratação de postos de trabalho para apoio aos serviços de suporte à infraestrutura. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE. O período eleitoral e as restrições impostas pela pandemia também dificultam a implantação de melhorias.

IE 30 - Índice de adequação dos equipamentos**Insatisfatório****Desempenho do Período: 73,35%****Responsável: COLOG.**

Análise de contexto Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que o resultado realizado ficou em 73,35% da meta estabelecida.

Porém, verifica-se que somente o IA86 apresentou desempenho insatisfatório, com 49,42% de alcance da meta. Os IA87 e IA88 alcançaram 103,83% e 94,55% da meta estabelecida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Foram realizadas aquisições de scanners e computadores. Após a distribuição destes equipamentos, os três indicadores de apoio serão impactados positivamente.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência do indicador é de melhora, tendo em vista as ações a serem realizadas no segundo semestre de 2020.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Como propostas para a melhora do desempenho estão a contratação de outsourcing para as zonas eleitorais da capital e a distribuição de novos computadores e scanners para a Sede e as zonas eleitorais para substituição daqueles que estão inadequados.

Riscos associados ao objetivo Os riscos associados ao objetivo são:

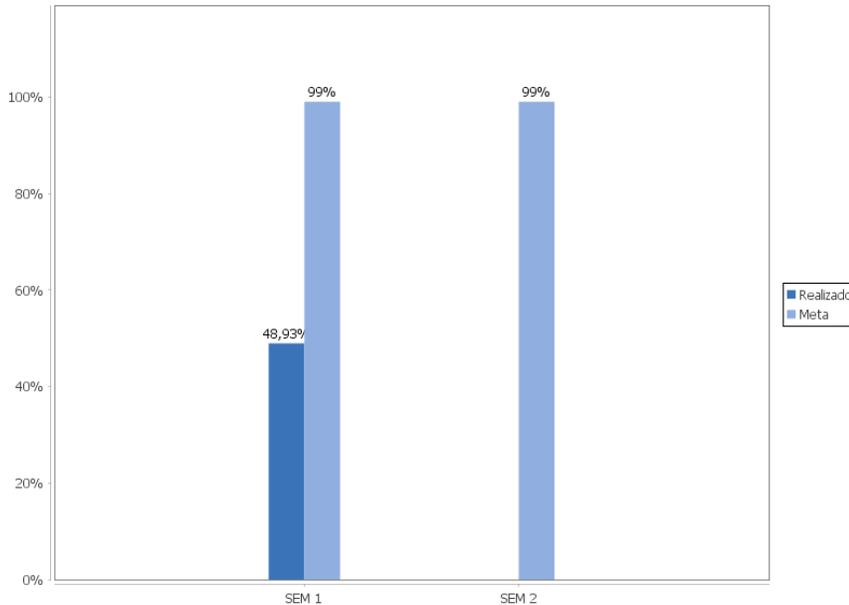
- Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor.
- Não distribuição dos novos computadores e scanners por problemas relacionados à pandemia
- Não contratação de outsourcing para as zonas eleitorais da capital por problemas na licitação, do fornecedor ou por falta de orçamento disponível.
- Não realização da contratação de computadores por problemas na licitação, do fornecedor ou por falta de orçamento disponível
- Não contratação das equipes responsáveis pela instalação dos equipamentos.

IA 86 - Índice de adequação dos equipamentos aos padrões

Insatisfatório

Desempenho do Período: 49,42%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Análise de contexto Analisando o desempenho do indicador, verifica-se que o resultado realizado (48,42%) ficou bem abaixo da meta estabelecida (99%).

Porém, para uma análise mais completa do indicador, foram feitos os cálculos separadamente por subgrupos de equipamentos (impressora e micro) e de unidades (sede e zonas).

SUBGRUPOS:

- Impressoras Sede - IASE 203 / TISE 239 = 84,94%
- Impressoras zona eleitoral - IAZE 1.080 / TIZE 1.086 = 99,45%
- Micros Sede - MASE 312 / TMSE 1.002 = 31,14%
- Micros zona eleitoral - MAZE 234 / TMZE 1.410 = 16,59%

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Seguem as ações realizadas no último período e resultados obtidos de cada subgrupo:

- Impressoras Sede – não houve ações no último período.

- Impressoras zona eleitoral - Estava previsto para o primeiro semestre de 2020 a implantação o outsourcing de impressão nas zonas eleitorais da capital, porém o projeto foi adiado para o segundo semestre de 2020.

- Micros Sede – não houve ações no último período.

- Micros zona eleitoral – não houve ações no último período.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Segue a análise de tendência de cada subgrupo:

- Impressoras Sede - Subgrupo que manteve relativamente o seu desempenho, tendo em vista implementação de projeto de outsourcing de impressão. Não foi possível uma melhora em relação ao semestre anterior, tendo em vista a pandemia de COVID-19. Deve manter a estabilidade no próximo semestre.

- Impressoras zona eleitoral - Subgrupo com pequena melhora no desempenho individual. Conforme relatório anterior, não houve alteração nos padrões, mantendo o mesmo nível de desempenho apresentado. O processo de implantação do outsourcing nas zonas eleitorais da capital gerará um período de transição com inadequações ao novo padrão a ser estabelecido, com impacto no segundo semestre de 2020 e possível piora do desempenho.

- Micros Sede - Subgrupo que apresentou grande queda em relação ao desempenho do segundo semestre de 2019. Conforme exposto na análise do semestre anterior, as revisões biométricas realizadas em 2019 demandaram muito das equipes de

instalação, reduzindo a força de trabalho disponível para o atendimento das substituições dos equipamentos na Sede. Este ano, ocorreu a descontinuidade da contratação dessas equipes e, em seguida, houve o início da pandemia de COVID-19. Além disso, existe a necessidade urgente de atualização de todos os equipamentos para o Sistema Operacional Windows 10. Tendo em vista o exposto, houve grande acúmulo de equipamentos a serem substituídos, mas a tendência é de melhora do indicador.

- Micros zona eleitoral - Subgrupo com o pior desempenho individual. Como informado na análise do semestre anterior, havia um grande volume de equipamentos mais antigos, que já se encontram com a vida útil esgotada, apesar de estarem dentro do padrão definido pelo TSE. Porém, tendo em vista que o TSE informou que não fará mais aquisições centralizadas, ficando as compras dos computadores para as zonas eleitorais sob responsabilidade dos regionais, esses equipamentos agora estão classificados como inadequados por este Tribunal. Além disso, existe a necessidade urgente de atualização de todos os equipamentos para o Sistema Operacional Windows 10. Tendo em vista o exposto, houve reclassificação de grande quantidade de equipamentos para inadequados, mas a tendência é de melhora do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Seguem as propostas de cada subgrupo:

- Impressoras Sede – Manutenção dos contratos de outsourcing.
- Impressoras zona eleitoral – Contratação de outsourcing para as zonas eleitorais da capital.
- Micros Sede e micros zona eleitoral - Como medida para readequação do parque de computadores e melhora do desempenho, está em curso contratação de computadores para substituição daqueles que estão inadequados.

Riscos associados ao objetivo Seguem os riscos de cada subgrupo:

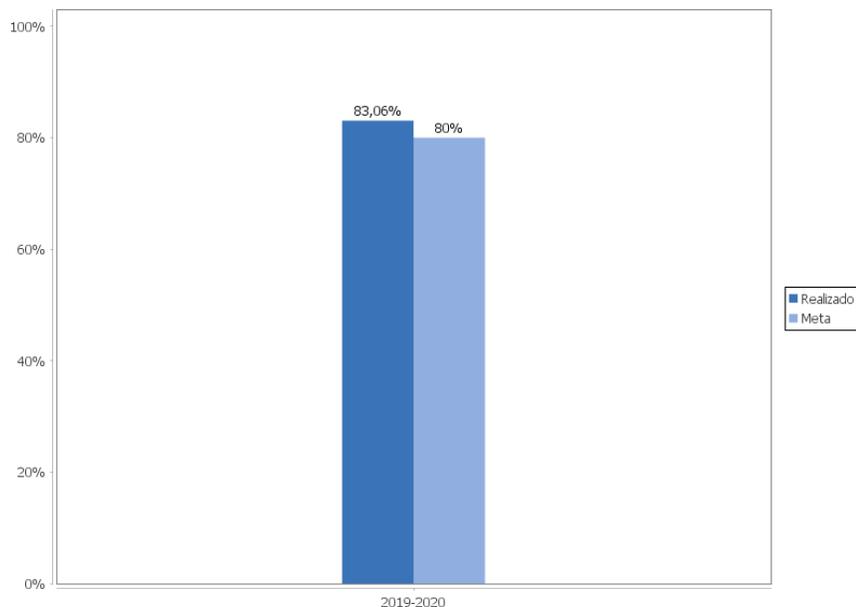
- Impressoras Sede – Não renovação ou descontinuidade dos contratos de outsourcing por problemas do fornecedor.
- Impressoras zona eleitoral – Não contratação de outsourcing para as zonas eleitorais da capital por problemas na licitação, do fornecedor ou por falta de orçamento disponível.
- Micros Sede e micros zona eleitoral - Não realização da contratação de computadores por problemas na licitação, do fornecedor ou por falta de orçamento disponível e a não contratação das equipes responsáveis pela instalação dos equipamentos.

IA 87 - Índice de satisfação com a quantidade de recursos tecnológicos

Satisfatório

Desempenho do Período: 103,83%

Resultados Acumulados em 2020



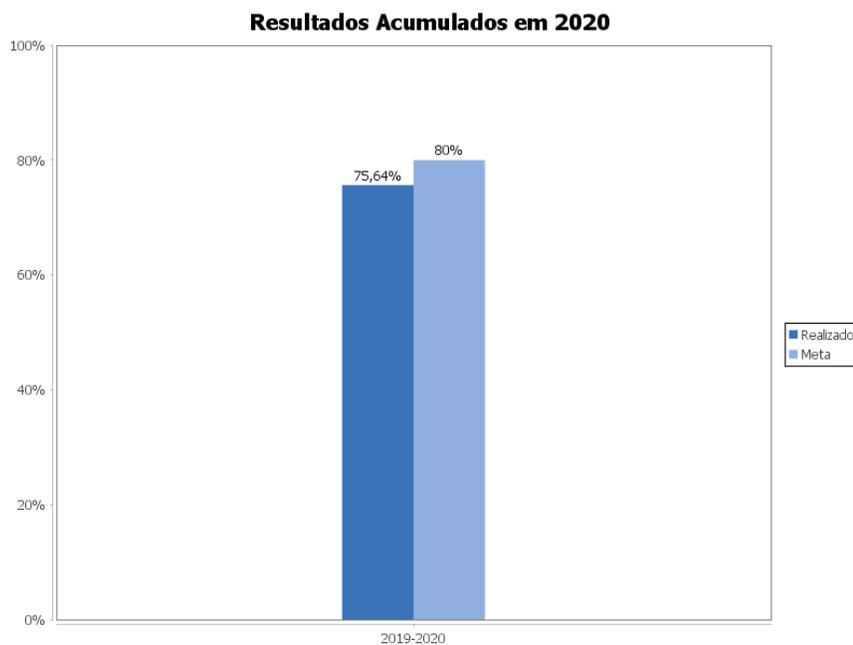
Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Fechamento pela SEDEST no dia 14/05. Em razão da pandemia de COVID-19 o Comitê de Gestão da Estratégia deliberou, em 30/04, no sentido da flexibilização do fechamento do sistema sem a obrigatoriedade de lançamento das análises.

IA 88 - Índice de satisfação com o desempenho dos recursos tecnológicos

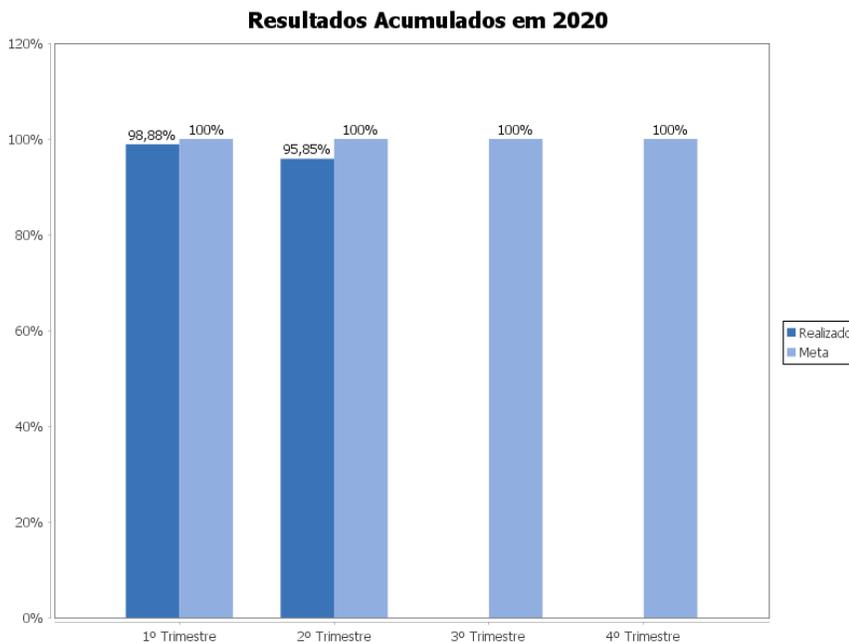
Satisfatório

Desempenho do Período: 94,55%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COLOG.

Fechamento pela SEDEST no dia 14/05. Em razão da pandemia de COVID-19 o Comitê de Gestão da Estratégia deliberou, em 30/04, no sentido da flexibilização do fechamento do sistema sem a obrigatoriedade de lançamento das análises.

IE 31 - Índice de disponibilidade da infraestrutura e do suporte de TIC**Satisfatório****Desempenho do Período: 95,85%****Responsável: COINF.****Análise de contexto**

O objetivo Estratégico no geral apresentou desempenho satisfatório no último trimestre; O IA89 ficou com o status de desempenho em atenção, o atraso no Projeto Data Center e na aquisição de solução wi-fi novamente foram os itens que mais causaram impacto. O IA 90 teve desempenho satisfatório apesar do serviço de correio ter apresentado muita instabilidade durante todo o período devido à alta utilização em tempos de pandemia. O IA 91 continua com bom desempenho, a satisfação dos usuários internos continua estável.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Data Center: foi concluída a Etapa 1B - Elaboração de Projeto Básico e agora está em andamento a Etapa 1C – Elaboração do Projeto Executivo, onde já foi concluído os Estudos Preliminares. A expectativa, com base no andamento atual, é que a fase de execução inicie no primeiro semestre de 2021. **Solução de Backup:** analisando o item de forma mais acurada identificamos várias ações que ainda precisam ser realizadas para a melhora desse item. Uma dessas ações é a implantação de uma política de backup que defina melhor os tipos de backup (recente, médio e longo prazo) de nossos dados, assim como uma análise de riscos que consiga classificar as informações quanto a sua criticidade para que possamos identificar em quais tipos de backup elas se encaixam. Com essas informações teremos condições de entender melhor nossa situação atual e qual a necessidade real de equipamentos e/ou softwares. A minuta da Política de Backup foi enviada para a análise e homologação da Assessoria de Segurança da Informação em maio/2020 através do Processo SEI nº 2019.0.000021486-8. **Rede sem fio:** Está andamento a contratação da nova solução de rede sem fio através do Processo SEI nº 2019.0.000001049-9, no momento encontra-se na fase de cotação de preços e respostas aos questionamentos das empresas interessadas. Deve ser concluído no próximo semestre. **Solução de Correio:** Foram iniciados os estudos para aquisição de nova solução de correio eletrônico para o próximo ano, tendo em vista não ter sido aprovada no orçamento de 2020.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Finalizar o termo de referência, realizar a licitação e dar início a execução do projeto Data Center no começo do ano que vem. Homologação da Política de Backup e ainda esse ano iniciar os estudos para atualizar nossa infraestrutura de backup (equipamentos e softwares). Realizar a licitação e contratar a nova solução de rede sem fio no próximo semestre. Elaborar os Estudos Preliminares e Termo de Referência para a aquisição de solução de Correio Eletrônico no próximo ano.

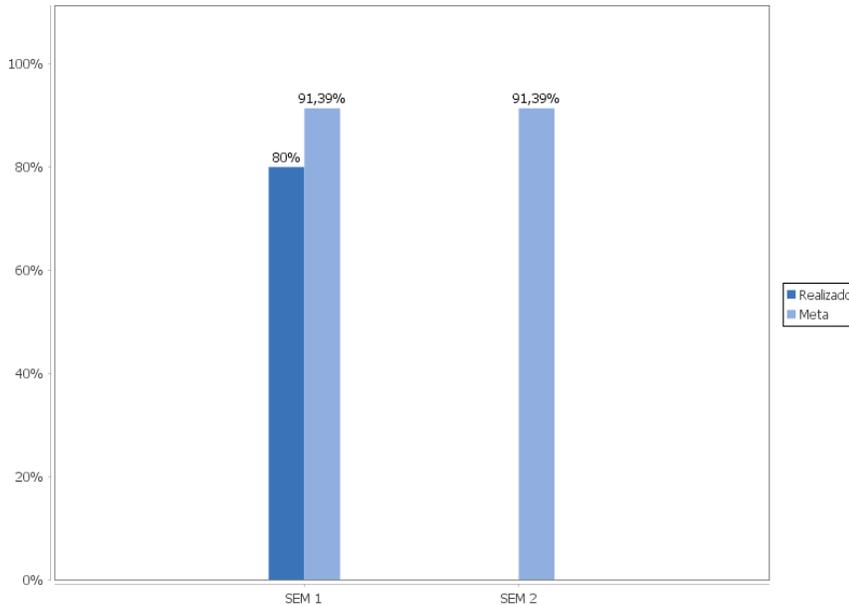
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Suporte da Administração para que as unidades envolvidas no processo de contratação consigam priorizar as ações relativas ao Projeto Data Center. Suporte da Administração para que as unidades envolvidas no processo de contratação consigam priorizar as ações relativas à contratação de solução de wi-fi. Priorizar a homologação da Política de Backup Suporte da Administração para que as unidades envolvidas consigam priorizar a elaboração dos Estudos Preliminares e Termo de Referência para a aquisição de solução de Correio Eletrônico no próximo ano. Nossas unidades sofrem com a escassez de recursos, de pessoal e com as exigências cada vez maiores de órgãos controladores, da alta administração e de seus usuários. O suporte da Administração a que nos referimos se refere a um entendimento dessa situação, e que nossas unidades não conseguem dar conta do volume de demandas que chegam a todo momento, frustrando muitas vezes as expectativas dos usuários que não tem essa visão holística do tribunal. Se existir essa falta de sensibilidade por parte da administração, as unidades envolvidas podem encontrar muitas dificuldades na execução das ações propostas para melhoria do desempenho desses indicadores.

Riscos associados ao objetivo

Enquanto não conseguirmos implantar o Projeto de Modernização do Data Center, o tribunal ficará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center e em desacordo com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Em caso de atraso na definição da Política de Backup não conseguiremos definir adequadamente os requisitos necessários para aquisição de uma solução de backup apropriada e continuaremos alinhados parcialmente com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD. Enquanto não implantarmos uma nova solução de rede sem fio aderente à Política de Segurança do Tribunal não estaremos alinhados totalmente com o nivelamento de TIC proposto pela ENTIC-JUD.

IA 89 - Índice de aderência a requisitos mínimos de nivelamento da infraestrutura de TIC

Atenção**Desempenho do Período: 87,54%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.**

Análise de contexto· O índice alcançado no período foi de 80% ficando abaixo da meta estabelecida com o status de desempenho em Atenção.

· Os itens que mais impactaram no desempenho do alcance da meta são relacionados ao projeto de modernização do Data Center e a nova solução da rede sem fio.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos· Data Center: foi concluída a Etapa 1B - Elaboração de Projeto Básico e agora está em andamento a Etapa 1C – Projeto Executivo onde já foi concluído os Estudos Preliminares. A expectativa é que a fase de execução inicie no primeiro semestre de 2021.

· Rede sem fio: Está andamento a contratação da nova solução de rede sem fio através do Processo SEI nº 2019.0.00001049-9, no momento encontra-se na fase de cotação de preços e respostas aos questionamentos das empresas interessadas. Deve ser concluído no próximo semestre.

· Solução de Backup: analisando o item de forma mais acurada identificamos várias ações que ainda precisam ser realizadas para a melhora desse item. Uma dessas ações é a implantação de uma política de backup que defina melhor os tipos de backup (recente, médio e longo prazo) de nossos dados, assim como uma análise de riscos que consiga classificar as informações quanto a sua criticidade para que possamos identificar em quais tipos de backup elas se encaixam. Com essas informações teremos condições de entender melhor nossa situação atual e qual a necessidade real de equipamentos e/ou softwares. A minuta da Política de Backup foi enviada para a análise da Assessoria de Segurança da Informação em maio/2020 através do Processo SEI nº 2019.0.000021486-8.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)· Finalizar o termo de referência, realizar a licitação e dar início a execução do projeto Data Center no começo do ano que vem.

· Homologação da Política de Backup e ainda esse ano iniciar os estudos para atualizar nossa infraestrutura de backup.

· Realizar a licitação e contratar a nova solução de rede sem fio no próximo semestre.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas· Contar com o apoio da SAD para dar andamento aos processos de aquisição.

Riscos associados ao objetivo· Em caso de atraso na implantação do Projeto de Modernização do Data Center, o tribunal continuará exposto aos riscos inerentes à indisponibilidade dos serviços e sistemas que contam com a infraestrutura do Data Center.

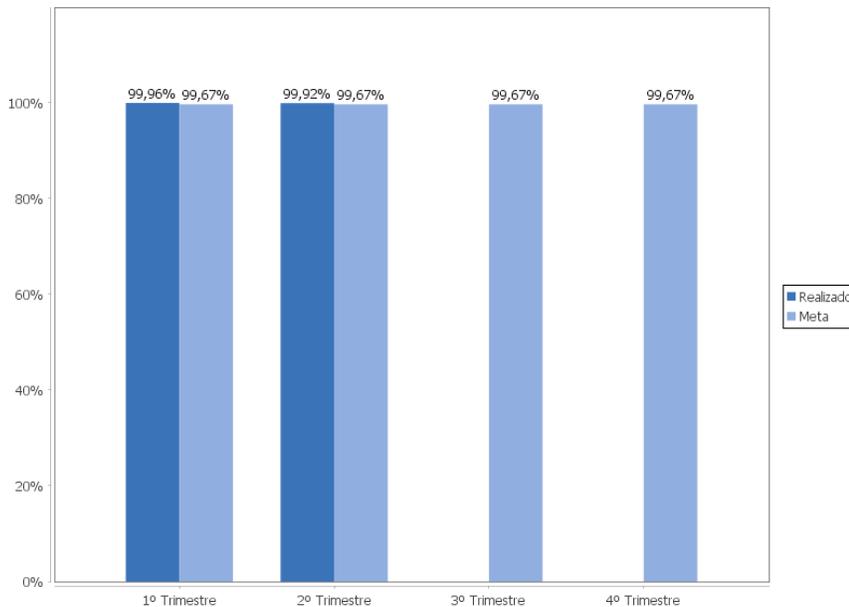
- Os estudos para a uma nova solução de backup ficam prejudicados sem uma Política de Backup que ajude na definição dos requisitos necessários à aquisição de uma solução apropriada às necessidades do tribunal.
- Enquanto não implantarmos uma nova solução de rede sem fio não estaremos aderentes à Política de Segurança do Tribunal exigida no nivelamento de TIC.

IA 90 - Índice de disponibilidade de sistemas e serviços essenciais de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 100,25%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEPROD.

Análise de contexto O indicador IA90, no 2º trimestre, alcançou o valor calculado no período de 99,87%, ficando acima da meta (99,67%). As variáveis que apresentaram pior desempenho, comparado às demais, foram "DispCorreio" e "DispLinkInternet". O desempenho da variável "DispCorreio" foi afetado por problemas com o software de correio eletrônico corporativo utilizado pelo TRE-RJ, que apresenta instabilidade em momentos de alta utilização. No caso da variável "DispLinkInternet", sua medição está sujeita à imprecisões, já que a Seprod não possui meios (ferramentas) para aferir com exatidão a disponibilidade dos links do TRE-RJ com a internet. Por este motivo, foi solicitada a revisão do indicador IA90, retirando da Seprod a medição da variável DispLinkInternet, que ficaria sob responsabilidade da Seção de Redes Locais (Serede), da Coinf, pois esta é a unidade que administra tais enlaces de comunicação de dados.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos No trimestre anterior foram realizadas as seguintes iniciativas: (a) incremento à virtualização de computadores servidores, com a instalação de um servidor hospedeiro de máquinas virtuais adicional, viabilizando a substituição de computadores servidores físicos por computadores servidores virtualizados, em um processo gradual de consolidação de computadores servidores. Tal iniciativa contribui para economia de energia no datacenter, uma vez que tende a diminuir a quantidade de computadores servidores físicos em uso. (b) foram iniciados os estudos técnicos preliminares para aquisição de solução de correio eletrônico corporativo, com o objetivo de substituir a solução atual, que vem apresentando episódios de instabilidade, além de encontrar-se defasada tecnologicamente e possuir capacidade de armazenamento local insuficiente para as necessidades atuais do Tribunal.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A tendência de desempenho do indicador IA90 nos próximos 6 meses é de estabilidade, já que as principais iniciativas e projetos que podem melhorar o desempenho deste indicador (e por consequência do objetivo estratégico associado) não estarão implantados dentro deste período. Tanto o projeto de modernização do datacenter, quanto a aquisição de nova solução de correio eletrônico não estarão operacionais neste horizonte de tempo, pois são projetos que demandam tempo razoável para conclusão, especialmente o projeto de modernização do datacenter, que envolvem obras de engenharia. O principal desafio para a manutenção do desempenho do indicador IA90 está associado à infraestrutura física do ambiente central de processamento (datacenter), que atualmente não é adequada aos requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, conforme determina a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 211 de 15/12/2015 (ENTIC-JUD), em seu artigo 24, inciso VII. Outros desafios a serem enfrentados são: (a) a necessidade de atualização, a médio prazo, do serviço de correio eletrônico corporativo; (b) necessidade de atualização da infraestrutura de computadores servidores virtualizados, que depende da aquisição de licenças de software de virtualização para sua implementação (aquisição de

software de gerência de máquinas virtuais em andamento); (c) necessidade de modernização da solução de backup (cópia de segurança) utilizada pelo Tribunal, compatibilizando-a com novas versões de sistemas operacionais e de aplicações, e novos equipamentos de backup, além da aquisição de suporte técnico para a mesma.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadasVisando a melhora futura do desempenho das ações realizadas, estão sendo levadas adiante as seguintes iniciativas: (a) capacitação contínua dos servidores da Seprod, de forma a provê-los de conhecimentos e competências técnicas adequadas para correto gerenciamento dos serviços e sistemas, e para a resolução de problemas - atualmente, realização de treinamentos na plataforma Alura; (b) projeto para modernização do datacenter do TRE-RJ (projeto em andamento); (c) elaboração de documentação necessária para aquisição de solução de correio eletrônico corporativo, projeto que englobará a aquisição e implementação de solução de correio eletrônico em ambiente otimizado para performance e disponibilidade, prevenindo os problemas de disponibilidade que ocorrem atualmente; (d) elaboração de estudos visando a modernização da solução de backup (cópia de segurança) utilizada pelo Tribunal, compatibilizando-a com novas versões de sistemas operacionais e de aplicações, iniciativa que englobará a aquisição novos equipamentos de backup, além da aquisição de suporte técnico para a mesma.

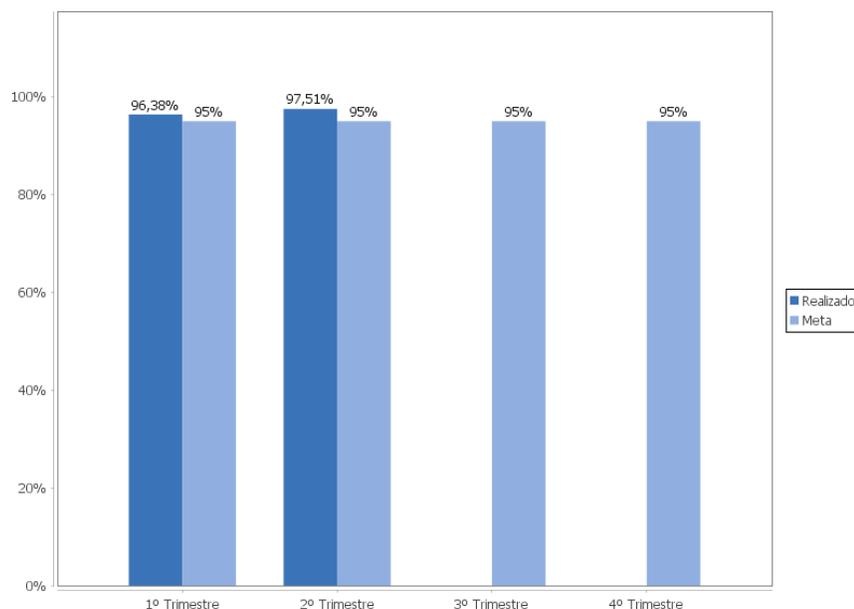
Riscos associados ao objetivoOs principais riscos identificados, e que podem afetar negativamente o desempenho das variáveis do indicador IA90, e o objetivo estratégico associado, são: infraestrutura (hardware e software) inadequada, deficiente e sem suporte técnico/manutenção; oscilações no fornecimento de energia elétrica e sinistros diversos (acidentes, roubo de bens e informações, sabotagens etc.). O investimento na infraestrutura física e de segurança atua em vários destes riscos, possibilitando mais segurança e maior disponibilidade dos sistemas e serviços essenciais. Também há riscos à disponibilidade de sistemas e serviços essenciais pelo uso de hardware e de software obsoleto e sem contrato de manutenção em vigor, riscos estes combatidos com a aquisição de novos equipamentos, aquisição/manutenção de software de infraestrutura e a configuração adequada destes ativos. Por fim, há riscos de segurança da informação (roubo de dados, por exemplo), combatidos, por parte da Seprod, com o uso de software de infraestrutura atualizado (não obsoleto) e corretamente configurado (importância da capacitação contínua e do número adequado de servidores para dar conta destas tarefas).

IA 91 - Índice de satisfação dos usuários internos de TIC

Satisfatório

Desempenho do Período: 102,64%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: COINF.

Análise de contexto/Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos/Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)/Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

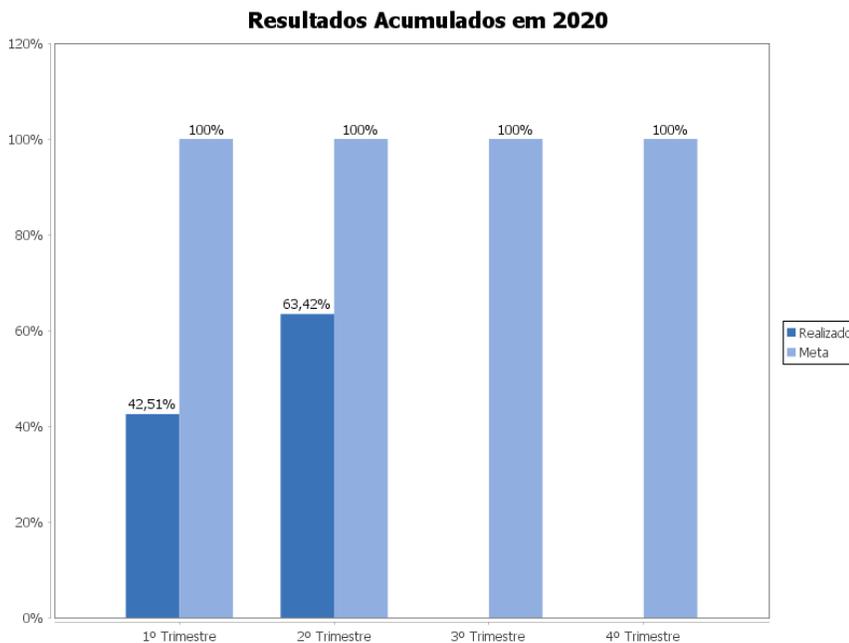
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas/Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

Riscos associados ao objetivo/Indicador dispensado de análise em razão de seu desempenho estável e satisfatório, conforme deliberação na I RAE 2019.

IE 32 - Índice de modernização das soluções

Insatisfatório

Desempenho do Período: 63,42%



Responsável: CSCOR.

Análise de contexto Comparando o 1o trimestre de 2020 com o 2o trimestre verificamos que houve um aumento de 61,54% na quantidade de novas demandas para a CSCOR. Por outro lado, houve um aumento de 22,73% na quantidade de soluções entregues. Ou seja, a demanda do Tribunal por novas soluções e automação cresceu quase 3 vezes mais do que a capacidade de entrega das equipes.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Considerando que não houve nenhuma ação para ampliar a força de trabalho na coordenadoria, entendo que o aumento no percentual de entregas atendidas se deve ao empenho das equipes em busca de capacitação e tecnologias mais modernas de modo a otimizar o trabalho e agilizar as entregas. Além disso, observamos que historicamente o 1o trimestre do ano apresenta o menor índice para este indicador, que atribuímos ao fato de ser o trimestre onde há mais afastamentos por férias, causando diminuição da força de trabalho disponível.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Considerando o cenário atual de pandemia, trabalho remoto e eleições, acredito que o desempenho do indicador tende a piorar, porque esperamos ainda mais demandas, sem ampliação da equipe para o próximo trimestre.

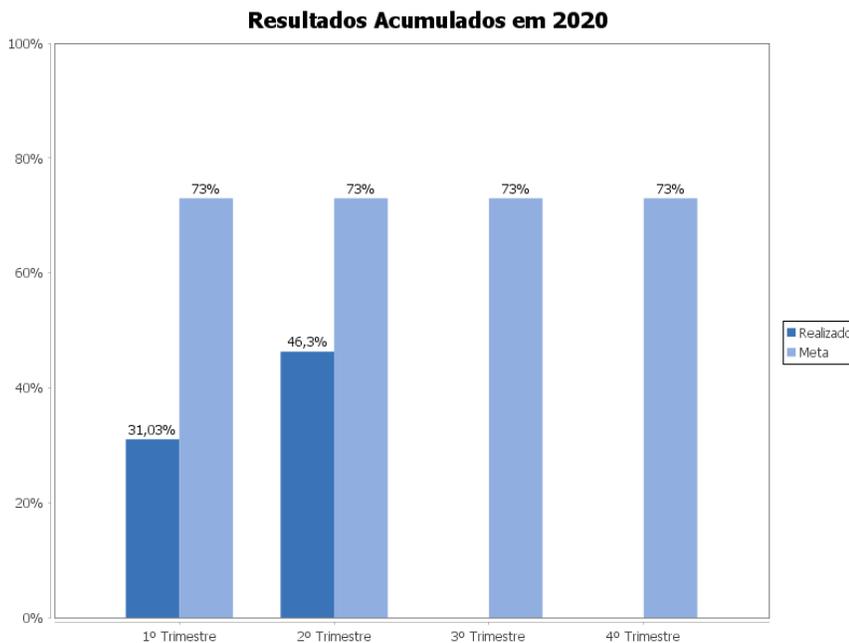
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Caso o tribunal consiga chamar os servidores de apoio especializado conforme definido na Resolução 1.133/2020, teremos uma expectativa de melhora pois a força de trabalho será um pouco ampliada. Uma atenção especial da alta administração à política de gestão de pessoal de TIC, que vem sendo tratada no processo SEI 2020.0.000010577-3 poderá promover a recomposição da força de trabalho de TIC que o TRE-RJ necessita.

Riscos associados ao objetivo Vejo dois principais riscos associados a este objetivo: 1. o fato de não conseguirmos atender às demandas que o tribunal necessita 2. o excesso de demandas e pressão sobre as equipes gerar queda de desempenho, desmotivação e absenteísmo.

IA 92 - Índice de atendimento da demanda por sistemas e automação de rotinas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 63,42%



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CSCOR.

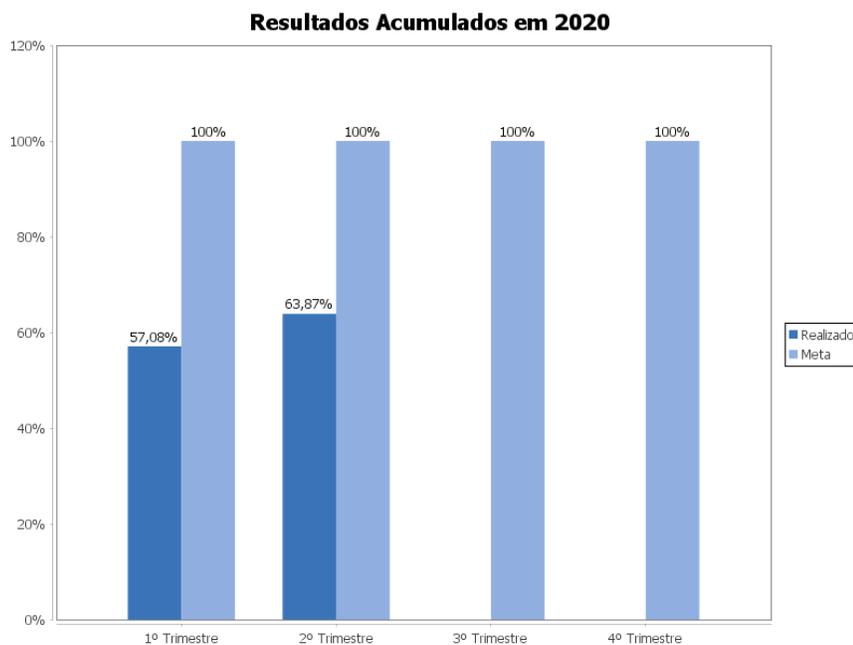
Análise de contexto Houve um aumento de demandas internas motivadas por ações estratégicas, oriundas dos órgãos reguladores como CNJ e TCU; situação de isolamento social pela pandemia e as demandas de eleição. Esse aumento de demanda, mantendo a mesma equipe gerou naturalmente uma queda no valor do indicador, pois entraram bem mais demandas do que a equipe consegue atender.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos As equipes continuam buscando aprimorar ferramentas e a se capacitarem no uso de novas tecnologias com o intuito de obter cada vez mais agilidade no desenvolvimento, implantação e manutenção das soluções. Especificamente neste trimestre foram adotadas novas versões de java e tomcat.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Historicamente temos observado que o resultado do indicador é menor no primeiro trimestre e vai melhorando ao longo do ano. Uma situação que contribui para isso é que há uma quantidade maior de servidores em férias no primeiro semestre, o que naturalmente diminui a força de trabalho disponível. Para os próximos meses o desafio que se descortina é uma eleição em tempos de pandemia, exigindo cada vez mais soluções de TI; os órgão reguladores exigindo cada vez mais informações sobre alcance de metas e transparência nas informações.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas É preciso ampliar a equipe de desenvolvedores, além de mantermos o investimento na capacitação e melhoria dos processos de trabalho das equipes.

Riscos associados ao objetivo Caso o TRE não consiga recompor a força de trabalho com novos desenvolvedores, a equipe atual poderá ficar sobrecarregada e não atender adequadamente às demandas do Tribunal.

OE 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e de custos**Insatisfatório****Desempenho do Período: 63,87%****Responsável: SOF.****Análise de contexto**

O objetivo apresentou desempenho **INSATISFATÓRIO**, com índice de 63,87%, inferior ao registrado no 2º trimestre do ano de 2019, que foi de 86,77%. Verificou-se que o resultado foi impactado pela baixa performance do índice de alinhamento do orçamento com a estratégia de 13,75%, já que os demais indicadores tiveram desempenho satisfatório. Destaca-se que o referido índice passou a representar 40% do objetivo.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Criação do processo próprio (2020.0.000019285-4), a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, registrando-se todas as atividades voltadas para tal finalidade, com o objetivo de atender os ditames da Lei 13.983/2020, de 03/04/2020, que instituiu a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias.

Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária.

Acompanhamento mensal da execução de iniciativas estratégicas na gestão de processos do dia a dia.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A aderência orçamentária do IE 33 deverá ser afetada, uma vez que ocorrerão decréscimos na execução contratual por conta da pandemia, o que prejudicará o desempenho do OE 11. Salienta-se que há um esforço para execução integral do orçamento por parte das unidades responsáveis, através de remanejamento de dotação orçamentária, principalmente, de custeio para investimento. Com relação ao IE 35, em virtude da previsão de revisão da meta do IA 100, existe uma perspectiva de melhora no alcance do objetivo.

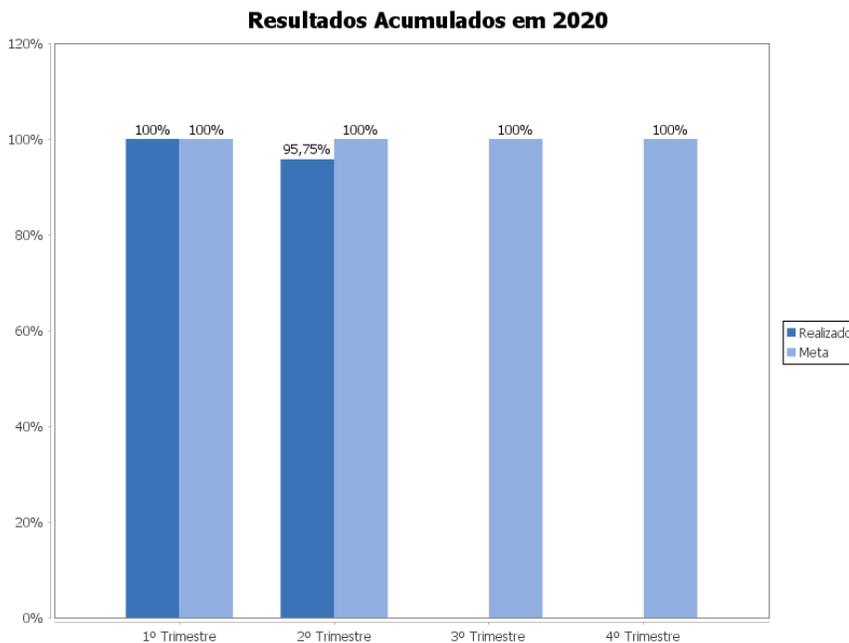
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária.

Revisão das metas do IA 100, tendo em vista que a análise da série histórica aponta indícios de superdimensionamento, uma vez que de 2017 a 2019 os resultados aferidos não superaram o patamar de 24,73% de aderência ao fim dos exercícios.

Riscos associados ao objetivo

Tendência de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vista as incertezas decorrentes da Pandemia COVID-19.

IE 33 - Índice de eficiência da gestão orçamentária**Satisfatório****Desempenho do Período: 95,75%****Responsável: CORÇA.****Análise de contexto**

O indicador apresentou desempenho de 78,08%, superior ao índice de 77,51% atingido ao final do 2º semestre de 2019, representando 95,75% da meta de 81,55% estabelecida para o período em questão. O resultado apresentado no trimestre foi impactado pela situação atual de pandemia da Covid-19, com a consequente suspensão do trabalho presencial, inclusive a mão-de-obra terceirizada, repercutindo na redução da prestação de serviços de diversos contratos e consequentemente na execução orçamentária do Tribunal.

Importa ressaltar as principais despesas que necessitam de atenção especial, com aderência deficitária, reflexo da baixa execução orçamentária. Destaque para, em custeio: materiais de consumo de TIC (6%) e apoio técnico e operacional de TIC (28%) e em investimento: outros materiais permanentes e equipamentos (1%) e equipamentos de TIC (1%).

Não obstante, também merecem registro devido aos efeitos indiretos da Pandemia – Covid-19 as despesas com capacitação de recursos humanos e aquisição (27%) e desenvolvimento de software (0%).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Aprimoramento no controle da execução orçamentária com a criação de processo próprio (2020.0.000019285-4) a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, com o registro de todas as atividades voltadas para tal finalidade, decorrente da publicação da Lei 13.983/2020 em 03/04/2020, instituindo a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias. Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Aprimorar a execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados, tendo em vista a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia Covid-19.

Independentemente das ações alternativas que estão sendo implementadas, com vistas a mitigar os efeitos da atual crise de saúde, a possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE deve ser considerado, uma vez que ao longo do exercício poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, prejudicando assim a aderência ao planejado nas despesas agregadas, acarretando redução de aderência no indicador. Contudo poderá ser obtido um melhor resultado com relação a execução orçamentária, fora do ponto de vista do indicador.

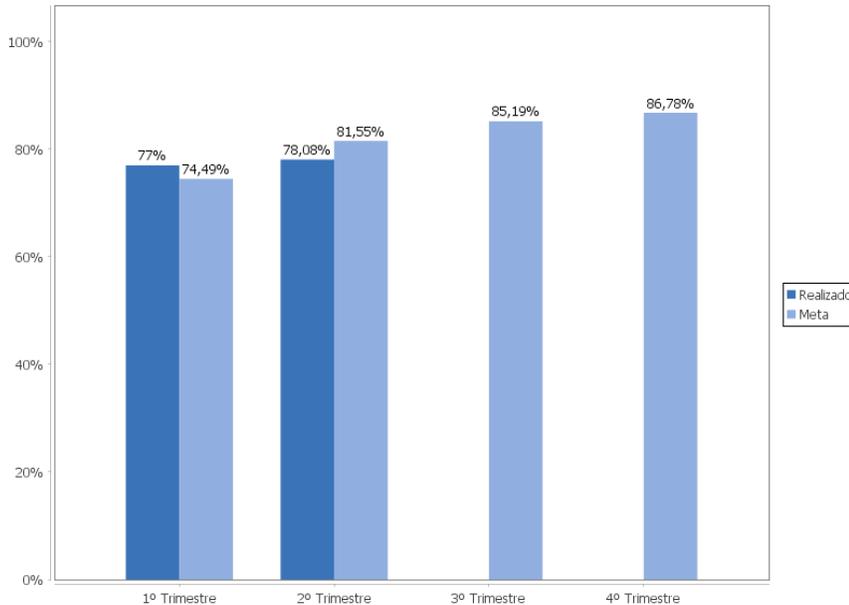
Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Monitoramento de restos a pagar, por meio de processo específico no SEI, otimizando a ferramenta para execução desta atividade, reunindo informações e facilitando seu acesso e visualização dos resultados.

Reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária.

Riscos associados ao objetivo

Tendência de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vistas as incertezas decorrentes da Pandemia COVID-19.

IA 93 - Índice de execução planejada do orçamento de custeio (exceto iniciativas estratégicas e despesas de pessoal)**Insatisfatório****Desempenho do Período: 95,75%****Resultados Acumulados em 2020****Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: CORÇA.**

Análise de contexto O indicador apresentou desempenho de 78,08%, superior ao índice de 77,51% atingido ao final do 2º semestre de 2019, representando 95,75% da meta de 81,55% estabelecida para o período em questão. O resultado apresentado no trimestre foi impactado pela situação atual de pandemia da Covid-19, com a consequente suspensão do trabalho presencial, inclusive a mão-de-obra terceirizada, repercutindo na redução da prestação de serviços de diversos contratos e consequentemente na execução orçamentária do Tribunal.

Importa ressaltar as principais despesas que necessitam de atenção especial, com aderência deficitária, reflexo da baixa execução orçamentária. Destaque para, em custeio: materiais de consumo de TIC (6%) e apoio técnico e operacional de TIC (28%) e em investimento: outros materiais permanentes e equipamentos (1%) e equipamentos de TIC (1%).

Não obstante, também merecem registro devido aos efeitos indiretos da Pandemia – Covid-19 as despesas com capacitação de recursos humanos e aquisição (27%) e desenvolvimento de software (0%).

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Aprimoramento no controle da execução orçamentária com a criação de processo próprio (2020.0.000019285-4) a fim de aprimorar o acompanhamento orçamentário e financeiro do TRE-RJ, com o registro de todas as atividades voltadas para tal finalidade, decorrente da publicação da Lei 13.983/2020 em 03/04/2020, instituindo a execução obrigatória das despesas primárias discricionárias. Disponibilização do Painel de BI de Execução Orçamentária e Financeira para servir aos gestores como ferramenta de acompanhamento e gestão do orçamento.

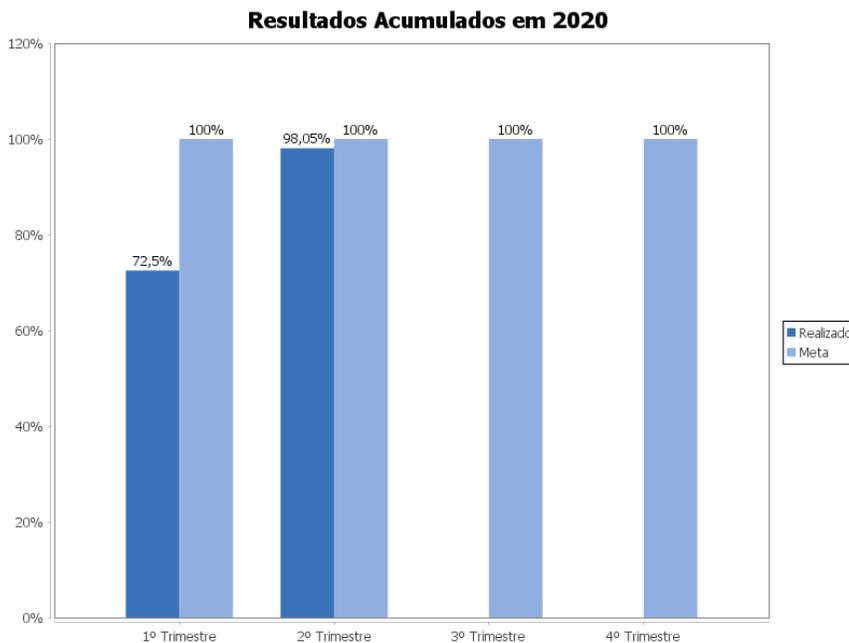
Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) Aprimorar a execução orçamentária mediante ações alternativas em conjunto com as unidades gestoras, impulsionando seus resultados, tendo em vista a continuidade dos efeitos gerados pela pandemia Covid-19.

Independentemente das ações alternativas que estão sendo implementadas, com vistas a mitigar os efeitos da atual crise de saúde, a possibilidade de um cenário de piora no resultado do IE deve ser considerado, uma vez que ao longo do exercício poderão ser efetuados eventuais remanejamentos orçamentários, prejudicando assim a aderência ao planejado nas despesas agregadas, acarretando redução de aderência no indicador. Contudo poderá ser obtido um melhor resultado com relação a execução orçamentária, fora do ponto de vista do indicador.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas Monitoramento de restos a pagar, por meio de processo específico no SEI, otimizando a ferramenta para execução desta atividade, reunindo informações e facilitando seu acesso e visualização dos resultados.

Reuniões rotineiras com os Gestores para acompanhamento da execução orçamentária.

Riscos associados ao objetivo Tendência de execução abaixo da meta prevista, com aderência prejudicada, tendo em vistas as incertezas decorrentes da Pandemia COVID-19.

IE 34 - Custo de manutenção da estrutura**Satisfatório****Desempenho do Período: 98,05%****Responsável: COFIN.****Análise de contexto**

O indicador IE 34 apresentou desempenho satisfatório para o segundo trimestre de 2020, tendo em vista a adoção do teletrabalho. Apesar do IA95 – Custo da manutenção das instalações, que representa grande maioria dos contratos de postos de trabalho, ter tido desempenho insatisfatório, os demais IAs apresentaram resultados satisfatórios.

A adoção do teletrabalho impactou favoravelmente de modo que reduziu significativamente os custos medidos, ao trazer uma redução de 10% (R\$1.766.000,00), em relação ao primeiro semestre do ano de 2019. Acredito que essa economia seja maior, uma vez que o indicador tem por base valores contabilizados no primeiro semestre, sendo que os efeitos do mês de junho/2020 só ficaram evidentes no segundo semestre. Deve-se aguardar a apuração anual para mensurar os efeitos totais do teletrabalho no indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

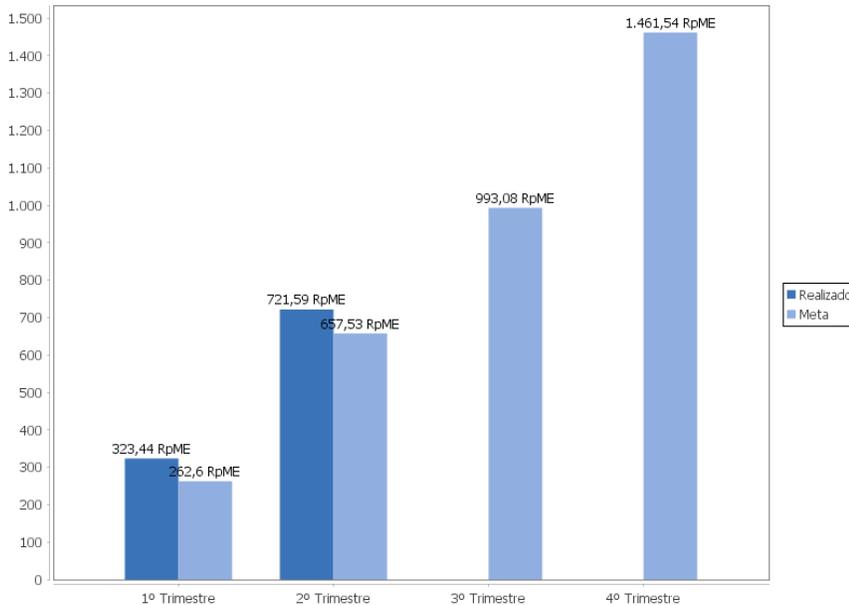
Riscos associados ao objetivo

IA 95 - Custo de manutenção das instalações por eleitor

Insatisfatório

Desempenho do Período: 90,26%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SSG.

Análise de contexto

O contexto de análise da variável é o do período que antecede eleições municipais a serem realizadas num contexto de realização de trabalho remoto por conta da pandemia de COVID-19.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Considerando o contexto descrito, poucas ações puderam ser implementadas já que a manutenção predial necessita dos resultados que serão gerados pelo projeto estratégico de diagnóstico das instalações, e que foi impactado frontalmente pela interrupção do trabalho presencial.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

A tendência é que alguma melhora nos custos de manutenção seja observada pois, ainda que atravessando períodos bastante complexos, algumas zonas eleitorais passarão por mudança de imóvel, o que poderá diminuir a necessidade de manutenção.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A diminuição da estrutura imobiliária poderá proporcionar uma padronização maior das instalações, gerando possível economia de escala, além de facilitar os processos de trabalho que envolvem.

Riscos associados ao objetivo

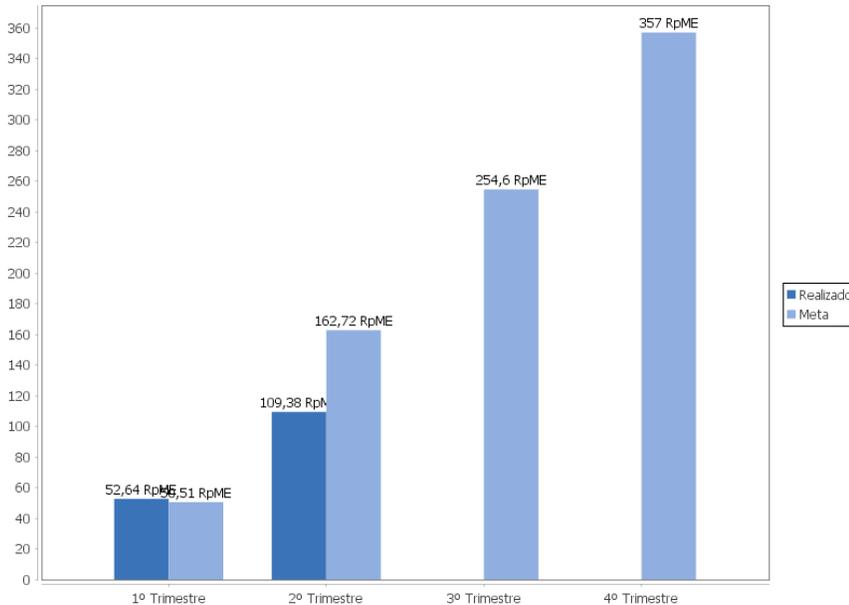
Demandas alheias ao planejamento da unidade podem atrasar bastante as metas de melhora da estrutura e, conseqüentemente, a diminuição dos custos de manutenção.

IA 96 - Custo de serviços de comunicação por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 132,78%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: STI.

Análise de contexto

Dos dados apresentados, verifica-se aumento da relevância do CTelef em relação ao custo total apurado no trimestre anterior, passando de 18,68% para representar 24,23% do custo total apurado. Destaco, como sempre, que a análise deste indicador fica prejudicada em razão de que as gestões de custo da telefonia e a de comunicação de dados encontram-se em unidades distintas. Assim, para uma análise efetiva seria necessário maior conhecimento dos motivos que levaram à ampliação proporcional no impacto dos custos de telefonia no ano, o que, s.m.j., deveria ser alvo de análise pelo gestor da área responsável. Deste modo, considerando não ser possível a análise de cada variável (embora as variáveis em questão se assemelhem a um indicador, por serem o resultado de uma composição de vários fatores), permanece a sugestão de divisão do indicador em dois, um para custos de telefonia e outro para comunicação de dados, podendo os dois serem agregados para a composição do resultado que será alvo da análise do objetivo. Desta forma, o responsável pela análise do objetivo teria análises mais bem detalhadas de cada elemento. A análise também pode ser prejudicada por não terem sido computados todos os valores devido à não liquidação das faturas referentes a todos os meses do trimestre.

Analisando a questão dos custos de comunicação de dados, verifica-se que são os mais significativos para o levantamento do indicador, por constituírem parcela mais relevante na fórmula de cálculo, constituindo 75,77% do total apurado no ano.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

O quantitativo de circuitos fixos de comunicação de dados no último trimestre não apresentou variação significativa em relação ao trimestre anterior. A nova contratação contribuiu para uma redução significativa dos custos de comunicação de dados, uma vez que, apesar de ter ocorrido um aumento significativo na capacidade de transmissão, o custo foi reduzido em razão da consolidação da tecnologia e da concorrência. A não redução do eleitorado também contribuiu positivamente, uma vez que o custo é calculado com base no eleitorado. O processo de atualização dos circuitos ainda não foi finalizado em razão de ter sido interrompido pela pandemia, porém o mesmo está sendo retomado de maneira gradual.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

O custo de comunicação de dados deve sofrer ligeiro aumento em razão da instalação de circuitos para atendimento às eleições ou ampliação de capacidade. Felizmente, a redução dos custos com as novas licitações, possibilitam manter a perspectiva de alcance da meta.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Destaco que os projetos estratégicos VPN e VoIP ainda não permitem que se tenha previsão do impacto que os mesmos irão gerar. Todavia, espera-se que tenham impacto positivo no indicador em razão da expectativa de que possam contribuir para uma redução dos custos de comunicação de dados e telefonia. No entanto, o projeto VPN, num primeiro momento, irá gerar mais pressão sobre os custos em razão de que o novo circuito irá atuar inicialmente como uma ampliação da capacidade do link de comunicação e como contingência para o primeiro circuito de comunicação de dados.

Riscos associados ao objetivo

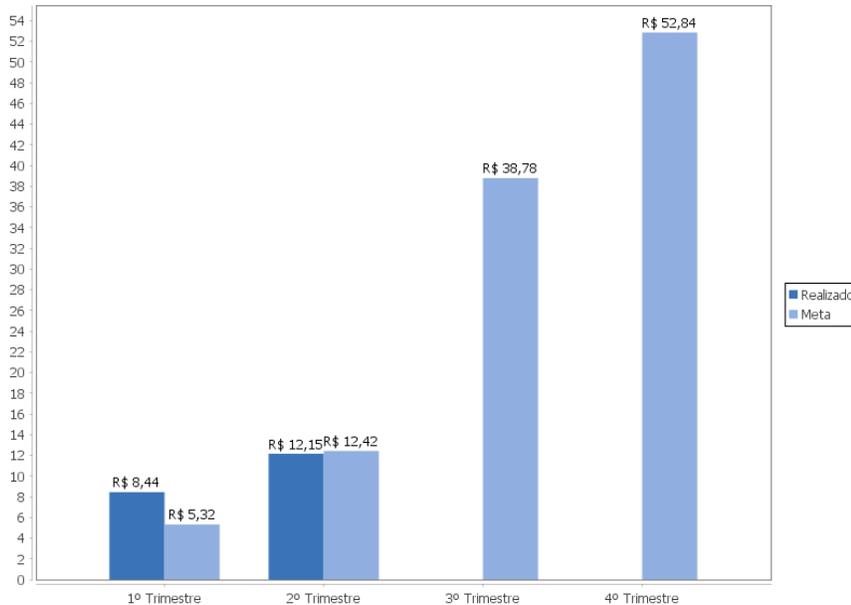
Destaca-se que a implantação de ações de melhoria tem sido impactada em razão do reduzido quadro de pessoal e de não ter sido finalizada a contratação de postos de trabalho para apoio aos serviços de suporte à infraestrutura. Os servidores das diversas áreas da STI acabam envolvidos na realização de atividades técnicas, administrativas e de gestão de modo simultâneo, o que acaba por prejudicar o andamento das mesmas. Deve-se destacar, ainda, que as medidas planejadas têm sido impactadas pela realização de diversas atividades que demandam significativos esforços da área técnica para capacitar o TRE-RJ para o serviço remoto durante a pandemia, além de diversos outros projetos priorizados que envolvem a área de TI, cada vez mais envolvida nas atividades levadas a cabo pelo TRE. O período eleitoral e as restrições impostas pela pandemia também dificultam a implantação de melhorias.

IA 97 - Custo de material de consumo por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 102,16%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

Embora satisfatório o indicador para o período em tela, foi determinante para seu desempenho a suspensão do trabalho presencial a partir da metade de março de 2020. A mesma avaliação podemos ter para adoção do trabalho remoto no impacto do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Todo o último período transcorreu sob a suspensão do trabalho presencial, não havendo de se falar em ações para o resultado obtido.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Quando tivermos clareza quando a uma nova forma de trabalhar no TRE, poderemos reavaliar, ao menos, os elementos que compõem a fórmula do indicador e seus metas.

Riscos associados ao objetivo

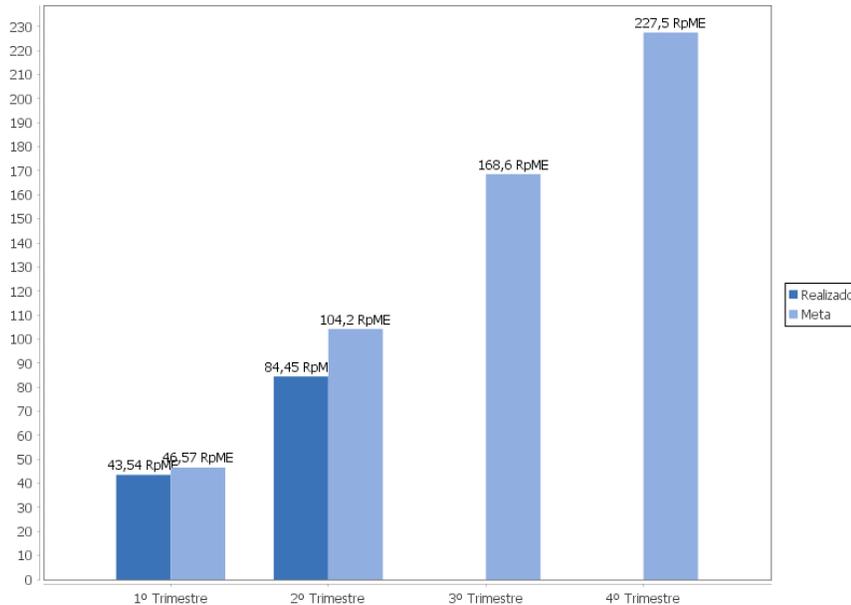
Nos parâmetros atuais, no vemos risco ao objetivo. No entanto, como já dito, uma nova realidade imporá uma nova forma de medição e avaliação de desempenho.

IA 98 - Custo de serviços de transporte por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 118,95%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SECTRA.

Análise de contexto

O indicador vem refletindo o trabalho realizado pela SECTRA no que tange à otimização dos atendimentos, além do controle de combustível e manutenção eficiente da frota.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

A otimização de missões e a manutenção preventiva bem como a corretiva dos veículos têm proporcionado a diminuição do custo para manter a frota operacional, além de impactar na satisfação dos clientes internos, uma vez que as demandas são atendidas na sua totalidade, mesmo com algumas solicitações extemporâneas.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Impactarão diretamente na composição dos próximos indicativos os eventos preparatórios de adequação de Polos e Zonas Eleitorais para as Eleições 2020, onde nossos grandes clientes (SEMANT / SEALMO / SEMAPE / SESPEQ / SEURNA) demandarão constantemente a Seção de Transporte.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

A forma de cálculo atualmente utilizada para este indicador pouco contribui para espelhar a real necessidade da Seção de Transportes, onde o ideal seria uma memória de cálculo com o resultado de custo por quilômetro rodado, o qual já vem servindo de parâmetro para o estudo atualmente desenvolvido pela SECTRA/COSEG visando a modernização da frota, abrangendo, inclusive, análise da viabilidade de terceirização da frota do Tribunal de forma gradativa.

Riscos associados ao objetivo

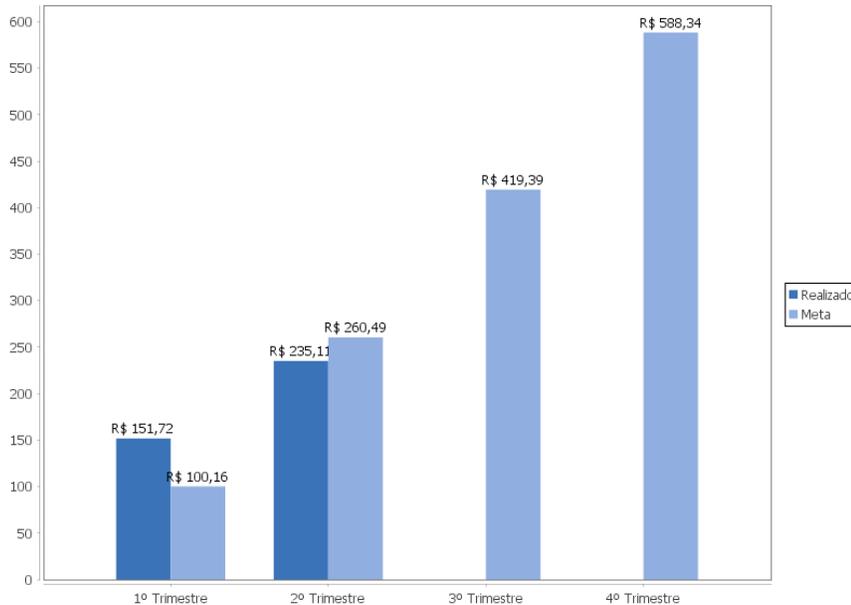
Ocorrências no período pós pandemia (COVID-19) que podem influenciar nos indicadores dos próximos meses.

IA 99 - Custo de apoio administrativo por eleitor

Satisfatório

Desempenho do Período: 109,74%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto menor melhor. Responsável: SAD.

Análise de contexto

Embora satisfatório o indicador para o período em tela, foi determinante para seu desempenho a suspensão do trabalho presencial a partir da metade de março de 2020. A mesma avaliação podemos ter para adoção do trabalho remoto no impacto do indicador.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

Todo o último período transcorreu sob a suspensão do trabalho presencial, não havendo de se falar em ações para o resultado obtido. Alguns contratos novos sequer foram iniciados, em razão da situação ocorrida, enquanto outros sofrerão suspensão, medidas que provocaram redução do custo geral. No entanto, tais medidas foram consequência da situação experimentada e não da implementação de ações que visavam o desempenho do indicador.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

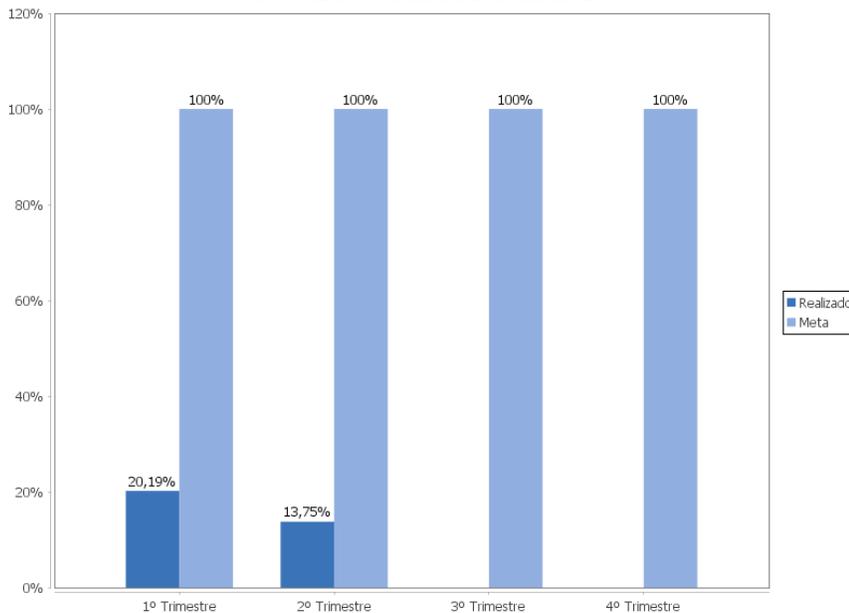
Ainda que haja a retomada do trabalho presencial no próximo mês (agosto), esta será de forma gradual e sendo mantido, em alguma medida, o trabalho remoto. Assim, diante dessa nova realidade que se apresenta, prevemos a manutenção de custos reduzidos com o apoio administrativo e a inexistência de desafios nos parâmetros atuais.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

Quando tiver clareza quando a uma nova forma de trabalhar no TRE, poderemos reavaliar, ao menos, os elementos que compõem a fórmula do indicador e seus metas.

Riscos associados ao objetivo

Nos parâmetros atuais, não vemos risco ao objetivo. No entanto, como já dito, uma nova realidade imporá uma nova forma de medição e avaliação de desempenho.

IE 35 - Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia**Insatisfatório****Desempenho do Período: 13,75%****Resultados Acumulados em 2020****Responsável: CPLAN.****Análise de contexto**

Conforme se verifica da medição do IA 100 (Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas), único indicador de apoio vinculado ao IE 35 (Índice de alinhamento do orçamento com a estratégia), observa-se a baixa aderência entre os valores executados e os valores planejados para as iniciativas estratégicas previstas para o exercício de 2020. Resultados e desempenho do IA 100 e IE 35 no 1º semestre de 2020: 1º trimestre 2020 – 5,8%, frente à meta de 28,75% = Desempenho de 20,19% (Insatisfatório) 2º trimestre 2020 – 5,91%, frente à meta de 42,97% = Desempenho de 13,75% (Insatisfatório) Observa-se da série histórica que os resultados do IA 100, que são cumulativos ao longo do ano, tendem a ser baixos no 1º semestre de cada exercício, pois os projetos, no início do ano, não costumam estar desenvolvidos o suficiente para haver contratação e empenho, havendo tendência de recuperação a partir do 3º trimestre dos exercícios. Não obstante, nota-se que o resultado do 1º semestre de 2020 foi o mais baixo desde 2017. Acrescente-se, no que toca ao desempenho dos indicadores, que no 1º semestre de 2020 registrou-se também o pior desempenho da série histórica, agravado pelo fato de que as metas anuais têm sido gradativamente majoradas desde 2018, ano em que foram ajustadas: Resultado 1º semestre: 2017 – 11,93%, 2018 – 6,62%, 2019 – 11,24%, 2020 – 5,91% Metas 1º semestre: 2017 – 35%, 2018 – 34,11%, 2019 – 17%, 2020 – 42,97% Desempenho 1º semestre: 2017 – 34,1%, 2018 – 19,41%, 2019 – 66,13%, 2020 – 13,75% Metas anuais: 2017 – 70%, 2018 – 30,46%, 2019 – 50,31%, 2020 – 70,15% O valor total a ser executado no exercício de 2020 é de R\$ 5.467.986,06, correspondente a apenas duas iniciativas estratégicas, abaixo destacadas, tendo sido efetivamente empenhado até o momento apenas o total de R\$ 323.100,03: - Projeto “Modernização do Data Center”: Empenho esperado 2020 - R\$ 4.800.000,00 / Valor empenhado 1º semestre: R\$ 317.325,03 (6,61%); - Projeto “Rede Privada Virtual – VPN”: Empenho esperado 2020 - R\$ 667.986,06 / Valor empenhado 1º semestre: R\$ 5.775,00 (0,86%). Considerando a meta de 70,15% estabelecida para o exercício, seria necessário empenhar até o final do exercício o valor total de R\$ 3.835.792,22. À parte as dificuldades já conhecidas em se obter a aderência nos dois primeiros trimestres do ano, podem ainda ser apontados as seguintes circunstâncias agravantes para o baixo resultado do IA 100 no 1º semestre de 2020: - Suspensão da execução de projetos devido à pandemia de Covid-19: o CGE decidiu em reunião realizada em 30/04 pela suspensão de alguns projetos em razão da pandemia, especialmente aqueles em que há necessidade de intervenções físicas, dentre os quais o da Rede Privada Virtual – VPN, cujo prosseguimento se revelou prejudicado em razão do isolamento social. - Atraso no cronograma do projeto de Modernização do Data Center: foi identificada pela equipe técnica do projeto questão superveniente, que enseja a necessidade de uma nova contratação, não prevista anteriormente, o que gerou atraso no cronograma original. Ressalte-se que o orçamento do Data Center corresponde a 88% de todo o orçamento de iniciativas estratégicas previsto para o exercício, portanto os desempenhos do IA 100 e do IE 35 são

quase totalmente dependentes da execução deste projeto em específico, em face da expressiva materialidade orçamentária envolvida.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos

- Manutenção de contato aproximado entre a SEDINE e os gerentes de projeto. No trimestre anterior houve execução dos valores conforme esperado, embora a execução de 5,8% tenha gerado resultado "Insatisfatório", historicamente os valores empenhados no 1º trimestre costumam ser bem baixos (1% em 2018 e 0% em 2019), mas ainda bem longe da meta estipulada de 28,75%.

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo)

Previsão de recuperação do desempenho do indicador apenas do último trimestre do ano, a depender, contudo, do deslindar da questão superveniente relacionada ao Data Center e do êxito no empenho dos valores orçados para esse projeto, cuja contratação depende de uma licitação na modalidade concorrência. Como maior desafio relacionado ao desempenho do indicador, pode-se apontar a necessidade de mudança de cultura institucional de planejamento e execução das iniciativas estratégicas, principalmente em dois aspectos: quanto ao planejamento antecipado dos projetos a serem propostos, idealmente com dois anos de antecedência ao início da execução, e ao estudo prévio das etapas, prazos e os orçamentos, para que estes aspectos possam ser apresentados com a maior precisão possível, considerando-se ainda os fatores de riscos que possam vir a impactar sua execução; quanto ao próprio ambiente de execução dos projetos, vislumbrando-se a necessidade de melhor estruturação da seleção e indicação dos gerentes, visto que muitos responsáveis hoje acumulam diversas outras funções.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas

- Revisão das metas do IA 100, de modo a torná-las mais realistas, tendo em vista que a análise da série histórica aponta indícios de superdimensionamento, uma vez que de 2017 a 2019 os resultados aferidos não superaram o patamar de 24,73% de aderência ao fim dos exercícios.

Riscos associados ao objetivo

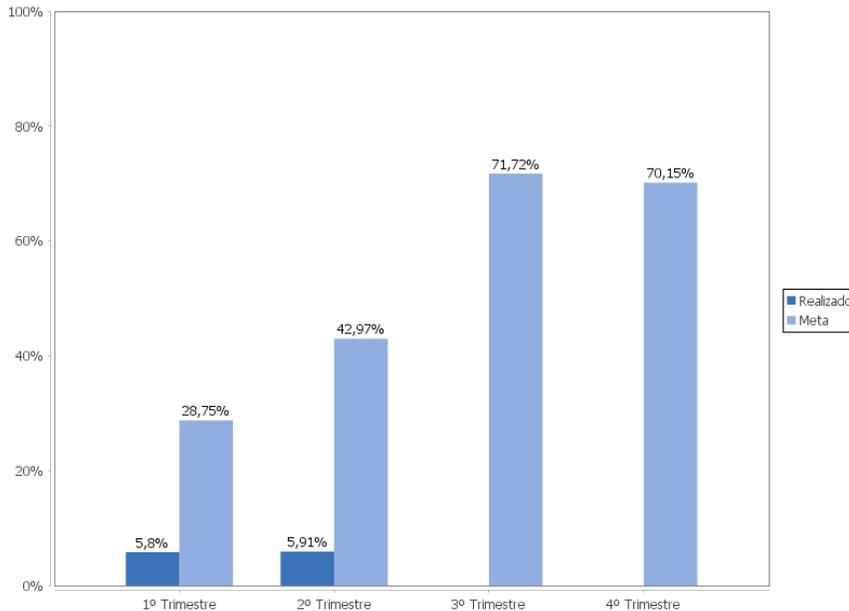
Não finalização da licitação do projeto de Modernização do Data Center dentro do exercício, em razão dos atrasos já ocorridos no cronograma, o que pode resultar na não efetivação do empenho dos valores orçados.

IA 100 - Índice de execução planejada do orçamento de ações estratégicas

Insatisfatório

Desempenho do Período: 13,75%

Resultados Acumulados em 2020



Polaridade: Quanto maior melhor. Responsável: SEDINE.

Análise de contexto O indicador continua com resultado INSATISFATÓRIO, assim como no trimestre anterior e nos exercícios anteriores. Neste ano a situação foi agravada pela PANDEMIA COVID 19 que provocou a suspensão do projeto VPN – Rede privada virtual (por decisão do CGE em 30/04/20) e tem impactos em todas as demais atividades do Tribunal, gerando atrasos na tramitação dos expedientes referentes ao projeto Modernização do data center. Ademais, foi identificado pela equipe técnica, deste último projeto, a necessidade de uma nova contratação, não prevista anteriormente, e que gerou atraso no cronograma original.

Ações realizadas no último período e resultados obtidos Assim, como nos exercícios anteriores mantivemos contato próximo com os gerentes, e no trimestre anterior houve execução dos valores conforme esperado, embora a execução de 5,8% tenha gerado resultado INSATISFATÓRIO, historicamente os valores empenhados neste o 1º trimestre costumam ser bem baixos (1% em 2018 e 0% em 2019), mas ainda bem longe da meta estipulada de 28,75%. Neste 2º trimestre, as execuções foram muito baixas o que é explicado pelo narrados na "análise de contexto" e na "análise de tendência".

Análise de tendência e principais desafios a serem enfrentados nos próximos 6 meses (melhora / estabilidade / piora de desempenho do objetivo) A grande dificuldade reside na necessidade de mudar a cultura institucional, fortalecendo nos gestores a consciência de que o orçamento dos projetos precisa ser bem estudado 2 anos antes da execução do projeto. Diante disso e do fato de praticamente 88% do orçamento deste ano estar concentrado em um único projeto, cuja contratação depende de uma licitação na modalidade concorrência há possibilidade de somente recuperarmos o indicador no último trimestre no ano, quando haverá o empenho dos valores referentes à contratação da Solução Data Center.

Proposta para melhorar o desempenho futuro das ações realizadas O resultado negativo do indicador é um indicativo para a Administração de que precisamos rever nossa cultura institucional, tanto na escolha e indicação dos gerentes que acumulam diversas funções, como no estudo prévio dos projetos, para que possamos pedir orçamentos mais precisos e fiquemos menos a mercê de atrasos em cronogramas.

Riscos associados ao objetivo Há possibilidade de que os atrasos já ocorridos no cronograma do projeto Modernização do data center impossibilitem a finalização da licitação dentro do exercício ocasionando o não empenho do valor referente a contratação da Solução data center.